



RELATÓRIO DE GESTÃO

- Exercício 2022 -



COLÉGIO DE PROCURADORES DE CONTAS

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

PATRICK BEZERRA MESQUITA

SUBPROCURADOR-GERAL DE CONTAS

STEPHENSON OLIVEIRA VICTER

CORREGEDORA-GERAL DE CONTAS

DEÍLA BARBOSA MAIA

OUVIDOR

STANLEY BOTTI FERNANDES

MEMBROS

SILAINE KARINE VENDRAMIN

FELIPE ROSA CRUZ

GUILHERME DA COSTA SPERRY

DANIELLE FÁTIMA PEREIRA DA COSTA



EQUIPE TÉCNICA

SECRETARIO

CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS

CONTROLE INTERNO

ANA MARLY LAMEIRA DA SILVA

ASSESSORIA JURÍDICA

SAMUEL ALMEIDA BITTENCOURT

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

ALINE RIBEIRO BRÍGIDO

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

ROSANA GABRIELLE MAGNO GONÇALVES

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

NAZARÉ DO SOCORRO GILLET DAS NEVES

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

CEZAR BARROSO DOS SANTOS

SECRETARIA PROCESSUAL

SILVANE DE FÁTIMA SILVA BALTAZAR

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

SIMONE BRAGA CHAVES MARTINS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

ELIELTON CHAVES COSTA

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO E PLANEJAMENTO

FELIPE SILVA ARRIVABENE

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	PROGRAMA TEMÁTICO “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo”.....	14
2.1	Execução Orçamentária.....	15
2.2	Avaliação Física e Financeira das Ações do Programa	16
2.2.1	AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	20
2.2.2	AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional	31
2.2.3	AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI.....	37
2.2.4	AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI.....	41
2.2.5	AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA.....	45
2.2.6	AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação	45
2.2.7	AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA.....	46
2.2.8	AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial.....	51
2.2.9	AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas	52
3	RELATÓRIOS SETORIAIS.....	55
3.1	Departamento de Finanças e Orçamento	55
3.1.1	Atividades do Setor de Finanças	55
3.1.2	Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	61
3.1.3	Restos a Pagar	62
3.1.4	Considerações Finais	62
3.2	Assessoria Jurídica	62
3.3	Departamento de Comunicação Institucional.....	70
3.3.1	Atividades Desenvolvidas (Seção de Jornalismo e Publicidade).....	71
3.3.2	Notícias produzidas em 2022	72
3.3.3	Trabalhos Publicitários	74
3.3.4	Relacionamento com a Imprensa	78
3.3.5	Seção de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI): Atividades Desenvolvidas pelo Cerimonial.....	79
3.3.6	Ações Internas.....	80
3.3.7	Reuniões Internas.....	80

3.3.8	Eventos promovidos pelo MPC-PA.....	81
3.3.9	Reuniões Externas	82
3.3.10	Visitas de cortesias recebidas e realizadas.....	83
3.3.11	Participação em eventos e cerimônias	84
3.3.12	Medalhas recebidas	86
3.3.13	Capacitações.....	86
3.3.14	Viagens Institucionais.....	88
3.3.15	Eventos com Representação	89
3.3.16	Reuniões membros	89
3.3.17	Posses do MPC.....	91
3.3.18	Seção de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI): Atividades desenvolvidas no Relacionamento Institucional	91
3.3.18.1	Relações Institucionais.....	91
3.3.19	Considerações Finais (Decom)	95
3.4	Secretaria Processual	96
3.4.1	Distribuição processual.....	96
3.4.1.1	Distribuição dos processos finalísticos.....	97
3.4.1.2	Procedimentos Internos de Fiscalização.....	107
3.4.2	Execução de Acórdãos – TCE-PA	118
3.4.3	Sessões Plenárias do TCE-PA	120
3.5	Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios.....	121
3.5.1	Objetivo:	121
3.5.2	Estrutura:	122
3.5.3	Normativos e Regramentos:	122
3.5.4	Competência do DACC:	124
3.5.5	Canais de Acesso, Gestão e Publicidade:.....	126
3.5.6	Fluxograma Genérico:	127
3.5.7	Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação:	127
3.5.8	Análise Quantitativa.....	128
3.5.8.1	Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços:	128
3.5.8.2	Outras Ações	129
3.5.8.3	Certames Licitatórios e Processos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação realizados em 2022:	130
3.5.8.4	Atas de Registro de Preços Vigentes em 2022:.....	136

3.5.8.5	Convênios, acordos de cooperação e parcerias vigentes em 2022:	136
3.5.8.6	Contratos Vigentes em 2022.....	138
3.5.8.7	Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC-PA em 2022:	142
3.5.9	Análise Qualitativa	143
3.5.10	Desafios e Ações Futuras	145
3.5.11	Servidores lotados no DACC:.....	145
3.6	Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações	146
3.6.1	Gestão da Tecnologia da Informação	147
3.6.1.1	Participação na Comissão de LGPD	147
3.6.1.2	Participação na Comissão de Gestão Documental	147
3.6.1.3	Certificados Digitais	148
3.6.1.4	Nova Contratação do Adobe Reader.	149
3.6.1.5	Novo Contrato com a PRODEPA.....	149
3.6.1.6	Contratação da <i>Microsoft</i>	150
3.6.1.7	Gerência de contratos.....	150
3.6.2	Seção de Desenvolvimento	151
3.6.2.1	DIPRO 4.0.....	151
3.6.2.2	SGP 1.0.....	152
3.6.2.3	E-Social.....	152
3.6.2.4	Intranet.....	153
3.6.2.5	Internet.....	153
3.6.3	Seção de Infraestrutura	154
3.6.3.1	Computação em Nuvem.....	154
3.6.3.2	Aquisição de Equipamentos.....	154
3.6.3.3	Links Dedicados.....	155
3.6.3.4	Substituição dos aparelhos da rede <i>Wifi</i>	155
3.6.3.5	GitLab	156
3.6.3.6	Participação na Comissão de Inventário de Bens	156
3.6.3.7	Suporte ao Usuário	156
3.7	Departamento Administrativo	157
3.7.1	Manutenções Preventivas e Corretivas / Prestação de Serviços Contínuos	157
3.7.1.1	Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado.....	157
3.7.1.2	Manutenção do Elevador	158

3.7.1.3	Manutenção dos Extintores de Combate a Incêndio	159
3.7.1.4	Manutenção dos Filtros de Água.....	159
3.7.1.5	Manutenção do Grupo Gerador de Energia	160
3.7.1.6	Manutenção Predial	161
3.7.1.7	Manutenção dos Veículos Oficiais	165
3.7.1.8	Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos e Sanitização ..	165
3.7.1.9	Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água.....	166
3.7.1.10	Análise Bacteriológica da Água dos Reservatórios	167
3.7.1.11	Prestação de Serviços de Administração e Gerenciamento Informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis.....	168
3.7.1.12	Termo de execução descentralizada PMPA/MPCPA.....	168
3.7.1.13	Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Conservação, Higienização e Copeiragem.....	168
3.7.2	Aquisições e Contratações	169
3.7.2.1	Aquisição de Água Mineral.....	170
3.7.2.2	Aquisição de Café, Leite, Açúcar e Adoçante	170
3.7.2.3	Seguro Predial	171
3.7.2.4	Seguro Veicular.....	171
3.7.2.5	Desenvolvimento de Projetos.....	171
3.7.2.6	Aquisição de Material para Manutenção Predial	172
3.7.3	Patrimônio	172
3.7.3.1	Cadastro de Inclusão de bens patrimoniais	172
3.7.3.2	Leilão de Veículos.....	173
3.7.3.3	Baixa de bens patrimoniais	173
3.7.3.4	Inventário de bens patrimoniais	174
3.7.4	Outras Demandas.....	175
3.7.4.1	Estudo Técnico para viabilidade de ampliação física do MPC-PA.	175
3.8	Departamento de Gestão de Pessoas	175
3.8.1	Provimento de cargos efetivos	175
3.8.2	Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.....	176
3.8.3	Benefícios.....	179
3.8.4	Estágio Não Obrigatório	181
3.8.5	Gestão por competências.....	181
3.8.6	Mapeamento de Processo.....	182
3.9	Departamento de Inovação e Planejamento	182



3.9.1	Atividades Relativas ao tema Planejamento.....	183
3.9.2	Atividades Relativas ao tema Inovação	184
Anexo I	- Relatório Anual de Atividades da Ouvidoria e SIC	186
Anexo II	- Relatório de Execução de Atos Delegados	200
Anexo III	- Relatório Administrativo de Gestão – CAO	217
Anexo IV	- Corregedoria-Geral do MPC-PA	233
Anexo V	- Relatório Anual de Atividades 2022 - CEAF	282

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Orçamentária.....	16
Tabela 2 - Programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais”.....	16
Tabela 3 - OBJETIVO: Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais.	17
Tabela 4 - AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo.....	20
Tabela 5 - Processos conclusos.....	20
Tabela 6 - Processos distribuídos por classe.....	22
Tabela 7 - Evolução da carga processual	23
Tabela 8 - Providências sancionatórias propostas	25
Tabela 9 - Procedimentos Apuratórios Internos segundo a Resolução nº. 020/2022 do Colégio de Procuradores	26
Tabela 10 - Procedimentos Apuratórios Internos em 2022	27
Tabela 11 - Participação nas sessões plenárias do TCE-PA em 2022	28
Tabela 12 - Implementação das Ações de Publicidade Institucional.....	31
Tabela 13 - Notícias veiculadas em 2022	34
Tabela 14 - Levantamento quantitativo publicitário em 2022	35
Tabela 15 - OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI).....	36
Tabela 16 - AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI.....	37
Tabela 17 - Aderência orçamentária-financeira da Ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023.....	41
Tabela 18 - AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI	41
Tabela 19 - Índice de modernização do parque de ativos de TI.....	43
Tabela 20 - OBJETIVO: Viabilizar a gestão administrativa	44
Tabela 21 - AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA	45
Tabela 22 - AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação.....	46
Tabela 23 - AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA	46
Tabela 24 - Ações educacionais realizadas em 2022 pelo CEAF	48
Tabela 25 - AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	51
Tabela 26 - AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas.....	52
Tabela 27 - Execução Orçamentária.....	56
Tabela 28 - Origem de Recursos	57
Tabela 29 - Movimentação Financeira	58
Tabela 30 - Despesas	59
Tabela 31 - Levantamento quantitativo de notícias / 2022	73
Tabela 32 - Ações Internas	80

Tabela 33 - Reuniões internas	81
Tabela 34 - Eventos promovidos pelo MPC-PA	82
Tabela 35 - Reuniões externas	82
Tabela 36 - Visitas de cortesia recebidas.....	83
Tabela 37 - Visitas de cortesia realizadas.....	84
Tabela 38 - Participação em eventos e cerimônias.....	84
Tabela 39 - Viagens Institucionais do PGC.....	88
Tabela 40 - Viagens aéreas de demais integrantes do MPC	88
Tabela 41 - Eventos com Representação	89
Tabela 42 - Reuniões membros	90
Tabela 43 - Processos novos e de retorno – 2022.....	98
Tabela 44 - Número de processos conclusos a cada Procuradoria de Contas.....	100
Tabela 45 - Processos distribuídos por classe	103
Tabela 46 - processos conclusos por classe e Procuradoria	104
Tabela 47 - Processos Internos de Fiscalização	108
Tabela 48 - Acórdãos TCE-PA - Glosas e Multas	119
Tabela 49 - Participação dos membros nas Sessões Plenárias do TCE-PA	120
Tabela 50 - Regimes Jurídicos Mais Adotados	123
Tabela 51 - Normativos – MPC-PA	123
Tabela 52 - Competência do DACC - Portaria nº 046/2022/MPC-PA	125
Tabela 53 - Atuação do DACC nos processos de contratação	127
Tabela 54 - Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços	128
Tabela 55 - Outras Ações.....	129
Tabela 56 - Pregão Eletrônico.....	130
Tabela 57 - Dispensa por Cotação Eletrônica	131
Tabela 58 - Leilão.....	132
Tabela 59 - Dispensa de licitação	132
Tabela 60 - Inexigibilidade de Licitação	133
Tabela 61 - 4.5.9.4Atas de Registro de Preços Vigentes em 2022 136	
Tabela 62 - Convênios, acordos de cooperação e parcerias vigentes em 2022	136
Tabela 63 - Contratos Vigentes em 2022	138
Tabela 64 - Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC-PA em 2022.....	143
Tabela 65 - Servidores lotados no DACC	146
Tabela 66 - Veículos Oficiais.....	165
Tabela 67 - Contrato nº 16/2022/MPC-PA sobre Água Mineral	170
Tabela 68 - Contrato nº 12/2022/MPC-PA sobre Gêneros Alimentícios	171
Tabela 69 – Bens Patrimoniais 2022.....	174

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Print de tela do perfil do órgão no Instagram (09 de fevereiro)	76
Figura 2 - Print dos dados métricos disponibilizados pelo perfil do órgão no Instagram (09 de fevereiro)	77
Figura 3 - Print dos dados métricos disponibilizados pela página do órgão no Facebook (10 de fevereiro)	77
Figura 4 - Substituição dos elementos filtrantes no purificador instalado na copa do 3º andar.....	160
Figura 5 - Impermeabilizações de Cobertura e Estrutura em Policarbonato nos Shafts	162
Figura 6 - Recuperação de pilares da garagem, com tratamento das ferragens.....	162
Figura 7 - Recuperação de pilares da garagem	162
Figura 8 - Substituição de forro em alguns ambientes	163
Figura 9 - Recomposição de pintura interna em alguns ambientes.....	163
Figura 10 - Substituição de barrilete da coluna de combate à incêndio	163
Figura 11 - Impermeabilização dos reservatórios de água – Caixa d’água	164
Figura 12 - Impermeabilização dos reservatórios de água - Cisterna	164
Figura 13 - Serviço de Sanitização.....	166
Figura 14 - Coleta de amostra de água para análise bacteriológica	167
Figura 15 - Limpeza e Conservação	169
Figura 16 - Relatório de Bens - Por Conta Contábil - Exercício 2022 “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0”	174

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento do número geral de processos distribuídos entre 2021 e 2022.	21
Gráfico 2 - Quantitativo de processos distribuídos por classe.....	22
Gráfico 3 - Pareceres Jurídicos expedidos em 2022.....	63
Gráfico 4 - Assuntos abordados.....	64
Gráfico 5 - 1º Trimestre.....	65
Gráfico 6 - 2º Trimestre.....	65
Gráfico 7 - 3º Trimestre.....	66
Gráfico 8 - 4º Trimestre.....	66
Gráfico 9 - Quantitativo de pareceres por ano.....	67
Gráfico 10 - Quantitativo de notícias.....	74
Gráfico 11 - Levantamento quantitativo publicitário / 2022.....	75
Gráfico 12 - Demonstrativo do quantitativo de notícias durante 2022.....	76
Gráfico 13 - processos do TCE-PA analisados pelo MPC-PA por mês.....	98
Gráfico 14 - Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno”.....	99
Gráfico 15 - Processos conclusos a cada Procuradoria de Contas.....	101
Gráfico 16 - Processos conclusos por classe.....	104
Gráfico 17 - Processos conclusos de pessoal e demais processos.....	106
Gráfico 18- Variação da carga processual nos 3 (três) últimos exercícios.....	107
Gráfico 19 - Procedimentos internos de fiscalização autuados pela Secretaria Processual.....	117
Gráfico 20 - Procedimentos internos de fiscalização por procuradoria.....	118
Gráfico 21 - Participação do MPC-PA nas sessões plenárias do TCE-PA.....	121
Gráfico 22 - Contratações por Tipo (Série histórica - 2019 a 2022).....	129
Gráfico 23 - Eventos (Série histórica - 2019 a 2022).....	129
Gráfico 24 - Volume das contratações por valor total - Ano: 2022.....	135
Gráfico 25 - Participação dos tipos sobre volume contratado - Ano: 2022.....	135

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é o documento que tem por objetivo fornecer informações e análises necessárias acerca da gestão de entidades governamentais aos órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, e, principalmente, ao verdadeiro dono e senhor dos recursos públicos - o povo.

Instrumento fundamental de transparência, debruça-se sobre o desempenho da gestão pública no período avaliado e tem por escopo: **i)** a avaliação de resultados financeiros, como a execução orçamentária; **ii)** o desempenho operacional, isto é, a atuação da entidade em relação às metas e aos objetivos estabelecidos nos planos e programas de gestão; **iii)** governança e gestão, com informações acerca da estrutura organizacional, processos de gestão e controle interno.

É dizer, portanto, que o Relatório de Gestão se descortina como importante ferramenta de controle social, viabilizando que a sociedade, como um todo, possa avaliar o desempenho da gestão pública e cobrar eficiência na administração dos recursos públicos.

Nesta toada, o presente relatório compila as principais atividades realizadas no Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) no exercício de 2022.

Inicialmente, faz-se a análise do programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” fixado para o Parquet de Contas nas Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA) em alinhamento ao Plano Estratégico do órgão, visando a melhoria contínua e a ampliação da prestação de serviços à sociedade, notadamente no que se refere à fiscalização do cumprimento da Constituição e das leis quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais de competência do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

Em sequência, a partir dos relatórios setoriais produzidos pelas várias unidades administrativas, descreve-se detalhadamente as diversas atividades realizadas em cada setor para o atingimento das metas propostas para o período.

2 PROGRAMA TEMÁTICO “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo”

O programa temático “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo” engloba todas as ações necessárias à consecução das competências do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme disposto nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC-PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016.

As ações planejadas para o período se referem à viabilização da infraestrutura e dos recursos necessários à operacionalização das atividades finalísticas, à valorização e capacitação dos recursos humanos (membros e servidores) disponíveis e às atuações preventiva e pedagógica, com atividades voltadas diretamente à sociedade.

O exercício de 2022 contempla as alterações feitas na janela de revisão do PPA 2020-2023 aberta em 2021. A avaliação das ações que compõem o programa leva à conclusão de que o resultado foi positivo, com o atendimento das principais metas de forma eficiente e com economia de recursos do erário estadual. Os resultados de maior destaque foram:

- Análise e emissão de parecer em **3.196 processos** oriundos do TCE-PA, incluindo processos novos e retornos;
- Alterações normativas internas em Agosto/2022 que substituiu os Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's) e as Notícias de Fato (NF's) pelos Procedimentos Informativos (PI's), Procedimentos Preliminares (PP's) e pelos Procedimentos de Acompanhamento (PA's);
- Encaminhamento (com todo o subsídio necessário) para cobrança, por parte da PGE-PA, de um lote contendo 45 acórdãos, no **valor histórico** global de R\$ 6.040.135,24 (seis milhões quarenta mil cento e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), além de multas, no **montante**

nominal de R\$ 261.450,24 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos);

- Realização da segunda temporada do programa “Diálogos com o MPC-PA”, com o intuito de atender à Ação “Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais”;
- Capacitação e valorização dos membros e servidores da casa para cumprimento de seu múnus de forma mais célere e eficiente.

2.1 Execução Orçamentária

O Orçamento anual do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (UG 370101) fixou, para o exercício financeiro de 2022, a despesa em R\$ 49.821.081,00 (quarenta e nove milhões oitocentos e vinte e um mil e oitenta e um reais). Após as alterações ocorridas durante o exercício, reduziu-se o montante inicial para R\$ 47.862.250,92 (quarenta e sete milhões oitocentos e sessenta e dois mil duzentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos), dos quais foi empenhado o valor de R\$ 36.963.914,39 (trinta e seis milhões novecentos e sessenta e três mil novecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), representando economia orçamentária de R\$ 10.898.336,53 (dez milhões oitocentos e noventa e oito mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), sem, entretanto, deixar de atender as necessidades do órgão, dentro dos ditames legais.

A execução do MPC Fundo Financeiro/IGEPREV (UG 840227) fixou as despesas em R\$ 6.940.629,92 (seis milhões novecentos e quarenta mil seiscentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos), dos quais foi empenhado o valor de R\$ 6.940.629,77 (seis milhões novecentos e quarenta mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) tendo apresentado assim uma economia orçamentária de R\$ 0,15 (quinze centavos), conforme se visualiza abaixo:

Tabela 1 - Execução Orçamentária.

	UG:370101	UG: 840227	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	49.821.081,00	-	49.821.081,00
(+) Suplementações	2.190.100,25	-	2.190.100,25
(-) Cancelamento de Dotação	(2.619.060,44)	-	(2.619.060,44)
(+) Movimento de Crédito	(1.396.830,08)	6.940.629,92	5.543.799,84
(-) Contenção de crédito	(133.039,81)	-	(133.039,81)
(=) Autorização Final	47.862.250,92	6.940.629,92	54.802.880,84
(-) Valor Empenhado	36.963.914,39	6.940.629,77	43.904.544,16
(=) Crédito Orçamentário Disponível (Economia Orçamentária)	10.898.336,53	0,15	10.898.336,68

2.2 Avaliação Física e Financeira das Ações do Programa

O programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais” é formado por 03 objetivos que, por sua vez, desdobram-se em 09 ações, além de 01 indicador de resultado e 01 indicador de processo. A seguir os objetivos, as ações e os indicadores serão descritos, analisados e avaliados quanto aos resultados alcançados.

Tabela 2 - Programa “Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais”.

PPA 2020 – 2023 MPC-PA					
PROGRAMA TEMÁTICO (do PPA Estadual):	Defesa da Ordem Jurídica no Sistema de Controle Externo dos Recursos Públicos Estaduais				
DIRETRIZ:	Gestão Pública Presente				
INDICADOR DE RESULTADO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FUNTE	
Quantidade de Procedimentos Apuratórios Autuados	Unidade	12	12/2018	CAO	12

INDICADOR DE PROCESSO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA			UNIDADE DE MEDIDA 2023
		ÍNDICE	ANO	FONTE	
Percentual de Processos nos quais o MPC atua como Custos Legis com Permanência igual ou inferior a 15 dias	%	-	-	Sec Processual	80%

OBJETIVO

Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais

Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Viabilizar a Gestão Administrativa

OBJETIVO: Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais

Tabela 3 - OBJETIVO: Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais.

OBJETIVO			
Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais			
COMPROMISSO REGIONAL			
Analisar, em no máximo 15 dias, 80% dos processos recebidos no ano, até 2023			
Autuar 48 Procedimentos Apuratórios até 2023			
Aumentar em 25% o alcance das redes sociais do MPC até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo	Processos Custos Legis	Un	MPC-PA

Implementação de Ações de Publicidade Institucional	Publicidade Institucional Implementada	%	MPC-PA
---	--	---	--------

O objetivo de “Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais” é o objetivo mais diretamente relacionado às atribuições legais do MPC-PA, cujas competências estão delineadas nos arts. 1º e 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC-PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016, *in verbis*:

“Art. 1º - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da competência do Tribunal de Contas do Estado.

(...)

Art. 11 - Ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, compete:

I - promover a defesa da ordem jurídica, guardando a Constituição e as Leis, fiscalizando sua execução, requerendo perante o Tribunal de Contas do Estado as medidas e providências do interesse da Justiça, da Administração e do Erário Público, bem como outras definidas em Lei ou que decorram de suas funções;

II - fazer-se representar nas sessões do Tribunal de Contas do Estado e dizer do direito, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação do Tribunal, sendo obrigatória a sua audiência nos atos de admissão de pessoal, concessão inicial de aposentadoria, pensão, reforma, prestação ou tomada de contas e outros que a Lei indicar;

III - promover junto à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual ou a qualquer outro órgão indicado por Lei, o ressarcimento devido ao Erário Público pelos débitos e multas fixados pelo Tribunal;

IV - interpor os recursos permitidos em Lei;

V - executar as competências previstas nesta Lei ou em outros diplomas legais.”

Diversos são os instrumentos de atuação do MPC-PA para o atingimento desse objetivo, quais sejam, dentre outros: a emissão de pareceres nos processos de contas perante o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), a instauração dos novos Procedimentos Informativos (PI's), Procedimentos Preliminares (PP's) e Procedimentos de Acompanhamento (PA's), além do constante monitoramento dos atos de gestão estadual.

Faz-se importante ressaltar que, além dos processos do TCE-PA em que o MPC-PA se manifesta como *custos legis*, pronunciando-se nos autos através de parecer, as atividades do MPC-PA transbordam essa atuação.

Com efeito, nos processos que tramitam no TCE-PA, cabe audiência do MPC-PA sempre que o Tribunal Pleno assim decidir e, obrigatoriamente, naqueles relativos às admissões de pessoal (exceto para cargos de livre nomeação), aposentadorias, reformas, pensões, prestações e tomadas de contas, denúncias, representações, gestão fiscal, fiscalização de contratos, inspeções extraordinárias, auditorias especiais e obrigações comuns dos órgãos jurisdicionados. Além disso, o órgão atua na apreciação das contas do Governo do Estado, nas prestações e tomadas de contas de auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo Estado, nos recursos, nos pedidos de rescisão e ainda em propostas de medida cautelar, conforme disposto no art. 86 do Regimento Interno da Corte de Contas (Ato nº. 63, de 17/12/2012, com alterações posteriores).

Ademais, outra vertente desse objetivo é estimular o controle social por meio do aumento do alcance das redes sociais institucionais, utilizando-se, portanto, do “ambiente” virtual no qual a sociedade atual marca presença.

A seguir, tem-se a avaliação individualizada de cada uma das ações que compõem este objetivo.

2.2.1 AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo

Tabela 4 - AÇÃO 8957 – Defesa da Ordem Jurídica e Estímulo ao Controle Social e à Participação da Sociedade nas Ações do Controle Externo.

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
R\$ 35.048.986	R\$ 30.956.147	88%	Processos Custos Legis	2800	3243	116%

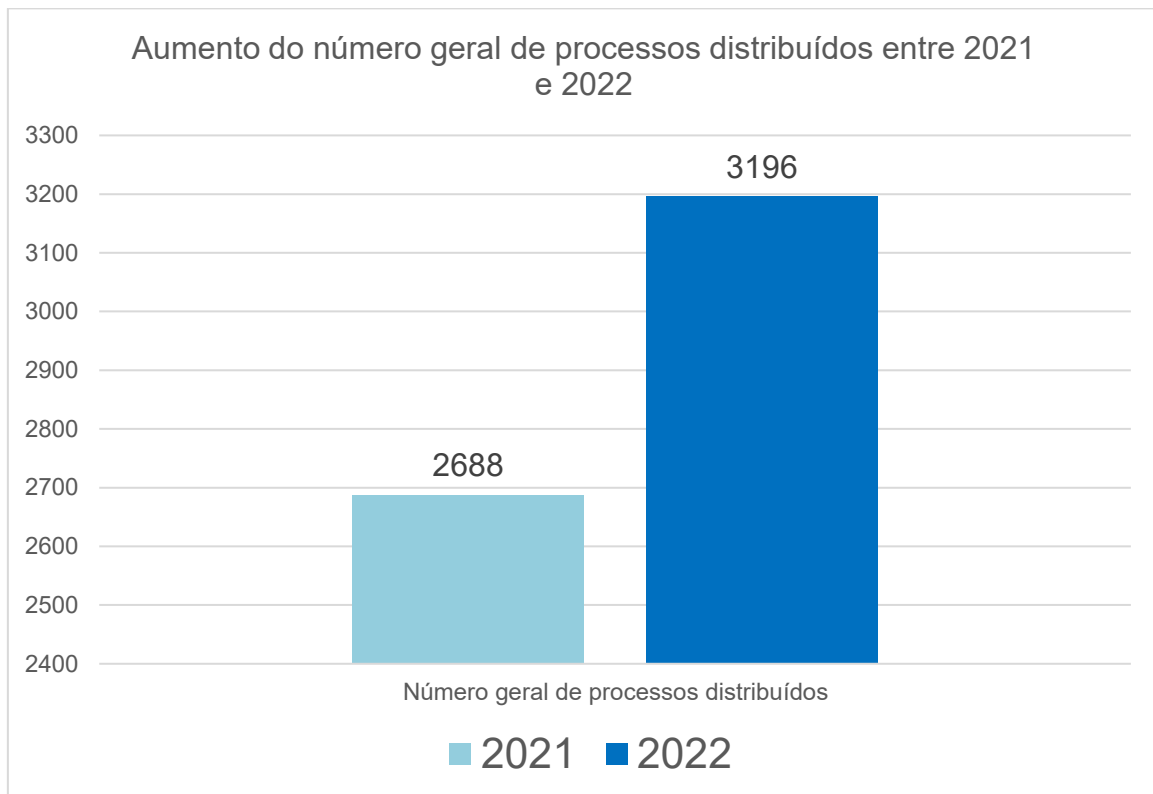
No exercício de 2022, ingressaram 3.196 processos, sendo que 2.869 **novos** e 327 em caráter de **retorno**, conforme demonstrado na tabela abaixo. Os processos novos representam quase 90% do total dessa demanda, sendo que a maior carga processual ocorreu nos meses de janeiro, julho e setembro, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 5 - Processos conclusos.

PROCESSOS CONCLUSOS			
Mês de Referência	Novos	Retornos	TOTAL
JANEIRO	289	27	316
FEVEREIRO	188	35	223
MARÇO	237	36	273
ABRIL	224	13	237
MAIO	258	27	285
JUNHO	265	16	281
JULHO	353	19	372
AGOSTO	218	36	254
SETEMBRO	308	35	343

OUTUBRO	241	38	279
NOVEMBRO	181	25	206
DEZEMBRO	107	20	127
TOTAL	2.869	327	3.196

Gráfico 1 - Aumento do número geral de processos distribuídos entre 2021 e 2022.



Quanto aos processos distribuídos, considerados aqueles em que é obrigatória a audiência do MPC-PA, bem como aqueles encaminhados por decisão do Tribunal Pleno do TCE-PA, o quantitativo, por classe, está demonstrado abaixo.

Gráfico 2 - Quantitativo de processos distribuídos por classe.

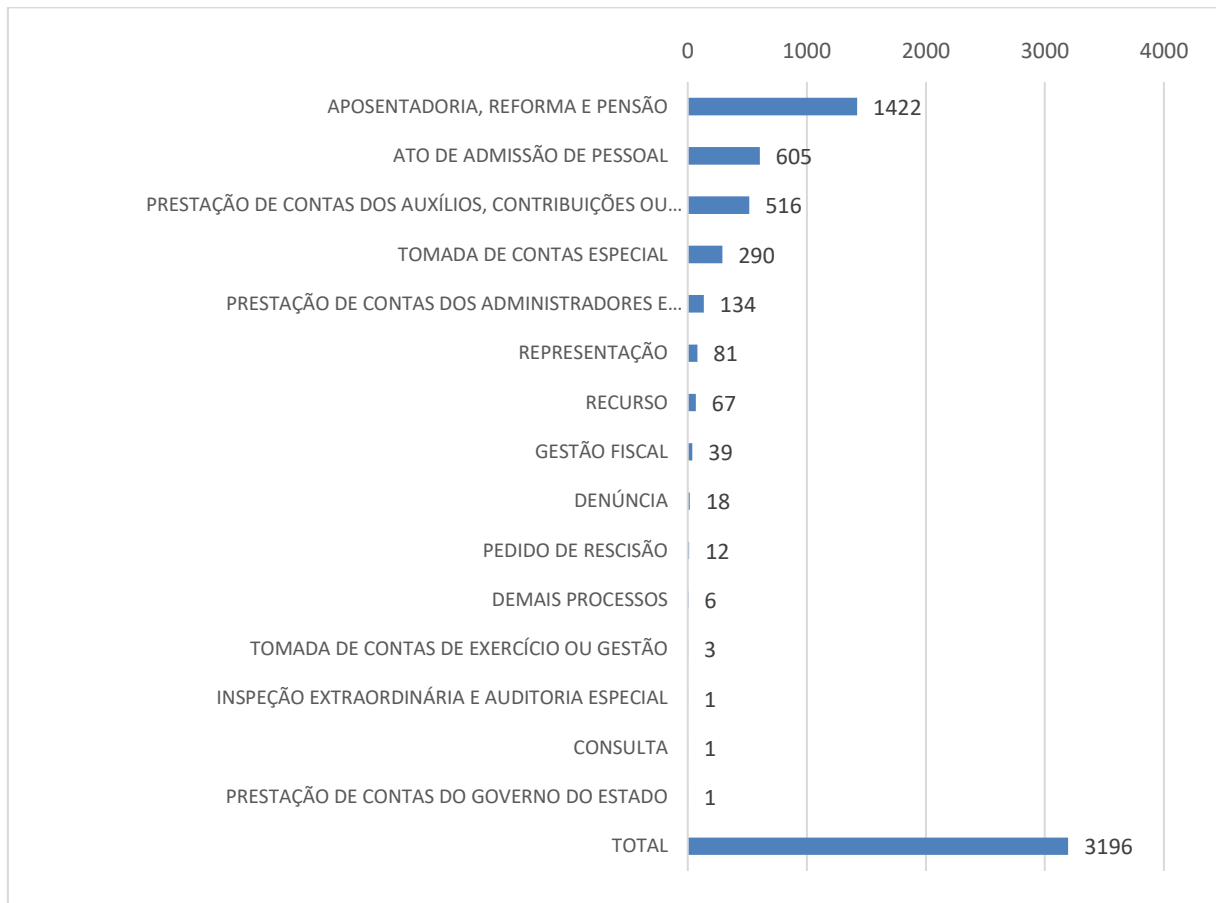


Tabela 6 - Processos distribuídos por classe

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR CLASSE	
Classe	Total por classe
APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1422
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	605
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES OU SUBVENÇÕES CONCEDIDAS PELO ESTADO	516
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	290
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS	134
REPRESENTAÇÃO	81
RECURSO	67
GESTÃO FISCAL	39
DENÚNCIA	18

PEDIDO DE RESCISÃO	12
DEMAIS PROCESSOS	6
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	3
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDITORIA ESPECIAL	1
CONSULTA	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1
TOTAL	3196

Conforme se verifica no gráfico 2 e na tabela 6, durante o ano de 2022, as demandas processuais classificadas em “Ato de admissão de pessoal” e “Aposentadoria, reforma e pensão” representaram as que mais exigiram a atuação ministerial, tendo correspondido a 63% do total dos processos distribuídos no atual exercício.

Na sequência, a tabela 7 abaixo apresenta o comparativo do fluxo processual nos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. O aumento verificado retrata o pleno retorno das atividades presenciais no órgão e no TCE-PA, em virtude da melhora do cenário da pandemia de COVID-19.

Tabela 7 - Evolução da carga processual

EVOLUÇÃO DA CARGA PROCESSUAL	
Exercício	Nº de processos
2016	2.211
2017	1.819
2018	2.595
2019	3.967
2020	2.996
2021	2.688
2022	3.196

Em relação ao tempo médio de análise dos processos, cumpre destacar que um dos compromissos regionais do Objetivo “Contribuir para a Defesa da Ordem Jurídica e Estimular o Controle Social no Âmbito do Controle Externo dos Recursos Estaduais” é atuar, em no máximo 15 dias, em 80% do total de processos recebidos.

Neste contexto, conforme apurado pela Secretaria Processual do órgão, esse compromisso foi mantido satisfatoriamente, tendo sido de 9,83 dias o tempo médio de análise dos processos por parte das Procuradorias do MPC-PA.

No entanto, a simples análise do volume de processos e da celeridade na condução dos mesmos não é suficiente para, por si só, evidenciar a relevância da atuação do MPC-PA no cumprimento do Objetivo em comento. Assim, tratar-se-á dos processos relativos às prestações e tomadas de contas especiais que, embora não constituam as classes processuais de número mais representativo na distribuição de feitos em 2022, possuem peso relevante nas atividades do controle externo, por envolverem a aplicação de recursos públicos de elevada monta.

Com base nos registros fornecidos pela Secretaria Processual, dentre os processos novos movimentados pelo MPC-PA em 2022, identificou-se que 943 decorreram de “processos de contas”, compreendidos, nesse universo, os relativos às:

- “Prestações de contas de auxílios, contribuições e subvenções, repassados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos jurídicos congêneres”;
- “Prestações de contas de administradores dos órgãos e das entidades da administração pública do Estado, bem como dos fundos”;
- “Tomadas de contas especiais” e
- “Tomadas de contas de exercício ou gestão”.

De acordo com os elementos repassados pelas Procuradorias de Contas, constata-se que, relativamente à tipologia processual em epígrafe, foram examinados processos envolvendo um montante de recursos públicos na órbita de aproximados **81,6 bilhões de reais**.

Desse montante global fiscalizado, o MPC-PA exarou manifestações pela imputação de débitos aos responsáveis nos casos em que identificou a prática de atos

de gestão ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de que tenham resultado dano ao erário. Além dos valores requeridos a título de ressarcimento ao Estado, diversas sanções administrativas e pecuniárias correlatas às condutas reputadas irregulares também foram requeridas por este *Parquet* de Contas, sem prejuízo da adoção de pedidos cautelares visando ao resultado útil do processo.

Embora seja a atuação como *custos legis* nos processos oriundos do TCE-PA seja a mais volumosa, é importante destacar que se constitui em apenas uma parte das atividades do MPC-PA. Adicionalmente, o *Parquet* de Contas pode agir de forma proativa como, por exemplo: a) na interposição de recursos e pedidos de rescisão, visando, respectivamente, reformar, anular ou aclarar decisão colegiada ou monocrática e desconstituir decisões definitivas do Tribunal Pleno; b) na proposição de medidas cautelares – autônomas ou no escopo de processo da Corte de Contas – com objetivo de evitar a ocorrência de grave lesão ao erário ou a direito alheio, de na mitigar o risco de ineficácia da decisão de mérito ou prevenir a inviabilidade ou impossibilidade de reparação do dano; ou d) na apuração, mediante provocação ou de ofício, de fatos que possam constituir lesão aos interesses ou direitos cuja guarda lhe incumbe, propondo representações e expedindo recomendações.

No âmbito dessa atividade, a tabela a seguir consolida as providências sancionatórias tomadas pelos órgãos de execução nesse sentido:

Tabela 8 - Providências sancionatórias propostas

PROVIDÊNCIAS SANCIONATÓRIAS PROPOSTAS	
Natureza	Nº de Processos
Multas	86
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança	2

Fora do âmbito dos processos que tramitam na Corte de Contas, o *Parquet* Especializado atua através de procedimentos próprios devidamente autuados, registrados e publicizados, apurando fatos com potencial lesivo aos direitos que tem por competência resguardar.

Assim é que os requerimentos, representações e demais informações encaminhadas ao MPC-PA por qualquer pessoa física ou jurídica são registradas e atuadas como Notícias de Fato (NF), que podem ser arquivadas, convertidas em Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) ou utilizadas para embasar Representação perante os órgãos competentes, conforme o art. 3º da Resolução 07/2017 do Colégio de Procuradores do MPC-PA, *ipsis litteris*:

“Art. 3º - Os requerimentos, representações e demais informações encaminhadas ao Ministério Público de Contas do Estado sobre fatos que possam justificar a sua atuação serão registradas e atuadas como Notícia de Fato, com subsequente distribuição e encaminhamento ao órgão ministerial competente para apreciá-la, na forma do art. 4º desta Resolução.”

O Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), conforme o art. 1º da referida Resolução, é o instrumento de “natureza facultativa, administrativa e unilateral a ser instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado junto ao sistema de controle externo e que serve como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico.”

Em relação aos novos instrumentos internos de apuração, segundo a Resolução nº. 020/2022 do Colégio de Procuradores:

Tabela 9 - Procedimentos Apuratórios Internos segundo a Resolução nº. 020/2022 do Colégio de Procuradores

PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS INTERNOS	
Espécie	Definição
Procedimentos Informativos (PI's)	Res. nº. 020/2022, art. 1º, §1º) “(...) é o procedimento simplificado de coleta sumária de informações destinado a elucidar atos, fatos e/ou circunstâncias inerentes às atribuições do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.”
Procedimentos Preliminares (PP's)	Res. nº. 020/2022, art. 1º, §2º) “(...) é instrumento de natureza preliminar, facultativa, administrativa e unilateral, que será instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará junto ao sistema estadual

	de controle externo, servindo como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico.”
Procedimentos de Acompanhamento (PA's)	Res. nº. 020/2022, art. 1º, §3º) “(...) é o instrumento destinado à fiscalização concomitante do desempenho de programas, ações, projetos e atividades administrativas, quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados, bem como do cumprimento das recomendações expedidas pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará.”

Com a substituição desses dois clássicos procedimentos apuratórios (PAP's e NF's) pelas novas três espécies (PI's, PP's e PA's) em agosto de 2022, o referido ano conviveu com os dois conjuntos de espécies. Portanto, no ano de 2022 foram autuados:

Tabela 10 - Procedimentos Apuratórios Internos em 2022

PROCEDIMENTOS APURATÓRIOS INTERNOS	
Espécie	Nº de Processos
Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's)	8
Notícias de Fato (NF's)	18
Procedimentos Informativos (PI's)	10
Procedimentos Preliminares (PP's)	9
Procedimentos de Acompanhamento (PA's)	2
TOTAL	47

Contextualizando a tabela acima com o Compromisso Regional relativo à quantidade programada de procedimentos apuratórios até 2023 (12 por ano), observa-se que, no ano de 2022, foi possível superar as expectativas de atuação e honrar esse compromisso assumido no médio prazo com tranquilidade.

No que se refere às Representações, estas consistem em levar ao conhecimento da autoridade competente – via de regra o TCE-PA – ato do poder público reputado ilegal, ilegítimo ou antieconômico, a fim de que seja processado e julgado nos termos da lei. Cumpre ressaltar que, embora geralmente sejam consequência do produto dos procedimentos apuratórios, as Representações podem

ser originadas por outros instrumentos. No exercício de 2022, o MPC-PA ingressou com 04 representações junto ao TCE-PA. Foi expedida, ainda, no exercício de 2022, 01 Recomendação, a qual consiste em medida de caráter preventivo e pedagógico, através das quais o *Parquet* sugere correções ou aperfeiçoamentos para evitar a propositura de medidas punitivas.

Merece ser dada também a devida importância para a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado, submetida à apreciação do TCE-PA para emissão de parecer prévio, conforme norma disposta pelo art. 116, I, da Constituição Estadual e correspondentes dispositivos da Lei Complementar nº 081, de 26/4/2012 (Lei Orgânica da Corte de Contas). Nos autos desse processo, a audiência do MPC-PA se faz igualmente obrigatória e a competência de elaboração do parecer recai sobre o Procurador-Geral de Contas.

Também faz parte do escopo dessa Ação (e da missão institucional do órgão) a participação nas sessões plenárias do TCE-PA. Em 2022, o Ministério Público de Contas participou de todas as sessões do TCE-PA, que foram 69 ordinárias e 1 extraordinária, conforme a tabela resumida a seguir:

Tabela 11 - Participação nas sessões plenárias do TCE-PA em 2022

PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES PLENÁRIAS DO TCE-PA		
Tipo de Sessão	Sessões	Número de processos em pauta
ORDINÁRIA	69	3.035
EXTRAORDINÁRIA	1	1
TOTAL	70	3.036

Conforme o inciso III do art. 11 da Lei Complementar Estadual nº 09, de 27 de janeiro de 1992 (Lei Orgânica do MPC-PA), atualizada pela Lei Complementar Estadual nº 106, de 21 de julho de 2016, compete ao MPC-PA promover o ressarcimento dos débitos e multas devidos ao Erário pelas decisões do Tribunal de Contas do Estado.

Em 2022, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019 – MPC-TCE-PGE-IEPTB, firmado em 05/11/2019 e aditado em 21/08/2020 pelo Ministério Público de Contas do Estado, pelo Tribunal de Contas do Estado, pela Procuradoria Geral do Estado e pelo Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará, cujo objeto é a promoção da célere e eficaz recuperação dos créditos públicos vinculados à atividade jurisdicional do TCE-PA por meio da remessa para protesto das decisões prolatadas pela Corte de Contas (Acórdãos e Resoluções), o MPC-PA remeteu à PGE-PA 45 acórdãos para execução do valor histórico global de R\$ 6.040.135,24 (seis milhões quarenta mil cento e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos) a serem recolhidos aos cofres estaduais, e multas, no valor total de R\$ 261.450,24 (duzentos e sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos).

Por fim, tratando do controle social, tem se buscado constante alinhamento com a Visão do MPC-PA especificamente no que concerne à intenção de que o órgão seja reconhecido pela sociedade paraense como promotor desta importante forma de controle dos atos da Administração Pública.

Neste contexto, a Comunicação Institucional está intimamente relacionada à consecução de tal objetivo. Quando da elaboração do Plano Estratégico do MPC-PA, foi constatada por meio de questionário veiculado no sítio eletrônico do órgão que pouco mais de 40% dos entrevistados afirmaram já terem ouvido falar do MPC-PA, mas sem maiores conhecimentos de sua atuação, ou afirmaram não conhecer o órgão.

Assim, com fulcro na necessidade de ampliar o alcance insitucional e permitir o reconhecimento do MPC-PA como órgão parceiro da sociedade na efetivação do controle social, foram elaboradas ações direcionadas a esse fim. Dentre os projetos (ou iniciativas) concebidas, destacaram-se:

- A realização de seminários, debates e encontros técnicos com a sociedade;

- A participação em eventos, em conjunto com o TCE-PA, voltados à formação cidadã nas escolas;
- O incentivo à criação de aplicativos digitais informativos e/ou de fiscalização;
- A interação junto as mídias sociais do MPC (*Facebook* e *Instagram*) com foco em postagens informativas e de estímulo ao controle social.

Principais Resultados/Justificativa

Do ponto de vista financeiro, a execução desta Ação alcançou 88% do valor programado, demonstrando satisfatória aderência ao valor programado.

Do ponto de vista do cumprimento da parte física, percebe-se também adequada aderência (116%), superando as expectativas inicialmente previstas. Esse resultado se deveu à execução das atividades finalísticas do órgão, quais sejam, todas aquelas detalhadas anteriormente (atuação como *custos legis*, atuação de procedimentos apuratórios – PAP's e NF's, participação nas sessões do TCE-PA, interposição de recursos, medidas cautelares, requerimentos, pedidos de rescisão, dentre outras), com o uso intensivo de recursos humanos, insumo principal dos produtos gerados pelo MPC-PA. Neste contexto, é importante destacar que além dos servidores e membros, o MPC-PA possui um Programa de Estágio que se destina ao estágio não obrigatório, de caráter pedagógico e supervisionado, de alunos de graduação e pós-graduação dos cursos de Direito, de Administração, de Contabilidade, Comunicação Social, Tecnologia da Informação (Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e de outras áreas afins às funções ministeriais e necessárias à boa gestão do órgão.

Ademais, na parte do esforço do *Parquet* de Contas dedicada ao estímulo do controle social, em 2022 se consolidou o programa “Diálogos com o MPC-PA”, iniciativa prevista dentro da “realização de seminários, debates e encontros técnicos

com a sociedade”. Foram realizados 02 eventos pela *internet*, sem custo para o órgão (a não ser o custo dos recursos humanos), nos meses de Junho e Setembro de 2022. A primeira edição, ocorrida em 29 de junho de 2022, em modalidade virtual, com transmissão ao vivo pelo Youtube, teve como tema “Transparência e Transformação Digital” e contou com o convidado Renato Morgado (Engenheiro de Projetos da Transparência Internacional – Brasil). A mediação dos debates foi conduzida pelo Ouvidor do MPC-PA, Dr. Stanley Botti Fernandes. Em sua segunda edição, realizada em 30 de setembro de 2022, o evento novamente ocorreu na modalidade virtual, com transmissão ao vivo pelo Youtube, e teve como tema “Eleições e Controle Social”, assunto principal da sociedade brasileira naquele momento, o que demonstra o alinhamento das ações do MPC-PA com a tempestividade dos momentos sociais do estado do Pará e do Brasil. O evento contou com a participação do Dr. Thiago Pinheiro (Procurador-Geral de Contas do Ministério Públicos de Contas do Estado de São Paulo), que tratou do tema “Uso de recursos públicos em campanha e controle social”; e do Dr. Alan Mansur (Procurador da República), que palestrou sobre “Redes sociais, eleições e controle social”. A mediação dos debates foi novamente conduzida pelo Ouvidor do MPC-PA, Dr. Stanley Botti Fernandes.

A interação do órgão nas redes sociais – atividade desenvolvida exclusivamente por pessoal interno – também justificou o cumprimento da execução física programada da Ação.

2.2.2 AÇÃO 8757 – Implementação das Ações de Publicidade Institucional

Tabela 12 - Implementação das Ações de Publicidade Institucional

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
R\$ 415.000	R\$ 237.782	57%	Publicidade Institucional Implementada / Percentual	100%	100%	100%

As ações de publicidade institucional consistem no desenvolvimento, aprovação e veiculação do conteúdo previsto no plano bianual de ações de comunicação.

A Assessoria de Comunicação do órgão (ASCOM/MPC-PA) – conforme Portaria nº 065/2018/MPC-PA – é responsável pela elaboração de pautas, releases, notas, notícias e a cobertura de eventos institucionais internos e externos – organizados pelo MPC-PA ou que contaram com a sua participação.

Principais Resultados/Justificativa

No ano de 2022, todas as ações de publicidade programadas, dentre os produtos listados a seguir, foram executadas com pessoal interno, com uso otimizado dos recursos orçamentários previstos, embasando, dessa forma, o percentual obtido na apuração física da Ação.

Dentre os principais trabalhos desenvolvidos pela ASCOM em 2022, destacam-se o planejamento e execução dos projetos do II Seminário MP de Contas e Sociedade, da Revista MPC-PA e do Anuário MPC-PA, bem como a continuação da organização jornalística e publicitária do evento online “Diálogos com o MPC-PA”, cujo objetivo é avançar para uma comunicação sem ruídos. Destacam-se também o processo de criação e execução de trabalhos publicitários, além do aprimoramento da usabilidade dos canais de comunicação e da cultura organizacional.

Ademais, salientam-se os processos de rotina desenvolvidas no referido ano:

- Planejamento e execução da linha editorial jornalística do órgão: atuação finalística, institucional e pedagógica – interna e externa;

- Produção e redação de sugestão de pauta, *release*, nota, matéria e *spot* para rádio;
- Cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais: internos e externos;
- Elaboração, produção e divulgação do Planejamento Publicitário, interno e externo, sobre a atuação finalística, a institucional e a pedagógica do órgão;
- Gerenciamento das redes sociais do MPC-PA: *Facebook* e *Instagram*;
- Métricas e Monitoramento das redes sociais do órgão;
- Elaboração, produção e divulgação do Planejamento Publicitário do Diálogos com o MPC-PA;
- Produção de roteiro para vídeos institucionais;
- Produção e edição de vídeos institucionais internos e externos;
- Planejamento e execução estratégica – jornalística e publicitária – de eventos institucionais realizados pelo órgão;
- Produção Gráfica de peças publicitárias: logos; infográficos, *cards*, cartaz, *folder*, *templates*, comunicados, avisos, dentre outros;
- Gestão estratégica de moderação das redes sociais do órgão (gerenciamento de risco);
- Assessoria de imprensa;
- Manutenção e atualização anual do *mailing* jornalístico;
- Edição de comunicados e informativos internos;
- Gerenciamento e execução das ações previstas na Política de Comunicação;
- Produção de projetos gráficos para os órgãos internos: CAO, CEAF e Ouvidoria;
- Edição e produção de projeto gráfico do Manual “Critérios de Noticiabilidade”;
- Edição e produção do “Comunica MPC-PA”.

O principal suporte para a divulgação de conteúdo jornalístico sobre o trabalho e as ações institucionais do MPC-PA é o seu o *site* na *internet* – www.mpc.pa.gov.br.

No ano de 2022, foram publicadas 54 notícias na plataforma digital, conforme é apresentado na tabela abaixo. O sistema de intranet também reportou informações e notícias de interesse interno, com a veiculação de 16 matérias.

Tabela 13 - Notícias veiculadas em 2022

NOTÍCIAS VEICULADAS		
Mês de Referência	Internet (site)	Intranet
JANEIRO	1	-
FEVEREIRO	7	1
MARÇO	5	7
ABRIL	5	-
MAIO	2	1
JUNHO	6	-
JULHO	2	1
AGOSTO	6	-
SETEMBRO	7	1
OUTUBRO	8	2
NOVEMBRO	2	2
DEZEMBRO	3	1
TOTAL DE NOTÍCIAS VEICULADAS	54	16

Em consonância com o aprimoramento institucional do órgão, o planejamento, a elaboração e a divulgação de campanhas publicitárias referentes à atuação seguiram avançando, especialmente no que se refere à criação de conteúdo para as redes sociais. Nesse sentido, destacamos a produção dos *reels* com séries informativas e de campanhas humanizadas como, por exemplo, a do mês do servidor, além dos *reels* factuais para chamadas de conteúdos finalísticos, os quais contaram com a participação dos procuradores do MPC-PA. De modo estratégico, a Seção de Jornalismo e Publicidade (SJP) trabalhou a análise de métricas e monitoramento, visando o aperfeiçoamento dos tipos de mídia em acordo com o perfil das “*personas*” que seguem o órgão nas redes sociais (*Instagram e Facebook*).

Dessa maneira, acompanhando as constantes atualizações das referidas redes, o conteúdo publicitário passou a ser veiculado, em sua maioria, no formato vídeo/*reels*, gerando aumento do alcance orgânico do perfil, bem como do engajamento com as publicações. Essa métrica de alcance está diretamente ligada ao “pacote engajamento” – número de curtidas, comentários, compartilhamentos e salvamentos – e ao aumento do número de seguidores dos perfis. Atualmente, o perfil @mpcontaspa no *Instagram* conta com 3.289 seguidores, e o @mpcpaoficial no *Facebook* conta com 3.300, totalizando 6.589 seguidores. É válido frisar que os números refletem a realidade de perfis com alcance orgânico, ou seja, pessoas reais consumindo o conteúdo publicizado pelo MPC-PA nas redes sociais, não por máquinas que representam apenas números, porém não geram engajamento e participação ativa das pessoas.

Tabela 14 - Levantamento quantitativo publicitário em 2022

LEVANTAMENTO QUANTITATIVO PUBLICITÁRIO 2022			
Mês de Referência	Total	Post Feed	Post Reels
JANEIRO	6	6	-
FEVEREIRO	8	8	-
MARÇO	11	10	1
ABRIL	23	20	3
MAIO	20	19	1
JUNHO	18	13	5
JULHO	6	4	2
AGOSTO	20	15	5
SETEMBRO	27	20	7
OUTUBRO	20	8	12
NOVEMBRO	10	5	5
DEZEMBRO	13	8	5
TOTAL DE CONTEÚDO PRODUZIDO	162	136	46

OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

Tabela 15 - OBJETIVO: Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)

OBJETIVO			
Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)			
COMPROMISSO REGIONAL			
Disponibilizar 80% das Soluções de TI Planejadas até 2023			
Modernizar 85% do Parque Tecnológico, até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Implementação das Soluções de TI	Solução Apresentada	Prc	MPC-PA
Modernização da Infraestrutura de TI	Parque Tecnológico Modernizado	Prc	MPC-PA

O Mapa Estratégico do MPC-PA para o período 2019-2024 está dividido em quatro perspectivas que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma contém um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados no alcance de sua visão e no cumprimento de sua missão.

A perspectiva de “Pessoas, Aprendizado e Inovação” engloba tudo o que se refere à gestão de pessoas, tecnologia da informação, comportamento organizacional e infraestrutura logística do MPC-PA. Nessa perspectiva está inserido o objetivo “Implantar a Governança de TI”, cujo contexto é dotar o MPC-PA de meios e soluções tecnológicas adequadas para atender às demandas internas e externas.

Cabe ao Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - DTIT realizar as atividades e soluções que envolvam recursos de computação visando

a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processada por este *Parquet* Especializado de Contas.

Com isso, o objetivo de “Implantar a Governança da Tecnologia da Informação (TI)” foi concebido a partir de diagnóstico feito na elaboração do Plano Estratégico 2019-2024 do MPC-PA, quando foram identificadas, no ambiente interno, a necessidade de destaque das iniciativas relacionadas à melhoria dos recursos de informática do MPC-PA com atualização do parque tecnológico, o desenvolvimento de sistemas que suportem as atividades administrativas e atividades-fim e implantação da governança de TI.

Destacam-se as duas ações que foram contempladas no planejamento orçamentário. A primeira “Implementação Soluções de TI” que diz respeito à implantação, atualização e integração de sistemas de informação e/ou de processo eletrônico. A segunda “Modernização da Infraestrutura de TI refere-se à atualização rede, software e hardware, elementos fundamentais para o bom funcionamento do órgão.

2.2.3 AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI

Tabela 16 - AÇÃO 8752 – Implementação das Soluções de TI

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
R\$ 3.568.930	R\$ 724.181	20%	Solução Apresentada / Percentual	70%	54%	77%

A Ação de Implementação das Soluções de TI foi idealizada para abarcar a programação dos recursos necessários para a implementação e melhoria nos sistemas de informação do MPC-PA.

O setor público tem uma crescente necessidade de se adequar às novas formas de trabalho e é imperativa a contínua busca por eficiência e celeridade em seus processos. E esses dois aspectos da melhoria permanente de qualidade dos produtos e serviços que devem ser entregues à sociedade perpassam necessariamente pelo aumento e pelo incremento da qualidade dos *softwares* e sistemas utilizados.

Aumentar e aprimorar o uso dos recursos digitais contribuirá para essa busca nos processos das áreas de apoio e também na área-fim do MPC-PA. Processos repetitivos e cíclicos das áreas-meio e monitoramentos realizados pelas áreas-fim podem ser automatizados, liberando os recursos humanos para análises mais nobres e para o alcance da visão de futuro do *Parquet* de Contas estadual.

As Soluções de TI foram previstas no planejamento setorial do DTIT para o período de 2019-2024 e, por isso, alguns itens previstos para o ano de 2019 também devem ser contabilizados para apuração da meta física (uma vez que ela é calculada pelo acúmulo percentual das soluções implantadas em relação à base total para o período citado acima). Com isso, dentre outras soluções que podem surgir ao longo da execução do PPA vigente, as soluções de TI previstas são as seguintes:

- Aquisição de *softwares* disponíveis no mercado;
- Contratação de chaves de certificado digital usados como ferramentas de apoio aos servidores e membros;
- Desenvolvimento de sistema usado na Ouvidoria do MPC-PA¹;

¹ Previsto para 2019

- Implantação de sistema Web de Cadastro e Monitoramento do Planejamento Estratégico e Planejamento de Gestão, objetivando registro e monitoramento eficiente das ações planejadas¹;
- Atualização do framework (abstração de códigos comuns entre vários projetos de software) e sistema de segurança da *Intranet* e da *Internet* do MPC-PA¹;
- Migração para o fornecimento e gerenciamento da rede remota, pavimentando o caminho para a possível implantação futura do teletrabalho;
- Implantação do processo administrativo eletrônico, observando a implantação do Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PA, incluindo a digitalização dos processos em papel;
- Aprimoramento do DIPRO, sistema usado para tramitação interna dos processos oriundos do TCE-PA;
- Aprimoramento do sistema de Gestão de Pessoas;
- Aprimoramento do sistema usado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF);
- Desenvolvimento de sistema para Gestão de Patrimônio permanente e de consumo, incluindo o gerenciamento de estoque;
- Desenvolvimento de sistemas para a atividade finalística;
- Aperfeiçoamento da interface digital do MPC-PA (sítio eletrônico, *intranet* e demais interfaces de apoio).

Principais Resultados/Justificativa

No exercício de 2022, houve uma dedicação muito grande da equipe na continuidade do desenvolvimento do sistema DIPRO 4.0, dessa vez com o auxílio de “fábrica de *software*”. O Sistema de Autuação, Controle e Distribuição de Processos – DIPRO, na versão 4.0 tem como objetivo atender às necessidades atuais dos usuários que executam a atividade finalística do órgão. Esse sistema já tinha grande parte de

sua 1ª fase desenvolvida, mas, durante o ano, houve alterações nos normativos a serem seguidos pelo software, resultando em alterações na estrutura base e em várias rotinas deste sistema.

Além disso, ocorreu o desenvolvimento dos módulos referentes aos processos internos do MPC-PA, melhorias de interface, visando uma melhor experiência para o usuário, testes e a migração dos dados do sistema anterior. Essa primeira fase do DIPRO 4.0 ficou pronta no final de 2022, tendo o início de sua utilização no início do exercício de 2023.

Também foi iniciado o desenvolvimento do novo SGP (Sistema de Gestão de Pessoas), o que tem demandado elevado esforço da equipe. O Sistema de Gestão de Pessoas – SGP - versão 1.0 tem o objetivo de substituir diversos sistemas que realizam hoje a gestão das informações de pessoal por um único sistema moderno, em plataforma Web, que promova as informações necessárias ao e-Social, às auditorias do TCE-PA e ao Sistema do IGEPREV, melhorando a tecnologia utilizada no dia a dia pela maioria dos usuários, para gestão de suas informações, reduzindo o esforço gasto com estas operações e resultando em mais tempo disponível para as atividades finalísticas. Neste projeto, a maior parte do ano foi destinada à análise da solução necessária e ao desenvolvimento da estrutura base, que deverá servir de modelo para os novos sistemas desenvolvidos pelo MPC-PA. Os módulos de Cadastro, Histórico Funcional e Dependentes foram iniciados ao longo do segundo semestre de 2022, tendo suas entregas previstas para março de 2023.

O sistema e-Social, terceiro projeto em andamento, já tinha software assinador e controle de arquivos do tipo XML gerados e enviados, ambos desenvolvidos em 2021. Ao longo do ano de 2022, foram desenvolvidos os módulos geradores de cada tipo de arquivo, referentes às fases 1, 2 e 3. Foi realizado, ainda, o acompanhamento do preenchimento dos dados e o envio tempestivo nas fases supracitadas.

Foram realizadas também modificações no *site* do órgão na *internet*, no *layout* de algumas páginas e funcionalidades internas, bem como ajustes relacionados à Lei

de Acesso à Informação (acessibilidade e pesquisa rápida textual, dentre outras), além de manutenções rotineiras na *intranet* do órgão e contratação da *Microsoft* para disponibilização de licenças *Office* e todo o seu pacote de novas ferramentas auxiliares para apoio na gestão de processos.

Dessa forma, para contabilização da execução física dessa Ação, foi considerada a mesma base de entregas de 2020. As entregas previstas para 2022 foram naturalmente afetadas pela curva de aprendizado exigida pela contratação da solução de Fábrica de Software, bem como pela inflexão informacional que está sendo trazida pelas ferramentas Microsoft. Tais fatos impactaram no atingimento da meta física e, conseqüentemente no reduzido dispêndio orçamentário programado para essa Ação.

Ainda assim, quando olhamos o histórico da aderência da execução orçamentária, nota-se que esta é crescente ao longo dos anos regidos por esse PPA, como pode ser observado a seguir, demonstrando o foco que está sendo dado na entrega de soluções de TI.

Tabela 17 - Aderência orçamentária-financeira da Ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023

Aderência orçamentária-financeira da Ação 8752 ao longo do PPA 2020-2023		
2020	2021	2022
5,31%	18,50%	20,29%

2.2.4 AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI

Tabela 18 - AÇÃO 8751 – Modernização da Infraestrutura de TI

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução

R\$ 765.000	R\$ 107.953	14%	Parque Tecnológico modernizado/ Percentual	80%	84%	105%
-------------	-------------	-----	---	-----	-----	------

A Ação Modernização da Infraestrutura de TI foi, assim como a Ação de Implantação de Soluções de TI, uma necessidade identificada na elaboração do Plano Estratégico 2019-2014 do MPC-PA, oriunda da análise do ambiente interno: a atualização do parque tecnológico do órgão.

Dependente dos recursos de TI, em sentido amplo, a missão institucional do MPC-PA só pode ser cumprida a contento com um parque tecnológico moderno e eficiente. E esse parque, no MPC-PA, é diversificado e composto por equipamentos que vão desde computadores (*desktops* e *notebooks*) até *switches*, passando por *no-break's* e servidores.

A métrica usada para aferição considerou o parque de ativos e consiste na verificação do nível percentual de atualização desses ativos segundo critérios de vida útil definidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – DTIT.

Principais Resultados/Justificativa

Seguindo a Ação de Modernizar a Infraestrutura de T.I. do Planejamento Estratégico 2019-2024, foi feita a aquisição de 10 notebooks destinados aos chefes de dos departamentos objetivando a atualização dos equipamentos e mobilidade necessários para a realização das atividades do Órgão dentro e fora de sua Sede.

Ademais, visando a substituição de equipamentos que já apresentavam problemas, foram adquiridos 11 nobreaks de 3,0 e 3,2 KVA.

O índice de modernização do parque de ativos de TI consiste na medição de qual o percentual dos ativos em uso que estão atualizados conforme critérios de idade.

Tabela 19 - Índice de modernização do parque de ativos de TI

ÍNDICE DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ATIVOS DE TI MPC-PA		
Descrição	Quantidade em uso	Quantidade de ativos atualizados em uso no ano de 2022
Servidores	4	2
Computadores	110	110
Monitores	113	60
Notebooks	21	21
Switches gerenciáveis	3	3
Switches não gerenciáveis	19	17
Impressoras	3	0
No-breaks	73	71
Estabilizadores	7	0
Roteadores	5	5
Racks	2	2
Projetores	2	1
Tela de projeção	1	1
Televisores	2	1
Kit de Microfones	2	2
Webcams	21	21
Tripés para câmeras de vídeo	4	4
Mesas de som	2	0
Placas de captura de vídeo	1	1
HD USB externos	10	0
Apresentador multimídia	1	1
Aparelhos de telefone	45	45
Câmera fotográfica	1	0
Dockstation	2	2
Leitor de Código de Barra	2	2
TOTAL	445	372
		83,60%

OBJETIVO: Viabilizar a gestão administrativa

Tabela 20 - OBJETIVO: Viabilizar a gestão administrativa

OBJETIVO			
Viabilizar a gestão administrativa			
COMPROMISSO REGIONAL			
Manter 90% de Execução das Ações de Capacitação até 2023			
Mapear 75% dos Procedimentos e Processos Internos até 2023			
AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	ÓRGÃO EXECUTOR
Assistência Médica e Odontológica	Pessoa Beneficiada	Un	MPC-PA
Concessão de Auxílio Alimentação	Pessoa Beneficiada	Un	MPC-PA
Capacitação de Membros e Servidores	Pessoa Capacitada	Un	MPC-PA
Implementação de Ações de Infraestrutura Predial	Obra Realizada	Un	MPC-PA
Operacionalização das Ações Administrativas	Serviço Realizado	Prc	MPC-PA

O objetivo de “Viabilizar a gestão administrativa” foi um objetivo concebido a partir da revisão do PPA realizada em 2021 para reunir as Ações que apoiam a missão institucional do MPC-PA e o atingimento da sua visão, no que se refere à capacitação de membros e servidores. Reúne também iniciativas relacionadas à gestão de pessoas, incluindo a valorização do corpo funcional (desdobrada nas Ações de Assistência Médica e Odontológica, Concessão de Auxílio Alimentação).

A manutenção desse objetivo proporcionará ao *Parquet* de Contas o contínuo aprimoramento de suas atividades institucionais uma vez que o órgão recebe, processa e entrega como produto, em sentido amplo, informações de natureza intangível. E os recursos precípuos utilizados para o atingimento das missões institucionais são, inevitavelmente, nesse caso, recursos humanos.

2.2.5 AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA

Tabela 21 - AÇÃO 8749 - Assistência Médica e Odontológica do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.972.000	1.484.928	75%	Pessoa Beneficiada / Unidade	87	88	101%

O auxílio-saúde, previsto na Ação 8749, é um benefício concedido em pecúnia para o ressarcimento total ou parcial, limitado ao teto, dos pagamentos mensais efetivamente realizados a planos de saúde e outros prestadores de serviço para cobertura de despesas médicas e/ou odontológicas de titularidade de membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa) e inativos, cumpridas as condições e critérios exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

Considera-se plenamente atendido o planejamento orçamentário e físico dessa Ação, ressaltando-se, por outro lado, que, do ponto de vista financeiro, a dificuldade no planejamento assertivo do valor a ser destinado para o ressarcimento de valores se dá em razão de sua variação (desde que abaixo do teto) para cada servidor ou membro. Dessa forma, houve economia orçamentária nessa Ação, apesar da manutenção do número maior de pessoas atendidas.

2.2.6 AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação

Tabela 22 - AÇÃO 6004 - Concessão de Auxílio Alimentação

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
2.088.000	1.981.553	95%	Pessoa Atendida / Unidade	87	88	101%

O auxílio-alimentação é destinado a todos os membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos, mediante opção expressa), desde que cumpridos os requisitos exigidos.

Principais Resultados/Justificativa

Na mesma proporção da Ação 8749, houve economia orçamentária nessa Ação, apesar do maior número de pessoas atendidas. Entretanto, nota-se maior aderência dessa Ação quando comparada à Ação 8749 pelo fato de que o Auxílio-Alimentação não varia o seu valor mensal. O pequeno desalinhamento da execução orçamentária-financeira deveu-se à movimentação do quadro de pessoal ao longo do exercício.

2.2.7 AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA

Tabela 23 - AÇÃO 8748 - Capacitação de Membros e Servidores do MPC-PA

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.201.745	705.320	59%	Ações de Capacitação	24	14	58%

Um dos pontos mais importantes do Objetivo de Viabilizar a gestão administrativa, a capacitação de membros e servidores do MPC-PA é conduzida pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF.

O CEAF é o órgão auxiliar do MPC-PA destinado a promover cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos, publicações e congêneres, visando ao aprimoramento cultural, profissional e funcional dos membros e servidores da instituição, bem como a melhor execução de seus serviços e a otimização, disponibilização, utilização e operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros do órgão, para o melhor desempenho das funções institucionais.

Neste contexto, o MPC-PA elaborou, em 2019, a sua Política de Capacitação, documento que reúne as principais diretrizes de capacitação do órgão, com definição dos eixos e estratégias de atuação, áreas temáticas de conhecimento, modalidades de capacitação e estratégias de ensino.

As competências foram organizadas em três eixos de atuação, quais sejam: Desenvolvimento Gerencial, Técnico e Genérico. O eixo de Desenvolvimento Gerencial contempla as competências necessárias para a liderança e gestão do ambiente de trabalho. O eixo de Desenvolvimento Técnico consiste nas competências específicas do servidor e membro para atuação profissional nos processos de trabalho. Já o eixo de Desenvolvimento Genérico inclui as competências gerais e comportamentais que o profissional precisa desenvolver e que permeiam toda a organização.

É preconizado na Política de Capacitação que as ações educacionais propostas desenvolver-se-ão de modo multidisciplinar e transversal em torno da divisão de grandes áreas de conhecimento, as quais se agrupam por afinidade em 07 áreas: Administração, Gestão e Governança Pública, Auditoria e Controle Interno,

Contabilidade e Finanças Públicas, Contas e Processos, Direito, Segurança e Qualidade no Trabalho e Sistemas de Informação.

Historicamente, o CEAF tem apresentado como um dos seus pontos fortes a realização de parcerias, geralmente sem custo para o órgão, para o oferecimento da capacitação, prezando pela economia dos recursos públicos sem descuidar da qualidade das iniciativas executadas.

Faz-se importante destacar que a janela de revisão do PPA 2020-2023 aberta em 2021 (cujas alterações serão detalhadas posteriormente) permitiu a alteração do produto da meta física dessa Ação passar de “Pessoas Capacitadas” para “Ações de Capacitação”, procurando refletir melhor o destino dos recursos alocados aqui.

Principais Resultados/Justificativa

Em 2022, a manutenção do cenário pandêmico nos primeiros meses mostrou-se desafiadora para a atuação do CEAF. Foram realizadas 14 ações educacionais no exercício de 2022 com número médio de capacitados de 51 servidores por capacitação (retirando-se dessa média os treinamentos direcionados a algum público-alvo mais específico, de menor quórum).

Tabela 24 - Ações educacionais realizadas em 2022 pelo CEAF

AÇÕES EDUCACIONAIS REALIZADAS EM 2022 PELO CEAF		
Ação	Mês de realização	Capacitados
“Reinstituição de benefícios fiscais declarados inconstitucionais pelo STF”, por: Dr. Patrick Mesquita, Procurador Geral de Contas do MPC-PA.	Janeiro	51
“A Dimensão Simbólica do Direito Financeiro”, por: Dr. Stanley Botti, Procurador de Contas do MPC-PA.	Fevereiro	59
“Escuta e Gestão de Conflitos”, por: Denis Moreira, advogado da União.	Março	33

“Ciclo de Ambientação para Novos Servidores”, por: Procuradores e Servidores MPC-PA.	Março	4
“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte I”, por: Luciana Ferreira, Professora.	Abril	7
“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte II”, por: Dra. Luciana Ferreira, Professora.	Abril	7
“Vedações Eleitorais: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens”, por: Dra. Robina Dias Pimentel Viana, Procuradora do Estado do Pará.	Abril	60
“Eleições 2022: propaganda institucional e agentes públicos”, por: Dra. Carolina Massoud, Procuradora do Estado do Pará.	Junho	66
“Auditoria Governamental – Módulo I”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	Agosto	35
“Lei Geral de Proteção de Dados: Introdução e Mapeamento de Dados”, por: Carolina Martins Victor e Gilmar Carneiro Gomes, servidores do MPC-PA	Setembro	10
“Auditoria Governamental – Módulo II”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	Setembro	26
“Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021”, por: Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello, Professores da ZÊNITTE.	Outubro	142
“Como Elaborar Projeto de Pesquisa para Mestrado”, por: Dra. Luly Fischer, Professora da UFPA.	Novembro	23
“A Prescrição no Tribunal de Contas da União”, por: Dra. Arildo da Silva Oliveira, Auditor Federal de Controle Externo e Secretário do TCU no Estado do Pará.	Dezembro	58

Entre os eventos promovidos pelo CEAf em 2022, dá-se ênfase ao curso “Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021” ministrado pelos professores Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello da ZÊNITTE CONSULTORIA, tanto pelo quantitativo de jurisdicionados alcançados, como pela crucial importância do tema para o Estado do Pará, na gerência de seus recursos públicos, e, principalmente, para atuação do MPC-PA e TCE-PA, no exercício de suas funções típicas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do Estado. O evento contou com 158 inscritos e foram emitidos 142 certificados, gerando um índice de capacitação de 90% (noventa por cento). Das vagas cedidas, 38 foram disponibilizadas para membros e servidores do MPC-PA, 30 foram destinadas ao TCE-PA e 90 foram ofertadas para

diversos agentes públicos relacionados aos campos jurídico, administrativo e do controle externo, distribuídas pelas mais de 32 secretarias, órgãos e poderes da administração pública do Estado do Pará.

Além disso, ao longo de 2022, o CEAF também continuou com a divulgação do “Informativo de cursos”, um guia com indicação de diferentes cursos oferecidos *online* e gratuitamente por instituições voltadas para a capacitação no serviço público, tais como o Instituto Serzedelo Corrêa, a Escola Nacional de Administração Pública, o Instituto Rui Barbosa, dentre outras. Os Informativos de Cursos foram divulgados quadrimestralmente em 2022, através diversos canais de comunicação do órgão (grupo de WhatsApp, e-mail, intranet e site do MPC-PA), contendo opções de curso em diversas temáticas, como: Gestão de Pessoas, Gestão estratégica, Orçamento e Finanças, Auditoria e Controle, Licitações e Contratos Administrativos, Língua Portuguesa, Contabilidade, Desenvolvimento Gerencial, Governança e Gestão de Riscos, Ética e Cidadania, Comunicação, Gestão Pública, entre outros.

Assim, para além de estimular o contínuo processo de capacitação dos membros e servidores, o Informativo de cursos tem se mostrado um instrumento eficaz no processo de validação dos certificados, para fins de percepção da referida vantagem remuneratória (GDP), haja vista o melhor aproveitamento do tempo pelos setores envolvidos no processo de avaliação dos servidores, visto que a pré-seleção de cursos pelo CEAF confere ao conteúdo ofertado uma análise prévia de compatibilidade dos temas com as atribuições do cargo e/ou interesse do Órgão, conforme determinado pelo art. 4º da Resolução nº 06/2018-MPC-PA-Conselho.

No âmbito da educação formal, no ano de 2022, o CEAF trabalhou em conjunto com a UFPA e outras instituições para a formalização de Convênio, com ônus orçamentário-financeiro, disponibilizando vagas aos membros e servidores do MPC-PA em Programa de Mestrado Profissional na área do Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFPA).

A primeira turma do PPGDDA/UFPA encontra-se em andamento, tendo sido iniciada em junho de 2021, ocasião em que tivemos dois membros do Ministério Público de Contas aprovados na seleção da UFPA.

Ante o exposto, a execução orçamentária realizada abaixo do previsto deu-se em razão das parcerias realizadas com os palestrantes, em sua maioria convidados-voluntários ou integrantes do quadro de pessoal do MPC-PA, resultando no menor percentual de execução financeira observado. Quanto à execução física, a nova meta desenhada, por ser inédita, demonstrou-se superior à capacidade de fornecimento de cursos, ensejando a necessidade de seu redimensionamento.

2.2.8 AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial

Tabela 25 - AÇÃO 8753 - Implementação de Ações de Infraestrutura Predial

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução
1.550.500	167.674	11%	Obra Realizada / Unidade	1,00	0,05	5%

A Ação 8753 – Implementação de Ações de Infraestrutura Predial é uma inovação do PPA 2020-2023 do MPC-PA para suportar iniciativas estratégicas previstas no Planejamento Estratégico 2019-2024, quais sejam a implementação da Política de Segurança Institucional e seus desdobramentos.

A Política de Segurança Institucional prevê a melhoria das áreas e instalação da sede do MPC-PA, localizada em Belém/PA com a realização de obras nos sistemas físicos, eletrônicos, de combate a incêndio e de controle de acesso, dentre outros. Ao se melhorar o ambiente físico de trabalho, com melhor distribuição dos postos de

trabalho e fornecimento de serviços de infraestrutura até então inexistentes no histórico prédio que guarda a sede do *Parquet* de Contas, é possível promover melhorias na qualidade de vida no trabalho de servidores e membros, contribuindo, dessa maneira, para o cumprimento das missões institucionais do órgão.

Principais Resultados/Justificativa

Devido às dificuldades no projeto de expansão física do MPC-PA, que impactaram na execução do projeto de reforma do edifício-sede do órgão localizado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará na Avenida Nazaré em Belém, não foi possível executar plenamente o que estava inicialmente previsto nessa Ação, tendo sido executadas apenas mais uma pequena parcela das melhorias necessárias e apontadas no Relatório de Gestão 2019 e iniciadas no ano de 2020, quais sejam os serviços de impermeabilização de rufos, lajes, calhas e *shafts*, limpeza de caixas de passagem com substituição de tampas danificadas, melhoria em cobertura com telha cerâmica e em policarbonato, melhorias e pintura em várias salas e gabinetes, substituição de aparelhos e acessórios sanitários, recuperação de pilares, substituição de forro em placas, substituição dos barriletes de tomada de água para combate a incêndio e o tratamento impermeável conferido aos reservatórios de água potável.

Adicionalmente, estão previstos para 2023 a elaboração de projetos para modernização das instalações do edifício-sede, nos sistemas elétricos, de telecomunicações, de segurança, de combate a incêndio, dentre outros.

2.2.9 AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas

Tabela 26 - AÇÃO 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas

FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO			
Dot. Atualizada OGE 2022	Executado	% Execução	Produto / Unidade de Medida	Programação	Executado	% Execução

2.453.141	534.436	22%	Serviço Realizado / Percentual	100%	50%	50%
-----------	---------	-----	--------------------------------	------	-----	-----

A Ação 8515 – Operacionalização das Ações Administrativas tem como objetivo prover o órgão de infraestrutura física, tecnológica, de material, logística e de segurança adequadas para o desenvolvimento normal de suas atividades.

Principais Resultados/Justificativa

Foram desenvolvidas ações que viabilizaram o funcionamento do órgão de forma adequada e segura, gerando bens e serviços que direta ou indiretamente se destinam à sociedade. A adoção do sistema de processo eletrônico para os processos administrativos internos acarretou diminuição no consumo de material de expediente e impressões em papel, o que justifica o percentual de execução aferido nessa Ação. Ainda assim, atividades de manutenção, perenes ao longo do tempo para evitar o sucateamento dos ativos do órgão e serviços foram realizados, bem como houve a aquisição de bens relacionados à temática administrativa.

Dentre as atividades que se destacam nesta Ação, citam-se:

- Início da execução do Termo de Execução descentralizada nº 01/2022 entre o MPC-PA e a Polícia Militar do Estado do Pará, visando o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto a sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, essencial ao desempenho de suas atividades institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis;
- Manutenções Preventivas e Corretivas nos equipamentos no grupo gerador de energia, nos veículos oficiais, nos sistemas de climatização (15

manutenções corretivas em 2022, incluindo a substituição do compressor de um equipamento instalado no terceiro andar do prédio-sede e de uma máquina localizada da antessala da Procuradoria-Geral do prédio-sede) e de combate a incêndio, no elevador (12 manutenções preventivas) e na infraestrutura predial;

- Aquisição de aparelhos de ar condicionado split;
- Limpeza e desinfecção dos reservatórios de água do prédio, com análise bacteriológica e substituição dos elementos filtrantes do fornecimento de água potável;
- Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação;
- Controle de pragas e vetores urbanos;
- Sanitização regular das instalações em função da pandemia;
- Aquisição de material de expediente e insumos;
- Seguros predial e veicular.

3 RELATÓRIOS SETORIAIS

Em complementação às informações já apresentadas, colocam-se a seguir os relatórios setoriais detalhando as atividades desenvolvidas nas unidades administrativas do MPC-PA ao longo do exercício de 2019.

3.1 Departamento de Finanças e Orçamento

Este relatório tem como objetivo prestar contas das atividades desenvolvidas pelo Departamento de Finanças e Orçamento, no exercício de 2022, aos membros, servidores e sociedade em geral.

A exposição dos fatos retrata com clareza os trabalhos realizados dentro do enfoque das atribuições inerentes a este Setor e em consonância com as diretrizes superiores.

3.1.1 Atividades do Setor de Finanças

Área responsável pela Execução Orçamentária e Financeira do Órgão (UG 370101) e ainda responsável pela execução apenas orçamentaria do IGEPREV – MPC Fundo Financeiro (UG 8400227), cujos trabalhos se desenvolveram de acordo com o seguinte relato:

- Execução Orçamentária

O Orçamento anual do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (UG 370101) fixou, para o exercício financeiro de 2022, a despesa em R\$ 49.821.081,00 (quarenta e nove milhões oitocentos e vinte e um mil e oitenta e um reais). Após as alterações ocorridas durante o exercício, reduziu-se o montante inicial para R\$ 47.862.250,92 (quarenta e sete milhões oitocentos e sessenta e dois mil duzentos e

cinquenta reais e noventa e dois centavos), dos quais foi empenhado o valor de R\$ 36.963.914,39 (trinta e seis milhões novecentos e sessenta e três mil novecentos e quatorze reais e trinta e nove centavos), representando economia orçamentária de R\$ 10.898.336,53 (dez milhões oitocentos e noventa e oito mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), sem, entretanto, deixar de atender as necessidades do órgão, dentro dos ditames legais.

A execução do MPC Fundo Financeiro/IGEPREV (UG 840227) fixou as despesas em R\$ 6.940.629,92 (seis milhões novecentos e quarenta mil seiscentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos), dos quais foi empenhado o valor de R\$ 6.940.629,77 (seis milhões novecentos e quarenta mil seiscentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos) tendo apresentado assim uma economia orçamentária de R\$ 0,15 (quinze centavos), conforme se visualiza abaixo:

Tabela 27 - Execução Orçamentária

	UG:370101	UG: 840227	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	49.821.081,00	0	49.821.081,00
(+) SUPLEMENTAÇÕES	2.190.100,25	0	2.190.100,25
(-) Cancelamento de Dotação	2.619.060,44	0	2.619.060,44
(+) Movimento de Crédito	(1.396.830,08)	6.940.629,92	5.543.799,84
(-) Contenção de Crédito	(133.039,81)	-	(133.039,81)
(=) Autorização Final	47.862.250,92	6.940.629,92	54.802.880,84
(-) Valor Empenhado	36.963.914,39	6.940.629,77	43.904.544,16
(=)Crédito Disponível Orçamentário (Economia Orçamentária)	10.898.336,53	0,15	10.898.336,68

- Execução Financeira (UG 370101)

Durante o exercício de 2022 o Órgão movimentou recursos recebidos no valor de R\$ 78.500.262,29 (setenta e oito milhões quinhentos mil duzentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 67.965.026,17 (sessenta e sete milhões novecentos e sessenta e cinco mil vinte e seis reais e dezessete centavos), orçamentários e R\$ 10.535.236,12 (dez milhões quinhentos e trinta e cinco mil duzentos e trinta e seis reais e doze centavos) extraorçamentários, que adicionado ao saldo financeiro de 2021 (no montante de R\$ 66.870.038,05), totalizou R\$ 145.370.300,34 (cento e quarenta e cinco milhões trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos), representando o montante do numerário movimentado no ano. Desse valor, foram pagos R\$ 89.155.359,44 (oitenta e nove milhões cento e cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 79.068.230,15 (setenta e nove milhões sessenta e oito mil duzentos e trinta reais e quinze centavos) orçamentários e R\$ 10.087.129,29 (dez milhões oitenta e sete mil cento e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) extra orçamentários, resultando num saldo financeiro de R\$ 56.214.940,90 (cinquenta e seis milhões duzentos e quatorze mil novecentos e quarenta reais e noventa centavos) para o próximo exercício.

O demonstrativo abaixo detalha a movimentação financeira:

Tabela 28 - Origem de Recursos

ORIGEM DOS RECURSOS	
INGRESSOS	
Recursos Ordinários Fonte: 0101000000	59.999.868,65
Receita Patrimonial – Rec. Ord. Fonte. 0101000000	0,00
Receita Patr. - Outros Poderes F. 0112000000	7.370.392,17

Valor Devolvido conv.PMPA	594.765,35
Total	67.965.026,17
(+) Transferências Financeiras Recebidas orçamentárias	67.965.026,17
(+) Transferências Financeiras Recebidas Extra orçamentárias	10.535.236,12
(=) Total Transferências Financeiras Recebidas	78.500.262,29
(+) Saldo do exercício de 2021	66.870.038,05
(=) Total dos Recursos Movimentados	145.370.300,34
UTILIZAÇÃO DE RECURSOS	
(-) Pagamento orçamentário:	79.003.589,22
Despesas Empenhadas e Pagas	36.899.273,46
Transferência Financeiras conc.	42.104.315,76
(-) Pagamento Extra orçamentário	10.087.129,29
(-) restos a pagar não processados	64.640,93
(=) Saldo Financeiro para 2023	56.214.940,90

O saldo financeiro deste exercício foi de R\$ 56.214.940,90 (cinquenta e seis milhões duzentos e quatorze mil novecentos e quarenta reais e noventa centavos), sem cobertura orçamentária, originado da seguinte forma:

Tabela 29 - Movimentação Financeira

Recursos recebidos (2022)	78.500.262,29
(+) Resíduo do exercício de 2021	66.870.038,05
(-) Recursos Aplicados	89.155.359,44
Saldo Financeiro para 2022	56.214.940,90

O Saldo Financeiro – R\$ 56.214.940,90 (cinquenta e seis milhões duzentos e quatorze mil novecentos e quarenta reais e noventa centavos), consta no Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022, no grupo de contas Ativo Circulante, representado pela rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa". Contudo, em março de 2021 foi publicada a Emenda Constitucional nº 109 que fez prever no §2º do art.168 que o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma de duodécimos, deverá ser restituído ao caixa do tesouro. Desta forma, considerando a Emenda Constitucional 109, a Nota Técnica SEI nº 34054/2021/ME, a Resolução nº 19.331 e a Nota Orientativa 001/2022 SEFA, foi devolvido ao caixa do tesouro o valor de R\$ 21.457.320,47 (vinte e um milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e vinte reais e quarenta e sete centavos).

A Despesa Total foi de R\$ 43.904.544,16 (quarenta e três milhões novecentos e quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos) e correspondeu a um acréscimo de 15,57% em relação ao exercício de 2021 (R\$ 37.988.710,14), valendo ressaltar que a despesa total é referente a soma das UGS 370101-MPC e 840227 – IGEPREV (inativos e pensionistas), conforme demonstrativo:

Tabela 30 - Despesas

	UG: 370101	UG: 840227	TOTAL	%
Pessoal e Encargos Sociais	30.228.626,83	6.940.629,77	37.169.256,60	84,66
Outras despesa Correntes	6.618.189,77	-	6.618.189,77	15,07
Investimentos	117.097,79	-	117.097,79	0,27
TOTAL	36.963.914,39	6.940.629,77	43.904.544,16	100

A Despesa com PESSOAL E ENCARGOS atingiu o montante de R\$ 37.169.256,60 (trinta e sete milhões cento e sessenta e nove mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), representando 84,66% dos gastos totais e

correspondendo a um acréscimo de 9,41% em relação ao exercício de 2021 (R\$ 33.971.890,14).

Quanto ao enquadramento da Despesa com Pessoal e Encargos ao limite legal, os comentários constam no item 3.1.2 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL).

OUTRAS DESPESAS CORRENTES – Somaram a importância de R\$ 6.618.189,77 (seis milhões seiscentos e dezoito mil centos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), representando 15,07% dos gastos totais e correspondeu a um acréscimo de 78,08% em relação ao exercício de 2021 (R\$ 3.716.321,83)

INVESTIMENTOS – Somaram a importância de R\$ 117.097,79 (cento e dezessete mil noventa e sete reais e setenta e nove centavos), representando 0,27% dos gastos totais e correspondeu a uma redução de 61,03% em relação ao exercício de 2021 (R\$ 300.498,17)

INVESTIMENTOS - ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO - Este grupo de contas reúne os bens móveis e imóveis deste Órgão Ministerial, observando a legislação vigente e orientações obtidas junto à SEFA, resultando em um saldo final no exercício de 2022 de R\$ 3.382.556,52 (três milhões, trezentos e oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

BENS MÓVEIS - Em 2022, o Órgão adquiriu bens móveis no valor de R\$ 118.296,79* (cento e dezoito mil duzentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos), todos os bens foram tombados e depreciados, conforme constam do Relatório de Bens Patrimoniais de 31.12.2022, totalizando em R\$ 2.353.851,79 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil oitocentos e cinquenta e um reais e setenta

e nove centavos), igual ao constante do Balancete Patrimonial levantado na mesma data.

BENS IMÓVEIS - Neste grupo que somou, em 31-12-2022, a importância de R\$ 2.297.000,00 (dois milhões, duzentos e noventa e sete mil reais), estão as contas: Edifícios R\$ 1.515.544,53 (um milhão quinhentos e quinze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), Terrenos R\$ 661.455,47 (seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) e Instalações R\$ 120.000,00 (centos e vinte mil reais), seguindo orientações obtidas junto à SEFA nas quais encontra-se registrado o único imóvel de propriedade do MPC-PA, onde funciona a sua sede.

3.1.2 Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresenta como um dos princípios o de assegurar o equilíbrio das contas públicas e traz, em seu conteúdo, definições de limites que devem ser observados pelo administrador público, dentre os quais destacamos:

DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

Os limites para custeio das Despesas com Pessoal e Encargos do Órgão, estão assim estabelecidos, com base na Receita Corrente Líquida:

- Limite Máximo 0,20%
- Limite Prudencial 0,19%
- Limite de Alerta 0,18%

No exercício financeiro de 2022, a Despesa Líquida com Pessoal e Encargos, para efeito da LRF, somou a quantia de R\$ 28.664.124,47 (vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e quatro reais e quarenta e sete centavos), correspondendo ao percentual de 0,11% da Receita Corrente Líquida ajustada – R\$ 26.923.897.007,32 (vinte e seis bilhões, novecentos e vinte e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, sete reais e trinta e dois centavos), estando, portanto, este Órgão Ministerial devidamente enquadrado dentro dos limites legais, sem abatimento do IRRF, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

3.1.3 Restos a Pagar

No exercício de 2022 foram inscritos o valor de R\$ 412.023,43 (quatrocentos e doze mil vinte e três reais e quarenta e três centavos), onde R\$ 347.382,50 (trezentos e quarenta e sete mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) se referem a restos a pagar processados e R\$ 64.640,93 (sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta reais e noventa e três centavos) em restos a pagar não processados.

3.1.4 Considerações Finais

Durante o exercício de 2022 o Setor de Finanças e Orçamento procurou cumprir com suas atribuições, contribuindo, assim, para que o Órgão atingisse seus objetivos constitucionais.

3.2 Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica é órgão departamental vinculado diretamente à Procuradoria-Geral de Contas, tendo por finalidade assessorar e prestar assistência técnica jurídica ao Procurador-Geral de Contas e aos órgãos auxiliares do Ministério

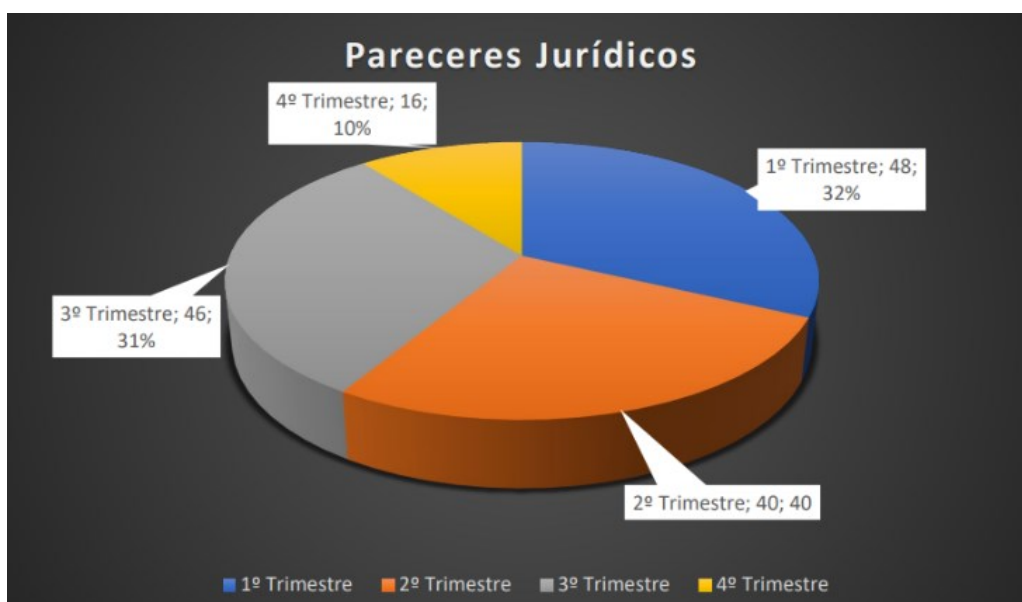
Público de Contas do Estado. Conforme a Portaria n° 046/2022/MPC-PA, também competindo à Assessoria Jurídica:

- a) exarar parecer jurídico sobre as questões/procedimentos que lhe forem submetidos;
- b) examinar minutas de edital, contratos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos similares, na forma da legislação específica;
- c) exarar, quando solicitado, parecer sobre impugnações ou recursos interpostos em processo administrativo, inclusive os relativos a procedimentos licitatórios;
- d) promover a elaboração e revisão de minutas de atos normativos, bem como a realização de estudos sobre questões jurídicas, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Contas.

Ao longo do ano de 2022 a Assessoria Jurídica bem desempenhou o seu papel, atendendo as demandas encaminhadas pelos setores administrativos do órgão, tanto as formalizadas pelo PAE como as encaminhadas informalmente, além das consultas encaminhadas pelo Procurador-Geral de Contas, observado o fluxo processual.

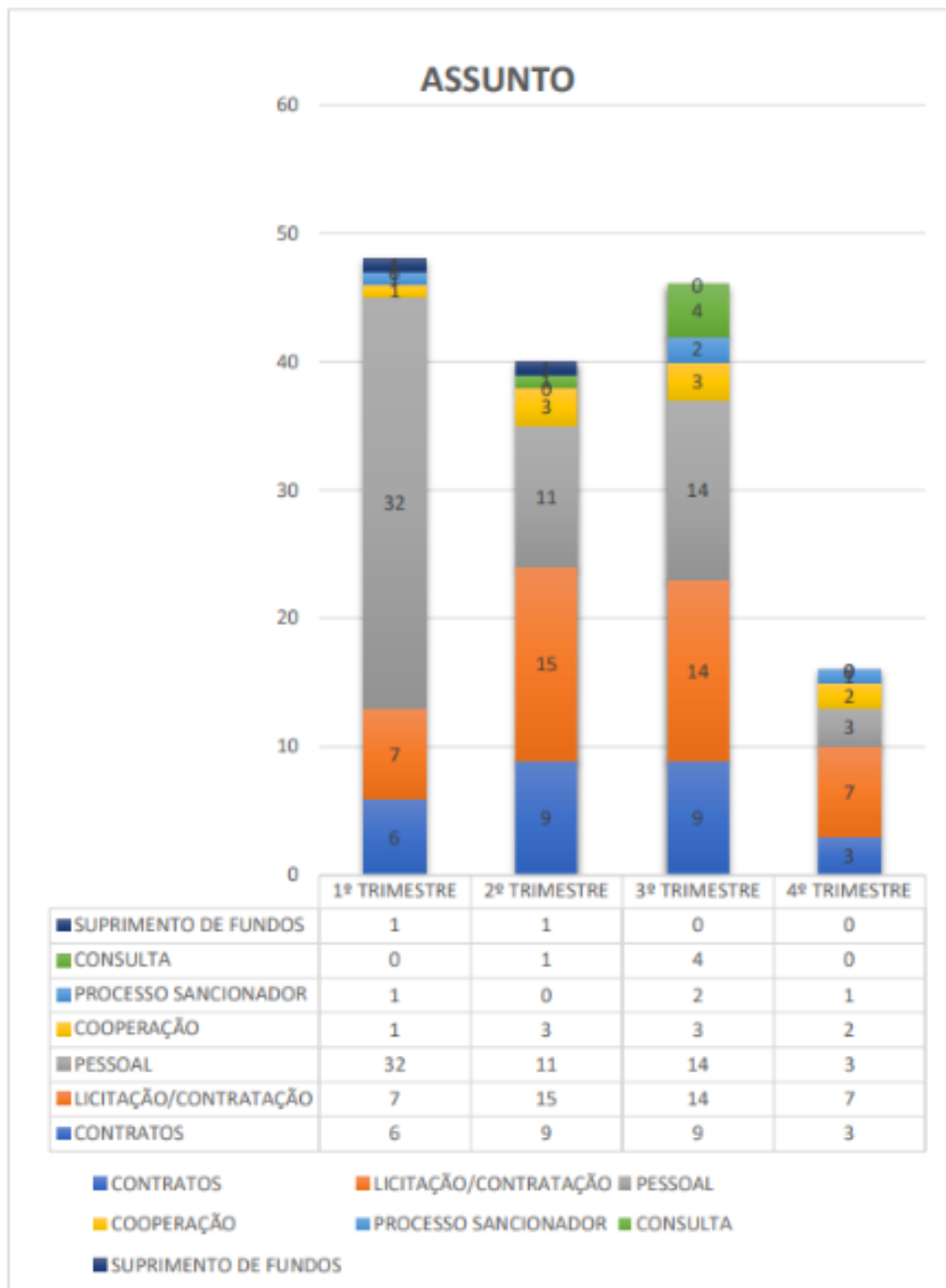
Ao todo, além dos despachos e manifestações, foram formalmente expedidos 150 Pareceres Jurídicos, assim divididos, por trimestre:

Gráfico 3 - Pareceres Jurídicos expedidos em 2022



Dentre os assuntos mais abordados, destacam-se os relacionados a matérias de pessoal, licitações e contratos. Não obstante, a Assessoria Jurídica também atuou na elaboração de manifestações sobre outras demandas. Veja-se:

Gráfico 4 - Assuntos abordados



Assuntos por trimestre:

Gráfico 5 - 1º Trimestre

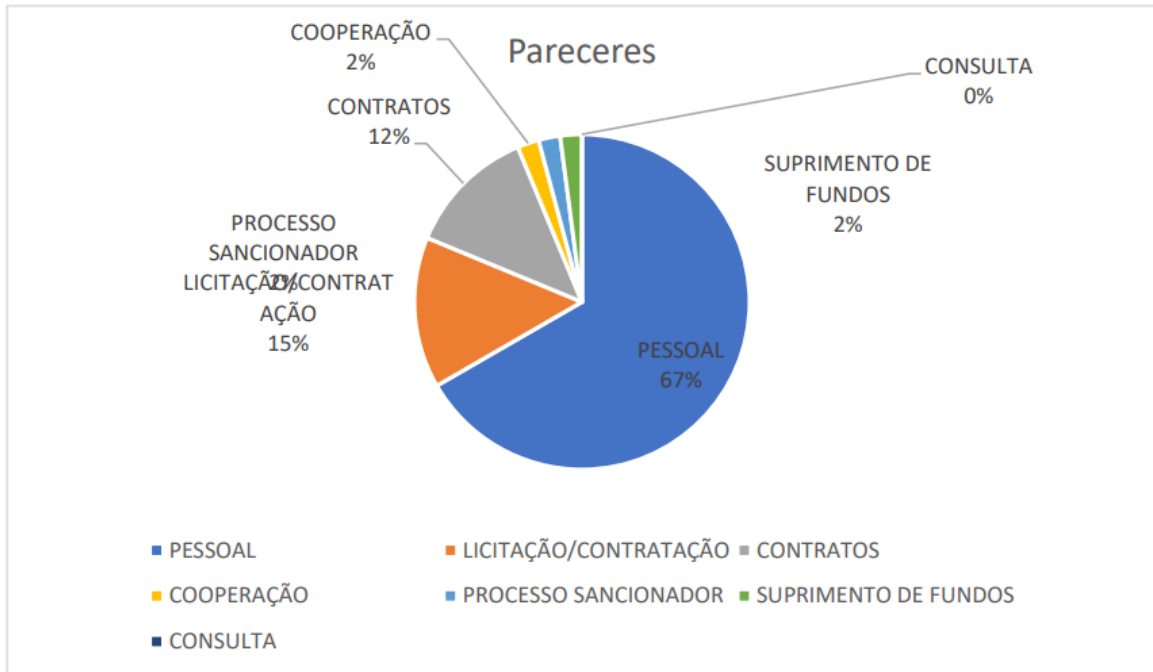


Gráfico 6 - 2º Trimestre

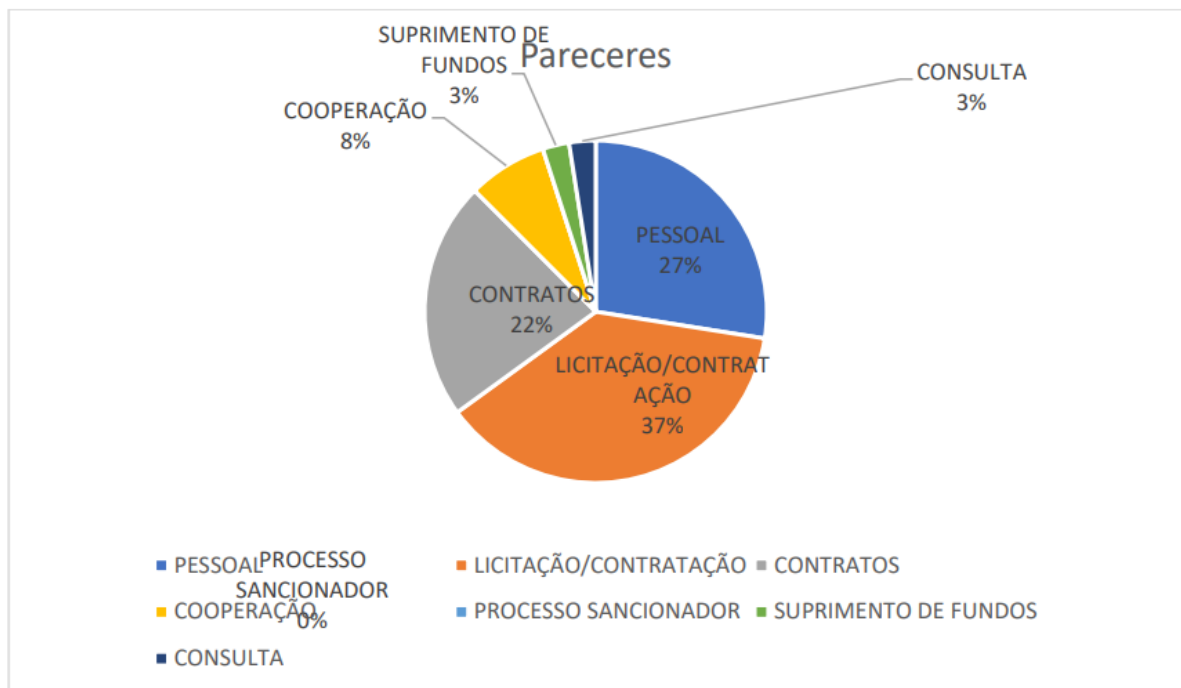


Gráfico 7 - 3º Trimestre

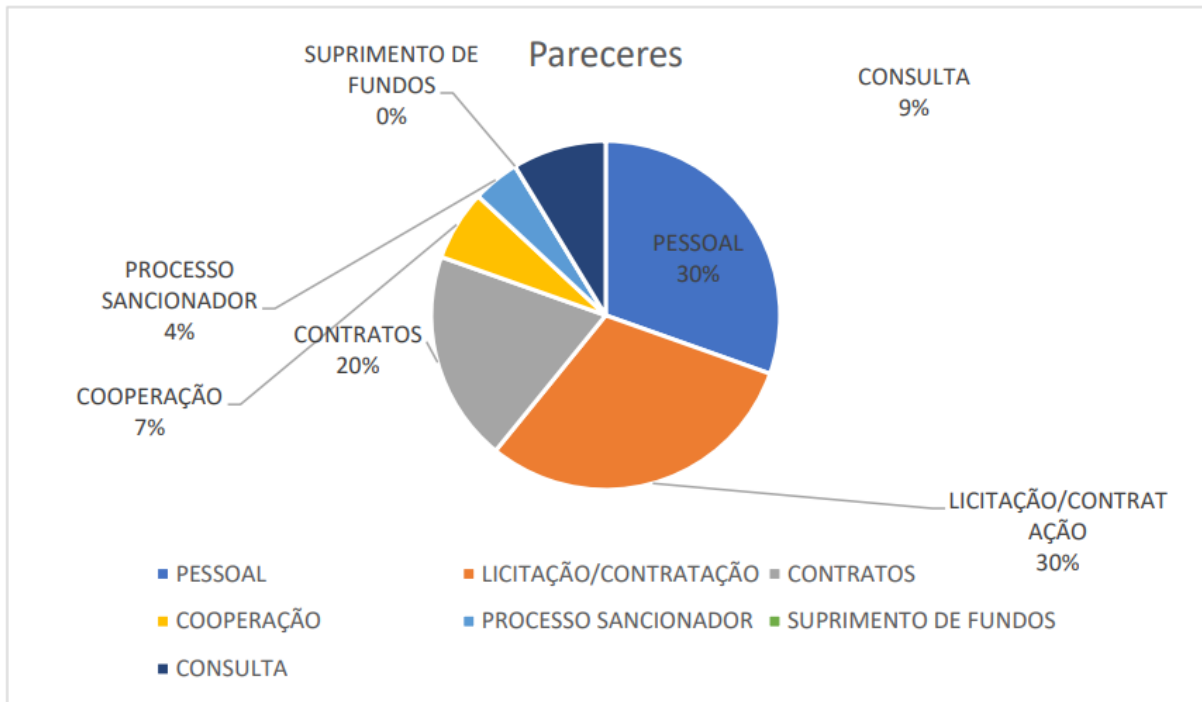
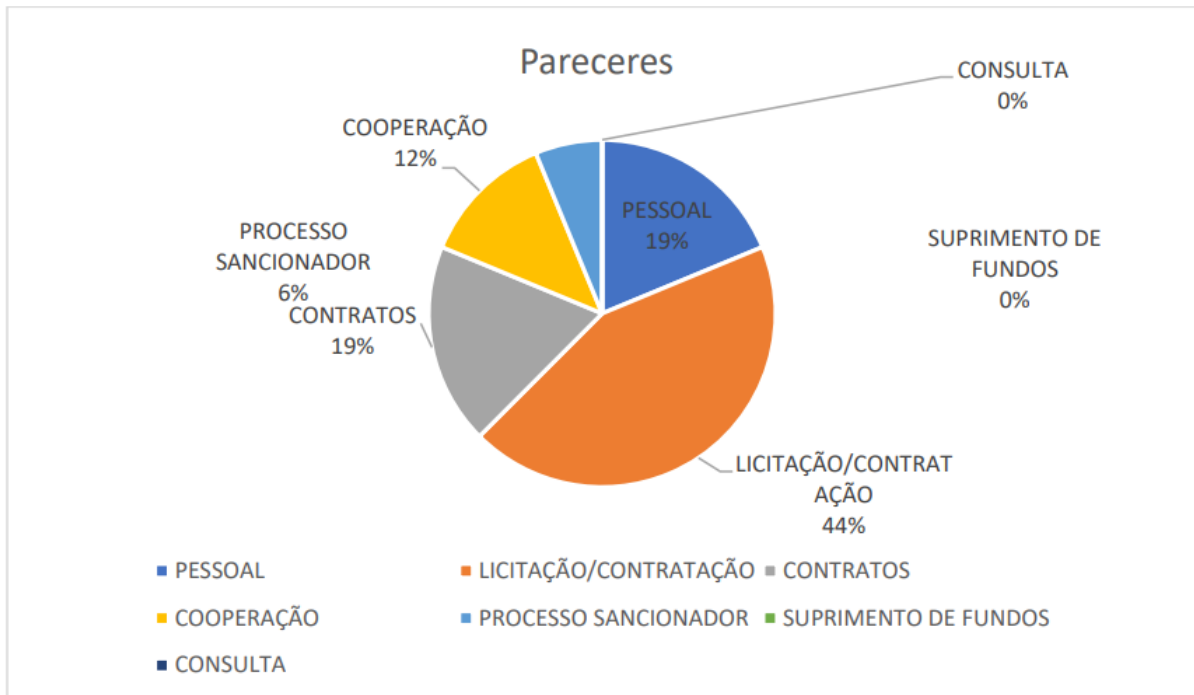
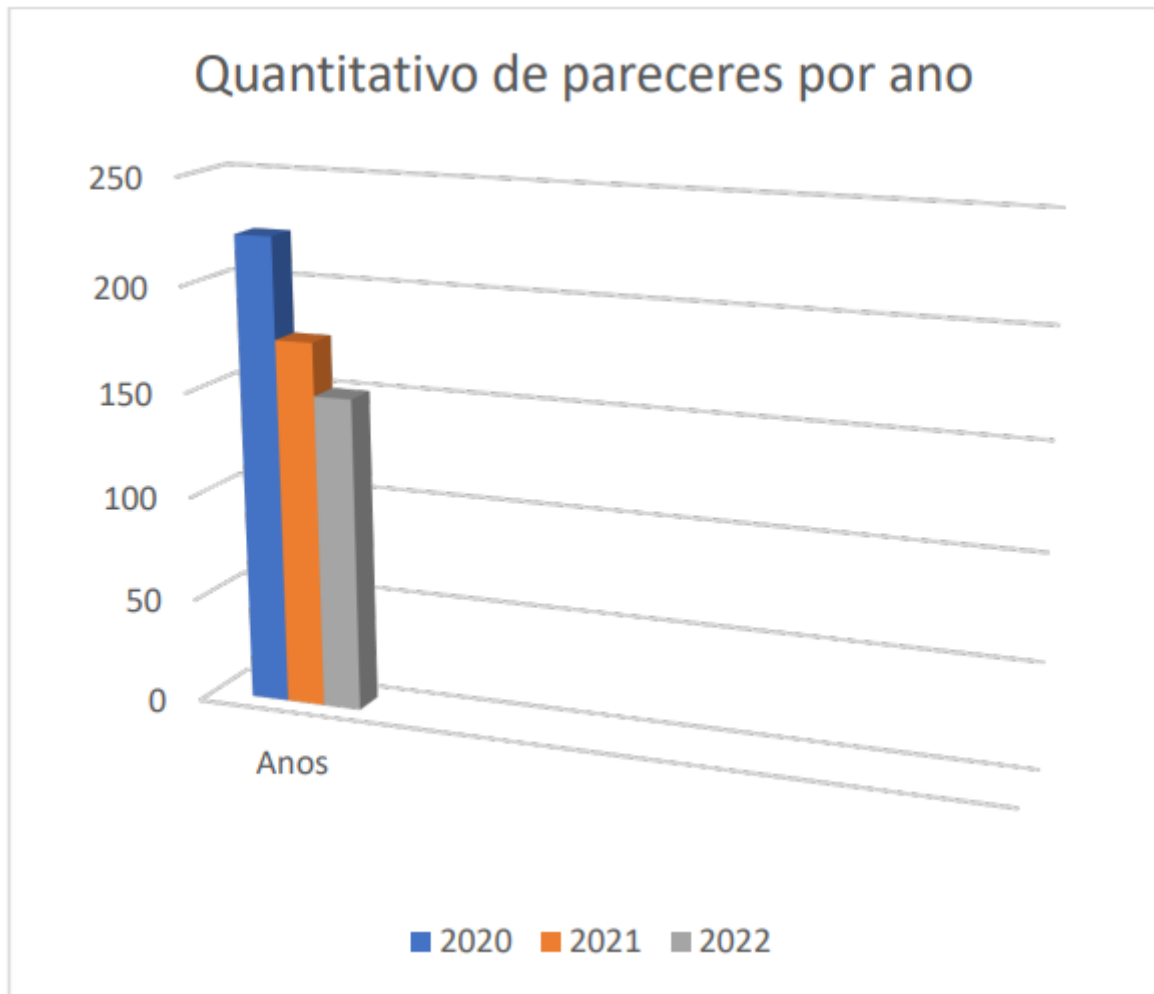


Gráfico 8 - 4º Trimestre



Com relação ao quantitativo de pareceres jurídicos exarados nos anos de 2020 (223) e 2021 (175), o número de manifestações de 2022 representou considerável diminuição:

Gráfico 9 - Quantitativo de pareceres por ano



Essa redução se deu, principalmente, em razão da elaboração de 14 (quatorze) pareceres jurídicos referenciais, sobretudo em matéria de pessoal e suprimento de fundos, que em muito ajudaram na racionalização dos trabalhos do setor, canalizando as atenções do departamento para os processos de contratação do órgão, que geralmente necessitam de um olhar mais cuidadoso e criterioso, dada sua relevância.

Os pareceres referencias exarados pela ASJUR e aprovados pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Contas em 2022 foram:

- a) Parecer Referencial 01/2022 - Inclusão de dependentes para fins de imposto de renda;
- b) Parecer Referencial 02/2022 - Auxílio-Saúde;
- c) Parecer Referencial 03/2022 - Renovação contrato estagiários;
- d) Parecer Referencial 04/2022 - Gratificação de Titulação;
- e) Parecer Referencial 05/2022 - Conversão de licença-prêmio em pecúnia;
- f) Parecer Referencial 06/2022 Progressão por antiguidade;
- g) Parecer Referencial 07/2022 - Revisão Auxílio-Saúde;
- h) Parecer Referencial 08/2022 - Suprimento de fundos;
- i) Parecer Referencial 09/2022 - Auxílio-Natalidade;
- j) Parecer Referencial 10/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas;
- k) Parecer Referencial 11/2022 - Atualização Auxílio-Saúde;
- l) Parecer Referencial nº 12/2022 - Conversão de Licença-prêmio Membro;
- m) Parecer Referencial nº 13/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas – Membro;
- n) Parecer Referencial nº 14/2022 - Conversão em pecúnia férias vencidas - Servidor – Revisão.

Paralelamente à elaboração de pareceres, o setor atuou em reuniões de alinhamento, consultoria e direcionamento com os demais departamentos, sobretudo no trato de questões atinentes a procedimentos licitatórios, dando o suporte jurídico necessário.

Ademais, destaca-se a participação dos componentes do setor nas seguintes comissões especiais e grupos de trabalho do órgão:

- a) Comissão Especial para realização de estudos, levantamentos e apontamentos acerca do Procedimento Sancionatório previsto na Lei Estadual n.º 8.972, de 13 de janeiro de 2020, com vistas à elaboração de minuta de regulamento interno sobre a matéria por meio da Portaria

- n.º 178/2021/MPC-PA, de 13/08/2021, publicada no DOE/PA n.º 34.671, de 16/08/2021;
- b) Comissão Especial para viabilizar a aplicação da Lei n. 14.133/2021 no âmbito do MPC-PA, Portaria n.º 133/2022/MPC-PA;
 - c) Grupo de Trabalho para a implementação da Política de Gestão Documental do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, Portaria n.º 501/2022/MPC-PA;
 - d) Comissão Especial para a realização dos estudos e levantamentos necessários à adequação dos processos do Ministério Público de Contas do Estado do Pará às exigências da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Portaria n.º 119/2021/MPC-PA;
 - e) Comissão Especial de normatização do procedimento sancionatório, Portaria n.º 099/2022/MPC-PA;

Por fim, os servidores do setor participaram de diversas ações de capacitação, que foram disponibilizados pela instituição, das quais destacamos:

- a) 9 CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, realizado em formato on-line, no período de 06/06/2022 até 10/06/2022 - Grupo Negócios Públicos;
- b) FÓRUM DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO PARA O CONTROLE ATUAL E FUTURO no dia 10 de junho de 2022, com carga horária de 8 horas, em Belém/PA - Em comemoração aos 75 anos do Tribunal de Contas do Estado do Pará;
- c) Curso in Company “DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021”, realizado de 25 a 27 de outubro de 2022, em Belém/PA – Zênite;
- d) Seminário Nacional “ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES - Temas e novidades que devem ser conhecidos por assessores, procuradores jurídicos e profissionais do controle”, realizado de 08 a 10 de agosto de 2022, em Brasília-DF – Zênite;

- e) AUDITORIA GOVERNAMENTAL - MÓDULO I, ministrado pelo Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, realizado no período de 22 a 26 de agosto de 2022, no Edifício-Sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, na cidade de Belém, com carga horária de 20 horas;
- f) AUDITORIA GOVERNAMENTAL - MÓDULO II, ministrado pelo Dr. Paulo Vinhas Lima Júnior, realizado no período de 26 a 30 de setembro de 2022, no Edifício-Sede do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, na Cidade de Belém, com carga horária de 20 horas;
- g) II ENCONTRO PARA O FORTALECIMENTO DA GESTÃO MUNICIPAL DO PARÁ - 25/11/2022, Belém/PA - FÓRUM/TCM;
- h) VEDAÇÕES ELEITORAIS: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens", ministrado pela Dra. Robina Dias Pimentel Viana – CEAF;
- i) ELEIÇÕES 2022: Propaganda Institucional e Agentes Públicos", ministrado pela Dra. Carolina Ormanes Massoud – CEAF;
- j) 6º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições, realizado no período de 12/09/2022 à 14/09/2022, em Foz do Iguaçu, com carga horária de 24 horas;
- k) Curso DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021, realizado no período de 23/05/2022 à 25/05/2022, em Brasília, com carga horária de 24 horas;

3.3 Departamento de Comunicação Institucional

Em continuidade ao aprimoramento institucional da Comunicação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, a Portaria nº 046/2022/MPC-PA, que redefine o quadro de organização estrutural dos órgãos e serviços de apoio técnico e administrativo o órgão, foi criado o Departamento de Comunicação Institucional – formado pela Seção de Jornalismo e Publicidade (SJP) e pela Seção de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI). Nesse sentido, apresentamos o relatório DECOM/2022, uma síntese da rotina de trabalho, bem como uma prestação de contas

dos produtos e projetos executados e/ou em andamento, e dos contratos sobre a gestão do departamento.

Assim sendo, destacamos a participação do DECOM no planejamento, na fiscalização e na execução operacional e gerencial dos seguintes projetos: II Seminário MP de Contas e Sociedade; Revista MPC-PA; e Anuário MPC-PA. Destacamos, ainda, o trabalho do departamento na instrução processual de licitações, além da fiscalização de processos, dentre eles, o de passagens aéreas, testagem laboratorial e de alimentação. À vista disso, além da rotina de trabalho jornalística, publicitária, de cerimonial, e de relacionamento estratégico, o departamento está diretamente envolvido em processos estrategicamente fundamentais para o órgão.

3.3.1 Atividades Desenvolvidas (Seção de Jornalismo e Publicidade)

- Planejamento e execução da linha editorial jornalística do órgão: atuação finalística, institucional e pedagógica – interna e externa;
- Produção e redação de sugestão de pauta, release, nota, matéria e spot para rádio;
- Cobertura jornalística e fotográfica de eventos institucionais: internos e externos;
- Elaboração, produção e divulgação do Planejamento Publicitário, interno e externo, sobre a atuação finalística, a institucional e a pedagógica do órgão;
- Gerenciamento das redes sociais do MPC-PA: facebook e instagram;
- Métricas e Monitoramento das redes sociais do órgão;
- Elaboração, produção e divulgação do Planejamento Publicitário do Diálogos com o MPC-PA;

- Produção de roteiro para vídeos institucionais;
- Produção e edição de vídeos institucionais internos e externos;
- Planejamento e execução estratégica – jornalística e publicitária – de eventos institucionais realizados pelo órgão;
- Produção Gráfica de peças publicitárias: logos; infográficos, cards, cartaz, folder, templates, comunicados, avisos, dentre outros;
- Gestão estratégica de moderamento das redes sociais do órgão (gerenciamento de risco);
- Assessoria de imprensa;
- Manutenção e atualização anual do mailing jornalístico;
- Edição de comunicados e informativos internos;
- Gerenciamento e execução das ações previstas na Política de Comunicação;
- Produção de projetos gráficos para os órgãos internos: CAO, CEAF e Ouvidoria;
- Edição e produção de projeto gráfico do Manual “Critérios de Noticiabilidade”;
- Edição e produção do “Comunica MPC-PA”.

3.3.2 Notícias produzidas em 2022

- Site oficial do MPC-PA

O site do MPC-PA é a plataforma principal de veiculação de notícias sobre a atuação finalística e institucional do órgão. Em 2022, foram publicadas 58 (cinquenta e oito) notícias na plataforma digital, conforme é apresentado na tabela abaixo.

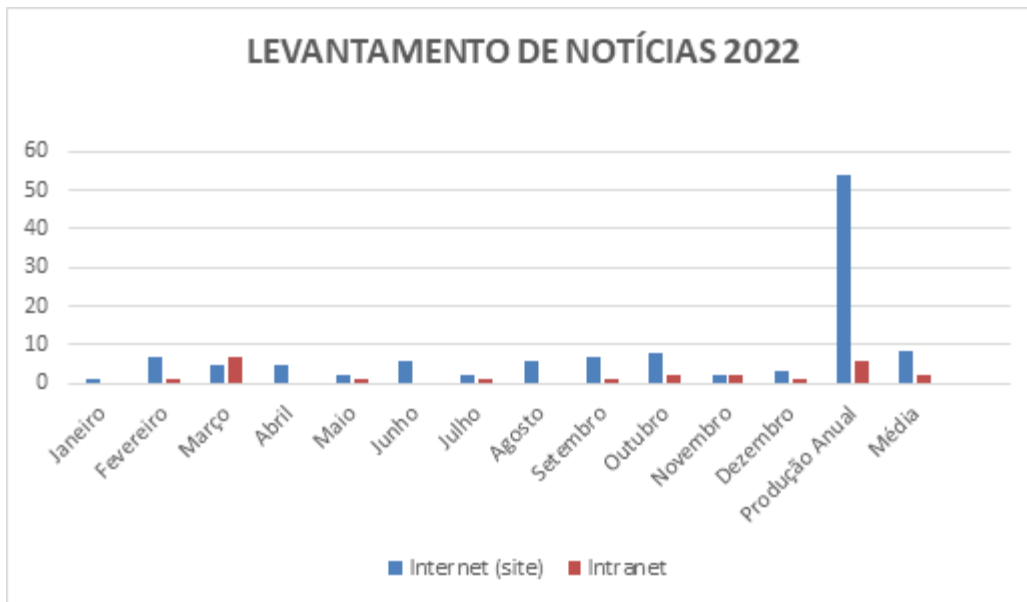
O sistema de intranet também reportou informações de interesse interno, com a veiculação e 16 (dezesesseis) matérias.

Dentre as 58 matérias publicadas no site do MPC-PA em 2022, 21 (vinte e uma) notícias foram sobre temas institucionais; 15 (quinze) reportaram atividades finalísticas e 05 (cinco) foram notas.

Tabela 31 - Levantamento quantitativo de notícias / 2022

Noticias		
Meses	Internet (site)	Intranet
Janeiro	01	-
Fevereiro	07	01
Março	05	07
Abril	05	-
Maiο	02	01
Junho	06	-
Julho	02	01
Agosto	06	-
Setembro	07	01
Outubro	08	02
Novembro	02	02
Dezembro	03	01
Produção anual	54	06

Gráfico 10 - Quantitativo de notícias



3.3.3 Trabalhos Publicitários

Em consonância com o aprimoramento institucional do órgão, o planejamento, a elaboração e a divulgação de campanhas publicitárias referentes à atuação seguiram avançando, especialmente no que se refere à criação de conteúdo para as redes sociais. Nesse sentido, destacamos a produção dos “reels” com séries informativas e de campanhas humanizadas como, por exemplo, a do mês do servidor, além dos reels factuais para chamadas de conteúdos finalísticos, os quais contaram com a participação dos procuradores do MPC-PA. De modo estratégico, a Seção de Jornalismo e Publicidade (SJP) trabalhou a análise de métricas e monitoramento, visando o aperfeiçoamento dos tipos de mídia em acordo com o perfil das “personas” que seguem o órgão nas redes sociais (Instagram e Facebook).

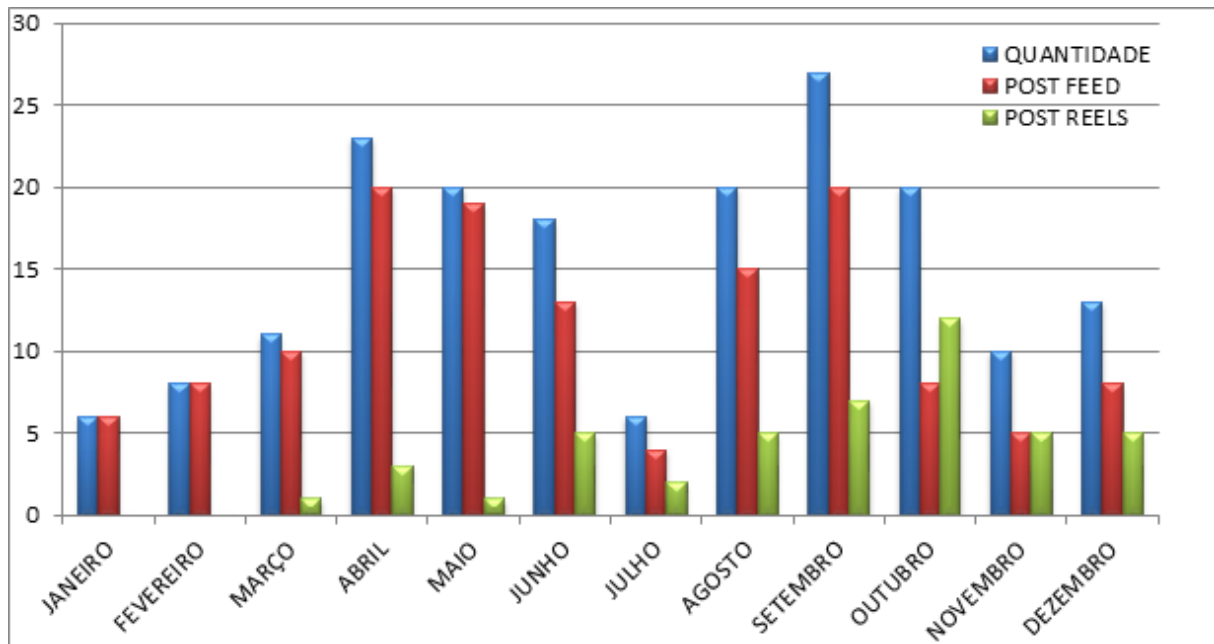
Dessa maneira, acompanhando as constantes atualizações das referidas redes, o conteúdo publicitário passou a ser veiculado, em sua maioria, no formato vídeo/reels, gerando aumento do alcance orgânico do perfil, bem como do engajamento com as publicações. Essa métrica de alcance está diretamente ligada ao “pacote engajamento” – número de curtidas, comentários, compartilhamentos e

salvamentos – e ao aumento do número de seguidores dos perfis. Atualmente, o perfil @mpcontaspa no Instagram conta com 3.289 seguidores, e o @mpcpaoficial no Facebook conta com 3.300, totalizando 6.589 seguidores. É válido frisar que os números refletem a realidade de perfis com alcance orgânico, ou seja, pessoas reais consumindo o conteúdo publicizado pelo MP de Contas do Pará nas redes sociais, não por máquinas que representam apenas números, porém não geram engajamento e participação ativa das pessoas.

Gráfico 11 - Levantamento quantitativo publicitário / 2022

Mês	Quantidade	Post Feed	Post Reels
Janeiro	06	06	0
Fevereiro	08	08	0
Março	11	10	01
Abril	23	20	03
Maió	20	19	01
Junho	18	13	05
Julho	06	04	02
Agosto	20	15	05
Setembro	27	20	07
Outubro	20	08	12
Novembro	10	05	05
Dezembro	13	08	05
Produção anual	182	136	46

Gráfico 12 - Demonstrativo do quantitativo de notícias durante 2022



- Instagram

Figura 1 - Print de tela do perfil do órgão no Instagram (09 de fevereiro)

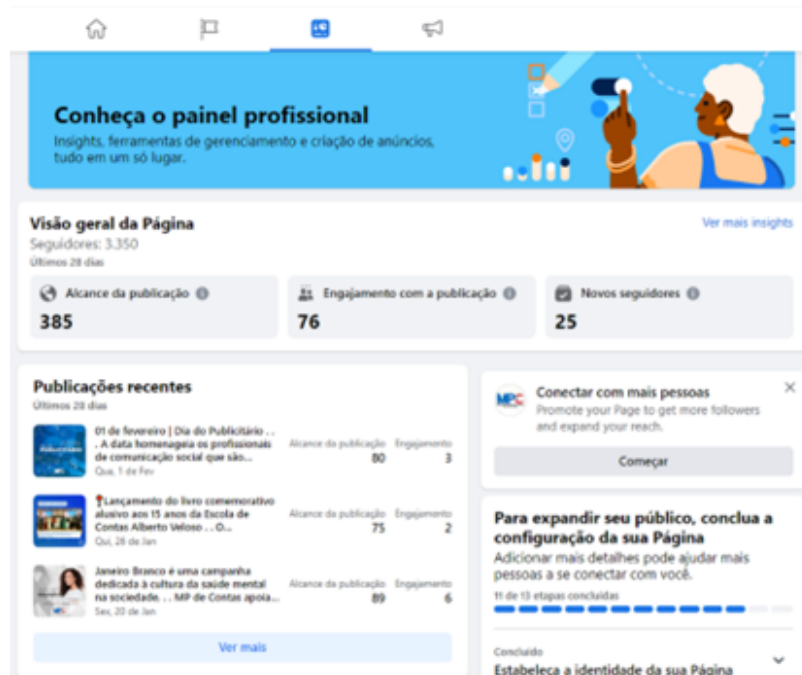


Figura 2 - Print dos dados métricos disponibilizados pelo perfil do órgão no Instagram (09 de fevereiro)



- Facebook

Figura 3 - Print dos dados métricos disponibilizados pela página do órgão no Facebook (10 de fevereiro)



- YouTube

Em 2022, o canal do MPC-PA no YouTube avançou com a transmissão ao vivo do “Diálogos com o MPC-PA. Para 2023, outra meta do departamento é o aperfeiçoamento da usabilidade do canal, colocando em prática a transmissão de episódios do projeto “MPC-PA Explica”, com transmissão para as redes sociais, ampliando, assim, o alcance e o engajamento dos seguidores com os respectivos perfis. O formato do programa, roteiro, produção e edição, serão apresentados à gestão para análise, bem como a sugestão de um cronograma de gravação e veiculação.

3.3.4 Relacionamento com a Imprensa

O relacionamento institucional com a imprensa acontece estrategicamente no sentido de o órgão atuar como fonte oficial de informações, por meio de narrativas que conduzam uma relação de confiança entre veículo e fonte, nesse caso, o MPC-PA. Desse modo, além do envio de sugestões de pauta, de releases e de notas, e agendamento de entrevistas com membros e/ou servidores. Assim, além da divulgação de ações positivas, esse relacionamento é, também, a construção diária de confiança do órgão com os veículos.

No que se refere ao envio de notas oficiais, durante o último exercício de trabalho, uma (1) nota oficial – direito de resposta - foi encaminhada para veículos de comunicação locais, à época, como resposta oficial sobre um processo licitatório realizado pelo órgão. É válido frisar que para o ano de 2023, uma meta prioritária do departamento é estreitar o relacionamento com a imprensa, colocando em prática a construção de narrativas de confiabilidade, a fim de transformar o MPC-PA em uma fonte oficial de informação acerca de questões fiscais, de controle social, fiscalização, dentre outros temas.

3.3.5 Seção de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI): Atividades Desenvolvidas pelo Cerimonial

A Seção de Cerimonial e Relações Institucionais do Ministério Público de Contas do Estado do Pará consiste em unidade administrativa vinculada ao Departamento de Comunicação DECOM, cuja finalidade é prestar assessoramento aos membros e servidores do MPC-PA, em eventos institucionais internos e externos, por meio de confirmação, inscrição, acompanhamento, apoio logístico (transporte, nominata, roteiro, discurso, quando necessário), apoio técnico e operacional à organização e realização de eventos do Parquet de Contas.

Também cabe à Seção de Cerimonial:

- Planejar, organizar e coordenar os procedimentos relativos às sessões, solenidades e recepções oficiais do MPC-PA de acordo com as normas protocolares.
- Organização de infraestrutura física e logística para a realização de eventos institucionais, supervisionando os ambientes designados, quando da recepção de autoridades ou promoção de solenidades.
- Recepcionar e acompanhar autoridades em visita ao MPC-PA, bem como assistência ao Procurador-Geral de Contas, membros e servidores do MPC-PA.
- Coordenar a representação do MPC-PA, do Procurador-Geral de Contas, Membro/servidor designado em eventos externos.
- Elaborar minutas e expedir as correspondências de cortesia, cartões de congratulações, condolências, justificativas, confirmações e convites, em nome do MPC-PA e/ou do Procurador Geral de Contas.

As informações a seguir apresentam um resumo das atividades realizadas no último ano, referentes à rotina institucional voltadas tanto para o público interno, quanto para o público externo.

3.3.6 Ações Internas

São ações voltadas para a valorização do público interno do MPC-PA.

Tabela 32 - Ações Internas

Evento	Data
Dia da Mulher.	08/03/2022
Evento do Dia das Mães MPCPA. Palestra com a psicóloga Bianca Gemaque, com o tema: Maternidade sem culpa	11/05/2022
Testagens de COVID	3 ciclos
Evento do Dia dos Pais MPC-PA. Palestra com a psicóloga Bianca Gemaque, com o tema: A importância do pai na educação dos filhos	12/08/2022
Dia do Servidor Público no MPC-PA	01/11/2022
Novembro Azul: Palestra sobre Saúde Mental Masculina, com a psicóloga Roberta Amanajás	30/11/2022

3.3.7 Reuniões Internas

Trata-se do resumo de algumas reuniões de trabalho de caráter institucional pré-agendadas, realizadas no gabinete do Procurador-Geral de Contas.

Tabela 33 - Reuniões internas

Participantes	Mês
Dr. Stephenson, Dra. Silaine, Dra. Deila, Dr. Stanley, Dra. Danielle, Banco do Brasil, Secretaria, CAO, DEFIN, DADM, Ouvidoria, DIP, DECOM e CEAF	FEVEREIRO
Dra. Deila, DIP, PGE, Dr. Fabrício, Gab. PGC, DACC, Dr. Giusepp Mendes e Reunião Departamental.	MARÇO
Reunião para tratar sobre a execução dos títulos do TCE, com integrantes do MPC, TCE e PGE. Dra. Danielle, Paulo Rabelo (parceria com MPF), Dione Guimarães, Comissão Processo Sancionatório, Sr. Davi da SEFA, Arthur Sobral e da Comissão Organizadora do Seminário do MPC.	ABRIL
Secex, Dr. Fabrício, Silvane, Gab. PGC e Presidente da Pará 2000	MAIO
Comissão do LGPD, DFIN, DIP, DECOM, José Rodrigo do TCE e Gab. PGC	JUNHO
DECOM, Editora Fórum, Comissão de Servidores do MPC e Gab. PGC	JULHO
DECOM, AUDIN, Gab. PGC, Reunião sobre o Seminário, Editora Fórum e Reunião Departamental	AGOSTO
AUDIN, Gab. PGC, Editora Fórum, Gab. PGC, Sr. Bacuri Vieira e DTIT	SETEMBRO
DIP, Gab. PGC, Dr. Stephenson Victor, Tuffi, Editora Fórum	OUTUBRO
DECOM e Gab. PGC	NOVEMBRO
Secretaria, DIP, DTIT, Reunião geral com servidores, Editora Fórum	DEZEMBRO

3.3.8 Eventos promovidos pelo MPC-PA

Refere-se aos eventos institucionais realizados pelo MPC-PA, a partir do planejamento, da organização e da execução pela Seção de Cerimonial, com apoio do Gabinete da Procuradoria-Geral de Contas, da Secretaria, do Departamento Administrativo, do Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações e do Departamento de Gestão de Pessoas.

Tabela 34 - Eventos promovidos pelo MPC-PA

Evento	Data
Aposição da Foto do Dr. Guilherme Sperry na Galeria de Ex-Procuradores-Gerais de Contas e Apresentação da Nova Gestão do MPC-PA	11/03/2022
Palestra aos Novos Servidores "Quem, afinal, é o MP de Contas?", proferida pelo PGC	22/03/2022
Solenidade de outorga do Colar do Mérito Institucional do MPC à Procuradora de Contas Danielle Costa	17/08/2022
Solenidade de outorga do Colar do Mérito Institucional do MPC ao Procurador-Geral do Estado Ricardo Seffer	23/09/2022
Solenidade de outorga do Colar do Mérito Institucional do MPC ao Conselheiro do TCE Fenando Ribeiro	26/10/2022
Solenidade de outorga do Colar do Mérito institucional do MPC ao Presidente Chicão, ao Deputado Chamonzinho e à Secretária Legislativa Rebecca Hesketh	01/12/2022

3.3.9 Reuniões Externas

Trata-se de reuniões externas realizadas de forma presencial ou virtual, com a participação do Procurador-Geral de Contas.

Tabela 35 - Reuniões externas

Reunião	Data
Reunião da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará	23/02/2022
Reunião no TCE	04/03/2022
Reunião no TCE-PA	07/03/2022
Reunião no TCE	08/03/2022
Reunião no TCE	09/03/2022
Reunião no TCE	10/03/2022
Reunião no MPF	18/04/2022
Reunião CNPGC (virtual)	02 e 31/05/2022
Reunião no MPCM com PGE	03 e 10/05/2022
Visita técnica ao Teatro Maria Sylvia Nunes e ao Boulevard das Feiras, na Estação das Docas	11/05/2022

Reunião com MPPA e TCE-PA para tratar sobre os acordos de não persecução civil.	01/06/2022
Reunião na ALEPA	01, 07 e 14 /06/2022
Reunião no TCE com a Conselheira Presidente Lourdes Lima	06/07/2022
Reunião da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará	07/07/2022
Reunião com o Presidente da AMPEP	28/07/2022
Reunião para Assinatura do TED firmado com a Polícia Militar	02/08/2022
Reunião da Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Pará	27/10/2022
Audiência com o Diretor de Concessão e Privatização do BNDS, no Palácio dos Despachos	23/11/2022
1ª Assembleia Geral Ordinária da Ampcon (virtual)	16/12/2022

3.3.10 Visitas de cortesias recebidas e realizadas

O Procurador-Geral de Contas recebeu visitas de cortesia, bem como realizou visitas institucionais a outras instituições de níveis estadual e federal, conforme demonstra o breve registro abaixo:

Tabela 36 - Visitas de cortesia recebidas

RECEBIDAS	
NOME	Data
Ophir Cavalcante	04/03/2022
Nelson Chaves	15/03/2022
Paulo Martins	05/04/2022
Rodier Barata	21/04/2022
Francisco Victer	25/04/2022

Tabela 37 - Visitas de cortesia realizadas

REALIZADAS	
NOME	Data
Entrega do convite de posse às Chefias do TCE e do TJE	07/02/2022
Entrega do convite de posse às Chefias do TCM, do MPCM, do MPPA e da PGR	08/02/2022
Entrega do convite de posse às Chefias da AGU (CJU, PU e PR)	10/02/2022
Entrega do convite de posse ao Secretário da Fazenda	11/02/2022
Visita institucional no Comando Geral da Polícia Militar	11/05/2022
Visita institucional ao Ministro Antônio Anastasia no TCU, em Brasília	26/05/2022
Visita institucional à ANPR, com o Dr. Ubiratan Cazetta, em Brasília	26/05/2022

3.3.11 Participação em eventos e cerimônias

Em 2022, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, por meio do Procurador-Geral de Contas Patrick Bezerra Mesquita, participou de diversos eventos e cerimônias institucionais, conforme mostra a relação a seguir:

Tabela 38 - Participação em eventos e cerimônias

Evento	Data
Posse da nova gestão da ATRICON, IRB e ABRACON (online)	22/02/2022
Posse da nova gestão do Conselho Regional de Contabilidade (presencial)	23/02/2022
Entrega de Medalha Comemorativa Lydia Dias Fernandes, no TJ/PA (presencial)	08/03/2022
Solenidade de posse dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Diretores Regionais da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP (online)	08/03/2022
Sexta da Integração no TCE - Tema: Panorama geral das ações do Estado, focadas na infraestrutura, com o Secretário da SETRAN Adler Silveira.	08/04/2022
Participação da reunião com o governador, sobre a prestação das Contas de Governo, no auditório do TCE	11/04/2022
Abertura da 10ª Feira Internacional de Turismo da Amazônia – FITA, na Estação das Docas	05/05/2022

Inauguração do novo prédio do MPF	06/05/2022
Semana dos Museus e da Memória do Judiciário Paraense no TCE-PA	20/05/2022
Aposição da fotografia do Promotor de Justiça Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, que presidiu a CONAMP de 2018 a 2020, em Brasília	24/05/2022
Sexta da Integração no TCE - com a SEFA	03/06/2022
Fórum de Inovação e Transformação para o Controle Atual e Futuro, homenagem aos 75 anos do TCE, no Hotel Gran Mercure	10/06/2022
Inauguração Centro Cultural Palacete da Faciola	25/06/2022
Cerimônia de Outorga da Medalha Serzedello Corrêa, no Plenário do TCE.	05 e 12/07/2022
Posse de César Bechara Nader Mattar Júnior - Academia Paraense de Letras Jurídicas	03/08/2022
Ato em defesa do Estado Democrático de Direito e do Sistema Eleitoral, na UFPA	11/08/2022
Posse da diretoria da AMPEP	19/08/2022
Cerimônia de Outorga da Medalha Serzedello Corrêa, no Plenário do TCE.	29/08/2022
Sexta da Integração no TCE - com a SEPLAD	09/09/2022
PGC proferiu palestra no LAJUPA	09/09/2022
Lançamento da Revista Eletrônica da Procuradoria do TCE	12/09/2022
Cerimônia de obliteração do Selo Comemorativo aos 75 anos do TCE	14/09/2022
Cerimônia de entrega do Colar Presidencial aos Conselheiros do TCE que já ocuparam o respectivo cargo	16/09/2022
Entrega da Medalha Serzedelo Corrêa à Dra. Danielle Costa.	21/09/2022
Abertura da Exposição Naticultura, no TCE	28/09/2022
Abertura da Exposição Canoa de Promesseiros – Programação do Círio TCE	29/09/2022
Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Nazaré ao TCE	03/10/2022
Evento comemorativo aos 75 anos do TCE, na Estação das Docas	14/10/2022
Abertura da Floresta Pará 2022: Caminho para a Sustentabilidade, na Estação das Docas	08/11/2022
Outorga da medalha Serzedello Corrêa, ao Deputado Estadual Martinho, no TCE	09/11/2022
Outorga da medalha Serzedelo Correta à Desembargadora Luzia Nadja Nascimento (Presidente do TRE) e Dr. Habib Frahia Neto	11/11/2022
Lançamento do Projeto Defensoria Sustentável, no Espaço São José Liberto.	17/11/2022
Posse dos dois novos Procuradores de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no MPCM	02/12/2022
Lançamento do livro Magníficas Mulheres, no Palacete Faciola	14/12/2022

3.3.12 Medalhas recebidas

Em 28 de outubro de 2022, foi realizada a cerimônia de outorga da medalha alusiva aos 131 anos do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

O agraciado foi o Procurador-Geral de Contas Patrick Bezerra Mesquita, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça César Bechara Nader Mattar Júnior. O ato ocorreu no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, com a presença da conselheira Rosa Egídia Lopes, à época Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), e da Procuradora de Contas Danielle Fátima Pereira da Costa.

3.3.13 Capacitações

Para a capacitação do corpo funcional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, a Seção de Cerimonial desenvolveu atividades de inscrição, de acompanhamento e de apoio logístico, tanto para eventos locais quanto para eventos realizados em outras localidades.

Local	Viagem	Data
Fortaleza/CE	XXIV Congresso Nacional Ministério Público	23 a 25/03/2022
São Paulo/SP	I Conferência Democracia e Institucionalidade - 10 anos MPC-SP	30/03 a 01/04/2022
Virtual	Referencial de controle de benefícios tributários. TCU	07/04/2022
Virtual	Execução de título executivo extrajudicial do TCU. A experiência do MP junto ao TCU	19/04/2022
MPC-PA CEAF	Palestra "Vedações eleitorais: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens", com a Procuradora do Estado Robina Pimentel, no Salão Nobre	29/04/2022
MPC-PA CEAF	Palestra Ética nas relações profissionais e interpessoais. Prof. Victor Sales, no Salão Nobre	02/05/2022
Virtual	59a Mesa de Debates sobre Direito Financeiro - IDFin	04/05/2022
Virtual	Seminário Fiesp - Qualidade do Gasto Públicos	23/05/2022

Brasília/DF	Curso Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021	23 a 25/05/2022
Virtual	Renúncias Fiscais: Prós e Contras. 60ª Mesa de Debates sobre Direito Financeiro - IDFin	01/06/2022
Fiepa	I Seminário PMA de Direito Público	01/06/2022
Escola Fazendária	Roda de conversa sobre "As nuances da Renúncia Fiscal"	01/06/2022
MPC-PA CEAF	Palestra Eleições 2022: propaganda institucional e agentes políticos, no Salão Nobre	24/06/2022
Virtual	61ª Mesa de Debates sobre Direito Financeiro- IDFin	06/07/2022
Virtual	Hermenêutica e a crise da Jurisdição: perspectivas e possibilidades	08/07/2022
Virtual	62ª mesa de debates sobre direito financeiro - IDFin – Tema: Federalismo Fiscal	03/08/2022
Marabá/PA	Conversando com o Controle Interno, promovido pelo TCE	04 e 05/08/2022
OAB-PA	Contratos da Administração Pública e a cláusula de dispute board	12/08/2022
Soure/PA	Conversando com o Controle Interno, promovido pelo TCE	18 e 19/08/2022
Virtual	Estabilidade fiscal e gasto público - Faculdade de Direito USP	23/08/2022
MPC-PA CEAF	Curso de Auditoria Governamental, com o palestrante Paulo Vinhas. Módulo I	23 a 26/08/2022
Virtual	Seminário Internacional de Contas Públicas	19 a 21/09/2022
MPC-PA CEAF	Curso de Auditoria Governamental, com o palestrante Paulo Vinhas. Módulo II	26 a 30/09/2022
Virtual	Diálogos com o MPC, promovido pela Ouvidoria do MPC	30/09/2022
Virtual	64ª mesa de debates sobre direito financeiro - IDFin	05/10/2022
Belo Horizonte/MG	I Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania	03 e 04/11/2022
EGPA	V Colóquio de Governança Pública	07/11/2022
Virtual	Seminário virtual "A Federação em Xequê: o limite da atuação dos Estados dentro do desenho institucional brasileiro.	10/11/2022
Virtual	Congresso de Federalismo	17/11/2022
MPC-PA CEAF	Palestra Dr. Arildo da Silva Oliveira (Auditor Federal TCU) - "A Prescrição no TCU"	05/12/2022
Virtual	66ª mesa de debates sobre direito financeiro - IDFin - Tema: Cenário Fiscal para 2023	07/12/2022
TCE	Palestra Previdência Complementar, com o Procurador do Estado, Sérgio Oliva Reis	14/12/2022
MPPA	Simpósio "Inovações e Sustentabilidade na Amazônia"	15/12/2022

3.3.14 Viagens Institucionais

A Seção de Cerimonial é responsável pela operacionalização e fiscalização do contrato de passagens aéreas.

A tabela abaixo mostra as viagens institucionais realizadas pelo Procurador-Geral de Contas, dentro e fora do Estado do Pará, a título de representação deste Órgão Ministerial:

Tabela 39 - Viagens Institucionais do PGC

Local	Viagem	Data
Fortaleza/CE	XXIV Congresso Nacional Ministério Público	23 a 25/03/2022
São Paulo/SP	I Conferência Democracia e Institucionalidade - 10 anos MPC-SP	30/03 a 01/04/2022
Brasília/DF	Curso Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021 e visitas institucionais ao TCU e ANPR	23 a 25/05/2022
Marabá/PA	Conversando com o Controle Interno, promovido pelo TCE	04 e 05/08/2022
Soure/PA	Conversando com o Controle Interno, promovido pelo TCE	18 e 19/08/2022
Belo Horizonte/MG	Congresso Internacional de Direito Financeiro e Cidadania	03 e 04/11/2022

Os quadros abaixo demonstram os quantitativos de viagens aéreas realizadas por membros, servidores e terceiros, para fins de capacitação, representação institucional, ou palestras.

Tabela 40 - Viagens aéreas de demais integrantes do MPC

Tipo	Público-alvo	Quantidade
Capacitação	Membros do MPC	23
Capacitação	Servidores do MPC	25
Representação	Membros do MPC	11

Representação	Servidores do MPC	2
Terceiros	Palestrante	2 (ida e volta)

3.3.15 Eventos com Representação

Eventos que contaram com a participação do Ministério Público de Contas, por meio da presença de membros ou de servidores, a título de representação institucional.

Tabela 41 - Eventos com Representação

Assunto	Período
Exposição Olhando pela Janela no Espaço Cultural Clóvis Moraes Rego, no TCE, representado pelo Secretário Caio Dantas	12/04/2022
TCE Cidadão, no Parque do Utinga, representado pelos Procuradores de Contas Silaine Vendramin, Stephenson Victor, Deila Maia e Stanley Fernandes	22/06/2022
Posse do Defensor-Geral do Estado, no Teatro da Paz, representado pelo Dr. Stephenson Victor	24/06/2022
Encontro Nacional sobre Informações Estratégicas do MPC, em Florianópolis, representado pela Dra. Silaine Vendramin	08/08/2022
Conversando com o Controle Interno, promovido pelo TCE, em Santarém/PA, representado pelos Procuradores de Contas Silaine Vendramin, Felipe Rosa Cruz, Stephenson Victor, Deila Maia, Guilherme Sperry e Danielle Costa	01 e 02/09/2022
Congresso Ambiental dos Tribunais de Contas, em Manaus, representado pela Procuradora de Contas Danielle Costa	15 e 16/09/2022
VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, no Rio de Janeiro, representado pelos Procuradores de Contas Silaine Vendramin, Felipe Rosa Cruz e Stephenson Victor	16 a 18/11/2022
XV Fórum Nacional do Ministério Público de Contas, em Fortaleza, representado pelos Procuradores de Contas Silaine Vendramin, Felipe Rosa Cruz, Stephenson Victor e Danielle Costa	07 a 09/12/2022

3.3.16 Reuniões membros

As reuniões do Conselho Superior e do Colégio de Procuradores de Contas, nas quais participam os membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, foram realizadas nas datas consignadas na tabela a seguir:

Tabela 42 - Reuniões membros

Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado do Pará	
Mês	Dia
1ª Reunião Extraordinária	04/02/2022
2ª Reunião Extraordinária	04/03/2022
3ª Reunião Extraordinária	17/06/2022
1ª Reunião Ordinária	15/06/2022
Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará	
Reunião	Dia
1ª Reunião Virtual	04/02/2022
2ª Reunião Virtual	18/02/2022
3ª Reunião Virtual	22/02/2022
4ª Reunião Virtual	18/03/2022
5ª Reunião Virtual	28/03/2022
6ª Reunião Virtual	12/04/2022
7ª Reunião	13/05/2022
8ª Reunião	15/06/2022
9ª Reunião	17/06/2022
10ª Reunião	01/08/2022
11ª Reunião	08/08/2022
12ª Reunião	17/08/2022

13ª Reunião	05/09/2022
14ª Reunião Virtual	13/09/2022

3.3.17 Posses do MPC

Evento	Data
Posse do Procurador-Geral de Contas, no Plenário do TCE	15/02/2022
Posse de 5 (cinco) novos servidores do MPC-PA, no Salão Nobre do MPC	21/03/2022
Posse da nova servidora Ianny Pamella Ribeiro Tomaz	08/06/2022
Posse do novo servidor Silvío Afonso da Silva Martins	20/06/2022

3.3.18 Seção de Cerimonial e Relações Institucionais (SCRI): Atividades desenvolvidas no Relacionamento Institucional

3.3.18.1 Relações Institucionais

No âmbito das ações de Relações Institucionais, foram realizados, em 2022: o monitoramento diário das publicações feitas pelos Poderes, órgãos e entidades públicas; o acompanhamento das matérias de interesse do órgão que tramitaram no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA); e a manutenção de banco.

3.3.18.1.1 Atividades realizadas

3.3.18.1.1.1 Manutenção de *mailing* de relacionamento institucional do MPC-PA

Em 2022, a área de Relações Institucionais realizou a atualização mensal e a ampliação de cadastros no *mailing* de relacionamento institucional do MPC-PA, com o objetivo de registrar as principais informações sobre os representantes dos Poderes, órgãos e/ou entidades da administração pública do Estado com mandato vigente.

O banco de dados contém 32 (trinta e dois) campos para preenchimento, por meio dos quais são coletados dados pessoais, funcionais e de contato, bem como aqueles relativos ao histórico profissional e de interação com o MPC-PA, entre outros. Até dezembro de 2022, já tinham sido inseridos 152 (cento e cinquenta e dois) registros.

O *mailing* é alimentado e atualizado regularmente, a partir da incorporação de informações oriundas do monitoramento diário de sites e de redes sociais das entidades cadastradas e seus representantes, bem como do Diário Oficial do Estado do Pará e dos contatos fornecidos pela área de Cerimonial do órgão.

3.3.18.1.1.2 Relatórios analíticos e temáticos

A área de Relações Institucionais produziu, entre janeiro e dezembro de 2022, relatórios mensais com dados atualizados dos representantes dos Poderes, órgãos e/ou entidades da administração pública do Estado, destinados à área de Cerimonial do MPC-PA, com vistas à expedição de correspondências de cortesia.

Foram gerados, ainda, 22 (vinte e dois) relatórios de perfil de gestores públicos, para atendimento às demandas apresentadas pelas Procuradorias de Contas.

3.3.18.1.1.3 “Boletim de Monitoramento Legislativo”

Ao longo de 2022 a área de Relações Institucionais deu continuidade à produção do “Boletim de Monitoramento Legislativo”, publicação destinada às Procuradorias de Contas do MPC-PA.

O boletim tem por objetivo apresentar um panorama sobre as principais proposições e matérias tratadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Pará que possuam temática relacionada ao controle externo e assuntos congêneres.

O informativo traz uma análise dos temas mais relevantes que estiveram em discussão; divulga as principais deliberações das reuniões plenárias; realiza o acompanhamento do que foi discutido nas Comissões; e gera um relatório de monitoramento de proposições cadastradas no período da edição, destacando as matérias de interesse do MPC-PA.

Em 2022, a Arinst publicou 12 (doze) edições do Boletim, nas quais foram analisadas 1.878 (mil, oitocentas e setenta e oito) proposições e a pauta de 36 (trinta e seis) sessões legislativas, referentes ao período de janeiro a dezembro.

3.3.18.1.1.4 “Resumo Diário”

A área de Relações Institucionais produziu diariamente relatórios contendo um extrato das publicações do Diário Oficial do Estado do Pará vinculadas aos temas de interesse do MPC-PA, chamado “Resumo Diário”, destinados às Procuradorias de Contas.

Foram abarcados conteúdos relacionados a nomeações e exonerações de autoridades públicas; decretos, resoluções, instruções normativas, leis, portarias, recomendações e decisões relacionados direta ou indiretamente ao tema Controle Externo; além de citações ao Ministério Público de Contas do Pará pelos demais órgãos.

3.3.18.1.1.5 “Monitoramento Diário”

Também foi dada continuidade à produção do “Monitoramento Diário”, boletim enviado diariamente às Procuradorias de Contas do MPC-PA, contendo o *clipping* de publicações divulgadas em sites institucionais e mídias sociais de órgãos e entidades da administração pública do Estado do Pará, bem como pela imprensa especializada na cobertura de pautas ligadas à política local.

Os conteúdos monitorados foram relativos a temas de cunho institucional e ligados à atuação dos órgãos públicos do Estado, bem como aqueles voltados ao esclarecimento, atualização ou complementação de assuntos relacionados a publicações divulgadas no Diário Oficial do Estado do Pará que tenham sido selecionadas para compartilhamento no âmbito do MPC-PA.

Foram monitorados diariamente **20 (vinte) sites e blogs** que acompanham a pauta política, 19 (dezenove) sites institucionais, além de **258 (duzentos e cinquenta e oito) perfis em mídias sociais** (Instagram, Facebook e Twitter). Ao todo, foram selecionadas **3.059 (três mil e cinquenta e nove) publicações para compartilhamento**.

3.3.18.1.1.6 Diagnóstico sobre os produtos de Relações Institucionais

No mês de julho de 2022 foi realizada uma pesquisa junto aos membros do MPC-PA com o objetivo de medir o alcance e a efetividade das ferramentas de Relações Institucionais oferecidas pelo Departamento de Comunicação Institucional (DECOM), bem como para levantar informações visando a criação de novas soluções e melhorias nos produtos.

O diagnóstico contemplou **34 (trinta e quatro) questões**, disponibilizadas por intermédio de formulário no Google *Forms*, acerca dos produtos mencionados anteriormente neste relatório (“Resumo Diário do DOE”, “Monitoramento Diário”, “Boletim de Monitoramento Legislativo” e “Relatório de Perfil de Agentes Públicos”).

A partir das respostas coletadas, foram propostas ações para aperfeiçoamento das ferramentas de Relações Institucionais do MPC-PA, as quais foram implementadas em 2022.

3.3.19 Considerações Finais (Decom)

A gestão comunicacional apresenta desafios diários, requer estratégias rápidas e eficazes, mas proporciona inúmeras lições inseridas a um processo constante de aprendizagem. Portanto, o relatório de atividades do DECOM do MPC-PA buscou apresentar de forma clara e objetiva as principais atribuições realizadas no último ano de suas respectivas seções - SJP e SCRI. Um período para integrar teoria, técnica e prática aos projetos estruturados pelo departamento para o desenvolvimento de uma comunicação humanizada, interativa e facilitadora, buscando aproximar, cada vez mais, o Ministério Público de Contas do Estado do Pará da sociedade.

3.4 Secretaria Processual

3.4.1 Distribuição processual

Segundo dispõem os arts. 47 e 48, da Resolução nº 01/2020 –MPC-PA - Colégio (Alterada pela Resolução nº 29/2022 MPC-PA-Colégio), à Secretaria Processual compete planejar, organizar, distribuir e executar as atividades de tramitação dos processos finalísticos² no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC-PA. A distribuição é realizada por meio de sistema informatizado, de forma automática e aleatória, através de sorteio, entre as Procuradorias de Contas, com ressalva aos casos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas, de acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno e em outros atos normativos do MPC-PA³.

Assim, os dados aqui compilados foram obtidos a partir do Sistema de Autuação, Controle e Distribuição de Processos - DIPRO versão 3.0, que registrou toda a demanda de processos que ingressaram no MPC-PA vindos do Tribunal de Contas do Estado – TCE-PA, bem como os procedimentos administrativos internos de fiscalização instaurados pelo *Parquet* de Contas.

No que tange aos procedimentos internos supracitados de competência do MPC-PA, os Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP e aqueles autuados como Notícia de Fato⁴ estiveram regulamentados pela Resolução nº 07/2017-MPC-PA-Colégio⁵, alterada pela Resolução nº 03/2020 – MPC-PA – Colégio. A partir de 05/09/2022, referidos procedimentos passaram a ser regidos pela Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio, de 30/08/2022, sendo autuados como Procedimento

² São considerados processos finalísticos os oriundos do TCE-PA e os internos aqueles de fiscalização do MPC-PA;

³ Resoluções nº 05/2014, de 28/08/2014, nº 01/2020/MPC-PA/Colégio e nº 03/2022 – MPC-PA – Colégio com suas alterações posteriores;

⁴ Demandas recebidas pela Ouvidoria do MPC-PA por meio de requerimentos, denúncias e demais informações;

⁵ Revogada pela Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio, de 30/08/2022;

Informativo – PI⁶, Procedimento Preliminar – PP⁷ e Procedimento de Acompanhamento – PA⁸.

No presente relatório também foram consolidados os dados das decisões da Corte de Contas transitadas em julgado que ensejaram a atuação do MPC-PA no sentido de promover, junto à Procuradoria Geral do Estado – PGE-PA, o ressarcimento devido ao erário estadual dos débitos e multas fixados pelo TCE-PA, consoante estatui o art. 67 da Lei Orgânica daquela Corte (LC n° 081/2012), bem como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC n° 09/1992).

Consolidado de forma objetiva, o relatório foi produzido a fim de melhor demonstrar as atividades desenvolvidas pela Secretaria Processual, fazendo um apanhado estatístico das atividades finalísticas dos Órgãos de execução do MPC-PA, bem como um comparativo com o volume de processos que tramitaram no órgão nos anos de 2020 e 2021, além da consolidação dos valores históricos de débitos e multas enviados à PGE-PA para execução no exercício de 2022.

3.4.1.1 Distribuição dos processos finalísticos

3.4.1.1.1 Processos finalísticos do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA

No exercício de 2022, ingressaram **3.196** (três mil cento e noventa e seis) processos, dos quais **2.869** (dois mil, oitocentos e sessenta e nove) **novos**⁹ e **327**

⁶ Art. 1º § 1º “ (...) procedimento simplificado de coleta sumária de informações destinado a elucidar atos, fatos e/ou circunstâncias inerentes às atribuições do Ministério Público de Contas do Estado do Pará”

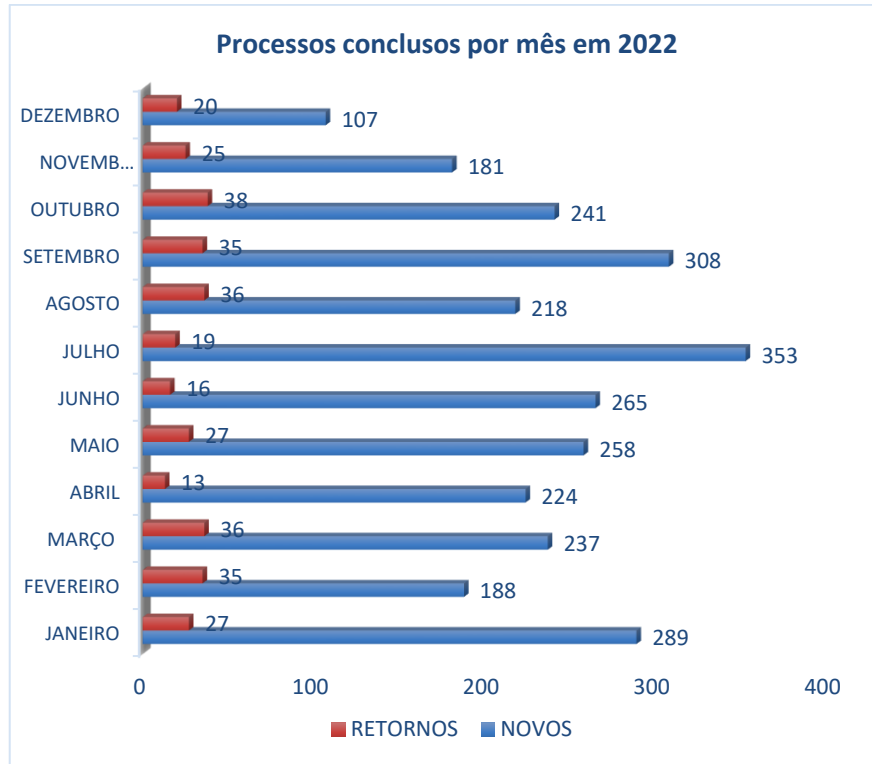
⁷ Art. 1º § 2º “(...) instrumento de natureza preliminar, facultativa, administrativa e unilateral, que será instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará junto ao sistema estadual de controle externo, servindo como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico”

⁸ Art. 1º § 3º “(...) instrumento destinado à fiscalização concomitante do desempenho de programas, ações, projetos e atividades administrativas, quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados, bem como do cumprimento das recomendações expedidas pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará”

⁹ São classificados como “novos” os processos ” inéditos no MPC-PA;

(trezentos e vinte e sete) em caráter de **retorno**¹⁰. No gráfico abaixo, é possível visualizar a movimentação processual de acordo com a variação mensal.

Gráfico 13 - processos do TCE-PA analisados pelo MPC-PA por mês



FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Na tabela abaixo, verifica-se, em números absolutos, o quantitativo mensal de processos “**novos**” e de “**retorno**”. Aqueles representaram **90% (noventa por cento)** do total do volume processual, concentrando a maior carga nos meses de julho e setembro.

Tabela 43 - Processos novos e de retorno – 2022

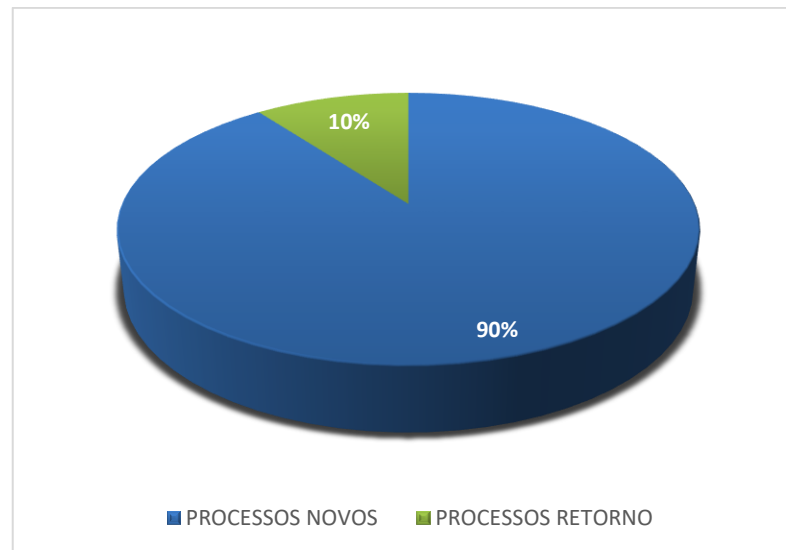
CONSOLIDAÇÃO DOS PROCESSOS “NOVOS” E DE “RETORNO” CONCLUSOS POR MÊS		
MÊS DE REFERÊNCIA	NOVOS	RETORNOS

¹⁰ Processos já submetidos à distribuição anterior, mas que retornam ao *Parquet* de Contas por motivos vários.

JANEIRO	289	27
FEVEREIRO	188	35
MARÇO	237	36
ABRIL	224	13
MAIO	258	27
JUNHO	265	16
JULHO	353	19
AGOSTO	218	36
SETEMBRO	308	35
OUTUBRO	241	38
NOVEMBRO	181	25
DEZEMBRO	107	20
TOTAL	2869	327

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Gráfico 14 - Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno”



A partir do levantamento dos dados relativos ao exercício em referência, quanto aos processos finalísticos remetidos pelo TCE-PA e recebidos no MPC-PA, verifica-se, na tabela abaixo, como o volume processual apurado foi distribuído entre as Procuradorias de Contas, consoante critérios estabelecidos nas Resoluções nº

05/2014 (com suas alterações posteriores), nº 01/2020¹¹, nº 01/2021¹², nº 03/2022¹³, todas do Colégio de Procuradores de Contas.

Tabela 44 - Número de processos concluídos a cada Procuradoria de Contas

CONSOLIDAÇÃO DE PROCESSOS POR PROCURADORIA		
PROCURADORIAS	NOVOS	RETORNOS
Procuradoria-Geral	37	1
1 ^a	133	25
2 ^a	148	62
3 ^a	845	9
4 ^a	307	64
5 ^a	137	58
6 ^a	146	36
7 ^a	987	14
8 ^a	129	58
TOTAL	2869	327

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Ressalte-se que, do total de processos recebidos, o tempo médio de análise pelas Procuradorias de Contas foi de 10 (dez) a 12 (doze) dias¹⁴.

¹¹ De 07/02/2020, vigente a partir de 21/02/2020, com as alterações posteriores;

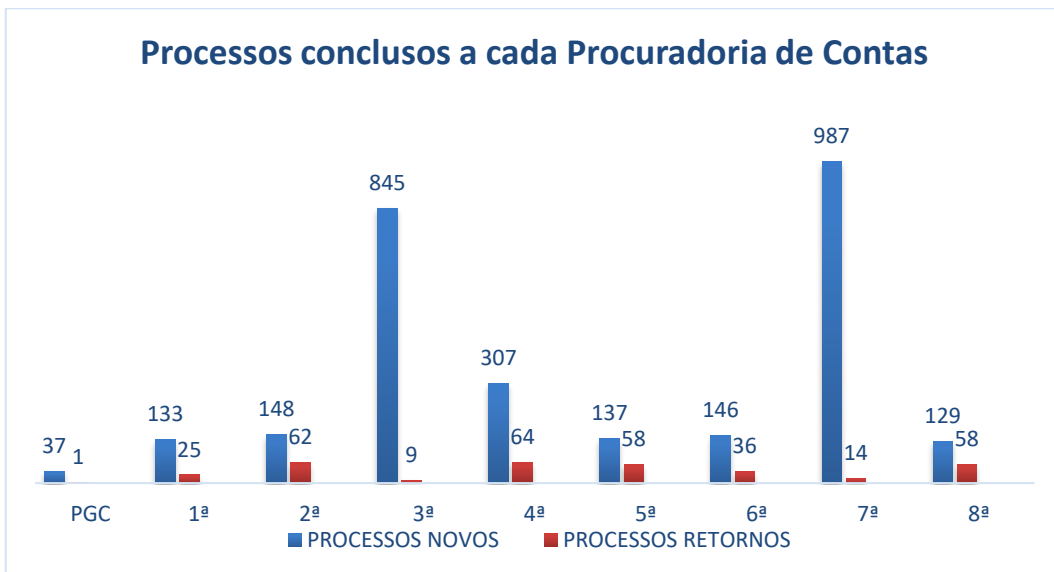
¹² De 25/02/2021, vigente a partir de 1º/3/2021;

¹³ De 18/02/2022, vigente a partir de 1º/3/2022 com as alterações promovidas pela Resolução nº 07/2022 – MPC-PA – Colégio;

¹⁴ FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Os números de processos “novos” e de “retorno” por Procuradoria de Contas estão abaixo representados graficamente:

Gráfico 15 - Processos concluídos a cada Procuradoria de Contas



Como demonstrado, os dados apontam a concentração da distribuição processual nas 3ª e 7ª Procuradorias, por força da Resolução do Colégio nº 03/2022¹⁵ – MPC-PA – Colégio, de 18/02/2022, em vigência desde 01/03/2022, com as alterações promovidas pela Resolução nº 07/2022 – MPC-PA – Colégio, que conferiu àqueles Órgãos de Execução competências exclusivas para apreciarem processos relativos a atos sujeitos a registro (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão), inclusive os recursos cabíveis e eventuais pedidos de rescisão e denúncias ou representações a eles concernentes.

Convém ressaltar que, até 28/02/2022, as competências ditas acima eram atribuídas à 4ª e à 7ª Procuradoria, conforme previa a Resolução nº 01/2021 – MPC-PA – Colégio.

¹⁵ Revogou as Resoluções nº 21/2018 e nº 01/2021 – MPC-PA – Colégio; passou à 3ª e 7ª Procuradorias de Contas as mesmas competências antes atribuídas a 4ª e a 7ª Procuradorias.

À Procuradoria-Geral de Contas (PGC) foram distribuídos os processos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas¹⁶, que, desde 01/03 do exercício em análise, está ocupada pelo titular da 4ª Procuradoria de Contas (PC). Frise-se que, devido à alteração ocorrida no Regimento Interno¹⁷, a 4ª PC remanesceu inserida na distribuição ordinária de processos.

Quanto às demais Procuradorias de Contas, assim como nas especializadas, observa-se equilíbrio decorrente do critério de equidade aplicado à distribuição processual de modo geral, atribuindo-se as pequenas diferenças quantitativas a variáveis, como ausências dos membros titulares em razão de férias, licenças ou outras, cujas Procuradorias não tenham tido membro substituto¹⁸, bem como a substituição do PGC no exercício da Chefia do Órgão. Ressalte-se que tal princípio não se aplica aos processos “de retorno”.

Após alterações promovidas na Lei Orgânica do MPC-PA, o membro designado como Subprocurador-Geral de Contas substitui o Procurador-Geral de Contas em suas ausências¹⁹, ficando a procuradoria de sua titularidade excluída da distribuição processual, desde que a substituição seja igual ou superior a 5 (cinco) dias.²⁰

Ademais, a distribuição dos processos remetidos pelo TCE-PA e submetidos à análise do *Parquet* de Contas, segue a classificação constante do art. 50 do Regimento Interno do TCE-PA (Ato nº 63/2012), de modo que o quantitativo de processos conclusos por classe se deu conforme a tabela e o gráfico abaixo:

¹⁶ Inciso XIII, Art. 8º da Resolução nº 01/2020 – MPC-PA – Colégio;

¹⁷ Art. 51 Resolução nº 01/2020, alterada pela Resolução nº 05/2022, ambas do Colégio;

¹⁸ Não há substituição nos 10 dias anteriores às férias dos membros; quando solicitado conforme parágrafo único, Art. 7º, da Resolução Nº 05/2014;

¹⁹ LC Nº 09, de 27/01/1992 com suas alterações posteriores, art. 4-A

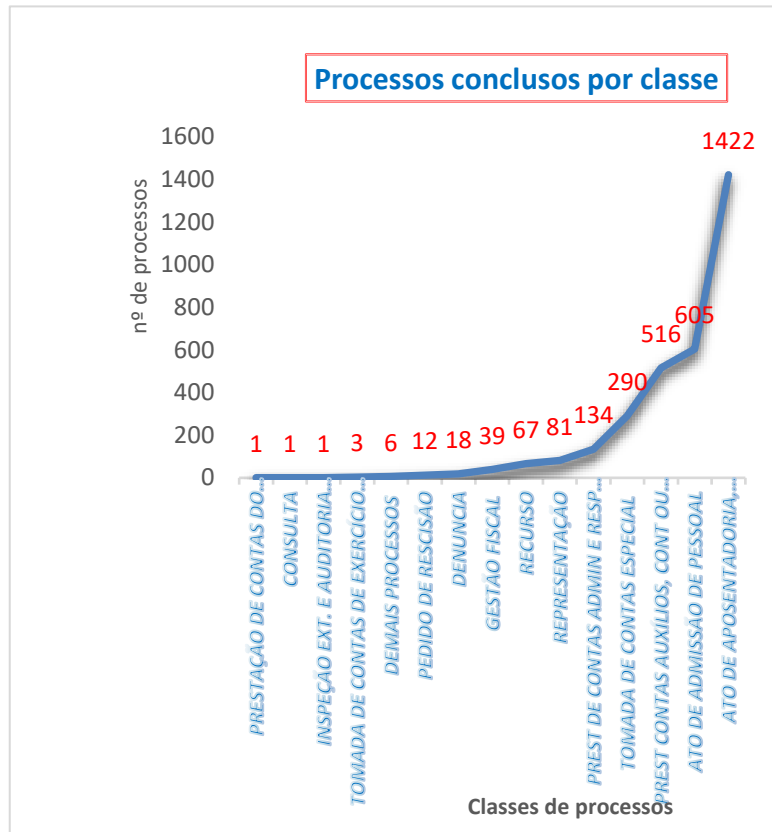
²⁰ Art. 52, da Resolução nº 01/2020 – MPC-PA – Colégio ;.

Tabela 45 - Processos distribuídos por classe

PROCESSOS CONCLUSOS POR CLASSE	
Período janeiro a dezembro – 2022	
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1
CONSULTA	1
INSPEÇÃO EXT. E AUDITORIA ESPECIAL	1
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	3
DEMAIS PROCESSOS	6
PEDIDO DE RESCISÃO	12
DENUNCIA	18
GESTÃO FISCAL	39
RECURSO	67
REPRESENTAÇÃO	81
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	134
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	290
PREST CONTAS AUXÍLIOS, CONT OU SUBV CONC PELO ESTADO	516
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	605
ATO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1422
TOTAL	3196

FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Gráfico 16 - Processos concluídos por classe



Considerando-se as classes acima elencadas, bem como o quantitativo de processos concluídos, a tabela abaixo demonstra em números absolutos como os referidos processos foram distribuídos entre as Procuradorias de Contas:

Tabela 46 - processos concluídos por classe e Procuradoria

PROCESSOS CONCLUIDOS POR CLASSE E PROCURADORIA - 2022										
CLASSE	TOTAL POR CLASSE	PGC	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1	1								
DEMAIS PROCESSOS	6			2	1	1	1	1		

TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	3		1	1			1			
CONSULTA	1	1								
INSPEÇÃO EXT. E AUDITORIA ESPECIAL	1				1					
DENUNCIA	18			6	2	2	1	1	2	4
REPRESENTAÇÃO	81		1	15	1	13	13	12	5	21
PEDIDO DE RESCISÃO	12		1	1		3	1	4		2
GESTÃO FISCAL	39	30		1		5	1	1		1
RECURSO	67	1	9	9		12	11	13	1	11
PREST DE CONTAS ADMIN E RESP PELA GESTÃO DE REC PÚBLICOS	134	5	103	6		4	6	4		6
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	290		15	59		55	57	54		50
PREST CONTAS AUXÍLIOS, CONT OU SUBV CONC PELO ESTADO	516		28	109		94	102	91		92
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	605			1	269	40	1		294	
ATO DE APOSENTAD ORIA, REFORMA E PENSÃO	1422				580	142		1	699	
TOTAL	3196	38	158	210	854	371	195	182	1001	187

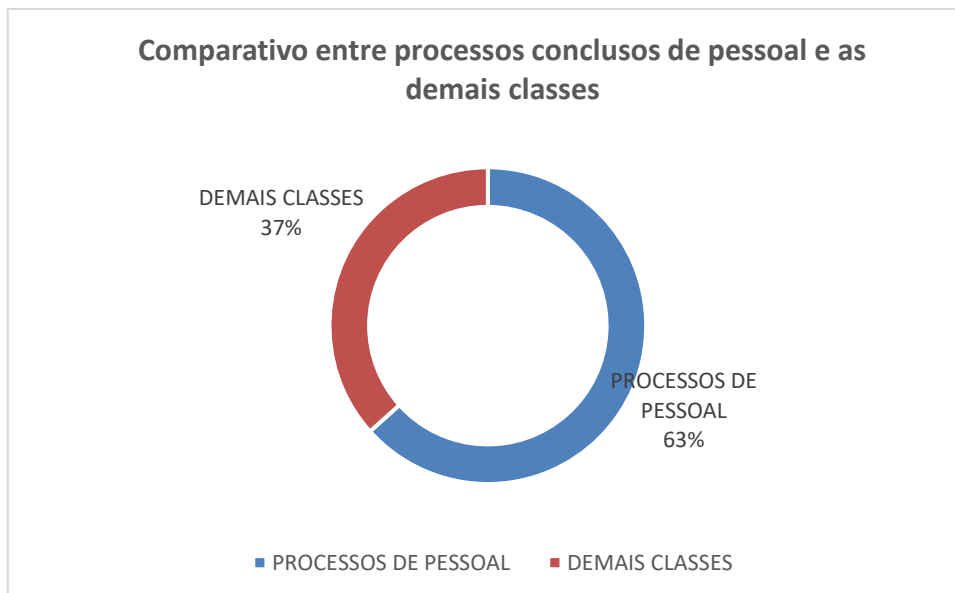
FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

Assim, que, do total de **3.196** (três mil, cento e noventa e seis) processos finalísticos oriundos do TCE-PA, os relativos a atos sujeitos a registro (de admissão

de pessoal²¹ e de aposentadoria, reforma e pensão) foram as classes que apresentaram maior volume da demanda encaminhada, representando **63,4%** (**sessenta e três inteiros e quatro décimos por cento**) do universo de processos.

Como demonstrado, trata-se das classes processuais que representaram a maior parcela do volume processual, estando a proporcionalidade em relação às demais classes assim representada:

Gráfico 17 - Processos concluídos de pessoal e demais processos

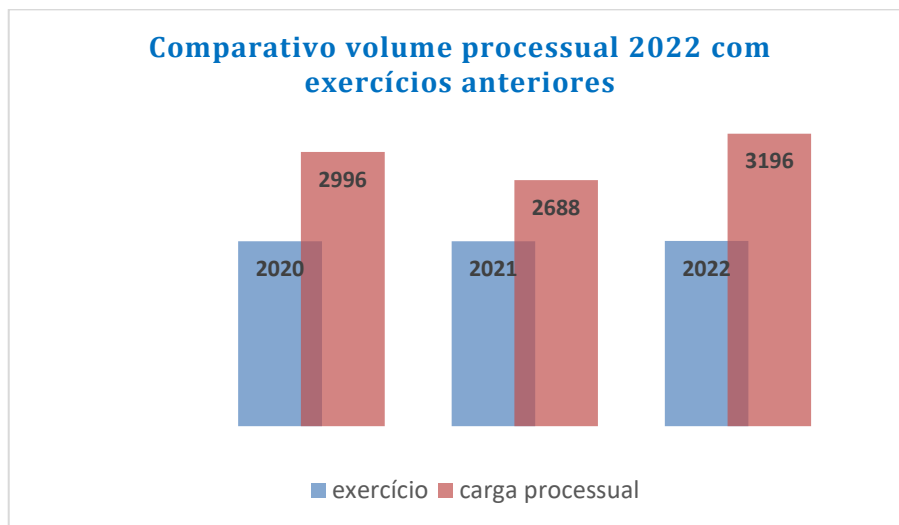


3.4.1.1.1.1 Comparativo do volume processual de 2022 com exercícios anteriores

O gráfico abaixo faz um comparativo com os dois últimos exercícios, demonstrando a variação da carga processual dos processos oriundos da Corte de Contas. Ao confrontar os dados, verificou-se um significativo acréscimo da demanda processual no atual exercício.

²¹ Nessa classe, 153 processos dizem respeito à admissão de servidores efetivos e 452 à admissão de servidores temporários;

Gráfico 18- Variação da carga processual nos 3 (três) últimos exercícios



FONTE: Sistema de Autuação, Distribuição e Controle de Processos - DIPRO 3.0

3.4.1.2 . Procedimentos Internos de Fiscalização

No âmbito do controle externo da gestão pública estadual, além de sua atuação como *custos legis*, o *Parquet* de Contas também desenvolveu suas competências, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por meio de procedimentos internos de fiscalização promovendo a instauração de Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP’s e apreciação de Notícias de Fato – NF’s.

Os procedimentos supracitados tiveram sua instauração e tramitação regulamentados pela Resolução nº 07/2017-MPC-PA-Colégio, alterada pela Resolução nº 03/2020 – MPC-PA – Colégio. A partir de 05/09/2022, os procedimentos administrativos internos de fiscalização passaram a ser regidos pela Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio, de 30/08/2022, sendo autuados como Procedimento

Informativo – PI²², Procedimento Preliminar – PP²³ e Procedimento de Acompanhamento – PA²⁴.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de processos instaurados pelas procuradorias; bem como requerimentos; representações e demais informações recebidas na Ouvidoria do MPC-PA e atuadas pela Secretaria Processual, inicialmente como NF's e posteriormente como PI's, as quais são em seguida distribuídas às Procuradorias de Contas; conforme as normas vigentes supramencionadas.

Assim, no exercício 2022, foram atuados **47 (quarenta e sete)** procedimentos relacionados nas tabelas a seguir:

Tabela 47 - Processos Internos de Fiscalização

PROCESSOS INTERNOS DE FISCALIZAÇÃO

PROCEDIMENTO APURATÓRIO PRELIMINARE – PAP					
2022/0108-9	12/04/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	1ª PC
2022/0109-0	12/04/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PARÁ	1ª PC

²² Art. 1º § 1º “ (...) procedimento simplificado de coleta sumária de informações destinado a elucidar atos, fatos e/ou circunstâncias inerentes às atribuições do Ministério Público de Contas do Estado do Pará”

²³ Art. 1º § 2º “(...) instrumento de natureza preliminar, facultativa, administrativa e unilateral, que será instaurado para coletar subsídios necessários à atuação do Ministério Público de Contas do Estado do Pará junto ao sistema estadual de controle externo, servindo como fonte de convencimento funcional e preparação para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais que lhe foram outorgadas pelo ordenamento jurídico”

²⁴ Art. 1º § 3º O Procedimento de Acompanhamento é o instrumento destinado à fiscalização °, concomitante do desempenho de programas, ações, projetos e atividades administrativas, quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados, bem como do cumprimento das recomendações expedidas pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará

DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À
SOCIEDADE

2022/0110-7	12/04/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC	1ª PC
2022/0111-9	12/04/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL	1ª PC
2022/0112-0	12/04/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA	1ª PC
2022/0115-6	12/05/2022	PAP	ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTADUAL QUANTO À AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO EDUCACIONAL E SUA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E GARANTIA DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS PESSOA COM TEA	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC	1ª PC
2022/0116-8	16/05/2022	PAP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL	1ª PC
2022/0117-0	17/05/2022	PAP	A ANÁLISE DA RENÚNCIA DE RECEITA DECORRENTE DO “PERDÃO” TOTAL OU PARCIAL DE JUROS E MULTAS TRIBUTÁRIAS, AUTORIZADO PELO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL (PROREFIS), NO PERÍODO ENTRE 2016 ATÉ OS DIAS ATUAIS.	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ - SEFA	1ª PC
Total de PAPs: 8					
NOTÍCIA DE FATO – NF					
2022/0101-6	07/01/2022	NF	POSSÍVEL ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS PELA	MILENA TEIXEIRA GUIMARÃES	7ª PC

**SERVIDORA MILENA TEIXEIRA
GUIMARÃES**

2022/0102-8	19/01/2022	NF	POSSIVEL PERDA DE R4 71 MILHÕES PELAS ESCOAS DA SDUC/PA EM REPASSES DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	SEDUC/PA	2ª PC
2022/0103-0	11/02/2022	NF	POSSÍVEL DESCUMPRIMENTO PELO CEBRASPE DE NORMAS DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DE CONTAS DO MPCM/PA	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS - CEBRASPE	7ª PC
2022/0104-1	16/02/2022	NF	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SUPORTES ÀS OPERAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO E A DISPONIBILIZAÇÃO	CRÍATIVA CALL CENTER EIRELLI	5ª PC
2022/0105-3	17/03/2022	NF	POSSÍVEL DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022 – SEDOP	A ARTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA MKURI COMÉRCIO DE MÓVEIS EM GERAL EIRELI	1ª PC
2022/0106-5	28/03/2022	NF	POSSIVEL DESCUMPRIMENTO DE PRESTAR CONTAS PELO GOVERNO DO ESTADO DOS RECURSOS DO FUNDEB AO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO FUNDEB	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ SINDICATO DOS TRABALHADORES E EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARÁ - SINTEPP	6ª PC
2022/0107-7	07/04/2022	NF	POSSÍVEL NEGLIGÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ E SEDUC/PA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC	2ª PC

2022/0113-2	20/04/2022	NF	CONTRATO Nº 2021/2005-CPL/PMP - POSSIVEL IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DOS ADVOGADOS ROGERIO ABDON D´ OLIVEIRA E IVAN LIMA DE MELLO COMO NOVOS PROCURADORES DO MUNICIPIO DE PRIMAVERA/PA	BRUNO ROMERO PEDROSA IVAN LIMA DE MELLO MUNICIPIO DE PRIMAVERA ROBÉRIO ABDOND´OLIVEIRA	6ª PC
2022/0114-4	28/04/2022	NF	INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES DE SERVIDORES NA ESCOLASEBASTIANA PENA PANTOJA DE ARAÚJO NO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI/PA	ANÔNIMO	3ª PC
2022/0118-1	20/05/2022	NF	POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM VIRTUDE DE NEGATIVA DE ACESSO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019/153857 – DETRAN/PA	ALTAMIR SANTOS FILHO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN/PA	8ª PC
2022/0119-3	25/05/2022	NF	POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM VIRTUDE DE NEGATIVA DE ACESSO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/879865– FUNTELPA/PA	ALTAMIR SANTOS FILHO FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA	5ª PC
2022/0120-0	30/05/2022	NF	COMPLEMENTAÇÃO À MANIFESTAÇÃO PROT. OUVIDORIA Nº 02589.2022.000015- 44. REF. NOTÍCIA DE FATO Nº: 2022/0118-1 DISTRIBUÍDA PARA A 8ª PROCURADORIA DE CONTAS EM 20/05/2022 COMPLEMENTAÇÃO À MANIFESTAÇÃO PROT. OUVIDORIA Nº 02589.2022.000015- 44. REF. NOTÍCIA DE FATO Nº: 2022/0118-1 DISTRIBUÍDA PARA A 8ª PROCURADORIA DE CONTAS EM 20/05/2022	ALTAMIR SANTOS FILHO AUDITORIA-GERAL DO ESTADO - AGE	6ª PC
2022/0121-1	31/05/2022	NF	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NOS GASTOS PÚBLICOS DO HOSPITAL REGIONAL DO ARAGUAIA EM REDENCAO	HOSPITAL REGIONAL DO ARAGUAIA	2ª PC
2022/0122-3	20/06/2022	NF	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ALUGUEL DE PRÉDIO PARA ESCOLA PÚBLICA (PROCESSO 2021/1290530) LOCALIZADO EM ANANINDEUA/PA	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC	4ª pc

2022/0123-5	27/06/2022	NF	POSSÍVEL VIOLAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI EM VIRTUDE DE NEGATIVA DE ACESSO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2021/955756 - POLÍCIA MILITAR DO PARÁ- PM/PA	ALTAMIR SANTOS FILHO POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM/PA	2ª PC
2022/0124-7	26/07/2022	NF	ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E ENG. PARA CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA NO MUNICÍPIO DE BREVES E IMPLANTALÇÃO DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.	DPJ ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA, R2 ARQUITETURA E URBANISMO LTDA E SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP	6ª PC
2022/0125-9	11/08/2022	NF	POSSÍVEL DESOBEDIÊNCIA À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E AO DECRETO ESTADUAL Nº 1.359/2015. AGE SE OMITE À CRIAÇÃO DA COMISSÃO QUE TRATA E CLASSIFICA INFORMAÇÕES SIGILOSAS NA PLATAFORMA SIC.PA	ALTAMIR SANTOS FILHO AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE/PA	4ª PC
2022/0126-0	26/08/2022	NF	CONCORRÊNCIA PÚBLICA 029/2022 – POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA POR NÃO CONSTAR EM NENHUM PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO A MENÇÃO A ESSA LICITAÇÃO.	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP	8ª PC

Total de NF's: 18

PROCEDIMENTO INFORMATIVO - PI

2022/0127-2	05/09/2022	PI	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2022 E 003/2022 – PROCESSOS Nº 2020/28817 E 2021/618088	OUVIDORIA DO MPPA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP	6ª PC
2022/0128-4	08/09/2022	PI	LOCAÇÃO DE BEM IMÓVEL A SER CONSTRUÍDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS FORNECIDAS PELO BANPARÁ, PARA FINS DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UNIDADE BANCÁRIA NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO/PA	BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A	1ª PC
2022/0129-6	09/09/2022	PI	REPUBLICAÇÃO, NO DOE, DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 029/2022 – POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA - NÃO CONSTA NOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO A MENÇÃO A ESSA LICITAÇÃO.	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP	8ª PC
2022/0139-9	12/09/2022	PI	POSSIVELMENTE EMPRESA FANTASMA POR NÃO HAVER ESTABELECIMENTO COMERCIAL NO ENDEREÇO INFORMADO. LOCALIZADA NA CIDADE DE PORTEL, NO MARAJÓ/PA, COM SITE HTTPS://WWW.ACAIFRUTAPRONTA.COM.BR/INDEX.HTM .	FRUTA PRONTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI	1ª PC
2022/0141-7	16/09/2022	PI	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO EDITAL DE LICITAÇÃO (PREGÃO) PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES MEIO.	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ	2ª PC

2022/0143-0	26/09/2022	PI	COLETA DE INFORMAÇÕES REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2022 E CONTRATO 211/2022 SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROUPA HOSPITALAR.	FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANA - FHCGV	1ª PC
2022/0144-2	04/10/2022	PI	POSSÍVEL DIRECIONAMENTO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 029/2022 - SEDOP	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP	6ª PC
2022/0145-4	06/10/2022	PI	COLETAR INFORMAÇÕES PERANTE A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE – SETRAN ACERCA DAS AÇÕES PREVENTIVAS DO ESTADO DO PARÁ PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PONTE CONHECIDA COMO “MOJÚ CIDADE”	SECRETARIA ESTADUAL DE TRANSPORTE – SETRAN	8ª PC
2022/0146-6	13/10/2022	PI	POSSÍVEL DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021-ITERPA	INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA	5ª PC
2022/0147-8	17/10/2022	PI	VERIFICAR NA VILA DE ALTER DO CHÃO, MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA UM PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTO GOVERNO ORÇADO EM 80 MILHÕES E DATADO PARA INICIAR EM JUNHO DE 2022, MAS CAIU NO ESQUECIMENTO	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA	4ª PC

Total de PI: 10

PROCEDIMENTO PRELIMINAR – PP

2022/0130-2	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARÁ – SESPA	1ª PC
2022/0132-6	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ – SEFA	1ª PC
2022/0133-8	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS	1ª PC
2022/0134-0	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA – SEDEME	1ª PC
2022/0135-1	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA	1ª PC
2022/0136-3	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR	1ª PC
2022/0137-5	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	HOSPITAL OPHIR LOYOLA	1ª PC

2022/0138-7	12/09/2022	PP	APRIMORAMENTO DAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, INCLUINDO A CONSOLIDAÇÃO E A DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES À SOCIEDADE	HOSPITAL ABELARDO SANTOS	1ª PC
2022/0142-9	19/09/2022	PP	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DIREITO À EDUCAÇÃO, EM ESPECIAL DAS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS QUANTO À ESTRUTURA E CONDIÇÕES DAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC	1ª PC

Total de PP: 9

PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO – PA

2022/0140-5	14/09/2022	PA	CONTRATO ADMINISTRATIVO: SETRAN Nº 13/2022 E CONSÓRCIO REVITALIZAÇÃO – PONTE DO OUTEIRO	CONSÓRCIO REVITALIZAÇÃO - PONTE DO OUTEIRO SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE DO PARÁ – SETRAN	8ª PC
2022/0148-0	16/11/2022	PA	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DA AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA TEMÁTICO TRABALHO, EMPREGO E RENDA DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA – SEASTER	1ª PC

Total de PA: 2

Os procedimentos internos acima relacionados, processados pelas Procuradorias de Contas, podem ser graficamente assim representados:

Gráfico 19 - Procedimentos internos de fiscalização autuados pela Secretaria Processual

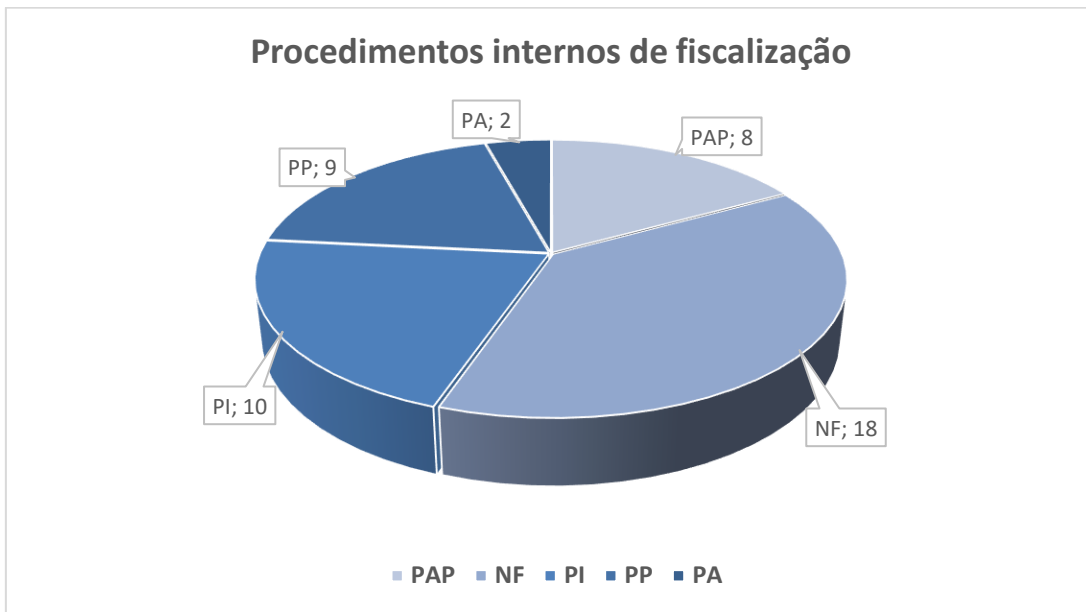
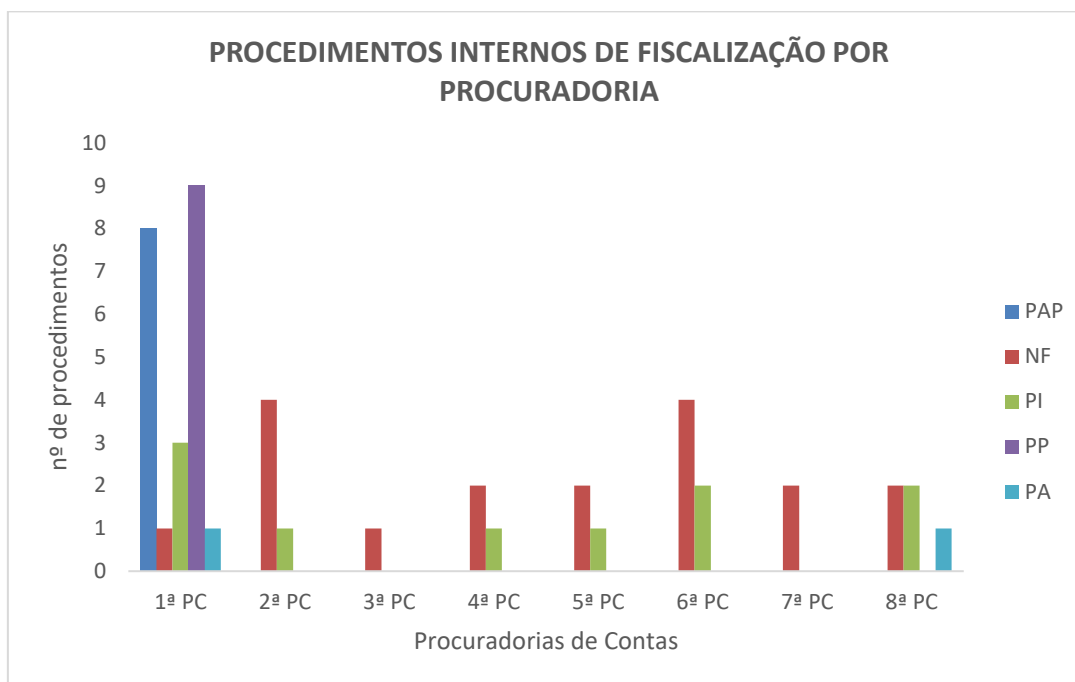


Gráfico 20 - Procedimentos internos de fiscalização por procuradoria



3.4.2 Execução de Acórdãos – TCE-PA

O MPC-PA tem como uma de suas competências encaminhar à Procuradoria-Geral do Estado – PGE-PA os acórdãos prolatados pela Corte de Contas no sentido de promover o devido ressarcimento ao erário estadual dos débitos e multas fixados nesses títulos executivos, consoante preceitua o art. 67 da Lei Orgânica daquela Corte (LC nº 081/2012), bem como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC nº 09/1992).

Em 2022, referida atuação ainda ocorreu no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019²⁵ – MPC-TCE-PGE-IEPTB, de 05/11/2019, aditado pela primeira vez em 21/08/2020 e pela segunda vez em 05/11/2021, firmado entre o Ministério Público de Contas do Estado, o Tribunal de Contas do Estado, a Procuradoria Geral ao Estado e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará. Em

²⁵ Tem como objeto a promoção da célere e eficaz recuperação dos créditos públicos vinculados à atividade jurisdicional do TCE-PA por meio da remessa para protesto das decisões prolatadas (Acórdãos e Resoluções)

21/03/2022, o MPC-PA remeteu à PGE-PA o 4º lote de acórdãos, contendo 24 (vinte e quatro) títulos²⁶ com débitos, no valor histórico total de R\$5.055.114,78 (cinco milhões, cinquenta e cinco mil, cento e catorze reais e setenta e oito centavos) e multas, no valor histórico total de R\$ 220.220,87 (duzentos e vinte mil, duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos).

Em 06/09/2022, foi enviado o 5º lote contendo 21 (vinte e um) acórdãos com débitos no valor histórico total de R\$ 985.020,46 (novecentos e oitenta e cinco mil, vinte reais e quarenta e seis centavos) e multas no valor histórico total de R\$ 41.229,37 (quarenta e um mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos). Há ainda do exercício de 2022, a ser enviado na primeira remessa de 2023, um lote de 65 (sessenta e cinco) títulos com débitos no valor histórico total de R\$ 7.567.740,54 (sete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) e multas no valor histórico total de R\$ 292.113,91 (duzentos e noventa e dois mil, cento e treze reais e noventa e um centavos). Veja-se:

Tabela 48 - Acórdãos TCE-PA - Glosas e Multas

ACÓRDÃOS TCE-PA - GLOSAS E MULTAS ACORDO DE COOPERAÇÃO			
PERÍODO	Nº DE ACÓRDÃOS	GLOSAS (R\$)	MULTAS (R\$)
2021/2022 - 4º LOTE ACORDO	24	5.055.114,78	220.220,87
2022 - 5º LOTE ACORDO	21	985.020,46	41.229,37
TOTAL	45	6.040.135,24	261.450,24

²⁶Está contido o lote de 7 (sete) acórdãos que restaram do exercício de 2021 que foram encaminhados à PGE-PA, na primeira remessa de 2022, com débito no valor histórico total de R\$ R\$3.110.139,42 e multas no valor histórico total de R\$ R\$54.198,77.

3.4.3 Sessões Plenárias do TCE-PA

Em 2022, o Ministério Público de Contas participou de todas as sessões plenárias da Corte Estadual de Contas, no exercício da competência descrita no inciso II do art. 11 de sua Lei Orgânica - Lei Complementar Nº 09, de 27/01/1992²⁷, totalizando 70 (setenta) sessões, sendo 69 (sessenta e nove) ordinárias e 1 (uma) extraordinária, conforme a tabela a seguir:

Tabela 49 - Participação dos membros nas Sessões Plenárias do TCE-PA

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS MPC-PA NAS SESSÕES DO TCE-PA – 2022											
SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS											
PROCURADORES DE CONTAS – MPC-PA											
	ORDINÁRIA	Nº DE SESSÕES EXTRAORDINÁRIA	PROCESSOS EM PAUTA	SILAINE VENDRAMIN	FELIPE CRUZ	GUILHERME SPERRY	PATRICK ²⁸ MESQUITA	STEPHENSON VICTER	DEÍLA MAIA	STANLEY BOTTI	DANIELLE COSTA
JAN	3	0	79				1	2			
FEV	4	0	225	1	1	1				1	
MAR	5	0	320				3			1	1
ABR	4	0	244				4				
MAI	7	1	408	1	1		4	1		1	
JUN	8	0	366	1	1	1	2	2		1	
JUL	4	0	231				4				
AGO	7	0	329		1		5				1
SET	8	0	364		1		6	1			
OUT	8	0	261				7			1	
NOV	7	0	170				3	4			
DEZ	4	0	39			1	2				1
TOTAL	69	1	3036	3	5	3	41	10		5	3

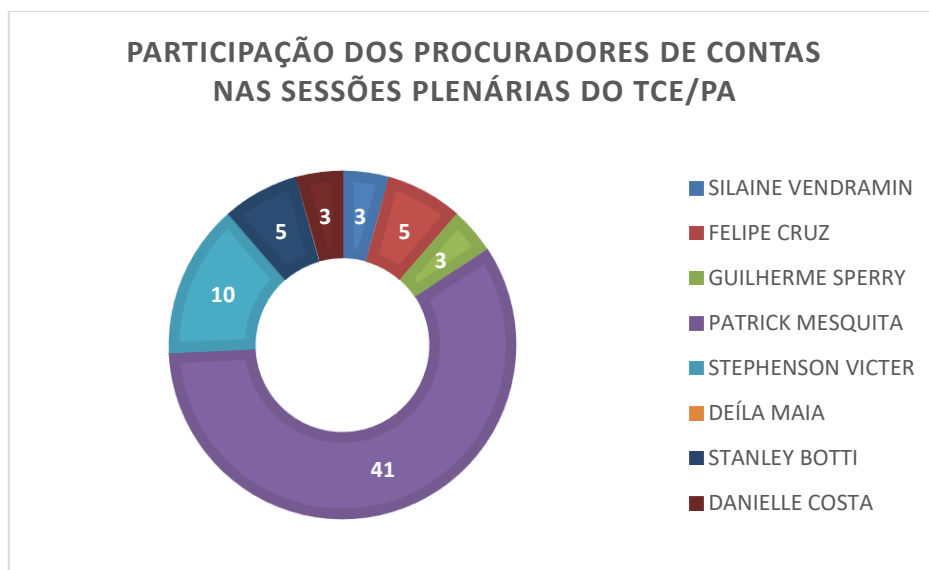
Fonte: Site do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA

²⁷ Com as alterações provocadas pela Lei Complementar nº 106 de 21 de julho de 2016 e pela Lei Complementar nº 151 de 15 de junho de 2022;

²⁸ Na função de Procurador-Geral de Contas desde 01/03/2022.

O gráfico abaixo demonstra a representação do MPC-PA nas sessões plenárias do TCE-PA e a participação dos membros, distribuída da seguinte forma:

Gráfico 21 - Participação do MPC-PA nas sessões plenárias do TCE-PA



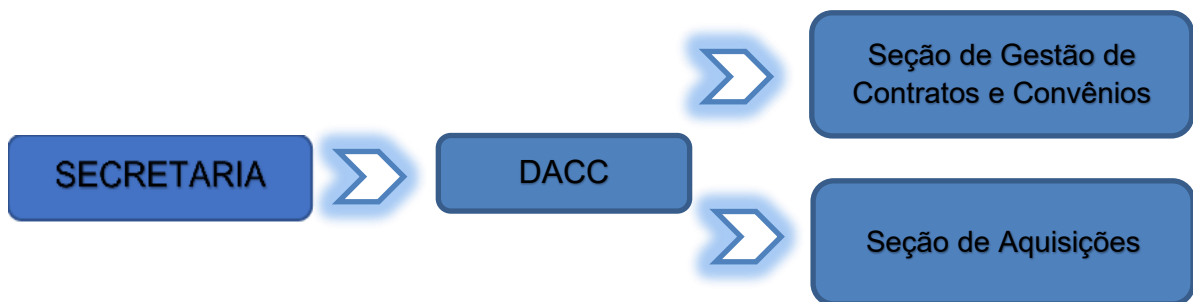
3.5 Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios

As atividades inerentes ao departamento responsável pelas aquisições, contratos e convênios do MPC-PA precede de planejamento, de aplicação de boas práticas de gestão e do gerenciamento das contratações com vista a alcançar a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos.

3.5.1 Objetivo:

Promover ações que visem assegurar a efetividade dos processos a partir da aplicação de boas práticas, em consonância com os instrumentos orçamentários e de planejamento, assim como com os normativos e regramentos institucionais, propiciando um ambiente íntegro, confiável, transparente e aprimorando os mecanismos de gestão e governança para agilizar a execução das atividades com eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos.

3.5.2 Estrutura:



3.5.3 Normativos e Regramentos:

Tabela 50 - Regimes Jurídicos Mais Adotados

REGIMES JURÍDICOS MAIS ADOTADOS:	
LEI FEDERAL	<p>Constituição Federal de 1988 (DOU de 5/10/1988)</p> <p>Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (DOU de 1º/04/2021)</p> <p><u>Lei nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 (DOU de 23/09/2019)</u></p> <p><u>Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. (DOU de 18/07/2002)</u></p> <p><u>Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. (DOU de 28/10/1999)</u></p> <p><u>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (DOU de 22/06/1993, republicado no DOU de 06/07/1994)</u></p> <p><u>Decreto nº 9.412, de 18 de junho 2018</u></p> <p><u>Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013. (DOU de 23/01/2013)</u></p> <p><u>Decreto Federal nº 5.504, de 05 de agosto de 2005. (DOU de 08/08/2005)</u></p> <p><u>Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005. (DOU de 01/06/2005)</u></p>
LEI ESTADUAL	<p><u>Lei Nº 6.474, de 06 de agosto de 2002. (DOE Nº 29.756 de 08/08/2002)</u></p> <p><u>Decreto Nº 2.787/2022 DE 29/11/2022 (DOE Nº 35.203 DE 30/11/2022)</u></p> <p><u>Decreto Nº 1958/2021 de 28/10/2021 (DOE Nº 34.752 de 28/10/2021 – Edição Extra)</u></p> <p><u>Decreto Nº 991/2020 de 24/08/2020 (DOE Nº 34.322 de 25/08/2020)</u></p> <p><u>Decreto Nº 856/2020 de 24/06/2020 (DOE Nº 34.266 de 29/06/2020)</u></p> <p><u>Decreto Nº 534/2020 de 04/02/2020 (DOE Nº 34108 de 05/02/2020)</u></p>

Fonte: LegisPará (<http://www.legispara.pa.gov.br/>)

Tabela 51 - Normativos – MPC-PA

NORMATIVOS – MPC-PA:	
RESOLUÇÕES E PORTARIAS	Resolução Nº 018/2022/MPC-PA - Colégio: Institui a Política de Governança das

<p>MPC-PA</p>	<p>Contratações Públicas no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC-PA (DOE Nº 35.078, de 16/08/2022).</p> <p>Portaria Nº 178/2022/MPC-PA: Dispõe sobre o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade e aplicação das penalidades (DOE Nº 34.949, de 28/04/2022).</p> <p>Portaria Nº 370/2022/MPC-PA: Estabelece o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo (DOE Nº 35.066, de 03/08/2022).</p> <p>Portaria Nº 392/2022/MPC-PA: Regulamenta o procedimento da licitação na modalidade leilão, para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis (DOE Nº 35.075, de 11/08/2022).</p> <p>Portaria Nº 393/2022/MPC-PA: Dispõe sobre o procedimento de contratação direta de que trata o Capítulo VIII do Título II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (DOE Nº 35.078, de 16/08/2022).</p> <p>Portaria Nº 468/2022/MPC-PA: Dispõe sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação, dos gestores e fiscais de contratos, da Assessoria Jurídica e da Auditoria e Controle Interno (DOE Nº 35.134, de 29/09/2022).</p> <p>Portaria Nº 121/2022/MPC-PA: Designação de Pregoeiros e equipe de apoio (DOE Nº 34.917, de 1º/04/2022).</p> <p>Portaria Nº 478/2022/MPC-PA: Designação de Agentes de Contratação e equipe de apoio (DOE Nº 35.155, de 19/10/2022).</p>
----------------------	--

Fonte: Portal do MPC-PA (<http://www.mpc.pa.gov.br/atos-normativos/>)

3.5.4 Competência do DACC:

Tabela 52 - Competência do DACC - Portaria nº 046/2022/MPC-PA

**Portaria nº 046/2022/MPC-PA, de 1º de março de 2022, DOE nº 34.880,
de 04 de março de 2022**

Art. 7º Ao Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios compete:

- I – organizar, gerenciar e executar as atividades relacionadas às licitações, dispensas, inexigibilidades e gestão dos convênios e contratos administrativos;**
- II – formalizar, acompanhar, e providenciar os cadastros de fornecedores, assim como as publicações dos atos administrativos, em consonância com a modalidade de disputa;**
- III – acompanhar os prazos de vigência contratuais e conveniais;**
- IV – consultar a Procuradoria-Geral de Contas quanto às prorrogações de ajustes;**
- V – receber e registrar as solicitações de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;**
- VI – analisar e instruir os procedimentos administrativos de aditamento e de rescisão contratual, manifestando-se ao fim da instrução;**
- VII – esclarecer dúvidas suscitadas quanto a cláusulas contratuais;**
- VIII - manter atualizado arquivo e site institucional com as informações referentes a todos os procedimentos licitatórios, contratos e convênios firmados pelo Ministério Público de Contas, com indicação de prazos de vigência de cada um deles e os dados cadastrais das empresas contratadas;**
- IX - acompanhar o processamento das informações relativas a prorrogação, repactuação, revisão, reajuste de preço, acréscimo, supressão, por meio de termos aditivos ou apostilamentos;**
- X – auxiliar os demais departamentos na elaboração do planejamento das contratações;**
- XI – orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas funções;**
- XII – receber e processar as demandas de órgãos externos, quando for solicitada a adesão às atas de registro de preço;**
- XII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.**

§1º. A Seção de Gestão de Contratos e Convênios é setor responsável pela elaboração de minutas e formalização de contratos, aditivos, apostilas e outros instrumentos similares, acompanhamento e controle dos prazos

contratuais e dos convênios, bem como análise das vantagens econômicas das renovações contratuais.

§2º. A Seção de Aquisições é setor responsável pela elaboração dos editais de licitações e execução de todos os demais atos vinculados aos processos licitatórios, procedimentos necessários às dispensas de licitação e inexigibilidade, bem como pela condução das cotações eletrônicas, pesquisas de mercado e confecção das atas de registro de preços, apoiando e atuando de forma integrada às demais áreas do Departamento.

Fonte: Portal do MPC-PA (<http://www.mpc.pa.gov.br/atos-normativos/portarias/>)

3.5.5 Canais de Acesso, Gestão e Publicidade:

**PARA
DIVULGAÇÃO E
PUBLICIDADE
DAS
LICITAÇÕES,
CONTRATOS
E
CONVÊNIOS**

- Portal de Compras do Governo Federal:
<https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Portal de Compras do Estado do Pará:
<http://www.compraspara.pa.gov.br>
- Site do MPC-PA:
<http://www.mpc.pa.gov.br>
- Site Banparanet:
<http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx>
- Imprensa Oficial do Estado – Publicação no Diário Oficial do Estado:
<https://www.ioepa.com.br/portal/#1>

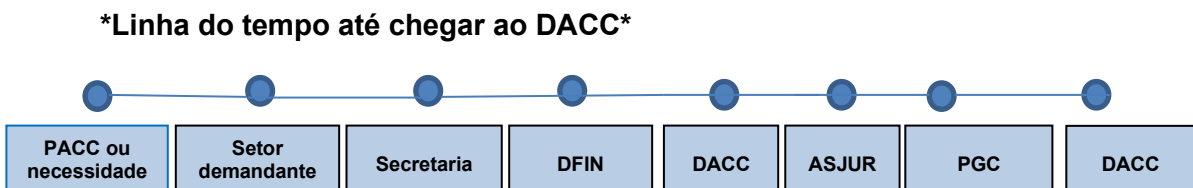
**VERIFICAÇÃO
DAS CONDIÇÕES
DE HABILITAÇÃO**

- SICAF: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- Consulta Consolidada TCU:
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ELETRÔNICOS	<p>- Site Compras Governamentais: https://www.gov.br/compras/pt-br</p> <p>- Site Banparanet: http://web.banparanet.com.br/cotacao/default.aspx</p>
---	---

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS	https://www.contratosgov.com.br/
---	---

3.5.6 Fluxograma Genérico:



3.5.7 Escopo da atuação do DACC nos processos de contratação:

Tabela 53 - Atuação do DACC nos processos de contratação

ETAPA	SETOR RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTO	ARTEFATOS GERADOS
Planejamento da contratação	Demandante	Estudo das necessidades	DOD (documento de operacionalização da demanda) ou DFD (Documento de Formalização da demanda)
		Levantamento das soluções disponíveis no mercado	Estudo Técnico Preliminar - ETP
		Estimativa de preços	Pesquisa de mercado
		Especificação detalhada do objeto e das condições de sua execução e aceitação	Análise de Risco Termo de Referência ou Projeto Básico.

ETAPA	SETOR RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTO	ARTEFATOS GERADOS
Seleção do fornecedor/prestador a ser contratado	DACC /Seção de Aquisição	Elaboração do edital e anexos	Edital e anexos.
		Cadastro do procedimento nos sistemas oficiais	Documentos de Habilitação
		Publicidade e transparência	Relatórios do certame
		Realização do procedimento licitatório.	Adjudicação e Homologação
Gestão do Contrato	DACC/Seção de Gestão de Contratos e Convênios	Gestão do contrato	Contratos, Convênios, Termos Aditivos, Apostilamentos e outros
			Gerenciamento
	Setor Demandante/Fiscalização	Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato	Relatórios
			Recebimentos
			Notificações e outros

3.5.8 Análise Quantitativa

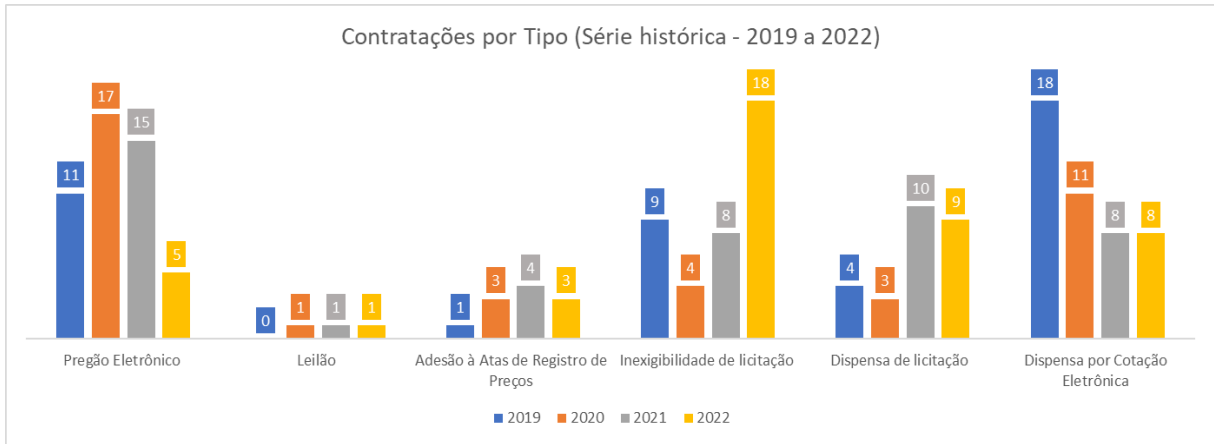
3.5.8.1 Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços:

Tabela 54 - Licitações/Dispensas e Inexigibilidades de licitação/Adesões à Atas de Registro de Preços

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE EVENTOS			
	2019	2020	2021	2022
Pregão Eletrônico	11	17	15	5
Leilão	0	1	1	1
Adesão à Atas de Registro de Preços	1	3	4	3
Inexigibilidade de licitação	9	4	8	18
Dispensa de licitação	4	3	10	9
Dispensa por Cotação Eletrônica	18	11	8	8
SOMA	43	39	46	44

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC/MPC-PA.

Gráfico 22 - Contratações por Tipo (Série histórica - 2019 a 2022)



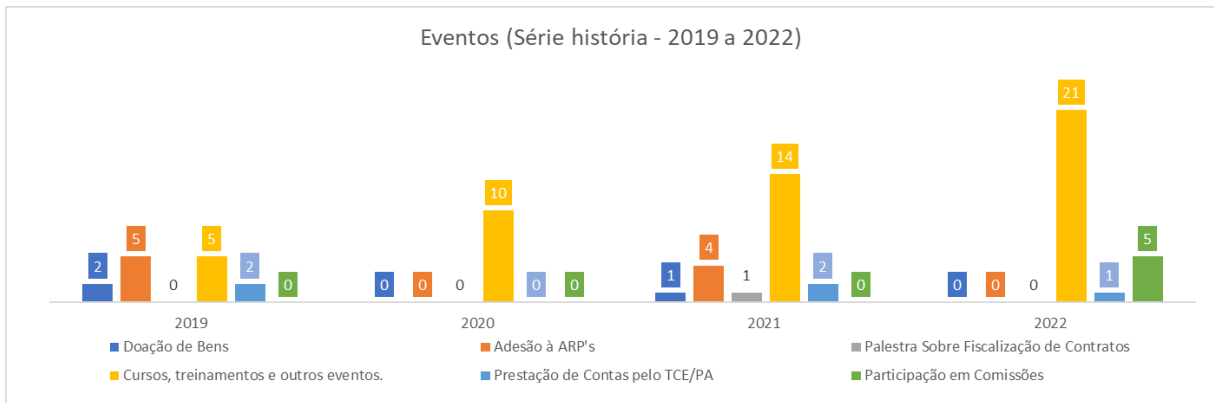
3.5.8.2 Outras Ações

Tabela 55 - Outras Ações

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE EVENTOS			
	2019	2020	2021	2022
Chamamento Público para doação de bens inservíveis	2	--	1	--
Concessão de autorização para adesão à ARP's gerenciadas pelo MPC-PA	5	--	4	--
Realização de palestra sobre fiscalização de contratos administrativos.	--	--	1	--
Participação em cursos, treinamentos e outros eventos de formação profissional	5	10	14	12
Prestação de Contas pelo TCE-PA	2	--	2	1
Participação em Comissões	--	--	--	5

Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC/MPC-PA.

Gráfico 23 - Eventos (Série histórica - 2019 a 2022)



Fonte: Departamento de Aquisições, Contratos e Convênios – DACC/MPC-PA.

3.5.8.3 Certames Licitatórios e Processos de Inexigibilidade e Dispensa de Licitação realizados em 2022:

Tabela 56 - Pregão Eletrônico

PREGÃO ELETRÔNICO					
Nº	Objeto	Licitante vencedor	Valor Estimado (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia gerada (%)
01/2022	Contratação agência de viagens – passagens aéreas.	Corp Travel Viagens Turismo Corporativo Eirell 05.929.934/0001-26	R\$ 140.380,58	R\$ 125.990,00	10,25
02/2022	Link dedicado e simétrico para upload e download	Net-X Provedor de Internet Eireli 27.796.694/0001-71	R\$ 12.284,20	R\$ 7.190,00	41,46
03/2022	Licenciamento de Direitos Permanentes de uso de outros softwares /programas de computador	Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda 05.929.934/0001-26	R\$ 125.990,00	R\$ 88.012,20	30,14
04/2022	Aquisição de equipamentos de Informática	Carlos Augusto Nascimento Pereira 38.438.581/0001-10	R\$ 26.606,32	R\$ 22.990,00	13,59
		GS Sarmiento Distribuidora Eireli 42.254.594/0001-07	R\$ 17.558,46	R\$ 17.558,46	0,00
		A C do A D Rodrigues Eireli 28.037.573/0001-09	R\$ 6.200,27	R\$ 6.195,00	0,08
		R P S de Oliveira Eireli 41.288.529/0001-30	R\$ 19.887,46	R\$ 19.860,00	0,13
		Hiper Technologies Comércio de Informática e Serviços Eireli 40.689.972/0001-50	R\$ 11.084,00	R\$ 8.321,40	24,92
		Microtécnica Informática Ltda 01.590.728/0009-30	R\$ 170.253,90	R\$ 140.006,40	17,76
M Cavalcante Comércio de Máquinas e Equipamentos Eireli 32.337.901/0001-60	R\$ 53.380,00	R\$ 50.360,00	5,65		
		Voltele Conecta Ltda			

		28.806.187/0001-34	R\$ 63.196,60	R\$ 63.196,60	0,00
05/2022	Serviços de alimentação para eventos protocolares de caráter institucional	M.C. Xerfan Receções	R\$ 379.790,03	R\$ 314.748,30	17,12

Tabela 57 - Dispensa por Cotação Eletrônica

DISPENSA POR COTAÇÃO ELETRÔNICO					
Nº	Objeto	Licitante vencedor	Valor estimado (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia gerada (%)
01/2022	Serviço de registro e emissão de certificado digital A3 pessoa física e pessoa jurídica com armazenamento em nuvem	R C V R de Oliveira Ltda 15.300.567/0001-50	R\$ 5.559,40	R\$ 4.342,89	21,88
02/2022	Serviços de Inspeção Técnica, Manutenção de 1º, 2º e 3º Níveis e Recarga de Extintores.	Mais Gás Industrial de Gases Ltda 25.089.951/0001-10	R\$ 682,00	R\$ 682,00	0,00
03/2022	Aquisição de Gêneros Alimentícios - Café, Leite em Pó, Açúcar e Adoçante	Souza e Fonseca Construções e Comércio Ltda. 37.251.510.0001-41	R\$ 10.384,00	R\$ 10.384,00	0,00
04/2022	Aquisição de crachás em PVC com cordão personalizado para servidores e visitantes do MPC-PA e de carteiras de identidade funcional para servidores	Simetria Soluções Integradas Ltda 27.397.273.0001/78	R\$ 1.361,00	R\$ 1.361,00	0,00
05/2022	Aquisição de Material de Manutenção Predial	A. A Vieira Eireli 29.776.421/0001-90	R\$ 4.513,68	R\$ 4.379,15	2,98
06/2022	Aquisição de refis de elementos filtrantes para manutenção das (três) unidades de Purificador de Água da marca Hoken.	Mega Brasil Comércio e Serviços de Construções EIRELI 11.027.186/0001-99	R\$ 16.251,68	R\$ 15.771,72	2,95

07/2022	Seguro de Veicular	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais 61.198.164/0001-60	R\$ 3.230,00	R\$ 3.230,00	0,00
---------	--------------------	--	--------------	--------------	------

Tabela 58 - Leilão

LEILÃO					
Nº	Objeto	Arrematante	Valor avaliação (R\$)	Valor alienado (R\$)	Ganho gerado (%)
01/2022	Alienação do veículo automotor placa OFV 9756, inservível ao MPC-PA	Nilton Jaime Char da Silva	R\$ 45.665,38	R\$ 50.000,00	9,49

Tabela 59 - Dispensa de licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO			
Nº	Objeto	Contratada	Valor Contratado (R\$)
01/2022	Serviço de serralharia para ajustes em portões de metalon instalados na garagem do edifício-sede do Ministério Público de Contas do Pará.	Enedilson Ribeiro Louzeiro 21.615.609/0001-45	R\$ 1.050,00
02/2022	Contratação de empresa produtora de vídeo com conteúdo audiovisual documentário institucional	Linea3 Audiovisual e Comunicação Ltda 27.764.970/0001-10	R\$ 6.800,00
03/2022	Serviços especializados de realização de exames laboratoriais para detecção do Covid-19.	R.V. Brazao Ltda (Laboratorio Ruth Brazão) 05.481.868/0001-74	R\$ 40.000,00
04/2022	Aquisição de compressor para Ar-Condicionado de 24.000 btus	Não Autorizada	
05/2022	Contratação dos serviços de emissão e administração de Cartão de Pagamento.	Banco do Brasil S/A 00.000.000/0001-91	Sem ônus
06/2022	Contratação de Seguro Predial	Aliança do Brasil Seguros S/A 01.378.407/0001-10	R\$ 6.044,18
07/2022	Prestação de serviços, de pagamento de vencimentos, salários, proventos,	Banco do Brasil S/A	R\$ 6.220,80

	aposentadorias, bolsa-estágio, outros e serviços em geral.	00.000.000/0001-91	
08/2022	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	PRODEPA 05.059.613/0001-18	R\$ 336.064,92
09/2022	Contratação de Manutenção de Veículos	R.R Chevrolet - Belém e Bacaba Veículos Ltda 08.438.379/0001-28 07.220.448/0004-02	R\$ 956,00 R\$ 720,00

Tabela 60 - Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO			
Nº	Objeto	Contratada	Valor Contratado (R\$)
01/2022	Inscrições de membros do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no XXIV Congresso Nacional do Ministério Público.	Associação Nacional do Ministério Público – CONAMP 54.284.583/0001-59	R\$ 2.940,00
02/2022	Inscrição de membro do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no 2º Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar,	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda 10.498.974/0001-09	R\$ 4.190,00
03/2022	Contratação de licença anual do software ContratosGov, destinado a implantação do sistema de Gestão de contratos	Contratosgov Sistemas Ltda 40.628.906/0001-70	R\$ 29.990,00
04/2022	Inscrição de membro do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no 1º Congresso Nacional de Controle da Administração Pública	IDGP – Instituto de Desenvolvimento em Gestão Pública Ltda 27.662.256/0001-10	R\$ 1.690,00
05/2022	Inscrição no Seminário Nacional Desafios Práticos para a Aplicação da Lei Nº 14.133/2021.	Zenite Informação e Consultoria S/A 86.781.069/0001-15	R\$ 27.300,00
06/2022	Inscrição de servidores no Curso de inteligência e Investigação em fontes abertas – OSINT – 9ª edição.	Wendt & Barreto Gestão Educacional Ltda 41.653.466/0001-73	R\$ 6.000,00
07/2022	Inscrição de servidores no 9º Contratos Week – Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos.	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda 10.498.974/0002-81	R\$ 15.540,00
08/2022	Inscrição de servidor no Seminário Presencial “Advogados Públicos e a Nova Lei de Licitações.	Zênite Informação e Consultoria S/A 86.781.069/0001-15	R\$ 4.550,00
09/2022	Curso de Tomada de Contas Especiais, Prestação de Contas e Controle na administração Pública	Supreme Capacitação e Treinamento Ltda 34.370.234/0001-42	R\$ 2.460,00

10/2022	Curso de Capacitação sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.	Zênite Informação e Consultoria S/A 86.781.069/0001-15	R\$ 116.549,28
11/2022	Capacitação presencial, do curso "A Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC)	Orzil Consultoria e Treinamento Ltda 21.545.863/0001-14	R\$ 2.947,00
12/2022	Serviço de elaboração, produção, desenvolvimento editorial, confecção de volumes semestrais e publicação na versão impressa e digital da Revista do MPC-PA	Editora Fórum Ltda. 41.769.803/0001-92	R\$ 406.416,00
13/2022	Inscrição de servidores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará no 6º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições	Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda 10.498.974/0002-81	R\$ 17.800,00
14/2022	16º Pregão Week – Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão.	Instituto Negócios Públicos do Brasil - Estudos e Pesquisas na Administração Pública Ltda 10.498.974/0002-81	R\$ 4.500,00
15/2022	Inscrição de membros do MPC-PA no VIII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas.	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) 37.161.122/0001-70	R\$ 4.500,00
16/2022	I Congresso de Comunicação Digital para o Setor Público	29.799.922/0001-92	R\$ 790,00
17/2022	Seminário sobre Federalismo Fiscal	Editora Fórum Ltda. 41.769.803/0001-92	R\$ 1.139.840,00
18/2022	Congresso Nacional de Liderança e Governança em Licitações e Contratos	Instituto Protege Escola Brasil Ltda 18.548.151/0001-44	R\$ 46.200,00

Gráfico 24 - Volume das contratações por valor total - Ano: 2022

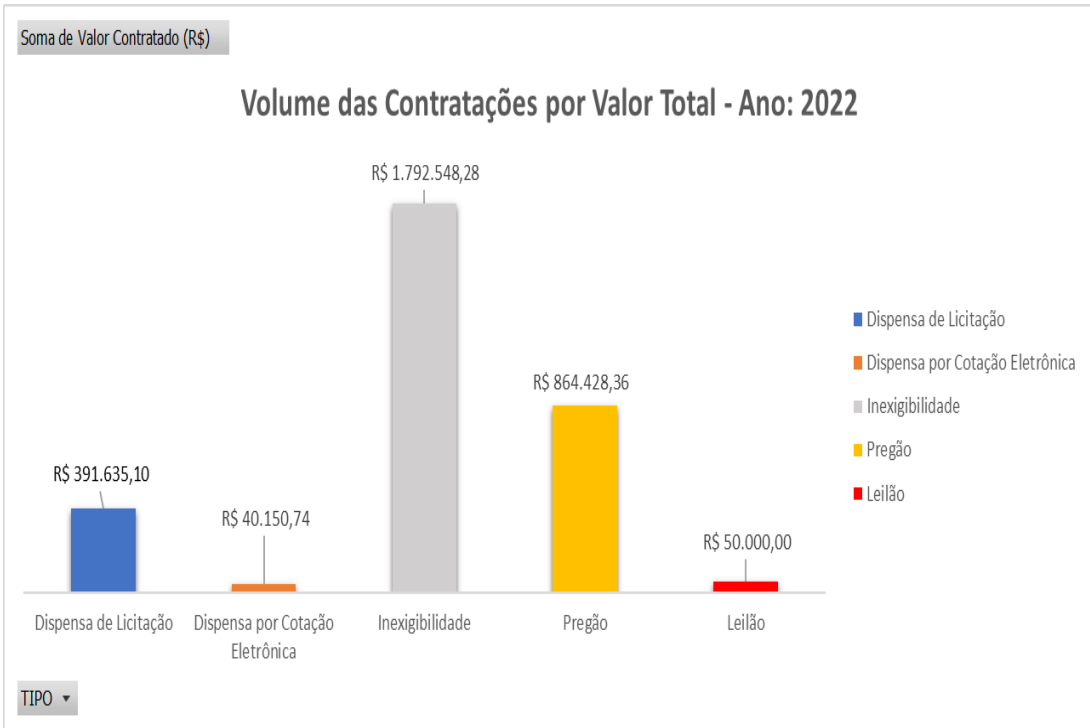
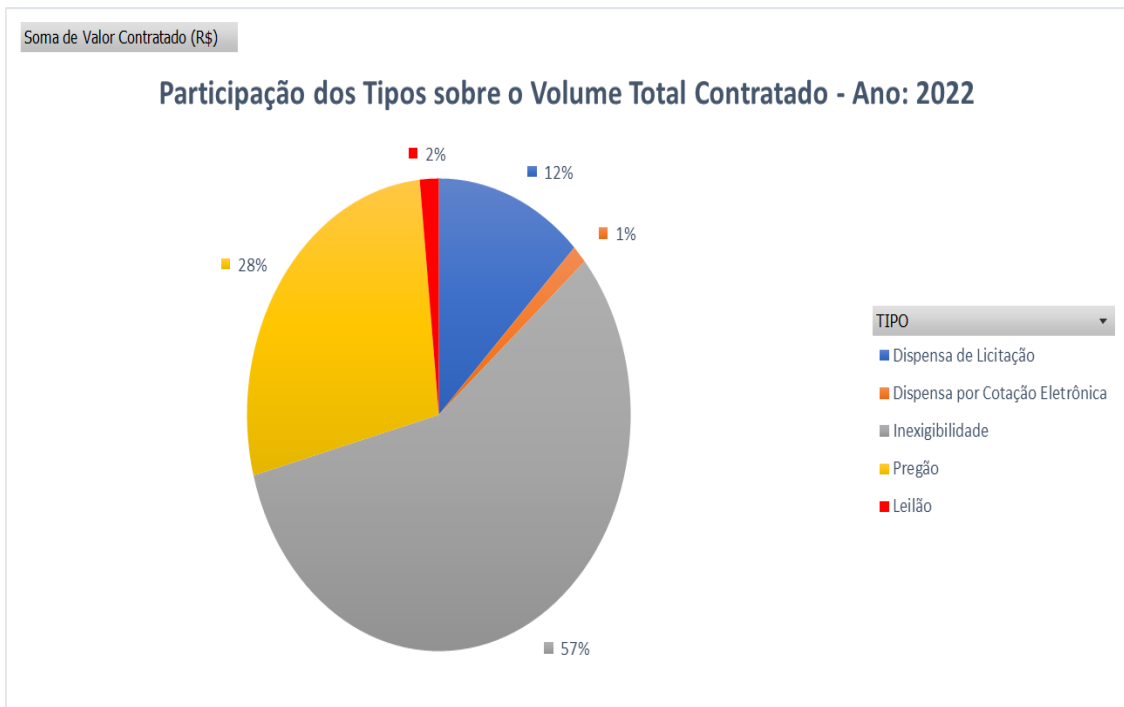


Gráfico 25 - Participação dos tipos sobre volume contratado - Ano: 2022



3.5.8.4 Atas de Registro de Preços Vigentes em 2022:

Tabela 61 - 4.5.9.4 Atas de Registro de Preços Vigentes em 2022

Processo	Nº da ARP	Objeto	Nº Pregão	Vigência	Empresa beneficiária da ARP
2020/835994	01/2021	Aquisição de certificados digitais	10/2020	14/01/2022	Objectti Soluções Ltda.
2020/734912	02/2021	Aquisição de resma de papel	09/2021	20/01/2022	J R Alves Costa Eireli
2020/866007	03/2021	Aquisição de nobreaks	11/2021	28/01/2022	CH Tecnologia da Informação Eireli
2020/936733	04/2021	Fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar	05/2021	07/04/2022	D H M Lopes Refrigeração Eireli
2020/1048450	05/2021	Material para manutenção predial	07/2021	05/05/2022	J. E. de Oliveira Rodrigues
2020/1048450	06/2021	Material para manutenção predial	07/2021	05/05/2022	Bmaxx Comércio e Representações Eireli
2021/465640	07/2021	Aquisição de suprimentos de informática	09/2021	22/07/2022	M. Alcione dos Santos Gonçalves -ME

3.5.8.5 Convênios, acordos de cooperação e parcerias vigentes em 2022:

Tabela 62 - Convênios, acordos de cooperação e parcerias vigentes em 2022

Nº	Ano	Vigência	Órgão / entidade	Objeto
12	2015	29/01/2025	TJPA	Termo de Cooperação Técnica para compartilhamento de boas práticas de gestão pública
1	2016	28/04/2022	TCE-PA	Acordo de Cooperação Educacional, Técnica e Científica para o desenvolvimento de ações educacionais, práticas e soluções em tecnologia da informação, aquisição de acervo técnico e outros.
1	2019	14/03/2024	Defensoria Pública do Estado – DPE	Acordo de Cooperação Técnica, Educacional e Científica para compartilhamento de cursos, informações, conhecimentos, metodologias e experiências.
4	2019	16/02/2022	AGE-PA	Acordo de Cooperação Técnica e de Assistência Mútua para intercâmbio de informações visando a obtenção de maior eficiência e tempestividade na

				adoção de providências relativas a matérias atinentes ao Controle Interno.
8	2019	03/10/2024	MPE	Acordo de Cooperação educacional, técnica e científica para compartilhamento de cursos, informações, conhecimentos, metodologias e experiências.
9	2019	05/11/2023	TCE-PA IEPTB	PGE Acordo de Cooperação Técnica para Recuperação de Créditos Públicos
3	2020	05/05/2025	SEPLAD/BANPARÁ	Convênio para Utilização do Sistema de Cotação de Preços do BANPARÁ e utilização do sistema como participante dos Registros de Preço promovidos pela SEPLAD.
28	2020	--	MPE - MG CNPGC	MPC-MG Convênio para Intercâmbio de Tecnologia, Inovação, Conhecimento e Base de dados e para Desenvolvimento conjunto de projetos e iniciativas que possibilitem a otimização dos recursos financeiros e humanos
s/nº	2020	02/07/2025	Instituto Rui Barbosa - IRB	Convênio para Adesão ao Portal de Cursos do IRB - IRB Conhecimento para divulgação de ações de capacitação, na forma da Portaria IRB N°11/2020
s/nº	2020	31/08/2022	Colégio Nossa Senhora de Nazaré	Convênio de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares
1	2021	03/05/2022	Corregedoria-Geral de Justiça do MPE/PA	Acordo de Cooperação Técnica para compartilhamento de práticas, experiências, acesso a sistemas de informação de atividades e controles, e a dados não sigilosos
2	2021	12/11/2022	Colégio O Mundo do Peteleco	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares
3	2021	16/11/2022	KMC Escola Bilíngue Step By Step Ltda - ME	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares
4	2021	16/11/2022	K&A Escola Bilíngue Step By Step Ltda	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares
5	2021	30/11/2022	Sistema de Ensino Equipe Ltda - SEE	Acordo de Cooperação para concessão de desconto nas mensalidades escolares
20	2021	02/02/2026	JUCEPA	Acordo de Cooperação Técnica para Acesso à Base de Dados da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA
s/nº	2021	08/03/2025	TCE-PA DPE/SEFA/ APMB/ UFPA/FADESP	Convênio de Cooperação Técnica, Científica e financeira para a viabilização da oferta e funcionamento de programa de

				pós-graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia, com curso de mestrado profissional em Direito
s/nº	--	25/06/2026	Banco do Brasil S/A	Convênio para concessão de empréstimos e financiamentos consignados para servidores do MPC-PA
s/nº	--	--	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG	Convênio para Utilização do Portal de Compras do Governo Federal.
1	2022	31/07/2023	Polícia Militar do Pará	Cessão de Oficiais e Praças da Reserva Remunerada da Polícia Militar.
000	2022	18/01/2027	Caixa Econômica Federal	Concessão de empréstimo consignado
1	2022	01/12/2027	Faculdade Ideal FACI - WYDEN	Bolsa Convênio
000	2022	15/06/2050	Secretaria Especial da Receita Federal	Intercâmbio de informações de interesse público.

3.5.8.6 Contratos Vigentes em 2022

Tabela 63 - Contratos Vigentes em 2022

Nº	Ano	Contratada	Objeto	Vigência	Termos Aditivos
16	2016	Facto Turismo Ltda – ME	Agenciamento de passagens aéreas nacionais	12/08/2022	5º TA
36	2017	Banco do Brasil S/A	Serviços bancários	26/09/2022	4º TA
7	2018	Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda	Prestação de serviços de Agente de Integração de estágio	25/04/2022	3º TA
18	2018	Mapfre Seguros Gerais S.A.	Seguro veicular	25/09/2022	4º TA
20	2018	C. M. Distribuidora Comércio e Serviços	Manutenção de grupo gerador	06/11/2022	3º TA
24	2018	Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE	Organização e seleção de concurso público	03/12/2022	4º TA
4	2019	CONSERP Manutenção de Elevadores Ltda - EPP	Manutenção Preventiva e Corretiva de Elevador	21/02/2023	3º TA
13	2019	Água Norte Tratamento de Água e Soluções Ambientais Ltda – EPP	Análise bacteriológica da água	11/10/2022	2º TA
14	2019	No Pragmas Controle Ambiental Ltda	Limpeza de desinfecção de reservatórios de água	08/11/2022	2º TA
10	2020	Liderança Limpeza e Conservação Ltda	Limpeza, Conservação e Higienização e Copeiragem	01/09/2023	6º TA

11	2020	Claro S/A	Banda Larga	28/02/2022	2º TA
12	2020	TC Comércio de Serviços e Tecnologia EIRELI	Locação de impressoras	14/08/2023	2º TA
13	2020	Banco do Brasil S/A	Serviço bancário de conta depósito vinculada.	27/08/2025	--
99125 07517	2020	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Pacote de Serviços dos CORREIOS	22/10/2023	2º TA
1	2021	Papel e Cia - Produtos de Papelaria Ltda Eireli-EPP	Aquisição de Café em Pó e Adoçante Líquido	28/01/2022	--
2	2021	Fênix Comércio e Manutenção de Equipamentos Ltda	Manutenção Aparelhos de Ar Condicionado	03/03/2023	1º TA
3	2021	A A Santos Distribuidora de Alimentos EIRELI – EPP	Aquisição de Açúcar Refinado Branco	04/03/2022	--
4	2021	R C V R de Oliveira Ltda – EPP	Aquisição de Leite em Pó	08/03/2022	--
5	2021	No Pragmas Controle Ambiental Ltda – EPP	Controle de Pragas	09/04/2023	1º TA
6	2021	Brazil It Soluções Informática Ltda	Equipamentos de Informática, do tipo permanente	09/04/2022	--
7	2021	Mais Gás Indústria de Gases Ltda	Extintores de incêndio	15/04/2022	--
8	2021	D H M Lopes Refrigeração Eireli	Desinstalação, instalação e fornecimentos de splits	24/06/2022	2º TA
10	2021	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda	Assinatura acesso on-line de sistema informatizado de pesquisa de preços (Banco de Preços)	23/06/2023	1º TA
11	2021	Sanet Comercio E Servicos de Informatica Eireli	Equipamentos de Informática (notebook).	28/06/2022	--
12	2021	Sanet Comercio E Servicos de Informatica Eireli	Fornecimento de equipamentos de Informática (monitor)	28/06/2022	--
13	2021	Saturno Software e Sistemas Ltda	Licença Windows Server DataCenter 2019 e Licenças CALS de conexão dos desktops com os Servidores de Rede	30/06/2022	--
14	2021	Sheylla de Andrade Ribeiro Souza – EPP	Aquisição de licenças de solução de segurança endpoint antivírus/antimalware	30/06/2022	--
15	2021	Star Rum Informática Eireli	Aquisição de Licença Microsoft RDS CAL	29/06/2022	--
16	2021	Liberty Seguros S/A	Seguro predial	26/07/2022	--
17	2021	GTEC Comércio e Serviços Eireli- ME	Fornecimento e Treinamento dos Sistema de Fechadura Elétrica e Controle de	13/07/2022	--

			Acesso Biométrico para Entrada e Saída.		
18	2021	Centra Móveis S/A	Instalação/Substituição de Peças de Mobiliário	19/07/2022	--
19	2021	Claro S/A	Contratação de serviços de acesso à internet, por meio de link dedicado	02/08/2023	1º TA
22	2021	D H M Lopes Refrigeração – EIRELI	Desinstalação, instalação e fornecimentos de splits	23/09/2022	--
23	2021	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos	05/06/2022	--
24	2021	Oceanorte Construções Ltda - EPP	Impermeabilização de reservatórios	23/09/2022	--
25	2021	Vólus Tecnologia e Gestão de Benefícios Ltda	Gerenciamento, controle e fornecimento de combustível e GLP	09/11/2022	--
26	2021	Eficácia Projetos e Consultoria Ltda	Desenvolvimento de projetos arquitetônicos	28/10/2023	2º TA
27	2021	Gráfica e Editora Santa Cruz Ltda	Fornecimento de material gráfico	11/03/2022	--
28	2021	P.A. Engenharia Comercial Ltda – ME	Manutenção predial, preventiva e corretiva.	23/11/2022	--
29	2021	Claro S/A	Serviços de telefonia fixa comutada-STFC (PABX em comodato)	06/12/2023	1º TA
01	2022	R.V Brazão Ltda	Serviços laboratoriais para detecção do Covid 19	27/07/2022	--
02	2022	Equilibrium Web Serviços de Informática Ltda	Serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas em regime de Fábrica de Software	08/02/2023	--
03	2022	First Point Soluções em Tecnologia da Informação Ltda	Serviços de contagem e aferição de pontos de função	09/02/2023	--
04	2022	Corp Travel Viagens e Turismo Corporativo Eirelli	Contratação de operadora ou agência de viagens	24/02/2023	--
05	2022	M. C. Xerfan Recepções ME	Prestação de serviços de alimentação	24/07/2022	--
06	2022	Banco do Brasil S/A	Prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento	22/03/2023	--
07	2022	Soluti – Soluções em Negócios Inteligentes S/A	Serviço de registro e emissão de certificado digital A3 pessoa física e pessoa jurídica com armazenamento em nuvem	06/04/2023	--

08	2022	M. Alcione dos Santos Gonçalves	Aquisição de suprimentos de informática	28/10/2023	--
09	2022	Contratos GOV Sistemas Ltda	Contratação do serviço do Contratos Gov	06/05/2023	--
10	2022	Mais Gás Indústria de Gases Ltda	Prestação de Serviços de Inspeção Técnica, Manutenção de 1º, 2º e 3º Níveis e Recarga de Extintores.	30/05/2023	--
11	2022	Simetria Soluções Integradas Ltda	Aquisição de crachás em pvc com cordão personalizado e de carteira de identidade funcional.	09/06/2023	--
12	2022	Souza e Fonseca, Construções e Comércio Ltda.	Aquisição de Gêneros Alimentícios - Café em Pó, Leite em Pó, Açúcar Refinado e Adoçante Líquido,	09/06/2023	--
13	2022	DB3 Serviços de Telecomunicações S.A	Contratação de serviços de acesso à internet, por meio de link dedicado	24/06/2023	--
14	2022	Tecnetworking Serviços e Soluções em TI Ltda.	Contratação de Serviço de Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador - Adobe Acro	02/07/2023	--
15	2022	Aliança do Brasil Seguros S/A	Contratação de empresa para prestação de serviços de Seguro Predial	16/08/2023	--
16	2022	Mega Brasil Comércio e Serviços de Construção Eireli	Aquisição de refis de elementos filtrantes	22/08/2023	--
17	2022	ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A	Realização do curso <i>in company</i> intitulado "Desafios práticos para a aplicação da Lei Nº 14.133/2021"	08/01/2023	--
18	2022	Ticket Soluções Hdftg S/A	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de fornecimento contínuo de combustíveis	13/09/2023	--
19	2022	PRODEPA	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	30/09/2025	--
			Prestação de serviço de elaboração, produção,		--

20	2022	EDITORA FÓRUM LTDA.	desenvolvimento editorial, confecção de volumes semestrais e publicação na versão impressa e digital da Revista do MPC-PA.	30/09/2025	
21	2022	M. C. Xerfan Recepções ME	Prestação de serviço de alimentação para atendimento aos eventos protocolares de caráter institucional	05/10/2023	--
22	2022	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Contratação de seguro para os 02 (dois) veículos oficiais	20/10/2023	--
23	2022	A A Vieira Eireli	Aquisição de material de manutenção predial	05/10/2023	--
24	2022	Banco do Brasil S/A	Prestação de serviços, de pagamento de vencimentos, salários, proventos e outros	20/10/2023	--
25	2022	Lanlink Soluções e Comercialização em Informática S/A	Contratação de empresa especializada em fornecimento de licenças de uso das ferramentas de colaboração em nuvem Microsoft Office 365	31/10/2025	--
26	2022	Carlos Augusto Nascimento Pereira	Aquisição equipamentos de informática	05/12/2023	--
27	2022	G S Sarmiento O Distribuidora e Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Eireli	Aquisição equipamentos de informática	05/12/2023	--
28	2022	M. Cavalcante Comercio de Máquinas e Equipamentos Eireli	Aquisição equipamentos de informática	07/12/2023	--
29	2022	Voltele Conecta Ltda	Aquisição equipamentos de informática	06/12/2023	--
30	2022	Editora Fórum Ltda	Seminário Editora Fórum	09/12/2023	--

3.5.8.7 Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC-PA em 2022:

Tabela 64 - Processos Administrativos Sancionatórios Instaurados pelo MPC-PA em 2022

Processo	Nº Portaria de Instauração	Empresa respondente	Síntese da ocorrência passível de aplicação de sanção	Status (Em andamento/ concluído)
001/2022	247/2022	NET - X PROVEDOR DE INTERNET LTDA ME	eventual descumprimento de obrigações constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art 48, §2º, do Decreto Federal nº 10.024/2019, no art. 48, §2º, do Decreto Estadual nº 534/2020, no Edital do certame (itens 15.3.2, 15.8 e 19.1) e em seu Termo de Referência (item 10.13);	Concluído
002/2022	262/2022	PAPEL & CIA PRODUTOS DE PAPELARIA LTA – EIRELI-EPP	suposto descumprimento de obrigações constantes no art. 66 da Lei nº 8.666/1993 e no Termo de Referência (itens 5.1, 5.5, 8.1 e 8.2	Concluído
003/2022	326/2022	DHM LOPES REFRIGERAÇÃO EIRELI	eventual descumprimento de obrigações constantes da ARP 04/2021 (Cláusula Sexta, Parágrafo Primeiro), do Contrato 08/2021 (Cláusula Décima, item 10.1.7, e Cláusula Décima Quarta, item 14.1, alíneas c, d e e) e o art. 88, II e III, c/c art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993	Em andamento

3.5.9 Análise Qualitativa

O Departamento de Contratos e Convênios – DACC empreendeu esforços no cumprimento do cronograma firmado no Plano Anual de Compras e Contratações aprovado para o exercício 2022, além de outras demandas encaminhadas pelos setores demandantes. Para alcançar eficácia nos procedimentos, o trabalho em equipe e a parceria com os diversos setores e departamentos foram fundamentais, alicerçando bases para uma cultura de trabalho integrado com vistas a um futuro de atividades com excelência.

Neste sentido, as exigências para as adaptações e o emprego de novas metodologias de trabalho visando a implementação e aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC se tornaram um desafio a ser superado, o que foi minimizado por meio do apoio e incentivo da alta gestão, que proporcionou

capacitação continuada, publicações de normativos fundamentais para a aplicação das prerrogativas da Lei Nº 14.133/2021 e acesso às ferramentas e instrumentos necessários para execução das atividades.

1. PONTOS FORTES:

- 1.1 Equipe integrada e empenhada no trabalho conjunto;
- 1.2 Apoio e incentivo da Gestão na capacitação continuada dos servidores;
- 1.3 Suporte da Administração para propiciar ferramentas inovadoras e de auxílio tecnológico;
- 1.4 Designação de servidor para apoio e suporte na fase preparatória e de pesquisa de preços;
- 1.5 O Plano Anual de Compras e Contratações – PACC;
- 1.6 Baixo percentual de certames fracassados e/ou desertos;
- 1.7 Aquisição da ferramenta *ContratosGov*.

2. PONTOS FRACOS

- 2.1 Necessidade de aprimoramento dos procedimentos inerentes à etapa de planejamento da contratação: estudo das demandas; levantamento das soluções disponíveis no mercado, especificação do objeto e das condições de execução, entre outros;
- 2.2 Inobservância nos prazos para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Compras e Contratações, acarretando envio de demandas em data próxima ao término da vigência do contrato;
- 2.3 Falta de mapeamento de riscos nas contratações e necessidade de aprimoramento do processo de fiscalização da execução dos contratos, o que tem resultado a instauração de processos administrativos para aplicação de sanções;
- 2.4 Falta de padronização das minutas de edital, contratos e outros instrumentos, com base na NLLC.

3.5.10 Desafios e Ações Futuras

Como não poderia deixar de ser, as expectativas para o futuro imediato implicam reforçar os pontos fortes e fazer todo o esforço necessário para eliminar os pontos fracos aqui expostos. Destacam-se como prioritárias, para o futuro próximo, as seguintes ações:

- Concluir a adaptação dos métodos e processos de trabalho à nova Lei de Licitações e Contratos;
- Melhorar a qualidade do processo de contratação com a adoção de modelos padronizados para os artefatos utilizados no processo de contratação: Estudo Técnico Preliminar – ETP; Mapa de Risco; Termo de Referência/Projeto Básico; Editais, Contratos, Relatórios de Fiscalização, para evitar redundâncias ou contradições internas;
- Elaborar o mapeamento do processo de contratação, estabelecendo o fluxo das rotinas inerentes à atividade, os prazos e as competências dos agentes;
- Elaborar um manual de licitações e contratos;
- Elaborar a matriz de risco dos processos de aquisição;
- Monitorar o cumprimento das metas do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC;
- Continuar proporcionando a capacitação e o aprimoramento dos servidores do DACC por meio da formação continuada na área de Compras Públicas;
- Estabelecer cronograma bimestral de avaliação dos métodos e processos de trabalhos.

3.5.11 Servidores lotados no DACC:

Tabela 65 - Servidores lotados no DACC

	Servidor(a)/ Estagiário(a)	Cargo	Função
1	Akyson Ferreira da Silva	Agente de Condução	Agente de Contratação Pregoeiro / Coordenador de Compras
2	Gilvanete Azevedo Ferreira	Analista Ministerial/ Administração	Responsável pela Seção de Gestão de Contratos e Convênios.
3	Nazaré do Socorro Gillet das Neves	Assistente Administrativo	Chefe do DACC Agente de Contratação Pregoeiro / Coordenador de Compras
4	Renan Cândido Oliveira	Analista Ministerial/ Administração	Agente de Contratação Pregoeiro / Coordenador de Compras
5	Sergio dos Santos Campista	Assessor de Procuradoria	Participante da equipe de apoio nos setores de licitação, contratos e convênios.
6	Jandira Alves Mathne	Estagiária	Apoio as atividades do DACC.

3.6 Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações

O Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações - DTIT está vinculado à Secretaria, conforme Estrutura Administrativa definida pela Portaria nº 046/2022/MPC-PA, de 01/03/2022.

As responsabilidades do DTIT são as atividades e soluções que envolvem recursos de computação e de telecomunicações visando a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso de informações geradas ou processada por este *Parquet* Especializado de Contas.

Cumprindo determinação da Administração, que tem por objetivo registrar e dar a transparência sobre as atividades realizadas no exercício de 2022, serão apresentadas abaixo, de modo resumido, as mais relevantes executadas por este Departamento.

3.6.1 Gestão da Tecnologia da Informação

3.6.1.1 Participação na Comissão de LGPD

Durante o exercício de 2022, o DTIT esteve representado em todas as reuniões da Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, debatendo sobre os diversos temas tratados. O Departamento também analisou e auxiliou os membros da Comissão na formatação do modelo para mapeamento de dados.

Além disso, o DTIT revisou, em vários aspectos, considerando inclusive às exigências da LGPD, a Política de Segurança da Informação (PSI), sendo esta analisada e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Contas. Após esta etapa, foram elaboradas e apresentadas as minutas das principais normas complementares da PSI.

Também no ano de 2022, foi apresentado o inventário dos Sistemas Disponíveis para acesso de membros e servidores do MPC-PA, visando à análise dos tratamentos de dados utilizados.

3.6.1.2 Participação na Comissão de Gestão Documental

A participação do DTIT na Comissão de Gestão Documental visa dar suporte técnico para implantação da gestão documental. Nesse aspecto, o Departamento tem sido consultado sobre a implantação do software de processo administrativo eletrônico PAE 4.0. Os trabalhos da comissão consistem na elaboração de um plano de classificação de documentos, com a sinalização das funções, subfunções, assuntos e subassuntos finalísticos deste órgão ministerial, bem como a indicação da temporalidade de guarda e descarte, com base em metodologia arquivística apresentada pela Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD e Arquivo

Público do Estado do Pará. Essas funcionalidades estão presentes no PAE 4.0, mas também serão aplicadas aos documentos físicos. A Comissão está em vias de finalização dos assuntos finalísticos, para posterior encaminhamento à SEPLAD.

3.6.1.3 Certificados Digitais

Com o intuito de aumentar a segurança da informação, e sendo o Certificado Digital o meio mais seguro de garantir técnica e legalmente a identidade de uma pessoa em ambientes eletrônicos, tornando-se um requisito indispensável para que as instituições que utilizam serviços seguros por meio da internet, foram adquiridos 35 (trinta e cinco) certificados digitais de pessoa física e 01 (um) de pessoa jurídica, ambos do tipo A3, com armazenamento em nuvem e validade de 36 (trinta e seis) meses a partir de sua emissão.

A tecnologia dos certificados adquiridos possui diversas vantagens como mobilidade, compatibilidade e segurança, uma vez que não é preciso estar em sua estação de trabalho para utilizá-lo, basta acessar o aplicativo por um dispositivo, como um *smartphone* ou *tablet* conectado à *internet*. Com a dispensa da utilização dos *token's* físicos para armazenamento dos certificados, reduz-se os riscos de perda ou esquecimento destes, gerando diversos prejuízos às atividades da Instituição. Além disso, para utilização dos *Tokens*, são necessárias portas *USB* para transferência de dados que, apesar de populares, podem não estar disponíveis no equipamento. Isso porque podem já estar em uso de outros dispositivos, ou mesmo não existirem, como no caso de celulares e *tablets*, por exemplo.

Um das vantagens mais relevantes é a possibilidade de recuperação de senha do usuário, no portal da nuvem, de modo a evitar a inutilização do certificado em caso de esquecimento de senha durante a troca de aparelhos que estavam com o aplicativo de controle do certificado.

3.6.1.4 Nova Contratação do Adobe Reader.

Próximo do encerramento do contrato anterior de licenças do Adobe Acrobat Pro DC, foi realizada a contratação de 30 (trinta) licenças, por um período de 36 (trinta e seis) meses. Esta solução possui conjuga ferramentas de edição, conversão, assinatura e visualização de PDF, para suprir as necessidades institucionais do MPC-PA, durante a execução de suas atividades.

O referido *software* foi escolhido após a análise do DTIT sobre os recursos necessários, segurança e compatibilidade junto aos outros sistemas já utilizados por este *Parquet* Especializado de Contas.

3.6.1.5 Novo Contrato com a PRODEPA

Até o ano de 2022, o SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) foi utilizado para otimizar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, de forma integrada, enquanto o Sistema de Materiais e Serviços – SIMAS capta, organiza e disponibiliza os dados e informações acerca dos processos de compras e contratações realizados pelos integrantes do sistema, identificando, por meio de relatórios gerenciais pré-definidos ou personalizados, o volume das compras e contratações promovidas, que podem ser visibilizadas sob diferentes camadas ou cortes.

Quanto ao uso da Ferramenta *SAP Business Objects*, o sistema consiste em plataforma *web* para extrair dados do *SIAFEM*, visando o consumo de informações de natureza contábil, financeira e orçamentária do Estado para elaboração de estudos técnicos, levantamentos e notas técnicas.

Considerando várias solicitações de Procuradorias e do Centro de Apoio Operacional – CAO sobre acessos ao sistema *SAP BI*, e o aumento das consultas realizadas no sistema *SIAFEM*, gerando transtornos momentâneos nas do Departamento Financeiro, foi feito o distrato do contrato anterior com a PRODEPA e

realizado um novo, ampliando em 09 (nove) acessos ao sistema *SAP BI* e 09 (nove) acessos simultâneos ao sistema *SIAFEM*, com o objetivo de atender as demandas atuais do MPC-PA.

3.6.1.6 Contratação da *Microsoft*

Após estudos em busca de uma solução integrada, que oferecesse um conjunto de ferramentas de escritório suficientes para suprir as necessidades institucionais do MPC-PA, relacionadas aos dados digitais e comunicação no ambiente digital, foi indicada a contratação de licenças do MSOffice 365 para substituir as ferramentas utilizadas atualmente por versões mais recentes, contendo novos recursos e serviços de nuvem, além de novos serviços de e-mails e *software* para realização de videoconferência, objetivando atender as necessidades do cenário atual, possibilitando maior quantidade de recursos para os usuários do MPC-PA.

O MPC-PA já utilizava o pacote MSOffice da Microsoft como *software* de escritórios, utilizados em todo o parque computacional deste *Parquet* de Contas, o que justifica a escolha pela continuidade da mesma solução, mais atualizada, com os devidos serviços de nuvem disponibilizados e integrados, visando minimizar a curva de aprendizagem e o impacto negativo na produtividade das atividades laborais.

A contratação ocorreu através da adesão a ata de registro de preços nº 008/2022-CPL/OSE, com vantajosidade comprovada durante o processo de aquisição, também é aderente ao Acordo de Cooperação n. 08/2020/SGD-ME e Microsoft, acordo este em que o MPC-PA também é partícipe, ressaltando as boas práticas indicadas, junto com os princípios da eficiência e economicidade.

3.6.1.7 Gerência de contratos

Sendo a equipe deste departamento composta apenas por 06 (seis) servidores efetivos, a atividade de gestão de contratos demanda uma considerada quantidade de tempo destas pessoas, porque além do acompanhamento e atestos dos bens e

serviços contratados, ainda realizamos os estudos para renovações e/ou novas contratações ou aquisições.

Os contratos fiscalizados são: os acessos à Internet através de links dedicados, principal e secundário, da fábrica de *software*, contagem de pontos de função, certificados digitais, antivírus, ferramentas de escritório, reprografia e telefonia fixa. Além dos contratos referentes às aquisições de bens.

3.6.2 Seção de Desenvolvimento

No início do Exercício de 2022 foi efetivada a contratação da Fábrica de Software, juntamente com a fábrica de contagem de pontos de função que se fizeram necessários para agregar celeridade ao desenvolvimento e manutenção de sistemas no MPC-PA, executando ao longo do ano os projetos DIPRO 4.0, SGP 1.0, e-Social, e os Sites da Internet e Intranet.

3.6.2.1 DIPRO 4.0

O primeiro projeto é o Sistema de Autuação, Controle e Distribuição de Processos – DIPRO, na versão 4.0, que tem como objetivo atender as necessidades atuais dos usuários que executam a atividade finalística deste Órgão Ministerial. Este Sistema já tinha grande parte de sua 1ª fase desenvolvida, mas durante o ano, houve alterações nos normativos a serem seguidos pelo *software*, resultando em mudanças na estrutura base e em várias rotinas deste sistema. Além disso, ocorreu o desenvolvimento dos módulos referentes aos processos internos do MPC-PA, melhorias de interface, visando uma melhor experiência para o usuário, testes e a migração dos dados do sistema anterior.

Esta primeira fase do DIPRO 4.0 ficou pronta no final de 2022, tendo o início de sua utilização no início do Exercício de 2023.

3.6.2.2 SGP 1.0

No segundo projeto, o Sistema de Gestão de Pessoas - SGP, versão 1.0, tem o objetivo a substituição dos Sistemas Ficha Funcional, SFP (Sistema de Folha de Pagamento) e parte do site da intranet, conjunto este que realizam hoje a gestão das informações de pessoal neste *Parquet* de Contas, por um único sistema moderno, em plataforma *Web*, que promova as informações necessárias ao e-Social, às auditorias do TCE-PA e ao Sistema do IGEPREV, melhorando a tecnologia utilizada no dia a dia pela maioria dos usuários, para gestão de suas informações, reduzindo o esforço gasto com estas operações, resultando em mais tempo disponível para as atividades finalísticas.

Neste Projeto, a maior parte do ano foi destinada à análise da solução necessária e ao desenvolvimento da estrutura base, que deverá servir de modelo para os novos sistemas desenvolvidos pelo MPC-PA. Os módulos de Cadastro, Histórico Funcional e Dependentes foram iniciados ao longo do segundo semestre de 2022, tendo suas entregas previstas para março de 2023.

O SGP 1.0 possui previsão de ser entregue em módulos, visando a retirada gradativa dos sistemas legados, a cada nova entrega realizada.

3.6.2.3 E-Social

O Sistema e-Social, terceiro projeto em andamento, já tinha software assinador e controle de arquivos do tipo XML gerados e enviados, ambos desenvolvidos em 2021. Ao longo do ano foram desenvolvidos os módulos geradores, de cada tipo de arquivo, referentes às fases 1, 2 e 3. Foi realizado ainda, o acompanhamento do preenchimento dos dados e o envio tempestivo nas fases supracitadas.

Este projeto possui códigos que deverão ser reaproveitados no SGP 1.0, porém este sistema está sendo desenvolvido para atender as exigências legais do e-Social junto ao MPC-PA, enquanto o sistema SGP está sendo produzido, possuindo algumas partes temporárias, elaboradas apenas para este momento de transição, estas partes deste projeto serão descontinuadas.

3.6.2.4 Intranet

No quarto projeto, o site da Intranet deste Órgão Ministerial, passou por diversas manutenções, com destaque para mudanças na página principal, sendo adicionado um calendário com os eventos na Sala de Reunião, Salão Nobre, e eventos relevantes, integrado com calendários das unidades responsáveis pelos espaços e/ou eventos.

Com a situação da pandemia mais controlada, ocorreu também a reativação do sistema de ponto eletrônico, que necessitou de manutenção para atender o normativo atual.

Houve a implementação do módulo de recolhimento do Imposto de Renda dos Membros e Servidores, além de atualização dos formulários e fluxos disponíveis, pequenos ajustes no módulo do DECOM e atualizações no módulo do CEAF.

3.6.2.5 Internet

O site da Internet do MPC-PA, quinto projeto, teve alterações nas Estruturas Geral e Administrativa, atualizações em Atos Normativos, Atividade-Fim, CEAF e Concurso.

O módulo da Ouvidoria passou por alterações em sua página principal, visando uma melhor organização das informações disponíveis e atendendo também a legislação atual.

As maiores mudanças ocorreram no módulo de transparência, inclusive de *layout*. As informações antigamente disponibilizadas em um *menu* estão agora em um novo portal, reorganizado, a fim de melhorar o acesso e a experiência do usuário, focando o cidadão comum. No final do Exercício de 2022 foi iniciado o desenvolvimento de transparência ativa deste portal, para possibilitar pesquisas e diversos tipos de formatos de arquivos na obtenção dos dados disponíveis.

3.6.3 Seção de Infraestrutura

3.6.3.1 Computação em Nuvem

Durante o ano foram realizadas diversas reuniões e pesquisas para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência do projeto de Computação em Nuvem do MPC-PA, visando otimização do trabalho, agilidade nos processos, maior velocidade de processamento e armazenamento, redução de gastos com manutenção, redundância de serviços, melhor resposta a desastres, melhores backups de segurança, maior flexibilização geográfica e maior disponibilidade dos serviços contidos na nuvem.

3.6.3.2 Aquisição de Equipamentos

O processo de compras de equipamentos do ano de 2022 tinha como objetivo a aquisição de 08 (oito) Nobreaks 3.000 VA, 03 (três) Nobreaks PDV 3U 3000 VA, 01 (uma) impressora multifuncional colorida A3 a laser, 01 (uma) impressora multifuncional colorida A4 a laser, 02 (dois) *switchs* de 48 portas para rack, 03 (três) Racks de 36U, 40 (quarenta) computadores desktop, 02 (dois) servidores de rede para rack, 40 (quarenta) monitores de 22" com rotação pivotante de 90°, 10 (dez) notebooks de 14" e 01 (um) servidor firewall para rack.

Este processo está alinhado com o processo de Computação em Nuvem, que possui previsão de conclusão em 2023 e com o planejamento estratégico, inclusive

para o de cumprimento da meta de atualização do parque tecnológico da instituição, que no ano de 2022 era de 80%.

Neste sentido, a homologação do processo licitatório ocorreu em novembro de 2022, resultando os itens dos racks, servidores de rede, servidor de *firewall* e 10 (dez) computadores *desktop*, reservados para cota de participação exclusiva de empresas ME/EPP, como fracassados. Apesar da homologação dos outros itens, apenas os itens referentes aos dois tipos de *nobreaks* e aos *notebooks* foram entregues no exercício em tela, compondo assim, o índice de atualização do parque tecnológico no referido ano, que atingiu 83,60%, ficando acima da meta prevista.

Os itens restantes, que foram homologados, estão sendo entregues no Exercício de 2023. Até o momento, já ocorreram as entregas dos *switchs*, monitores, e a entrega parcial da impressora A3 colorida. Estamos aguardando nos próximos dias a entrega do toner referente à impressora A3 colorida, a impressora A4 colorida e os 30 (trinta) computadores *desktop*.

3.6.3.3 Links Dedicados

Em 2022, objetivando atender as necessidades institucionais de consumo da *internet* e considerando o projeto de computação em nuvem do MPC-PA, foi renovado o *link* principal, do tipo dedicado, descontinuado o *link* do tipo banda larga, e contratado o *link* secundário, do tipo dedicado, para melhor balancear o tráfego de dados e possuir redundância de acesso, visando contornar possíveis falhas momentâneas em um dos *links*, mitigando riscos de interrupção das atividades do MPC-PA.

3.6.3.4 Substituição dos aparelhos da rede *Wifi*

Os aparelhos repetidores da rede interna de *Wifi* deste Órgão Ministerial foram substituídos, possibilitando a existência de mais de uma rede do tipo *Wifi* com o intuito de melhorar a comunicação de seus servidores e colaboradores.

Tal medida, teve como objetivo possibilitar a criação de uma rede *Wifi* específica para comunicação de seus servidores e colaboradores, sem acesso aos dados mais sensíveis da instituição, visando o aumento de segurança da informação. Esta nova rede, prevista para ser criada em 2023, irá potencializar o uso das ferramentas Office da Microsoft, ferramentas estas que já se encontram em fase de implantação.

3.6.3.5 GitLab

Em 2022, instalamos a ferramenta GitLab para gerenciar o repositório de códigos fontes dos projetos *web*, objetivando maior controle de versões, menos retrabalho, menos perda de rotinas desenvolvidas e maior integração entre os desenvolvedores.

Já estão no repositório os códigos do site da internet e do sistema DIPRO 4.0.

3.6.3.6 Participação na Comissão de Inventário de Bens

Este Departamento esteve representado na Comissão de Inventário de Bens, que desempenhou as seguintes atividades: a atualização dos registros no sistema (SCBP), a comprovação da espécie, a quantidade e ainda a constatação se o bem móvel é necessário àquela Unidade.

O trabalho de inventariar consistiu em: confrontar os dados constantes do Relatório de Bens Patrimoniais com o número de tombamento, sua localização e registrar as eventuais alterações.

3.6.3.7 Suporte ao Usuário

Para o controle do serviço de suporte aos usuários, foi utilizado a plataforma do *trello.com*, tendo registrado mais de 400 (quatrocentos) atendimentos realizados no ano de 2022. Porém, como se trata de processo em implantação, nem todos os atendimentos foram registrados.

Temos como objetivo implantar nova ferramenta em 2023, para aumentar o controle, a base de conhecimento e a agilidade dos atendimentos.

Dentro os atendimentos, constam as montagens de equipamentos e apoios prestados pela equipe deste departamento nas diversas reuniões e eventos realizados.

3.7 Departamento Administrativo

Este Relatório tem como objetivo prestar contas das atividades desenvolvidas pelo Departamento Administrativo – DADM, no exercício de 2022, aos membros, servidores e sociedade em geral.

Este documento encontra-se estruturado pela Seção de Logística, Manutenção e Segurança (SLMSEG) e Seção de Material e Patrimônio.

3.7.1 Manutenções Preventivas e Corretivas / Prestação de Serviços Contínuos

Visando garantir a conservação do patrimônio público em boas condições de funcionamento, e de oferecer aos membros, servidores e usuários do MPC-PA, segurança e conforto necessários à execução de suas tarefas, são realizados procedimentos regulares e programados de manutenções preventivas, evitando deteriorações inesperadas com custos adicionais e imprevistos. Não obstante, em determinadas circunstâncias, são necessárias manutenções corretivas para sanar defeitos que ocorrem com o uso e desgaste natural dos equipamentos.

3.7.1.1 Manutenção de Aparelhos de Ar-Condicionado

Em cumprimento às legislações vigentes, foram realizadas manutenções preventivas trimestrais, semestrais e anuais em todos os aparelhos de Ar-Condicionado (do tipo *Splits* e ACJ) instalados no edifício-sede do MPC-PA.

Inicialmente, por meio do Contrato nº 02/2021/MPC-PA com vigência até março de 2022, com a empresa Fênix Comércio e Manutenção de Equipamentos LTDA.

Considerando a importância em manter contrato vigente para a prestação destes serviços, após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação da referida contratação, processo no PAE nº 2021/939371, foi celebrado o 1º Termo Aditivo do contrato acima citado, com prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, até março de 2023.

Além das manutenções preventivas, durante o ano de 2022 foram realizadas 15 (quinze) manutenções corretivas, sendo a grande maioria de correções simples, dentre elas: desobstruções de drenos, troca de capacitores, ajustes de aletas, ajustes de controle remoto, correção de vazamentos e recarga de gás.

Destacamos uma manutenção corretiva em que houve a necessidade de substituição do compressor do equipamento da marca Philco, de 24.000 BTU's instalado na sala do DACC (3º Andar), com fornecimento feito pela contratada mediante o processo PAE nº 2022/231673, e uma substituição da máquina de 18.000 BTU's instalada na antessala da PGC (que apresentou problemas na serpentina de alumínio, sem possibilidade de conserto), pela máquina de 18.000 BTU's que estava instalada no almoxarifado, retornando o ar do tipo ACJ para o almoxarifado.

3.7.1.2 Manutenção do Elevador

Integrando o programa de Manutenção Predial, foram realizadas durante o ano de 2022, 12 (doze) manutenções preventivas mensais no elevador do MPC-PA.

Inicialmente, por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2019/MPC-PA, celebrado com a empresa Conserp Manutenção de Elevadores Ltda EPP, com

vigência até fevereiro/2022, foram realizadas duas manutenções, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

Considerando a importância em manter contrato vigente para a prestação do serviço em questão, e após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato, processo PAE nº 2021/751331, foi celebrado o 3º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, até fevereiro de 2023, tendo sido realizadas 10 (dez) manutenções, de março a dezembro de 2022.

Além das preventivas, houve 16 (dezesesseis) chamados para manutenções corretivas, envolvendo situações simples e corriqueiras, geralmente causadas por desconfiguração do equipamento em razão de quedas de energia, desconfiguração no módulo de porta, troca de botoeira por desgaste de uso e troca de lâmpadas.

3.7.1.3 Manutenção dos Extintores de Combate a Incêndio

De acordo com as normas técnicas e legislações vigentes, foram realizados os serviços de manutenção e recarga nos 13 (treze) extintores de combate a incêndio instalados no edifício-sede do MPC-PA, por meio de Dispensa por Cotação Eletrônica Nº 02/2022, Contrato nº 10/2022, processo PAE nº 2022/95335.

Próxima manutenção programada para junho de 2023.

3.7.1.4 Manutenção dos Filtros de Água

Em cumprimento às recomendações do fabricante, e visando garantir a qualidade da água potável oferecida aos membros, servidores e colaboradores deste MPC-PA, é necessária a substituição periódica dos elementos filtrantes dos três filtros purificadores de água instalados no MPC-PA.

Mediante o Contrato nº 16/2022, celebrado com a empresa Mega Brasil Comércio e Serviços de Construção Eireli, processo no PAE nº 2022/ 253230, foram

adquiridos elementos filtrantes para a manutenção dos 03 (três) equipamentos instalados no MPC-PA, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Figura 4 - Substituição dos elementos filtrantes no purificador instalado na copa do 3º andar



3.7.1.5 Manutenção do Grupo Gerador de Energia

Em cumprimento ao programa de manutenção, são realizados serviços de manutenção preventiva no grupo gerador de energia instalado MPC-PA, quadrimestralmente;

Por intermédio do contrato nº 20/2018 – 3º Termo Aditivo, firmado com a empresa CM Distribuidora Comércio e Serviços, foram realizadas 02 (duas) etapas, nos meses março e junho de 2022.

Diante da impossibilidade de renovação do referido contrato, conforme Parecer Jurídico nº 104/2022, foi elaborado por este Departamento Administrativo processo

licitatório PAE nº 2022/1294002, à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, para nova contratação a ser realizada no início de 2023.

3.7.1.6 Manutenção Predial

Dentre as atribuições do Departamento Administrativo está a responsabilidade de cuidar e zelar pela manutenção da integridade estrutural e das instalações prediais do edifício-sede do MPC-PA.

Em 2022, foram feitas algumas intervenções e melhorias para manter a habitabilidade do prédio sempre agradável, evitando ao máximo a ocorrência de transtornos e perturbação do ambiente de trabalho dos servidores e membros do órgão, mediante o Contrato nº 24/2021, processo no PAE nº 2021/161984 e Contrato nº 28/2021, processo no PAE nº 2021/886476.

Destacam-se os serviços de impermeabilização de rufos, lajes, calhas e *shafts*, limpeza de caixas de passagem com substituição de tampas danificadas, melhoria em cobertura com telha cerâmica e em policarbonato, melhorias e pintura em várias salas e gabinetes, substituição de aparelhos e acessórios sanitários, recuperação de pilares, substituição de forro em placas, substituição dos barriletes de tomada de água para combate a incêndio e o tratamento impermeável conferido aos reservatórios de água potável são exemplos das melhorias prediais realizadas.

Figura 5 - Impermeabilizações de Cobertura e Estrutura em Policarbonato nos Shafts



Figura 6 - Recuperação de pilares da garagem, com tratamento das ferragens



Figura 7 - Recuperação de pilares da garagem

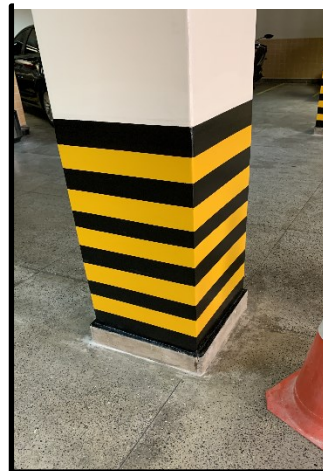


Figura 8 - Substituição de forro em alguns ambientes

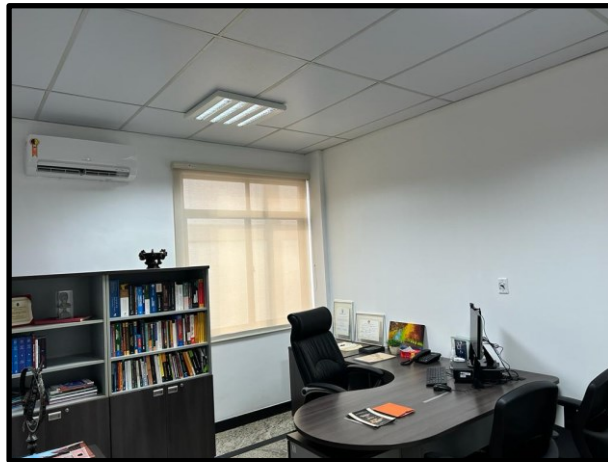


Figura 9 - Recomposição de pintura interna em alguns ambientes



Figura 10 - Substituição de barrilete da coluna de combate à incêndio



Figura 11 - Impermeabilização dos reservatórios de água – Caixa d'água



Figura 12 - Impermeabilização dos reservatórios de água - Cisterna



3.7.1.7 Manutenção dos Veículos Oficiais

Considerando a frota de veículos oficiais do MPC-PA, conforme tabela abaixo:

Tabela 66 - Veículos Oficiais

Item	Marca/Modelo	Placa	Situação
3	Toyota Corolla GLI – Preto	QVJ4790	Em uso
4	GM Spin – Premier;	QVH4D91	Em uso

Foram realizadas, em novembro de 2022, as revisões periódicas dos dois veículos oficiais do MPC-PA, de acordo com as programações de garantia das respectivas fabricantes, estando ambos em perfeito estado para cumprir as demandas do órgão, processo PAE nº 2022/713679.

Em cumprimento às legislações vigentes, foram realizados os licenciamentos anuais dos veículos institucionais, os quais são isentos das taxas e impostos.

3.7.1.8 Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos e Sanitização

Em cumprimento às normas vigentes, foram realizados no edifício-sede do MPC-PA, os serviços de Controle de Pragas, e Sanitização, através do Contrato nº 05/2021, com vigência até abril de 2022 e do 1º Termo Aditivo ao Contrato retro citado, processo no PAE nº 2021/1099986, com vigência até abril de 2023.

Os serviços de Controle de Pragas, foram realizados 4 (quatro) vezes no ano, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de 2022. E os serviços de Sanitização nos 12 (doze) meses do ano de 2022.

Figura 13 - Serviço de Sanitização



3.7.1.9 Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios de Água

Em cumprimento às normas vigentes e, especialmente em razão do consumo de água para ingestão dos membros, servidores, colaboradores e usuários do MPC-PA ocorrer em maior volume por meio dos purificadores de água instalados no órgão, são realizados serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (cisternas e caixas d'água), com análise bacteriológica de um ponto coletado a cada etapa realizada, garantido a qualidade da água oferecida aos usuários.

Os serviços são realizados a cada quatro meses, nos meses de março e julho, foram através do Contrato N° 14/2019 – 2º Termo Aditivo, com a empresa NOPRAGAS CONTROLE AMBIENTAL LTDA, com vigência até novembro de 2022.

Em razão da necessidade de continuidade dos serviços, após ampla pesquisa mercadológica, demonstrando a economicidade na renovação do referido contrato, processo PAE n° 2022/469953, foi celebrado o 3º Termo Aditivo, com prorrogação da vigência até novembro de 2023, tendo sido realizada a terceira etapa anual e primeira do novo Termo Aditivo, em novembro de 2023.

3.7.1.10 Análise Bacteriológica da Água dos Reservatórios

São realizados mensalmente serviços de Análise Bacteriológica para controle sanitário da água contida nos reservatórios do MPC-PA, abastecidos pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), com emissão de Laudo Técnico, em 03 (três) pontos distintos.

Considerando que no contrato de limpeza e desinfecção (item 4.7.1.9) já são realizadas 03 (três) por ano, existe o contrato N° 13/2019-MPC-PA – 2º Termo Aditivo, para a realização de mais 33 (trinta e três) análises, totalizando as 36 (trinta e seis) anuais.

Mediante o contrato retro citado, com vigência até novembro de 2022, foram realizadas 05 (cinco) análises em 2021 e 28 (vinte e oito) em 2022.

Em razão do valor, não foi possível a renovação do contrato, tendo sido desenvolvido pelo Departamento Administrativo as documentações necessárias para a realização de novo processo licitatório, já à luz da nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, sendo o primeiro processo deste Órgão Ministerial na nova Lei a ser lançado no início do ano de 2023, processo no PAE nº 2022/1136132.

Figura 14 - Coleta de amostra de água para análise bacteriológica



3.7.1.11 Prestação de Serviços de Administração e Gerenciamento Informatizado de fornecimento contínuo e ininterrupto de combustíveis.

Em razão da necessidade de garantir o fornecimento ininterrupto de combustíveis para os veículos oficiais e grupo gerador de energia, foi elaborado por este DADM processo PAE nº 2022/940446 para nova contratação, que resultou no Contrato nº 18/2022 com a empresa Ticket Soluções HDFGT S/A.

3.7.1.12 Termo de execução descentralizada PMPA/MPCPA

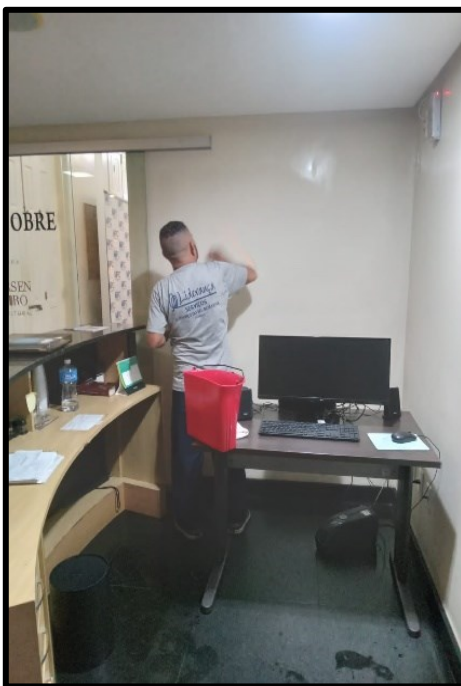
Foi celebrado no ano de 2022 o Termo de Execução descentralizada nº 01/2022, entre este MPC-PA e a Polícia Militar do Estado do Pará, visando o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto a sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, essencial ao desempenho de suas atividades institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis, processo no PAE nº 2022/689122.

3.7.1.13 Prestação de Serviços Contínuos de Limpeza, Conservação, Higienização e Copeiragem

O Departamento Administrativo é responsável pela fiscalização técnica e administrativa do Contrato nº 10/2020/MPC-PA – 6º Termo Aditivo, firmado com a empresa Liderança Limpeza e Conservação Ltda, CNPJ/MF nº 00.482.840/0001-38, cujo objeto é a prestação de serviços de Limpeza, Conservação, Higienização e Copeiragem, com fornecimento de uniformes, materiais e o emprego de equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

É atribuição deste departamento a fiscalização técnica, o gerenciamento da equipe, com a organização da rotina de trabalho de cada colaborador e escalas de trabalho, bem como o controle semanal dos materiais de limpeza utilizados e solicitações de forma mensal para a empresa contratada. Já a fiscalização administrativa tem o objetivo de acompanhar e fiscalizar os aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas da empresa contratada.

Figura 15 - Limpeza e Conservação



3.7.2 Aquisições e Contratações

Visando garantir o pleno funcionamento do MPC-PA no que se refere tanto aos bens móveis quanto imóveis, são necessárias aquisições de bens e serviços, conforme descrito abaixo:

3.7.2.1 Aquisição de Água Mineral

Considerando eventual falta de abastecimento de água da concessionária, pane nos purificadores de água, bem como qualquer outra falha no sistema de distribuição de água que possa surgir, deverá haver uma alternativa eficiente de abastecimento de água para suprir às demandas de consumo de água potável aos membros, servidores e usuários deste *Parquet* de Contas.

Assim, por meio do Contrato nº 16/2022, processo no PAE 2022/253230, foi contratado o fornecimento de água mineral para atender às demandas do MPC-PA.

Tabela 67 - Contrato nº 16/2022/MPC-PA sobre Água Mineral

Contrato nº 16/2022/MPC-PA				
Item	Descrição	Total Contratado (un.)	Entregues em 2022 (un.)	Saldo para 2023 (un.)
5	Água Mineral em garrafa de 500ml - fardo c/ 12	576	300	276

3.7.2.2 Aquisição de Café, Leite, Açúcar e Adoçante

Considerando a necessidade de manutenção e reposição dos estoques de café em pó, leite em pó, açúcar refinado e adoçante líquido, com o objetivo de suprir a demanda do MPC-PA.

Foi elaborado processo para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, conforme demanda através do Contrato nº 12/2022, com vigência até junho de 2023, processo no PAE nº 2022/95390.

Tabela 68 - Contrato nº 12/2022/MPC-PA sobre Gêneros Alimentícios

Contrato nº 12/2022/MPC-PA			
Itens	Total Contratado (un.)	Entregues em 2022 (un.)	Saldo para 2023 (un.)
Café em pó 250g	470	270	200
Leite em pó integral 400g	385	200	185
Açúcar refinado branco especial 1kg	140	80	60
Adoçante dietético líquido frasco 100ml	20	10	10

3.7.2.3 Seguro Predial

Considerando a importância em manter o seguro predial do edifício-sede do MPC-PA vigente, foi elaborado por este Departamento Administrativo processo para contratação de seguro predial, processo no PAE nº 2021/1429696, por intermédio da Dispensa de Licitação nº 06/2022/MPC-PA, celebrando o Contrato nº 15/2022/MPC-PA, junto a ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A, com vigência até junho/2023.

3.7.2.4 Seguro Veicular

Considerando a importância em manter vigente o seguro dos veículos oficiais pertencentes ao MPC-PA, (Toyota Corolla e Chevrolet Spin), foi elaborado processo para nova contratação, PAE nº 2022/993180, uma vez que a nova proposta ofertada pela empresa PORTO SEGUROS apresentou-se mais vantajosa, estabelecendo um custo 54,87% menor que a renovação com a seguradora MAPFRE. A nova apólice tem vigência até 25/09/2023.

3.7.2.5 Desenvolvimento de Projetos

Considerando a necessidade de modernização do edifício-sede do MPC-PA, no que tange instalações eletroeletrônicas, adaptações de *layouts*, modernização e segurança patrimonial, estão vigentes os Contratos nº 23/2021/MPC-PA e nº 26/2021/MPC-PA, com a empresa EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, cujo escopo é o desenvolvimento de projetos de comunicação visual, acessibilidade, instalações elétricas, proteção contra descargas atmosféricas, energia alternativa, Telecom (voz e dados), circuito fechado de TV, combate a incêndio, instalações hidrossanitárias e drenagem e projeto arquitetônico.

3.7.2.6 Aquisição de Material para Manutenção Predial

Considerando a necessidade de pequenas manutenções prediais, tais como substituições de lâmpadas, duchas higiênicas, sifões, luminárias de emergência, dentre outros, foi elaborada documentação para instruir processo licitatório para aquisição de materiais para manutenção, através do processo PAE nº 2022/103955, gerando o Contrato nº 23/2022, firmado com a empresa A. A. Vieira Eirelli.

3.7.3 Patrimônio

3.7.3.1 Cadastro de Inclusão de bens patrimoniais

De acordo com encaminhamento do Departamento de Finanças e Planejamento – DFPLAN, é realizado por este Departamento Administrativo, o cadastro de cada bem móvel permanente adquirido pelo MPC-PA, de acordo com a Nota Fiscal, Nota de Empenho e Nota de Liquidação correspondente, no “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0”.

No exercício de 2022 foram cadastrados 48 (quarenta e oito) unidades de bens móveis permanentes, no valor de R\$55.100,19 (cinquenta e cinco mil cem reais e dezenove centavos).

3.7.3.2 Leilão de Veículos

No ano de 2022, foi realizado processo licitatório na modalidade Leilão, com Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 016/2021/MPC-PA, processo nº 2021/929571, objetivando o desfazimento de 01 veículo oficial inservível ao MPC-PA.

Como resultado do Leilão nº 02/2021 – MPC-PA, houve a baixa do veículo Honda Civic LXL (placa OFV 9756), no valor de R\$28.562,53 (vinte e oito mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos).

3.7.3.3 Baixa de bens patrimoniais

Considerando o art. 18 da Lei nº 10.753/2003, que considera livros como material de consumo, foi sugerida através do Memorando DADM nº 52/2022 – MPC-PA, processo no PAE nº 2022/1547847, a atualização do sistema de controle de patrimônio, retirando os bens do tipo “Livros, Revistas e Periódicos” – bens de consumo – do cadastro de bens permanentes.

Assim, no exercício de 2022 foram retirados 197 (cento e noventa e sete) unidades de livros, revistas e periódicos, com valor residual de R\$ 11.176,73 (onze mil, cento e setenta e seis reais e setenta e três centavos), além da baixa do veículo Honda Civic LXL, MT 1.8 – Placa OFV 9756, em razão do resultado do Leilão nº02/2021 – MPC-PA, totalizando uma baixa no sistema de R\$39.739,26 (trinta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos).

3.7.3.4 Inventário de bens patrimoniais

Conforme Portaria nº 502/2022/MPC-PA que institui Grupo de Trabalho específico para realização de inventário dos bens móveis permanentes existentes no MPC-PA, a equipe formada por servidores do DADM e DTIT, realizaram a conferência dos bens acima citados, gerando os valores descritos na tabela abaixo, conforme relatório do “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0” a seguir:

Tabela 69 – Bens Patrimoniais 2022

Descrição	Valor
Total de Bens Adquiridos em 2022*	55.100,19
Total de Bens Baixados em 2022	39.739,26
Total de Bens Imóveis em 2022	2.297.000,00
Total de Bens Móveis em 2022	1.030.035,62
Total de Bens Patrimoniais – 2022*	3.327.035,62

Figura 16 - Relatório de Bens - Por Conta Contábil - Exercício 2022 “Sistema de Controle de Bens Patrimoniais – 2.0”

Contas Contábeis		Totais				
Número	Descrição	Saldo Anterior (SA)	Valor Aquisição (VA)	Baixas (B)	Deprec. Exerc. (D)	V. Residual (SA+A-B-D)
123110102	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	13.619,47	0,00	0,00	89,34	13.530,13
123110105	Equipamentos de Proteção de Segurança e Socorro	3.149,39	0,00	0,00	26,23	3.123,16
123110107	Máquinas e Equipamentos Energéticos	38.486,33	40.548,40	0,00	428,90	78.605,83
123110109	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	36.651,11	0,00	0,00	305,26	36.345,85
123110121	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.369,22	0,00	0,00	12,92	2.356,30
123110199	Outras Máquinas Aparelhos Equipamentos e Ferramentas	11.210,76	0,00	0,00	93,39	11.117,37
123110201	Equipamentos de Processamento de Dados	452.815,21	0,00	0,00	6.165,78	446.649,43
123110301	Aparelhos e Utensílios Domésticos	33.454,63	0,00	0,00	141,42	33.313,21
123110302	Máquinas e Utensílios de Escritório	11.313,11	0,00	0,00	69,36	11.243,75
123110303	Mobiliário em Geral	223.064,12	0,00	0,00	1.235,69	221.828,43
123110402	Coleções e Materiais Bibliográficos	11.176,73	0,00	11.176,73	0,00	0,00
123110405	Equipamentos para Audio, Video e Foto	19.008,99	0,00	0,00	131,90	18.877,09
123110406	Obras de Arte e Peças para Exposição	25.909,00	0,00	0,00	0,00	25.909,00
123110501	Veículos em Geral	115.539,48	0,00	0,00	1.925,65	113.613,83
123119999	Outros Bens Móveis	13.538,91	0,00	0,00	16,67	13.522,24
123210103	Edifícios	1.515.544,53	0,00	0,00	0,00	1.515.544,53
123210104	Terrenos / Glebas	661.455,47	0,00	0,00	0,00	661.455,47
123210700	Instalações	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Totais		3.308.306,46	40.548,40	11.176,73	10.642,51	3.327.035,62

3.7.4 Outras Demandas

3.7.4.1 Estudo Técnico para viabilidade de ampliação física do MPC-PA.

Foi elaborado Estudo Técnico demonstrando a necessidade de expansão do espaço físico do MPC-PA por meio do dimensionamento preliminar, com base na população principal atual e futura do Órgão, e visando atingir o índice de ocupação ideal para todos os ambientes. Foram apresentadas as possibilidades de expansão com as vantagens e desvantagens de cada opção, dentre elas a ampliação do edifício-sede, mudança integral para outra edificação e mudança parcial para outra edificação.

De acordo com a opção definida pelo Colégio de Procuradores, em apresentação no dia 26/04/2022, foram solicitadas propostas comerciais para dois imóveis, o primeiro, para mudança total, onde houve declínio do proprietário após apresentação da proposta comercial, e o segundo, para mudança parcial, em fase de análise técnica da proposta, ficando para o próximo exercício as tratativas seguintes, processo no PAE nº 2022/335539.

3.8 Departamento de Gestão de Pessoas

As atividades de destaque na política de Gestão de Pessoas do MPC-PA executadas durante o exercício de 2022, inclusive aquelas destinadas à operacionalização de soluções apontadas pela legislação e pela Administração Superior do órgão, frente às demandas oriundas de membros e servidores, ativos e inativos, bem como dos pensionistas, são as que estão abaixo descritas.

3.8.1 Provimento de cargos efetivos

No ano de 2022, ainda em função da homologação do concurso público realizado para preenchimento de cargos vagos no quadro de pessoal de servidores,

foram nomeados e empossados 07 (sete) novos servidores efetivos, de forma a preencher 100% dos cargos efetivos (53 cargos).

Dos 07 (sete) cargos providos, 06 (seis) estavam vagos desde a criação por lei, sendo 05 (cinco) da especialidade de Controle Externo e 01 (um) da especialidade de Direito.

O outro cargo provido é oriundo de vacância do cargo de Assistente Ministerial de Informática, decorrente de pedido de exoneração do seu então ocupante, em virtude de posse em outro cargo inacumulável.

Além disso, ao final do ano de 2022, houve o falecimento de um dos servidores empossados no cargo de Analista Ministerial – Especialidade: Controle Externo, não havendo sua reposição no mesmo exercício.

Dessa forma, o órgão encerrou o ano de 2022 com 52 servidores efetivos, ou seja, 98% dos cargos providos.

Ressalta-se ainda que a posse dos novos servidores alterou o quantitativo de pessoal efetivo ocupando cargos em comissão, elevando esse quantitativo de 10 para 12, correspondendo a 39% de um total de 31 cargos em comissão, representando uma proporção bem acima da mínima exigida por lei (10%).

Salienta-se que a ação de provimento dos cargos efetivos do órgão está em consonância com o planejamento estratégico 2019-2024, que tem como uma das metas prover 100% dos cargos efetivos até 2023.

3.8.2 Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração deste MPC completou, em 2022, mais de quatro anos desde sua implantação, tempo suficiente para assegurar que vem seguindo na direção de bem cumprir seu objetivo, qual seja: estabelecer um sistema permanente de desenvolvimento funcional do servidor, vinculado às metas

individuais, das unidades de lotação e institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, competência, mérito e qualificação profissional, além de garantir, ao cabo, a eficiência dos serviços prestados por este órgão à sociedade.

- Avaliação de Desempenho

Cumprindo a regulamentação sobre a avaliação de desempenho, uma das políticas de gestão de pessoas implantadas no contexto do PCCR e que tem reconhecimento por meio de gratificação específica (GDP), foram concluídos, no ano de 2022, dois ciclos avaliativos de servidores, sempre em busca do desenvolvimento profissional.

O primeiro deles refere-se ao período de outubro/2021 a março/2022, concluído em abril/2022, no qual foi avaliado o total 72 (setenta e dois) servidores com mais de 90 (noventa) dias de efetivo exercício no MPC, sendo tanto servidores do órgão, como servidores cedidos de outros órgãos, inclusive os cedidos que não ocupam cargos no MPC, embora para estes últimos a avaliação não se transmude em remuneração, por impedimento legal.

Como resultado desse ciclo avaliativo, no que tange às quotas avaliativas relativas ao comprometimento, qualidade, produtividade no trabalho, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, assiduidade, pontualidade, disciplina e conduta profissional, constatou-se uma média de 69,86 pontos obtidos pelos avaliados, frente a um total de 70,0 pontos possíveis, correspondentes a 70% do valor total da respectiva gratificação, apresentando uma singela melhora em comparação ao mesmo período de 2021.

Quanto ao quesito “capacitação”, outra quota avaliativa estimulada no PCCR, verificou-se, após concluído o primeiro ciclo avaliativo de 2022, a participação de 90% dos servidores ativos em cursos, eventos e treinamentos relacionados com as atividades administrativas do órgão ou de controle externo, mantendo-se inalterado em relação ao mesmo período de 2021, significando a manutenção do interesse do servidor na aquisição de novos conhecimentos e na reciclagem dos já existentes,

incentivado e/ou conduzido sobretudo pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Profissional deste MPC (CEAF).

Desse total, mais de 98% cumpriram a carga horária mínima exigida de 45 (quarenta e cinco) horas semestrais para aquisição de 30 (trinta) pontos, máximo previsto durante o ciclo avaliatório, que se refere a 30% do total da gratificação de desempenho e produtividade, percentual se manteve inalterado em relação ao mesmo período de 2021.

O segundo ciclo avaliativo diz respeito ao período de abril a setembro/2022, cuja conclusão efetivou-se em outubro do mesmo ano. Nesse ciclo, foram avaliados 77 (setenta e sete) servidores com mais de 90 (noventa) dias de efetivo exercício no MPC-PA, incluindo os cedidos de outros órgãos.

Em relação aos quesitos de comprometimento, qualidade, produtividade no trabalho, trabalho em equipe, relacionamento interpessoal, assiduidade, pontualidade, disciplina e conduta profissional, obteve-se no segundo ciclo uma média de 69,93 pontos obtidos pelos avaliados.

Quanto à “capacitação”, no segundo ciclo avaliativo, constatou-se a participação de mais de 90% dos servidores em cursos, eventos e treinamentos relacionados com as atividades administrativas do órgão ou de controle externo, mesmo percentual obtido nos ciclos anteriores, revelando a manutenção do engajamento do servidor para a aquisição de novos conhecimentos e na reciclagem dos já existentes.

Do total de avaliados, todos cumpriram a carga horária mínima exigida de 45 (quarenta e cinco) horas semestrais para aquisição de 30 (trinta) pontos, resultado que revela que o objetivo proposto alcançou eficácia máxima, além de demonstrar a assimilação por parte dos servidores do funcionamento da GDP, no que tange à quota de capacitação.

- Titulação

Em relação ao item titulação, que também proporciona aos servidores gratificação específica (GTIT), foram validados em 2022, para fins da sobredita gratificação, 12 (doze) diplomas ou certificados apresentados pelos servidores de cursos havidos com as atividades do MPC, sendo 10 (dez) de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e 02 (dois) de mestrado.

- Progressão na carreira

O PCCR prevê a possibilidade de progressão funcional dos servidores efetivos ao longo do seu vínculo funcional com o MPC, podendo a movimentação ocorrer por dois critérios: antiguidade e merecimento.

No caso da progressão por antiguidade, foram promovidas 22 (vinte e duas) movimentações na carreira ao longo de 2022, considerando a suspensão da contagem do tempo compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021, estabelecida pela Lei Complementar nº 173/2020.

No que tange à movimentação por merecimento, mais um ciclo de avaliação foi realizado, correspondente ao período 2020/2022, no qual foram avaliados 43 servidores efetivos, sendo 21 estáveis na carreira e 22 ainda em estágio probatório.

Do total de servidores avaliados, 30 progrediram 2 referências da tabela referencial de vencimentos deste MPC e 13 progrediram apenas 1 referência.

Entretanto, apenas a progressão dos 21 servidores estáveis foi efetivada, pois o art. 5º da Resolução nº 11/2018 – MPC-PA – Conselho estabelece que os servidores em estágio probatório, embora sejam normalmente avaliados, só progridem após a efetivação na carreira.

3.8.3 Benefícios

Os benefícios que são concedidos e estão devidamente regulamentados no âmbito do MPC são 04 (quatro): auxílio-alimentação, auxílio-saúde, auxílio-transporte e auxílio-natalidade.

O auxílio-alimentação, benefício destinado a todos os membros e servidores em atividade no MPC (inclusive os cedidos de outros órgãos), desde que cumpridos os requisitos exigidos, atendeu 86 (oitenta e seis) beneficiários durante o ano de 2022, sendo o valor elevado em R\$ 350,00, desde março/2022, passando de R\$ 1.650,00 para R\$ 2.000,00.

O auxílio-saúde, por sua vez, é um benefício concedido em pecúnia para o ressarcimento total ou parcial, limitado ao teto, dos pagamentos mensais efetivamente realizados a planos de saúde e demais despesas com saúde realizadas por membros, servidores e seus respectivos dependentes (inclusive os servidores cedidos de outros órgãos), cumpridas as condições e critérios exigidos. Aproximadamente 83 (oitenta e três) beneficiários foram contemplados com referido auxílio no ano de 2022, tendo o valor do teto chegado ao final do exercício em R\$ 2.000,00, no caso dos servidores, e em R\$ 3.546,22, no caso dos membros.

Quanto ao auxílio-transporte, destinado ao custeio parcial das despesas mensais realizadas com o deslocamento residência-trabalho-residência dos servidores efetivos do órgão (inclusive os cedidos de outros órgãos), cumpre relatar que não houve concessão desse benefício em 2022 a nenhum servidor, porque não houve pedido nesse sentido.

O auxílio-natalidade, por fim, benefício destinado a membro ou servidor em atividade que apresenta a certidão de nascimento para inscrição de dependente, foi concedido a 06 (seis) servidores em 2022. Como esse benefício corresponde a 01 (um) salário-mínimo, seu valor sofreu o mesmo reajuste dado ao salário-mínimo nacional em 2022 (R\$ 112,00).

3.8.4 Estágio Não Obrigatório

O Programa de Estágio deste MPC se destina ao estágio não obrigatório, de caráter pedagógico e supervisionado, a alunos dos três últimos anos ou semestres equivalentes do curso de Direito, de Administração, de Contabilidade, Comunicação Social, Tecnologia da Informação (Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Engenharia de Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistemas) e de outras áreas afins às funções ministeriais e necessárias à boa gestão do órgão.

No ano de 2022, o programa de estágio sofreu alterações e passou a permitir a contratação de alunos dos cursos de pós-graduação a nível de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

O valor da bolsa-estágio também sofreu alteração, sendo utilizado índices de multiplicação de acordo com a modalidade de estágio (graduação ou pós-graduação), tendo como referência o valor do salário-mínimo vigente.

Desde a implementação do programa (2016), o órgão tem optado por delegar as funções administrativas de gerência do estágio à empresa especializada na administração de estágios. Tal mister tem sido desempenhado desde 2018 pela empresa Usina de Talentos, contratada especialmente para esse fim. O contrato firmado com referida empresa prevê o quantitativo de 18 (dezoito) vagas de estágio não obrigatórios neste MPC, sendo que, ao final de 2022, encontravam-se preenchidas 12 (doze) dessas vagas de estágios, sendo 07 (sete) alunos de pós-graduação e 05 (cinco) de graduação, um aumento de 100% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

3.8.5 Gestão por competências

No ano de 2022, foram iniciadas as tratativas para implementação da gestão por competências no Órgão, apesar de o tema estar mais relacionado com as atividades do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por se tratar de assunto com caráter

multidisciplinar, a administração optou por formar uma comissão com servidores de diversos departamentos para conduzir os trabalhos, incluindo o chefe e respectivo adjunto do DGP.

Considerando que a comissão não possui a expertise necessária para a implementação desse modelo de gestão, foram iniciadas as tratativas para escolha de empresa de consultoria especializada no assunto.

Após várias reuniões e análise de propostas recebidas, a comissão decidiu por indicar a contratação da GESTCOM (UFPA) para prestar consultoria nos serviços de mapeamento de competências, clima organizacional e dimensionamento de pessoal.

A indicação foi acatada pelo Procurador-Geral de Contas e o processo segue em tratativas de contratação, com previsão de início dos trabalhos no ano de 2023.

3.8.6 Mapeamento de Processo

No que tange ao mapeamento de processos, o departamento de gestão de pessoas encerrou o ano de 2022 com 37 (trinta e sete) processos mapeados.

Ao longo do ano foram mapeados os processos: atribuição de regime especial de trabalho; justificativa de falta, atraso e saída antecipada; solicitação de regime de trabalho nas modalidades teletrabalho e semipresencial; bem como o de solicitação de inclusão de dependentes para fins de IR.

Além disso, foram atualizados diversos fluxos de processos já mapeados como: solicitação de auxílio-saúde; custeio de diárias e passagens e solicitação de inscrição em cursos e eventos de curta duração.

3.9 Departamento de Inovação e Planejamento

Este relatório tem como objetivo prestar contas das atividades desenvolvidas pelo recém-criado Departamento de Inovação e Planejamento (DIP), no exercício de 2022, aos membros, servidores e sociedade em geral.

O Departamento de Inovação e Planejamento pauta-se na transversalidade e na visão sistêmica do MPC-PA como suas principais características²⁹. Buscando ser um “escritório de projetos e de processos (internos, de trabalho)”, que necessita estar sempre na vanguarda da melhoria das formas de se trabalhar na área do Controle Externo (e, em último grau, na Administração Pública como um todo), o DIP procura permear todos os setores do órgão para encontrar oportunidades de ganhos de eficiência e efetividade.

Além da citada missão, o DIP também elabora e gerencia (em conjunto com os demais departamentos e com a Alta Administração) os instrumentos de planejamento, sejam eles instrumentos próprios (Planos Estratégicos e de Gestão) ou instrumentos orçamentários previstos constitucionalmente (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual)³⁰.

A exposição dos fatos retrata com clareza os trabalhos realizados dentro do enfoque das atribuições inerentes a este departamento e em consonância com as diretrizes superiores.

3.9.1 Atividades Relativas ao tema Planejamento

Na área de Planejamento, Orçamento e Gestão do Departamento de Inovação e Planejamento, dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se os seguintes:

- Continuidade na disseminação de conceitos de Planejamento e Gestão nos diversos níveis hierárquicos do Órgão (reuniões e discussões), com o objetivo de alinhar o conhecimento sobre o assunto e buscar engajamento dos gestores com a busca dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico 2019-2024;

²⁹ Conforme inciso III do art. 6º da Portaria nº. 046/2022/MPC-PA

³⁰ Conforme incisos IV e V do art. 6º da Portaria nº. 046/2022/MPC-PA

- Gestão das ações do Plano de Gestão 2022-2024 por meio do SIMP e do “Farol de Ações” com envios periódicos dos status das ações aos responsáveis;
- Participação junto ao Departamento de Finanças e Orçamento na elaboração do orçamento para o ano de 2023 do MPC-PA, detalhando no curto prazo o que foi desenhado na revisão da estrutura do PPA 2020-2023 e envolvendo os outros departamentos na defesa orçamentária, com o objetivo de trazer assertividade ao planejamento, além de visão sistêmica e integrada entre os instrumentos de planejamento (Plano Estratégico e Plano de Gestão) e os instrumentos orçamentários;
- Cadastro e atualizações do orçamento 2023 do MPC-PA no SIGPLAN conforme informações e orientações advindas da Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD);
- Assessoramento dos departamentos nos assuntos relacionados a planejamento e gestão, em especial na elaboração do Plano de Compras e Contratações do MPC-PA para o ano de 2023;
- Elaboração de estudos de impacto orçamentário-financeiro conforme exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para reajustes dos auxílios-saúde, alimentação e do subsídio dos membros, bem como para alterações na estrutura de cargos e salários e criação de cargos conforme Lei nº. 9.852/2023.
- Análises orçamentárias diversas buscando sempre a integração entre os vários processos dos departamentos, trazendo assim, novas visões do orçamento para contribuir na tomada de decisão dos gestores.

3.9.2 Atividades Relativas ao tema Inovação

Na área de inovação de Inovação e Planejamento, dentre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se os seguintes:

- Gestão dos objetivos e das iniciativas estratégicas do Plano Estratégico 2019-2024 e início da criação da Central de Indicadores, ferramenta informatizada para consulta do resultado dos indicadores estratégicos e táticos e consequente substituição do atual formato do Relatório de Avaliação dos Indicadores Estratégicos;
- Participação no desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas (SGP), conduzido pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (DTIT) e tendo como cliente o Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), procurando trazer uma visão inovadora e buscando ganhos de eficiência nos processos internos;
- Participação como observador nos lançamentos do plano de longo prazo do governo do Estado denominado “Pará 2050”.

ANEXO I

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA E SIC 2022

OUVIDORIA
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

STANLEY BOTTI FERNANDES

Ouvidor

GILMAR CARNEIRO GOMES

Assessor Administrativo

Sumário

ANEXO I.....	186
1 APRESENTAÇÃO.....	189
2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA	190
2.1 Relatório de transparência	190
2.2 Diálogos com o MPC-PA.....	190
2.3 Carta de serviços ao cidadão	190
2.4 Portal da transparência.....	191
2.5 Relatório de medidas de estímulo ao controle social	191
3 OUVIDORIA EM NÚMEROS.....	191
3.1 Total de demandas	192
3.2 Demandas por meio de entrada	193
4 DENÚNCIAS RELATIVAS A IRREGULARIDADES PERPETRADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL	193
5 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	195
5.1 Dados estatísticos	195
5.2 Informações genéricas sobre os solicitantes.....	196
6 PRAZO DE RESPOSTA.....	196
7 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES	197
7.1 Motivos das Manifestações	197
7.2 Pontos Recorrentes	197
7.3 Providências adotadas pelo Órgão/Entidade quanto às principais manifestações apresentadas.....	198
8 PESQUISA DE SATISFAÇÃO	198
9 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES	198
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	199

1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado do Pará tem como missão contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da instituição, assegurando o cumprimento das exigências legais e regulamentares relativas aos direitos dos usuários e atuando como canal de comunicação entre os diversos setores da instituição (MPC/PA) e os usuários dos produtos e serviços.

Em consonância com a legislação federal que rege o trabalho das ouvidorias públicas, a Resolução nº 11/2018 – MPC/PA – Colégio, que institui e regulamenta as atividades da Ouvidoria, elencou como competência da Ouvidoria do MPC/PA:

- I - Receber e examinar, encaminhando, se for o caso, aos órgãos auxiliares competentes: as notícias de fato, denúncias, reclamações, críticas, elogios, pedidos de informações e/ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público de Contas;
- II - Elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Contas e ao Corregedor-Geral de Contas do Ministério Público de Contas, anualmente, relatório contendo a síntese das ocorrências, destacando os encaminhamentos dados a cada expediente e, se for o caso, os resultados concretos decorrentes das providências adotadas;
- III - Manter os registros dos expedientes endereçados à Ouvidoria, informando ao interessado sobre as providências adotadas, exceto nas hipóteses legais de sigilo;
- IV - Organizar e manter arquivo de toda a documentação relativa às ocorrências e sugestões endereçadas à Ouvidoria, inclusive dos respectivos encaminhamentos.

Este Relatório visa atender ao disposto no artigo 15 da Lei nº 13.460/17, que diz que o Relatório Anual de Gestão deverá indicar, ao menos:

- I - O número de manifestações recebidas no ano anterior;
- II - Os motivos das manifestações;
- III - A análise dos pontos recorrentes; e
- IV - As providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Conforme previsto na norma supracitada, o Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria é o documento que deve consolidar as informações referentes às manifestações recebidas e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Este relatório, portanto, se propõe a apresentar as ações realizadas pela Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), bem como as informações relativas às manifestações e atendimentos realizados pela Ouvidoria durante o ano de 2022.

2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA OUVIDORIA

2.1 Relatório de transparência

Foi elaborado um relatório acerca da adequação do site oficial do MPC-PA às determinações da Lei de Acesso à Informação – LAI. Com base nos apontamentos feitos no relatório, foi determinado pela Alta Administração que cada unidade tomasse as providências cabíveis sob sua responsabilidade com o fim de implementar as medidas provocadas pela Ouvidoria.

2.2 Diálogos com o MPC-PA

O evento *Diálogos com o MPC-PA*, de iniciativa da Ouvidoria, realizado em duas edições, teve como objetivo aproximar a sociedade da atuação ministerial de contas e do controle externo, convidando aquela, em toda a sua pluralidade, a exercer uma cidadania ativa, de participação concreta nos rumos e na fiscalização da coisa pública.

A primeira edição, ocorrida em 29 de junho de 2022, em modalidade virtual, com transmissão ao vivo pelo *youtube*, teve como tema “Transparência e Transformação Digital”, e contou com o palestrante: Renato Morgado, Engenheiro de Projetos da Transparência Internacional – Brasil. A mediação da palestra foi conduzida pelo Ouvidor do MPC-PA, Dr. Stanley Botti Fernandes.

A segunda edição, realizada em 30 de setembro de 2022, realizado novamente na modalidade virtual, com transmissão ao vivo pelo *youtube*, teve como tema “Eleições e Controle Social”, e contou com os palestrantes: Dr. Thiago Pinheiro, Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, que tratou do tema “Uso de recursos públicos em campanha e controle social”; e Dr. Alan Mansur, Procurador da República, que palestrou sobre “Redes sociais, eleições e controle social”. A mediação dos debates foi novamente conduzida pelo Ouvidor do MPC-PA, Dr. Stanley Botti Fernandes.

2.3 Carta de serviços ao cidadão

A Ouvidoria tem a atribuição de manter atualizada a Carta de Serviços ao Cidadão. Neste sentido, em trabalho conjunto com a Procuradoria-Geral de Contas, e com o Apoio do Departamento de Comunicação – DECOM foi feita a atualização da Carta, com utilização de um formato mais interativo e ilustrativo, bem como foi realizada a adequação aos parâmetros atuais de navegação no site, e dos serviços ofertados pelo MPC-PA ao cidadão.

2.4 Portal da transparência

A Ouvidoria esteve envolvida, juntamente com o Controle Interno e com Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIT, na estruturação e implementação de um Portal da Transparência do MPC-PA, a pedido da Procuradoria-Geral de Contas.

Com a conclusão do projeto, foi disponibilizado ao cidadão um novo padrão de divulgação das ações e atividades do MPC-PA, com a organização das informações em 4 (quatro) eixos: Governança, Administração, Gestão de Pessoas e Serviços. No Portal, estão consolidadas as principais informações de Transparência Ativa do órgão.

2.5 Relatório de medidas de estímulo ao controle social

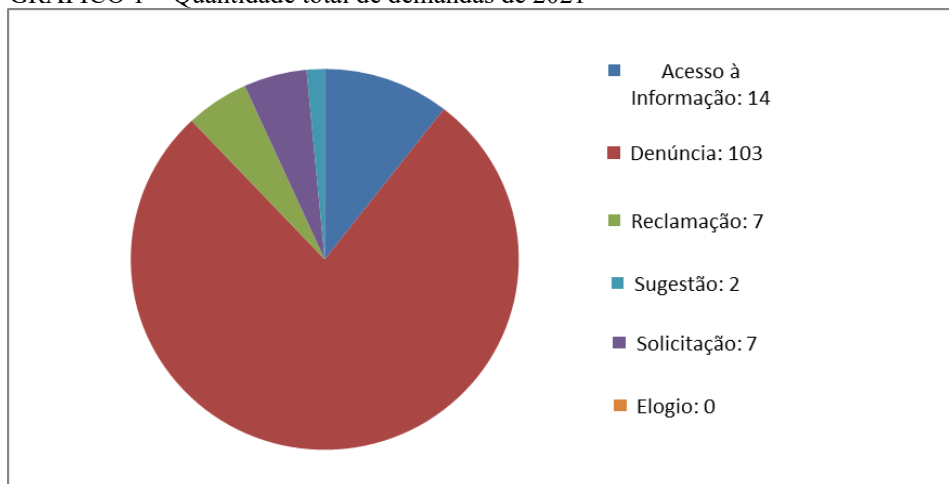
Esta medida está prevista no plano de ação da Ouvidoria, onde ficou estabelecido que seria feito um levantamento a fim de buscar e propor outras medidas de estímulo ao Controle Social, a partir do qual seria feito um relatório a ser submetido a apreciação do Colégio de Procuradores. Desse modo, o Relatório foi elaborado e submetido à aprovação do Colégio de Procuradores, o qual foi aprovado na integralidade, e assim foi dado o aval pela PGC para implementação das medidas propostas.

3 OUVIDORIA EM NÚMEROS

A Ouvidoria do MPC-PA tem uma característica *sui generis*, pois em razão de sua função típica de Controle Externo, as denúncias recebidas, em regra, referem-se a irregularidades perpetradas por órgãos e entidades da administração pública. Também incumbe a Ouvidoria, por força de norma interna, tratar as manifestações relacionadas aos pedidos de acesso à informação. Além das citadas demandas, a Ouvidoria atua no tratamento das demandas típicas de ouvidoria, a saber: denúncias, reclamações, críticas, elogios, solicitações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público de Contas.

3.1 Total de demandas

GRÁFICO 1 – Quantidade total de demandas de 2021

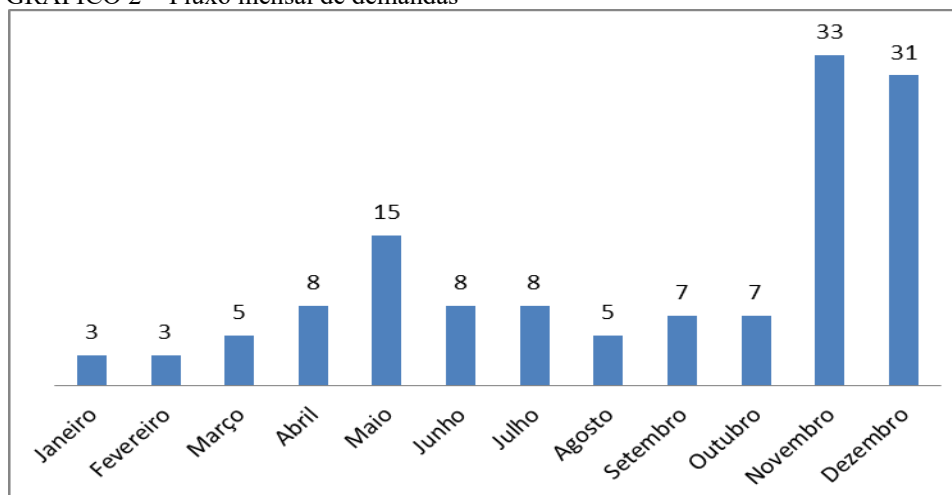


A partir da simples análise do gráfico acima, percebe-se que das manifestações enviadas à Ouvidoria do MPC/PA em 2022: 103 (cento e três) foram registradas como denúncia; 14 (quatorze) receberam tratamento de pedidos de acesso à informação nas conformidades da Lei 12.527/11; 07 (sete) reclamações foram registradas; 07 (sete) manifestações foram recepcionadas como solicitações; 02 sugestões; e nenhum elogio foi registrado.

Importa destacar, que do total de demandas recebidas, 40 (quarenta) foram encaminhadas a outros órgãos. Desse montante, foram encaminhadas 34 (trinta e quatro) denúncias, 5 (cinco) reclamações e 01 (uma) solicitação.

Ao proceder uma análise mensal das manifestações, evidencia-se abaixo (**Gráfico 2**) que o mês de novembro apresentou o maior número de demandas, seguido do mês de dezembro, com o registro de 33 (trinta e três) e 31 (trinta e uma) manifestações nos canais de atendimento da Ouvidoria respectivamente.

GRÁFICO 2 – Fluxo mensal de demandas

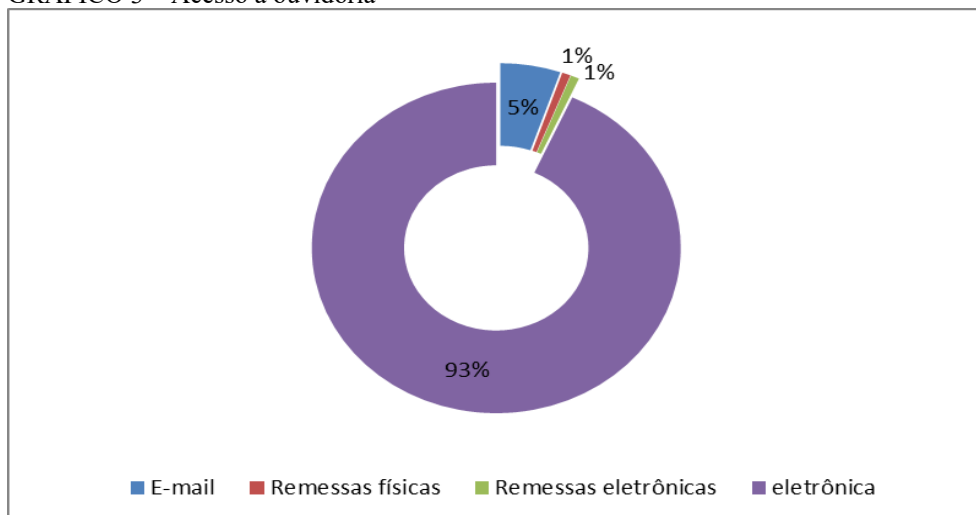


Ademais, observa-se que salvo o mês de maio, que obteve 15 (quinze) manifestações, os demais meses mantiveram uma regularidade na variação de demandas recebidas.

3.2 Demandas por meio de entrada

O atendimento prestado pela Ouvidoria pode ser iniciado por intermédio de formulário físico disponibilizado na recepção da instituição; formulário eletrônico preenchido através do sistema “FalaBr” para as demandas de Ouvidoria, e por meio formulário eletrônico em sistema próprio para os pedidos de acesso à informação, além da disponibilização de telefone, e e-mail para acesso do cidadão aos serviços da Ouvidoria.

GRÁFICO 3 – Acesso à ouvidoria



Dentre as manifestações apresentadas à Ouvidoria do MPC/PA, em 2022: nenhuma foi formalizada por meio de formulário físico impresso, ou por telefone; 7 (sete) chegaram à Ouvidoria diretamente por correio eletrônico, o que corresponde a 5% do total de demandas recebidas; 1% é oriundo de remessas físicas convertidas em documentos eletrônicos; 1% foi remetido por outro órgão por meio de sistema eletrônico; e 93% ocorreram por intermédio dos canais digitais disponibilizados no sítio eletrônico do MPC/PA.

4 DENÚNCIAS RELATIVAS A IRREGULARIDADES PERPETRADAS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Após o recebimento de uma denúncia, a Ouvidoria analisará se a demanda dispõe dos requisitos mínimos para o seu processamento como Procedimento Informativo. Verificada a ausência de tais requisitos, a Ouvidoria arquivará o procedimento, ou devolverá ao demandante, se possível a comunicação, bem como encaminhará a outro órgão com

competência, que esteja conveniado na plataforma Fala.BR, caso o objeto da denúncia não seja de competência do MPC-PA.

Durante o ano de 2022, a Ouvidoria recebeu (103 cento e três) denúncias de irregularidades, dessas, 34 (trinta e quatro) foram encaminhadas a outros órgãos, 04 (quatro) denúncias foram devolvidas ao demandante; e 42 (quarenta e duas) foram arquivadas por não atender aos critérios de admissibilidade; outras 23 denúncias foram devidamente autuadas como Procedimento Informativo por serem relacionadas às atividades de órgãos e entidades da administração pública estadual, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

TABELA 1 - Lista de procedimentos informativos instaurados

	PROTOCOLO DE ATENDIMENTO	Nº DIPRO	PROCURADORIA DE DESTINO
1	02589.2022.000003-00	2022/0102-8	2ª Procuradoria de Contas
2	02589.2022.000004-91	2022/0103-0	7ª Procuradoria de Contas
3	02589.2022.000005-72	2022/0104-1	5ª Procuradoria de Contas
4	02589.2022.000006-53	2022/0105-3	1ª Procuradoria de Contas
5	02589.2022.000009-04	2022/0107-7	2ª Procuradoria de Contas
6	02589.2022.000011-10	2022/0113-2	6ª Procuradoria de Contas
7	02589.2022.000012-00	2022/0114-4	3ª Procuradoria de Contas
8	02589.2022.000015-44	2022/0118-1	8ª Procuradoria de Contas
9	02589.2022.000025-16	2022/0119-3	8ª Procuradoria de Contas
10	02589.2022.000026-05	2022/0120-0	8ª Procuradoria de Contas
11	02589.2022.000027-88	2022/0121-1	2ª Procuradoria de Contas
12	02589.2022.000030-83	2022/0122-3	4ª Procuradoria de Contas
13	02589.2022.000032-45	2022/0123-5	2ª Procuradoria de Contas
14	02589.2022.000039-11	2022/0124-7	6ª Procuradoria de Contas
15	02589.2022.000041-36	2022/0125-9	4ª Procuradoria de Contas
16	02589.2022.000042-17	2022/0126-0	8ª Procuradoria de Contas

17	2022/1087495	2022/0127-2	6ª Procuradoria de Contas
18	02589.2022.000045-60	2022/0129-6	8ª Procuradoria de Contas
19	02589.2022.000046-40	2022/0139-9	1ª Procuradoria de Contas
20	02589.2022.000047-21	2022/0141-7	2ª Procuradoria de Contas
21	02589.2022.000051-08	2022/0144-2	8ª Procuradoria de Contas
22	02589.2022.000054-50	2022/0146-6	5ª Procuradoria de Contas
23	02589.2022.000056-12	2022/0147-8	4ª Procuradoria de Contas

Os procedimentos listados na **Tabela 1**, decorreram das denúncias enviadas a Secretaria Processual, unidade responsável pela autuação e distribuição dos respectivos procedimentos. Finalizado o sobredito fluxo, a Secretaria Processual informa à Ouvidoria a numeração do procedimento no sistema DIPRO, bem como a Procuradoria para qual foi distribuída o Procedimento Informativo. Por seu turno, a Ouvidoria encaminhará tais informações ao denunciante, concluindo o atendimento da demanda.

5 PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Por determinação da Resolução 06/2020-MPC/PA-Colégio, a Ouvidoria é responsável por operacionalizar o Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito do MPC-PA, ficando responsável pelo tratamento dos pedidos de acesso à informação.

Recebida a demanda, a Ouvidoria, sempre que possível, prestará de imediato as informações solicitadas.

Quando o pedido não puder ser atendido sem o concurso de outra unidade, a Ouvidoria requisitará as informações necessárias à unidade competente, fixando prazo para o atendimento da demanda.

Vencidos os fluxos acima delineados, as respectivas respostas serão dirigidas à Ouvidoria, que, por seu turno, ficará responsável por providenciar a resposta ao usuário, finalizando o atendimento.

5.1 Dados estatísticos

TABELA 2 - Pedidos de acesso à informação

Recebidos	Atendidos	Indeferidos	Tempo médio
14	14	0	6,79

No ano de 2022, não houve qualquer indeferimento a pedido de acesso à informação. Do total recebido, apenas 01 (uma) manifestação foi devolvida ao requerente por falta de clareza, com solicitação de esclarecimentos, não havendo retorno a diligência solicitada.

Os Pedidos de Acesso à Informação foram integralmente atendidos dentro do prazo estabelecido pela Lei n. 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação, sem necessidade de solicitação de prorrogação do prazo regulamentar estabelecido pela legislação.

5.2 Informações genéricas sobre os solicitantes

Dentre os cidadãos que solicitaram pedido de acesso à informação, 86% se identificaram como sendo do sexo masculino e 14% do sexo feminino, sendo que a distribuição geográfica dos requerentes distribui-se igualmente entre metade residentes em solo paraense e outra metade residentes em outros estados.

As demandas relativas a acesso à informação se deram 100% de forma eletrônica, que buscaram a Ouvidoria para receber informações sobre:

- a) Concurso público;
- b) Contratos;
- c) Servidores públicos; e
- d) Acesso a documentos.

Ressalta-se que, a maioria dos assuntos relacionados aos pedidos de acesso à informação referem-se ao concurso público em vigência no MPC-PA, de onde se abstrai, que na mesma medida, a maioria dos requerentes são cidadãos diretamente interessados no andamento das convocações.

6 PRAZO DE RESPOSTA

O prazo de resposta varia de acordo com a natureza da solicitação realizada. Nas hipóteses de demandas típicas de ouvidoria, o prazo para a resposta ao usuário é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis, por igual período.

Para os pedidos de acesso à informação, o prazo máximo é de 20 dias para resposta, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 12.527/2011.

Em 2022, o prazo médio de respostas aos pedidos de acesso à informação foi de 6,79 dias, para as denúncias que se converteram em Procedimento Informativo foi de 7,43 dias, e para todos os tipos de demandas recebidas pela Ouvidoria, a resposta aos demandantes levou em média 8,57 dias, excluídos deste cálculo 2 (dois) pedidos de solicitação, que até o fechamento deste relatório estavam em prazo prorrogável para resposta, o que demonstra, para além do cumprimento do prazo da legislação aplicável, que houve efetiva colaboração dos diversos setores deste *Parquet* de Contas na prestação das informações necessárias ao pleno atendimento das manifestações dos cidadãos.

7 ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES

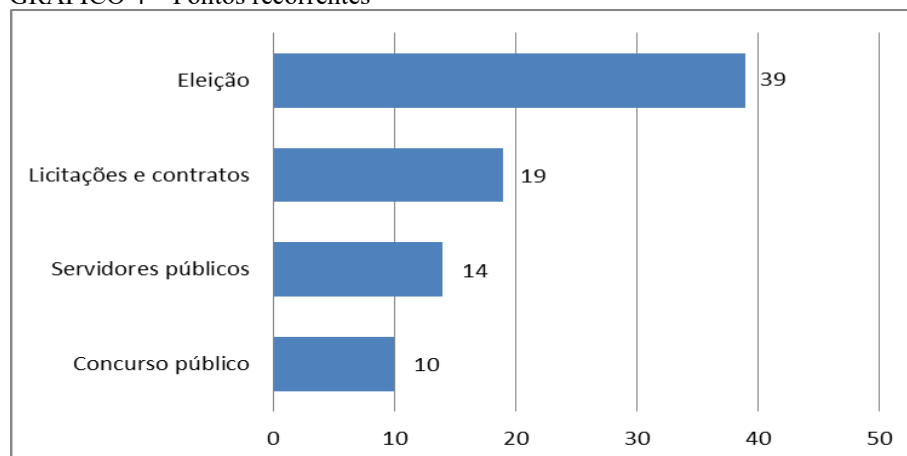
7.1 Motivos das Manifestações

Ao analisar os registros das manifestações, observa-se que a maior parte está relacionada à denúncia por conta de supostas irregularidades na prestação de serviços públicos por outros órgão e entidade da Administração Pública, bem como por motivações de ordem política. Em relação aos pedidos de acesso à informação, a maioria dos pedidos manifestava interesse em relação possibilidade de criação de cargos e nomeação de aprovados pelo concurso vigente no órgão.

7.2 Pontos Recorrentes

Chamou a atenção os assuntos de maior recorrência versarem sobre denúncias decorrentes da atuação de órgãos e entidades da Administração Pública, conforme ilustra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 – Pontos recorrentes



Importa salientar que os assuntos mais recorrentes não demandam preocupações por parte da gestão do Ministério Público de Contas, visto que estão relacionadas às atividades-fim do órgão.

De outro modo, cabe destacar que em razão do pleito eleitoral ocorrido em 2022, nos meses de Novembro e Dezembro, ocorrerem um grande número de manifestações que trataram do tema eleições, porém, sem elementos suficientes para instauração de procedimentos apuratórios, e com informações imprecisas. Disto abstrai-se que as competências do Ministério Público de Contas do Pará não são claras para a sociedade.

7.3 Providências adotadas pelo Órgão/Entidade quanto às principais manifestações apresentadas

Durante o ano de 2022, em razão dos tipos de demandas recebidas, não houveram sugestões ou recomendações de melhoria aos serviços do Ministério Público de Contas do Estado do Pará relativos a esse tema. No entanto, com vistas a melhorar a participação do cidadão na fiscalização dos serviços públicos, e dar visibilidade e capilaridade as ações do MPC-PA, a Ouvidoria propôs à Alta Administração algumas medidas de estímulo ao Controle social, que foram inteiramente acatadas.

8 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A pesquisa de satisfação tem por finalidade avaliar a opinião dos usuários quanto aos serviços prestados pela Ouvidoria. A coleta desses dados permite a identificação de pontos críticos, que demandam maior atenção, de modo a subsidiar permanentemente a melhoria das ações desenvolvidas.

O questionário, disponibilizado pela plataforma “FalaBr”, avalia o grau de satisfação dos usuários após os encaminhamentos prestados pela Ouvidoria do MPC/PA.

No ano de 2022, foi respondido 01 (um) questionário de pesquisa de satisfação, onde o usuário qualificou a resposta encaminhada pela Ouvidoria como “fácil de Compreender”, e se disse satisfeito com o atendimento recebido.

9 SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Como contribuição de melhorias, a Ouvidoria propõe que as campanhas publicitárias, em todas as mídias, tenham caráter pedagógico, e de orientação e esclarecimento para a sociedade acerca das competências do MPC-PA.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Pará, por meio dos canais de acesso disponíveis ao cidadão, recebeu, ao todo, 133 demandas no ano de 2022, as quais foram dados os encaminhamentos devidos, e com resolutividade dentro do prazo para todas as manifestações recebidas.

Entre as ações realizadas pela Ouvidoria, cabe destacar a realização, no ano de 2022, de 02 (duas) edições do evento “Diálogos com o MPC-PA”, que contou com ampla adesão e audiência da sociedade.

Destaca-se ainda, a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão e a implementação do Portal da Transparência, e por derradeiro, a elaboração do relatório de medidas de estímulo ao controle social, que visa tornar mais robusta a atuação do MPC-PA na interlocução com a sociedade, com a adoção de ferramentas voltadas para o fomento do Controle social.

Assim, no intuito de garantir a satisfação da pretensão daqueles que buscam os órgãos de controle externo, foram envidados os melhores esforços para consolidar a Ouvidoria do MPC/PA como instrumento de transparência e diálogo social.

Belém/PA, 23 de janeiro de 2023.

Stanley Botti Fernandes
Ouvidor

ANEXO II

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE ATOS DELEGADOS 2022

**Relatório de execução de atos delegados pelas Portarias nº 118/2022-MPC/PA,
379/2022-MPC/PA e nº 425/2022- MPC/PA**

O presente relatório tem por escopo referenciar todos os atos realizados por delegação pelo Secretário do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, no ano de 2022.

Inicialmente, importante mencionar que a delegação de atribuições é utilizada como instrumento de descentralização administrativa, com o objetivo de assegurar maior celeridade às decisões dos assuntos de interesse público e da própria administração.

Considerando isso, e em aligeirado histórico, é de se registrar que o Procurador-Geral de Contas do MPC/PA editou a Portaria nº 118/2022 - MPC/PA, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 30/03/2022 (posteriormente alterada pela Portaria nº 163/2022 - MPC/PA), em que delegou atribuições ao Secretário do Ministério Público de Contas do Estado.

Empós, foi editada a Portaria nº 379/2022 - MPC/PA, publicada no Diário Oficial do Estado em 04/08/2022, que incrementou o rol de atribuições delegadas ao Secretário do MPC/PA e revogou a Portaria nº 118/2022- MPC/PA.

Posteriormente, entrou em vigor a Portaria nº 425/2022- MPC/PA, publicada no Diário Oficial do Estado em 25/08/2022, e que, revogando a Portaria nº 379/2022 – MPC/PA, ampliou as atribuições delegadas ao Secretário do Ministério Público de Contas, conferindo a este a competência para decidir sobre requerimentos dos servidores relativos a:

I - férias, licenças e demais afastamentos, inclusive conversões em pecúnia, observado o disposto na legislação pertinente;

II – averbações de tempo de serviço e de tempo de contribuição;

III – gratificação de titulação;

III – concessão de auxílios;

IV – expedição de declarações e certidões;

V – autorização de viagem e deferimento de diárias e passagens, para participar de cursos, seminários ou representação institucional fora do local de trabalho;

VI – escala de trabalho, sobreaviso ou plantões;

VII – inserção em regime de teletrabalho ou trabalho semipresencial, exceto quando o servidor estiver lotado em órgão cuja titularidade e/ou coordenação tenha sido atribuída a membro.

Além destas, foi delegada também ao Secretário, a autorização e o empenho de Suprimento de Fundos.

Historiada a sequência de delegações, minudencia-se, a seguir, os atos executados, no ano de 2022, pelo Secretário do MPC/PA por meio de delegação do Procurador-Geral de Contas, na vigência das Portarias nº 118/2022, 379/2022 e 425/2022:

FÉRIAS	
Número da Portaria	Assunto
PORTARIA Nº 122/2022/MPC/PA	Suspensão de férias
PORTARIA Nº 123/2022/MPC/PA	Suspensão de férias
PORTARIA Nº 125/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 127/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 136/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 137/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 138/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 139/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 140/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 146/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 150/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA N° 151/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 156/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 157/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 165/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 171/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 173/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 175/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 183/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 184/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 188/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 195/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 198/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 206/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 207/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 208/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 209/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 212/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA N° 216/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 217/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 224/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 225/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 227/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 229/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 230/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 234/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 235/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 237/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 239/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 240/2022/MPC/PA	Suspensão de férias
PORTARIA N° 242/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 248/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 249/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 251/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 252/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA N° 253/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 254/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 255/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 256/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 257/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 259/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 261/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 263/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 268/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 272/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 273/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA N° 274/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 275/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 276/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 278/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 280/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 286/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA Nº 289/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 290/2022/MPC/PA	Suspensão de férias
PORTARIA Nº 292/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 302/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 304/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 305/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 306/2022/MPC/PA	Interrupção de férias
PORTARIA Nº 307/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 310/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 313/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 314/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 316/2022/MPC/PA	Cancelada
PORTARIA Nº 318/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 327/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 329/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA Nº 331/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 332/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA Nº 333/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 344/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 347/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 348/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 362/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 371/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 376/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 380/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 390/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 406/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 409/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 412/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 415/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 416/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 418/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 419/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA Nº 426/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA N° 427/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 432/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 446/2022/MPC/PA	Suspensão e interrupção de férias
PORTARIA N° 452/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 453/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 454/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 459/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 460/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 461/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 464/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 465/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 466/2022/MPC/PA	Interrupção de férias
PORTARIA N° 469/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 470/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 473/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 474/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 477/2022/MPC/PA	Suspensão de férias

PORTARIA N° 479/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 481/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 487/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 494/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 495/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 496/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 498/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 503/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 504/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA N° 505/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 511/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA N° 512/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 522/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA N° 523/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 524/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 525/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 535/2022/MPC/PA	Concessão de férias

PORTARIA N° 536/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 537/2022/MPC/PA	Alteração de férias
PORTARIA N° 540/2022/MPC/PA	Suspensão de férias
PORTARIA N° 543/2022/MPC/PA	Interrupção de férias
PORTARIA N° 544/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 546/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 551/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 554/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 556/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 558/2022/MPC/PA	Concessão de férias
PORTARIA N° 563/2022/MPC/PA	Concessão de férias

DIÁRIAS	
Número da Portaria	Assunto
PORTARIA N° 211/2022/MPC/PA	Concessão de diárias
PORTARIA N° 215/2022/MPC/PA	Concessão de diárias
PORTARIA N° 315/2022/MPC/PA	Concessão de diárias
PORTARIA N° 334/2022/MPC/PA	Cancelada

PORTARIA 335/2022/MPC/PA	Nº	Cancelada
PORTARIA 336/2022/MPC/PA	Nº	Cancelada
PORTARIA 354/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 355/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 359/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 360/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 361/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 364/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 365/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 366/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 367/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 368/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 369/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 372/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 373/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 377/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 381/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias

PORTARIA 389/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 396/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 397/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 398/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 400/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 401/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 437/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 438/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 439/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 440/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 441/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 442/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 451/2022/MPC/PA	Nº	Torna sem efeito a portaria 441/2022
PORTARIA 490/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 492/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 513/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 514/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias

PORTARIA 515/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 517/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 518/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 526/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 527/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 529/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 530/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 531/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 532/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias
PORTARIA 533/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de diárias

LICENÇAS E DEMAIS AFASTAMENTOS		
Número da Portaria		Assunto
PORTARIA 164/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Prêmio
PORTARIA 172/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 180/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 197/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Paternidade
PORTARIA 228/2022/MPC/PA	Nº	Afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família

PORTARIA 232/2022/MPC/PA	Nº	Licença para tratamento de saúde em pessoa da família
PORTARIA 250/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Paternidade
PORTARIA 271/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Paternidade
PORTARIA 303/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-maternidade
PORTARIA 308/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 383/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 404/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 408/2022/MPC/PA	Nº	Afastamento por motivo de casamento
PORTARIA 413/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 414/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 421/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde e Interrupção de Férias
PORTARIA 456/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 458/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-Saúde
PORTARIA 541/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Licença-maternidade
PORTARIA 550/2022/MPC/PA	Nº	Afastamento por motivo de casamento
PORTARIA 559/2022/MPC/PA	Nº	Afastamento por motivo de casamento

AUXÍLIOS		
Número da Portaria		Assunto
PORTARIA 394/2022/MPC/PA	Nº	Auxílio-Natalidade
PORTARIA 483/2022/MPC/PA	Nº	Auxílio-Natalidade
PORTARIA 542/2022/MPC/PA	Nº	Auxílio-Natalidade

GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO		
Número da Portaria		Assunto
PORTARIA 403/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Gratificação de Titulação

Averbação de tempo de serviço e contribuição		
Número da Portaria		Assunto
PORTARIA 435/2022/MPC/PA	Nº	Averbação de Tempo de Contribuição

Suprimento de Fundos		
Número da Portaria		Assunto
PORTARIA 219/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Suprimento de Fundos
PORTARIA 337/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Suprimento de Fundos
PORTARIA 341/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Suprimento de Fundos
PORTARIA 462/2022/MPC/PA	Nº	Concessão de Suprimento de Fundos

TOTAL DE PORTARIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA

219

Além dos atos executados por Portaria, a Secretaria do MPC/PA é responsável pela emissão de Certidões e Declarações, bem como decisões sobre escala de trabalho, sobreaviso ou plantões e inserção em regime de teletrabalho ou trabalho semipresencial.

Assim, registre-se que, conforme informações prestadas pelo Departamento de Gestão de Pessoas, no ano de 2022, foram emitidas, ainda, 21 (vinte e uma) Declarações e 03 (três) Certidões por esta Secretaria, no uso das atribuições delegadas pelas referidas Portarias.

É o relatório.

Belém, 10 de março de 2023.

Caio Anderson da Silva Dantas
SECRETÁRIO

ANEXO III

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO –2022 CAO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – CAO/2022

Referência: Relatório Administrativo de Atividades – 2022
Responsável Técnico: Centro de Apoio Operacional - CAO
Coordenadora: Dra. Silaine Karine Vendramin

1 – Identificação

O presente relatório de atividades apresenta a análise das tarefas desempenhadas por este Centro de Apoio Operacional (CAO) no exercício de 2022, com base no Plano Bial de Gestão – 2020-2022 do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) – instrumento voltado à definição das ações e das metas a serem planejadas, organizadas e perseguidas pela Administração deste MPC, na correspondente gestão, nos termos da Resolução nº 18/2018 – MPC-PA – Colégio, de 04 de dezembro de 2018 e revisado no final de 2021 pela Resolução nº 07/2021 – MPC-PA – Colégio, de 06 de dezembro de 2021 e no Plano de Ação do CAO.

O referido relatório está em observância ao disposto no art. 31, inciso I, 32, V e 33, I e III da Resolução nº 01/2020 – MPC/PA – Colégio, que trata das atribuições do Centro de Apoio Operacional.

2 – Objetivo

Identificar as atividades e metas alcançadas pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) deste Ministério Público de Contas (MPC-PA) no exercício de 2022, de modo a atender às determinações institucionais e disponibilizar aos seus membros um relatório de atividades pormenorizadas dos produtos (atividades) desenvolvidos por esta unidade técnica.

3 – Fonte

O relatório de atividades teve como fontes o Plano Estratégico – 2020-2024 do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), Plano Bial de Gestão – 2020-2022 do MPC-PA, o Plano de Ação, o Programa de Trabalho e a Relação de Atividades deste Centro de Apoio Operacional (CAO).

4 – Plano Estratégico do MPC-PA (2020-2024)

Com a MISSÃO INSTITUCIONAL de defender a ordem jurídica, por meio do exercício do controle externo para a correta e efetiva aplicação dos recursos públicos estaduais em prol da sociedade; tendo como VISÃO, o reconhecimento pela sociedade como instituição ministerial de contas autônoma e indispensável ao exercício do controle externo, contribuindo efetivamente para a boa gestão dos recursos públicos estadual; e como VALORES, o comprometimento, a ética, a eficiência, a proatividade e a unidade, o PLANO ESTRATÉGICO (MPC/PA) – 2022-2024 atribuiu ao Centro de Apoio Operacional os seguintes objetivos estratégicos e iniciativas:

Objetivo Estratégico	Ação Estratégica
Fomento à transparência, de modo a contribuir para o aprimoramento da gestão pública	Elaborar relatório de acompanhamento da transparência para subsidiar a atuação finalística das Procuradorias de Contas
Contribuição para a prevenção e o combate à má gestão	Aprimorar a atuação proativa Aprimorar o Centro de Apoio Operacional
Iniciativas	
Elaboração de relatórios de acompanhamento da transparência através de coleta de dados em Portais de Transparência	
Acompanhamento contínuo de Programas escolhidos do PPA Estadual	
Atualização de produtos voltados para a atuação pedagógica/ educativa	
Monitoramento das renúncias fiscais	
Aprimoramento do CAO	

Para que os objetivos e ações estratégicas do Plano Estratégico do MPC relacionados ao Centro de Apoio Operacional fossem alcançados, elaborou-se o seguinte Plano de Ação do CAO.

5 – Plano de Ação do CAO (2022)

O Plano de Ação do Centro de Apoio Operacional descreve as ações, as etapas, os termos iniciais e finais, os responsáveis e os produtos a serem produzidos pela equipe que compõe o CAO, conforme quadro abaixo:

AÇÃO	DESCRIÇÃO (Elaborar)	INÍCIO	TÉRMINO	PRODUTO	STATUS
1	Radar das Contratações	14/01/2022	16/12/2022	Boletim Radar das Contratações	Realizado
2	Radar das Contratações - Edição Extra	29/07/2022	30/01/2023	Boletim Radar das Contratações - Extra	Realizado
3	Radar de Convênios (new2)	03/10/2022	31/01/2023	Boletim Radar de Convênios	Realizado
4	Radar de Convênios - Edição Extra (new2)	03/10/2022	31/01/2023	Boletim Radar de Convênios - Extra	Realizado

5	Banco de Jurisprudência do TCU	14/01/2022	16/12/2022	Documentos Banco do TCU	Realizado
6	Banco de Jurisprudência do TCE (new2)	30/05/2022	16/12/2022	Documentos Banco do TCE	Realizado
7	Banco de Jurisprudência do STF (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Documentos Banco do STF	Realizado
8	Banco de Jurisprudência do STJ (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Documentos Banco do STJ	Realizado
9	Banco de Alterações de Leis (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Banco de Leis	Andamento
10	Boletim Ministerial	14/01/2022	16/12/2022	Documento Boletim Ministerial	Realizado
11	Levantamento RREO	14/01/2022	16/12/2022	Documento Levantamento RREO	Realizado
12	Levantamento RGF	14/01/2022	16/12/2022	Documento Levantamento RREO	Realizado
13	Estudos Técnicos	14/01/2022	16/12/2022	Documento Estudo Técnico	Realizado
14	Relatório Portal da Transparência	14/01/2022	16/12/2022	Relatório Portal da Transparência	Realizado
15	Notas Técnicas em PAP/Processos	14/01/2022	16/12/2022	Notas Técnicas	Realizado
16	Levantamentos Técnicos em PAP/Processos	14/01/2022	16/12/2022	Levantamentos Técnicos	Realizado
17	Levantamentos para as Contas de Governo	01/04/2022	17/05/2022	Levantamentos Técnicos	Realizado
18	Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA (new)	14/01/2022	31/01/2023	Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA	Andamento
19	Monitoramento das renúncias fiscais (new)	14/01/2022	16/12/2022	Planilha Monitoramento das Renúncias Fiscais	Realizado

20	Boletim de Renúncia Fiscal (new2)	05/09/2022	16/12/2022	Documento de Boletim de Renúncia Fiscal	Realizado
21	Cartilha Pedagógica (new)	14/01/2022	16/12/2022	Cartilha Pedagógica	Realizado
22	Plano de Aprimoramento do CAO	14/01/2022	31/05/2022	Plano de Aprimoramento do CAO	Realizado
23	Fluxogramas dos produtos CAO	04/04/2022	31/08/2022	Fluxograma da Atividade	Realizado
24	Termos de Referências dos produtos CAO (new2)	04/04/2022	30/11/2022	Termo de Referência da Atividade	Realizado

Acerca do quadro acima, pontua-se que o Centro de Apoio Operacional além das ações consolidadas em exercícios anteriores a 2022, iniciou o exercício em epígrafe com três novas ações, a saber:

AÇÃO	DESCRIÇÃO (Elaborar)	INÍCIO	TÉRMINO	PRODUTO	STATUS
18	Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA (new)	14/01/2022	31/01/2023	Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA	Andamento
19	Monitoramento das renúncias fiscais (new)	14/01/2022	16/12/2022	Planilha Monitoramento das Renúncias Fiscais	Realizado
21	Cartilha Pedagógica (new)	14/01/2022	16/12/2022	Cartilha Pedagógica	Realizado

A respeito das ações elencadas no quadro anterior, destaca-se:

- Conforme o Plano Estratégico do MPC, o Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA, abordará o acompanhamento de um programa de governo concomitante a sua execução orçamentária a partir do Plano Plurianual 2024-2027. Todavia, para planejar os elementos que comporão o mencionado relatório, em 2022, o CAO trabalhou em uma minuta de relatório tendo como referência os exercícios de 2020 e 2021, relacionados ao atual PPA 2020-2023. Esta minuta do Relatório de Acompanhamento de Programa do PPA está em fase de conclusão, para posterior apreciação da Coordenação do CAO.
- O Monitoramento das Renúncias Fiscais foi realizado diariamente em todo o exercício de 2022. O produto deste monitoramento se tornou a fonte de um novo produto do CAO, pensado e estruturado no segundo semestre de 2022, o Boletim de Renúncia Fiscal.

- A Cartilha Pedagógica consiste em um produto educativo direcionado aos gestores públicos do Estado, elaborado a partir dos trabalhos e estudos empreendidos pelo CAO. Em 2022, a Cartilha tratou da transparência pública dos órgãos da Administração Pública Estadual. O produto será lançado ainda no primeiro semestre do corrente exercício, 2023, em virtude dos trabalhos de diagramação da cartilha e porque buscase, a partir desta ação, implementar novas ações relacionadas a fiscalização e aprimoramento da transparência dos órgãos públicos do Estado.

Além das metas previamente estabelecidas para CAO executar em 2022, durante o referido exercício, a Coordenação do CAO, agregou as seguintes ações:

AÇÃO	DESCRIÇÃO (Elaborar)	INÍCIO	TÉRMINO	PRODUTO	STATUS
3	Radar de Convênios (new2)	03/10/2022	31/01/2023	Boletim Radar de Convênios	Realizado
4	Radar de Convênios - Edição Extra (new2)	03/10/2022	31/01/2023	Boletim Radar de Convênios - Extra	Realizado
6	Banco de Jurisprudência do TCE (new2)	30/05/2022	16/12/2022	Documentos Banco do TCE	Realizado
7	Banco de Jurisprudência do STF (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Documentos Banco do STF	Realizado
8	Banco de Jurisprudência do STJ (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Documentos Banco do STJ	Realizado
9	Banco de Alterações de Leis (new2)	01/08/2022	16/12/2022	Banco de Leis	Andamento
20	Boletim de Renúncia Fiscal (new2)	05/09/2022	16/12/2022	Documento Boletim de Renúncia Fiscal	Realizado
24	Termos de Referências dos produtos CAO (new2)	04/04/2022	30/11/2022	Termo de Referência da Atividade	Realizado

Acerca das ações disposta acima, ressalta-se:

- O Radar de Convênios trata-se de um boletim informativo sobre os principais convênios firmados pelos órgãos do Poder Executivo Estadual, publicados no Diário Oficial do Estado e selecionados segundo critérios de materialidade e relevância definidos pelo CAO, será divulgado mensalmente a partir de janeiro/2023.
- O Radar de Convênios – Edição Extra consiste em um boletim a ser divulgado semestralmente para as procuradorias de contas, abordando uma análise das

informações consolidadas dos principais convênios realizados pelos órgãos do Poder Executivo Estadual, utilizando-se como base as informações coletadas do Radar de Convênios considerando o interstício temporal de seis meses. O Radar Extra, também será disponibilizado para as Procuradorias em janeiro/2023. No exercício de 2022 foi definida a estrutura do boletim e realizados os levantamentos das informações para construção do Radar mensal e Radar Extra consolidado de 2022.

- O Banco de Jurisprudência do TCE classifica e reúne por área temática as decisões do TCE a partir de pesquisa no boletim de jurisprudência disponibilizado no site do Tribunal. O CAO produziu dois documentos com as decisões do TCE dos exercícios de 2021 e 2022.
- Os Bancos de Jurisprudências do STF e STJ reúnem as decisões dos respectivos Tribunais através de consultas nos boletins disponibilizados em seus sites. O CAO produziu quatro documentos de cada Tribunal Superior, referentes aos meses de agosto a novembro/2022.
- O Banco de Alterações de Leis, trata-se da realização de pesquisa no Diário Oficial do Estado (DOE) das alterações legislativas relevantes para as atividades do MPC. o levantamento foi realizado diariamente em 2022, no entanto, não foram registradas alterações significativas para produção do boletim.
- O Boletim de Renúncia Fiscal é uma compilação de informações acerca das renúncias fiscais de ICMS concedidas no âmbito do Estado do Pará, coletadas diariamente no Diário Oficial do Estado. O produto será lançado ainda no primeiro semestre do corrente exercício, 2023, em virtude dos trabalhos de diagramação do Boletim.
- Os Termos de Referências dos Produtos do CAO são documentos descritivos das atividades, onde se descreve as etapas, as fontes de informações, os instrumentos e como fazer para se produzir o produto objeto do Termo. Em 2022, foram realizados todos os termos de referências dos produtos consolidados do CAO, no total de doze termos, porque se aglutinaram os Bancos de Jurisprudências em um único documento. Dessa forma, ficaram para serem realizados em 2023, os termos de referências do Boletim de Renúncia Fiscal, Cartilha Pedagógica, Acompanhamento de Programa do PPA e Banco de Leis, os quais já estão sendo elaborados.

Para concretização da Ação Estratégica: Aprimorar o Centro de Apoio Operacional, iniciativa 09, do Plano de Gestão – 2020-2022 do MPC. Esta unidade técnica elaborou seu plano de aprimoramento, conforme disposto no tópico seguinte.

6 – Plano de Aprimoramento do CAO (2022-2023)

O Plano de Aprimoramento do Centro de Apoio Operacional descreve as áreas, os objetivos, as ações, os responsáveis, os procedimentos, os demandados e os prazos dos encaminhamentos realizados pela Coordenação e Equipe Técnica do CAO:

ÁREA	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTO	DEMANDADO	PRAZO
Estrutura Funcional	Adquirir 01 servidor	Solicitar servidor ao Secretário de Administração	Dra Silaine	Elaborar memorando para solicitar servidor	DADM-MPC/PA	30.05.2022

	Adquirir 01 estagiários (contabilidade, economia, direito ou administração)	Solicitar servidor ao Secretário de Administração	Dra Silaine	Elaborar memorando para solicitar estagiário	DADM-MPC/PA	30.05.2022
--	---	---	-------------	--	-------------	------------

Continua...

ÁREA	OBJETIVO	AÇÃO	RESPONSÁVEL	PROCEDIMENTO	DEMANDADO	PRAZO
Estrutura Operacional	Capacitar continuamente os servidores do CAO	Elaborar plano de treinamento dos servidores	Iran/ Dra Silaine	Listar as necessidades de treinamentos dos servidores Solicitar cursos ao CEAF	CEAF-MPC/PA	30.11.2022
	Firmar parceria com outros centros de inteligência do Estado (MPE, TCE, PC)	Pesquisar a respeito dos centros de inteligência existente na administração pública estadual Entrar em contato com os dirigentes dos órgãos para conversar a sobre possível termo de cooperação	Iran/ Dra Silaine	Consultar sites dos órgãos, conversar com os servidores dos órgãos Convidar os dirigentes dos órgãos selecionados para uma conversa sobre termo de parceria	TCE, MPE, PC, Outros	30.06.2023
	Adquirir softwares de inteligência	Definir as necessidades do CAO Verificar quais os programas atenderiam as necessidades do CAO Solicitar softwares para o CAO	Iran/	Consultar a equipe do CAO, outros MPCs, o ODP, outros centros de inteligência o que é necessário para o desempenho de suas atividades. Listar os softwares utilizados por eles Indicar os softwares mais adequados a atual necessidade do CAO. Consultar o DTIT acerca da fábrica de softwares do MPC,	MPCs(UF), TCE, DADM-MPC/PA	30.08.2023

			Dra Silaine	Solicitar softwares ao Secretário de Administração		
--	--	--	-------------	--	--	--

A respeito da implementação do Plano de Aprimoramento do CAO, destaca-se que as ações estabelecidas para o exercício de 2022, foram realizadas. No que se refere a estrutura funcional do CAO, ingressaram no exercício de 2022, o servidor Josué Corrêa, além dele, o CAO contou com a colaboração dos servidores Carlos Braga, João Quemel e Osvaldo Junior. Também ingressou no CAO em agosto/2022 o estagiário de pós-graduação Eduardo da Paz.

Acerca da estrutura operacional, sobre a capacitação continuada dos servidores do CAO, foram elaborados requerimentos de cursos e treinamentos ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, englobando as áreas de auditoria, direito, OSINT e sistemas. Nesse sentido, os servidores do CAO participaram de dois treinamentos de 20h cada, sobre auditoria, treinamento de 20h do sistema de administração financeira e orçamentária do estado do Pará, treinamento de 10h de OSINT, vários cursos de direito na área de licitações e contratos, dentre outros.

A respeito do plano de treinamento dos servidores do CAO, destaca-se que esta atribuição ficou a cargo do CEAF, o qual ficou responsável pela elaboração do plano geral de capacitação dos servidores do MPC, considerando as especificidades de cada departamento do órgão.

7 – Equipe CAO (2022)

Para auxiliar a atividade funcional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, por meio do apoio técnico, jurídico, contábil e em outras áreas afins ao controle externo, os trabalho do Centro de Apoio Operacional contaram com a colaboração dos servidores de áreas multiciplinar que o constituem, conforme dinâmica apresentada no quadro abaixo.

Servidor	Situação	Formação	Observações
Iran Santos	CAO	Ciências Contábeis	
Lena Campos	CAO	Engenharia Química	
Josué Corrêa	CAO (<i>home office</i>)	Ciências Contábeis	Iniciou em 06.04./22
Eduardo da Paz	CAO (<i>estagiário</i>)	Direito, Mestrando em Gestão Pública	Iniciou em 01.08.2022
Carlos Braga	Compartilhado (PGC)	Direito	Iniciou em 09.05.22
Fábio Costa	Compartilhado (DADM)	Engenharia Civil	
Gilmar Gomes	Compartilhado (Ouvidoria)	Gestão de Tecnologia da Informação	

<u>João Quemel</u>	Compartilhado (CEAF)	Direito, Matemática	Iniciou em 21.03.22 Saiu em 02.09.22
<u>Osvaldo Junior</u>	Compartilhado (DGP)	Direito	Iniciou em 21.03.22 Faleceu em 19.12.22
<u>Silvia Sabat</u>	Compartilhado (DIP e CI)	Ciências Contábeis	Não foi demandada a partir de 01.03.2022

Cabe salientar que a servidora Silvia Sabat, em razão das suas outras responsabilidades no Departamento de Inovação e Planejamento (DIP) e Controle Interno (CI), não foi demandada pelo CAO a partir de março/2022. O servidor João Quemel saiu definitivamente do CAO em setembro/2022, lotado exclusivamente no CEAF, e o nosso querido colega Osvaldo Junior, faleceu em dezembro/2022.

8 – Relação de Atividades – 2022

De acordo com o Controle de Atividades do CAO, a produção geral de 2022 alcançou seus objetivos de modo satisfatório, e em algumas atividades alcançaram resultados superiores aos estimados. Os trabalhos do CAO encontram-se disponíveis para consulta das Procuradorias de Contas na pasta compartilhada do CAO: **U:\CAO\Procuradorias**. Nesse sentido, em relação as ações previstas para o CAO em 2022, não houve resultado abaixo do estipulado, conforme apresentado no quadro a seguir, elaborado a partir do Anexo I – Relação dos Produtos do CAO, deste relatório:

CONTROLE DE ATIVIDADES DO CAO – 2022 – PRODUÇÃO GERAL				
ATIVIDADES PERMANENTES	PERIODICIDADE/ PUBLICIDADE	META	PRODUÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Radar das Contratações	Semanal	49	49	Realização de pesquisa de contratos no DOE a fim de verificar possíveis inconsistências para publicação em forma de boletim semanal
ATIVIDADES ESPECÍFICAS	PERIODICIDADE/ PUBLICIDADE	META	PRODUÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Radar Contratos Extra	Semestral	2	2	Divulgação da síntese semestral/anual do Radar das Contratações

Banco de Jurisprudência do TCU	Semanal	45	45	Realização de pesquisa do boletim de jurisprudência no site do TCU com o intuito de verificar decisões relevantes para as atividades do MPC/PA
Banco de Jurisprudência do TCE	Semestral	2	2	Realização de pesquisa do boletim de jurisprudência no site do TCE com o intuito de verificar decisões relevantes para as atividades do MPC/PA
Banco de Jurisprudência do STF	Mensal	4	4	Realização de pesquisa do boletim de jurisprudência no site do STF com o intuito de verificar decisões relevantes para as atividades do MPC/PA
Banco de Jurisprudência do STJ	Mensal	4	4	Realização de pesquisa do boletim de jurisprudência no site do STJ com o intuito de verificar decisões relevantes para as atividades do MPC/PA
Boletim Ministerial	Trimestral	4	4	Consolidação de teses e entendimentos ministeriais firmados pelas procuradorias do MPC/PA
Boletim Renúncia Fiscal	Quadrimestral	1	1	Realização de pesquisa de renúncias fiscais no DOE a fim de verificar possíveis inconsistências para publicação em forma de boletim
Relatório de Transparência	Anual	5	10	Verificar a aderência dos sites do Estado quanto aos requisitos legais de transparência pública
Estudo Técnico	Semestral	2	5	Estudos de temas específicos da

				administração pública estadual ou de relevância nacional.
Nota Técnica/ Levantamento	Demanda	2	2	Notas técnicas de assuntos relacionados com a atividade fim do MPC

ATIVIDADES ESPECÍFICAS	PERIODICIDADE/ PUBLICIDADE	META	PRODUÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
Levantamento RREO	Demanda	3	3	Análise da Execução Orçamentária e Financeira do Poder Executivo por meio das informações contidas no RREO
Levantamento RGF	Demanda	8	8	Análise da Gestão Fiscal do Poder Executivo, demais Poderes e Órgãos Independentes, por meio das informações contidas no RGF
PRODUÇÃO	ANUAL	131	139	

Inicialmente o CAO iniciou o exercício de 2022 com a previsão de entregar 120 (cento e vinte) produtos, divididos em 09 (nove) itens. No decorrer do exercício, com a entrada de novas atividades, o CAO atualizou sua previsão para 131 (cento e trinta e um) produtos, divididos em 13 (treze) itens. E assim, em todos os itens foram alcançados os resultados estimados. Cabe destacar que no item Relatório de Transparência houve o dobro de produção da meta prevista, isto é, de 05 (cinco) relatórios, foram produzidos 10 (dez); e no item Estudo Técnico, foram previstos 02 (dois) estudos e produzidos 05 (cinco).

Dessa forma, os resultados das atividades de 2022 do CAO revelam uma produção de 139 (cento e trinta e nove) produtos, 08 (oito) acima da previsão atualizada, o que demonstra empenho e comprometimento dos servidores lotados no Centro de Apoio Operacional. Assim, os servidores do CAO contribuíram para que esta unidade técnica realizasse sua função de auxiliar a atividade institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará para o alcance das metas previstas no Plano Estratégico do MPC-PA – 2020-2024, com o propósito de fortalecer o controle externo público, em benefício da sociedade paraense.

É o relatório de atividades.

Belém-PA, 26 de janeiro de 2023.

Iran Soares dos Santos
Centro de Apoio Operacional

RELAÇÃO DOS PRODUTOS DO CAO – 2022

#	Elaboração (Data)	Técnico (Servidor)	Produto
1	27/01/2022	Fábio Costa	Nota Técnica CAO/MPC n. 001/2022 - Análise de Engenharia
2	27/01/2022	Iran e Silvia	Levantamento CAO n. 001/2022 - RREO - 5º Bimestre/2021 - Poder Executivo
3	14/01/2022	CAO	Radar das Contratações n. 042/2021
4	14/01/2022	CAO	Radar Extra n. 01/2021- Exercício 2021
5	21/01/2022	CAO	Radar das Contratações n. 001/2022
6	28/01/2022	CAO	Radar das Contratações n. 002/2022
7	04/02/2022	CAO	Radar das Contratações n. 003/2022
8	04/02/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 001
9	11/02/2022	CAO	Radar das Contratações n. 004/2022
10	11/02/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 002
11	14/02/2022	CAO	Levantamento CAO n. 002 - Gastos com Covid em 2020 com Recurso Federal
12	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 003 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - ALEPA
13	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 004 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - MPCM
14	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 005 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - MPE
15	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 006 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - TCE
16	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 007 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - TCM
17	14/02/2022	Iran, Lena e Silvia	Levantamento CAO n. 008 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - TJ
18	18/02/2022	Iran e Silvia	Levantamento CAO n. 009 - RREO - 6º Bimestre/2021 - Poder Executivo
19	18/02/2022	CAO	Radar das Contratações n. 005/2022
20	18/02/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 003
21	25/02/2022	CAO	Radar das Contratações n. 006/2022
22	25/02/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 004

23	03/03/2022	Iran e Silvia	Levantamento CAO n. 010 - RGF - 3º Quadrimestre/2021 - Poder Executivo
24	04/03/2022	CAO	Radar das Contratações n. 007/2022
25	11/03/2022	CAO e Lena	Banco de Jurisprudência do TCU - 005
26	11/03/2022	CAO	Radar das Contratações n. 008/2022
27	18/03/2022	CAO	Radar das Contratações n. 009/2022
28	18/03/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 006
29	25/03/2022	CAO	Radar das Contratações n. 010/2022
30	25/03/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 007
31	30/03/2022	CAO e Lena	Boletim Ministerial n. 013 - Outubro, Novembro e Dezembro 2021
32	01/04/2022	CAO	Radar das Contratações n. 011/2022
33	01/04/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 008
34	08/04/2022	CAO	Radar das Contratações n. 012/2022
35	08/04/2022	CAO e Gilmar	Banco de Jurisprudência do TCU - 009
36	13/04/2022	CAO	Radar das Contratações n. 013/2022
37	13/04/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 010
38	19/04/2022	CAO	Radar das Contratações n. 014/2022
39	19/04/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 011
40	29/04/2022	CAO	Radar das Contratações n. 015/2022
41	29/04/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 012
42	06/05/2022	CAO	Radar das Contratações n. 016/2022
43	06/05/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 013
44	06/05/2022	CAO e Lena	Boletim Ministerial n. 014 - Janeiro e Fevereiro 2022
45	13/05/2022	CAO	Radar das Contratações n. 017/2022
46	13/05/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 014
47	20/05/2022	CAO	Radar das Contratações n. 018/2022
48	20/05/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 015
49	27/05/2022	CAO	Radar das Contratações n. 019/2022
50	27/05/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 016
51	03/06/2022	CAO	Radar das Contratações n. 020/2022
52	03/06/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 017
53	10/06/2022	CAO	Radar das Contratações n. 021/2022
54	10/06/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 018
55	17/06/2022	CAO	Radar das Contratações n. 022/2022
56	17/06/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 019
57	24/06/2022	CAO	Radar das Contratações n. 023/2022
58	24/06/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 020
59	30/06/2022	CAO	Radar das Contratações n. 024/2022
60	30/06/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 021
61	07/07/2022	CAO	Radar das Contratações n. 025/2022
62	07/07/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 022

63	14/07/2022	CAO	Radar das Contratações n. 026/2022
64	14/07/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 023
65	21/07/2022	CAO	Radar das Contratações n. 027/2022
66	21/07/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 024
67	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência SEFA
68	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência SEDEME
69	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência HOL
70	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência SESP
71	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência SEMA
72	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência ITERPA
73	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência IDEFLOR
74	19/07/2022	CAO	Rel. Transparência HAS
75	28/07/2022	CAO	Radar das Contratações n. 028/2022
76	28/07/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 025
77	25/07/2022	CAO	Estudo Técnico n. 01-2022 - Publicidade vs Eleições
78	05/08/2022	CAO e Osvaldo	Banco de Jurisprudência do TCE - 001
79	05/08/2022	CAO	Radar das Contratações n. 029/2022
80	05/08/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 026
81	08/08/2022	CAO e Lena	Boletim Ministerial n. 015 - Março, Abril, Maio 2022
82	12/08/2022	CAO	Radar das Contratações n. 030/2022
83	12/08/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 027
84	19/08/2022	CAO	Radar das Contratações n. 031/2022
85	19/08/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 028
86	23/08/2022	CAO	Radar das Contratações Extra - 01/2022
87	26/08/2022	CAO	Radar das Contratações n. 032/2022
88	26/08/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 029
89	26/08/2022	CAO	Estudo Técnico n. 02-2022 - Padronização DOE
90	02/09/2022	CAO	Radar das Contratações n. 033/2022
91	02/09/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 030
92	09/09/2022	CAO	Radar das Contratações n. 034/2022
93	09/09/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 031
94	16/09/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STF - 01 - Agosto 2022
95	16/09/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STJ - 01 - Agosto 2022
96	16/09/2022	CAO	Radar das Contratações n. 035/2022
97	16/09/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 032
98	23/09/2022	CAO	Radar das Contratações n. 036/2022
99	23/09/2022	CAO e João	Banco de Jurisprudência do TCU - 033
100	27/09/2022	Iran	Nota Técnica 004-2022 - RGF - 1º QDM 2022 - Poder Executivo
101	30/09/2022	CAO	Radar das Contratações n. 037/2022
102	30/09/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 034

103	08/10/2022	Iran e Josué	Nota Técnica CAO n. 005-2022- RREO 2022 - 3º Bimestre
104	07/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STF - 02 - Setembro 2022
105	07/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STJ - 02 - Setembro 2022
106	07/10/2022	CAO	Radar das Contratações n. 038/2022
107	07/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 035
108	14/10/2022	CAO	Radar das Contratações n. 039/2022
109	14/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 036
110	21/10/2022	CAO	Radar das Contratações n. 040/2022
111	21/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 037
112	27/10/2022	CAO	Radar das Contratações n. 041/2022
113	27/10/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 038
114	01/11/2022	CAO e Lena	Boletim Ministerial n. 016 - Junho, Julho, Agosto, Setembro 2022
115	04/11/2022	CAO	Radar das Contratações n. 042/2022
116	04/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 039
117	11/11/2022	CAO	Radar das Contratações n. 043/2022
118	11/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 040
119	18/11/2022	CAO	Radar das Contratações n. 044/2022
120	18/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 041
121	18/11/2022	CAO e Osvaldo	Banco de Jurisprudência do TCE - 002
122	21/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STF - 03 - Outubro 2022
123	22/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do STJ - 03 - Outubro 2022
124	25/11/2022	CAO	Radar das Contratações n. 045/2022
125	25/11/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 042
126	30/11/2022	CAO e Carlos	Renúncia Fiscal
127	30/11/2022	CAO e Lena	Meio Ambiente
128	30/11/2022	CAO e Fábio	Laudo Conclusivo
129	30/11/2022	CAO	Rel. Transparência DETRAN
130	30/11/2022	CAO	Rel. Transparência PM
131	02/12/2022	CAO	Radar das Contratações n. 046/2022
132	02/12/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 043
133	07/12/2022	CAO	Boletim de Renúncia Fiscal n. 001/2022
134	07/12/2022	CAO	Radar das Contratações n. 047/2022
135	07/12/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 044
136	16/12/2022	CAO	Radar das Contratações n. 048/2022
137	16/12/2022	CAO e Carlos	Banco de Jurisprudência do TCU - 045
138	16/12/2022	CAO	Banco de Jurisprudência do STF - 03 - Novembro 2022
139	16/12/2022	CAO	Banco de Jurisprudência do STJ - 03 - Novembro 2022

O **CENTRO DE APOIO OPERACIONAL** é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, que tem por objetivo dar apoio técnico, jurídico, contábil e em outras áreas afins ao controle externo.

ANEXO IV

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (CG/MPC/PA)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

ANO 2022

Deíla Barbosa Maia
Procuradora de Contas
Corregedora-Geral do MPC-PA

Cláudia Rodrigues da Cunha
Assessor Técnico e Administrativo da CG/MPC-PA

Fábio Augusto Miranda
Equipe de Apoio

Elisabete Cristina da Silva Cardoso
Estagiária de Pós-Graduação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	239
ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	242
1. Distribuição Processual	242
1.1. Aspectos Gerais	242
1.2. Quantitativo de processos conclusos às Procuradorias de Contas	245
1.3. Discriminação do volume de processos por classe	249
2. Atuação como <i>Custus Legis</i>	252
2.1. Processos de Registro	252
2.2. Processos de Contas	257
2.3. Processos de Fiscalização	260
2.4. Processos de Gestão Fiscal	261
3. Atuação Proativa	263
3.1. Processos administrativos internos de fiscalização	263
3.2. Representações	267
4. Prescrição	268
5. Glosas requeridas	269
6. Execução de Acórdãos	272
7. Atividades da Corregedoria	275
8. Sessões Plenárias	279
CONCLUSÃO	280

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno” no MPC-PA em 2022.....	243
Gráfico 2 – Comparativo do número geral de processos distribuídos no MPC- PA em 2021 e 2022.	244
Gráfico 3 – Variação da distribuição processual no MPC-PA nos anos de 2016 a 2022.	245
Gráfico 4 – Volume de processos conclusos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.....	247
Gráfico 5 – Percentual de Processos distribuídos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.	248
Gráfico 6 – Representação gráfica da distribuição de processos conclusos no MPC-PA, por classe, em 2022.....	249
Gráfico 7 – Representação das principais variações entre os processos distribuídos no MPC-PA, por classe, em 2021 e 2022.....	251
Gráfico 8 – Representação do volume comparativo entre processos conclusos de registro e as demais classes de processos distribuídos no MPC-PA em 2022.	252
Gráfico 9 – Representação do percentual de processos “novos” de admissão de pessoal e de aposentadoria, reforma e pensão distribuídos no MPC-PA em 2022.....	253
Gráfico 10 – Representação do número estimado de interessados abarcados nos processos de registro analisados pelas Procuradorias de Contas específicas no MPC-PA em 2022.....	253
Gráfico 11 – Posicionamento do MPC-PA nos processos de registro, por tipo, em 2022.	254
Gráfico 12 – Número de interessados abarcados nos pareceres pelo deferimento emitidos nas diversas classes de processos de registro distribuídos para o MPC-PA em 2022.....	255
Gráfico 13 – Número de interessados abrangidos nos pareceres pelo indeferimento emitidos nas diversas classes de processos de registro distribuídos para o MPC-PA em 2022.....	255
Gráfico 14 - Número de processos de registro em que foram requeridas diligências no MPC-PA em 2022.	256
Gráfico 15 – Representação do percentual de processos de registro que receberam pareceres após instrução regular, análise simplificada ou verificação das hipóteses de extinção sem resolução do mérito no MPC-PA em 2022.	256
Gráfico 16 – Quantitativo de processos de registro distribuídos no MPC-PA em que foram sugeridas recomendações por Procuradoria de Contas em 2022.	257
Gráfico 17 – Valores fiscalizados em processos de contas por Procuradoria de Contas, no MPC-PA em 2022.....	258
Gráfico 18 – Quantitativo de processos em que foram sugeridas multas por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.....	260
Gráfico 19 – Número de pedidos de conversão de processos de fiscalização em Tomada de Contas Especial (TCE) analisados pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022.....	261
Gráfico 20 – Número de processos de fiscalização com recomendações sugeridas pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022.	261

Gráfico 21 – Quantitativo de processos de Gestão Fiscal analisados pelo MPC-PA, por tipo, em 2022.	262
Gráfico 22 – Providências suscitadas em processos de Gestão Fiscal analisados pelo MPC-PA em 2022.	262
Gráfico 23 – Número de procedimentos internos de fiscalização atuados no MPC-PA em 2022.	263
Gráfico 24 – Número de Notícias de Fato processadas por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.	266
Gráfico 25 – Número de Procedimentos de Acompanhamento instaurados por Procuradoria de Contas no MPC-PA, em 2022.....	266
Gráfico 26 – Número de Procedimentos Informativos instaurados por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.	266
Gráfico 27 – Variação no nível de glosas sugeridas pelo MPC-PA ao longo dos exercícios anteriores, no período de 2017 a 2022.....	271
Gráfico 28 - Variação dos valores de débitos e de multas enviados à PGE-PA pelo MPC-PA em 2021 e 2022.	274

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consolidação do número de processos “novos” e “de retorno” distribuídos no MPC-PA em 2022.	243
Tabela 2 – Quantitativos anuais de processos distribuídos no MPC-PA nos anos de 2016 a 2022.	244
Tabela 3 – Número de processos conclusos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.....	246
Tabela 4 – Volume de processos conclusos por classe no MPC-PA em 2022.	249
Tabela 5 – Comparativo do volume de processos distribuídos no MPC-PA, por classe, nos anos de 2021 e 2022.....	250
Tabela 6 – Consolidação dos valores fiscalizados por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.....	258
Tabela 7 – Providências sancionatórias propostas pelo MPC-PA nos processos de contas em 2022.	259
Tabela 8 – Notícias de Fato recebidas e processadas no MPC-PA em 2022 (até 31/08/2022).	264
Tabela 9 – Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP’s instaurados no MPC-PA em 2022 (até 31/08/2022).....	264
Tabela 10 - Procedimentos Informativos – PI’s instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).....	265
Tabela 11 – Procedimentos Preliminares – PP’s instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).....	265
Tabela 12 – Procedimentos de Acompanhamento – PA’s instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).	265
Tabela 13 – Representações propostas pelo MPC-PA em 2022.	267
Tabela 14 – Valores com requerimento de glosa por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.....	270
Tabela 15 – Valores de débitos e multas enviados para execução pelo MPC-PA em 2022.....	273
Tabela 16 – Número de Acórdãos do TCE-PA remetidos à PGE/PA para cobrança judicial pelo MPC-PA no período de 2017 a 2022.	273
Tabela 17 – Comparativo dos valores históricos de débitos e multas remetidos à PGE-PA pelo MPC-PA em 2021 e 2022.	274
Tabela 18 – Número de Sessões Plenárias do TCE-PA e de processos pautados, com a participação do MPC-PA em 2022.	279

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria-Geral foi incorporada à estrutura organizacional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA) através do art. 3º-A, inciso I, alínea “d” da Lei Orgânica desse *Parquet* (Lei Complementar nº 09/1992), na redação atribuída pela Lei Complementar nº 106/2016, cabendo-lhe o compromisso de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos integrantes do referido órgão ministerial, conforme o disposto no art. 9º-C do estatuto orgânico da Lei Complementar nº 151/2022.

O relatório é produzido anualmente, com a finalidade de demonstrar o conteúdo e a variação do volume das atividades finalísticas do órgão. Foi feito, ainda, um comparativo do cenário apurado durante o ano de 2022 com os parâmetros divulgados no relatório emitido por esta Corregedoria-Geral, referente ao exercício anterior (2021).

Este relatório foi produzido com fundamento nas informações disponibilizadas pela Secretaria Processual do órgão, que é o setor responsável pela distribuição e tramitação dos feitos no âmbito da instituição, assim como nos dados fornecidos pelas Procuradorias de Contas e nas publicações disponíveis no *site* oficial do órgão (www.mpc.pa.gov.br).

É bom esclarecer que, no MPC-PA, há 8 Procuradorias de Contas, sendo uma é ocupada pelo Procurador-Geral de Contas (PGC), que chefia o órgão e elabora parecer acerca das contas do governo estadual, duas são especializadas nos processos de registro de pessoal (no caso, a 3ª e 7ª Procuradorias, a partir de 01/03/2022) e as demais Procuradorias analisam os demais processos, chamados genericamente de “processos de contas”, como será mais adiante detalhado ao longo do presente relatório.

No que concerne aos “processos de registro”, que são aqueles em que se avalia a regularidade ou não da admissão de pessoal na Administração Pública, bem como a concessão de aposentadorias, reformas e pensões pelo

Estado, é válido ressaltar que a Resolução nº 01/2021 – MPC-PA – Colégio, que outorgava a distribuição processual dessa espécie de processos às 4ª e 7ª Procuradorias, foi revogada pela Resolução nº 03/2022 – MPC-PA – Colégio, transferindo a distribuição exclusiva dos referidos processos para as 3ª e 7ª Procuradorias, a partir do dia 01/03/2022.

Em 31 de agosto de 2022, foi publicada a Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio, que revogou as Resoluções nº 07/2017 e 03/2020, substituindo as regras dos Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's) e das Notícias de Fato (NF's), contendo novos regramentos para regulamentar os novos processos administrativos internos de fiscalização. Com a nova Resolução, os mesmos foram definidos como: Procedimento Informativo (PI), Procedimento Preliminar (PP) e Procedimento de Acompanhamento (PA).

Estas alterações legislativas (na competência das Procuradorias de Contas especializadas em processos de registro de pessoal e a dos processos apuratórios) tiveram repercussão nas estatísticas apresentadas no relatório, conforme será detalhado adiante.

Em linhas gerais, notou-se, no ano de 2022, um aumento do número de processos conclusos quando comparado ao ano anterior, tendo em vista que no exercício de 2021 foram 2.496 e no exercício de 2022, foram 3.196. Tal fato marcou o cenário de retorno pleno das atividades presenciais no órgão e no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), com a melhoria do cenário da pandemia de COVID-19.

E também outro fato marcante foi que muito se discutiu ao longo do ano de 2022 acerca da prescrição da pretensão punitiva nos processos do controle externo. Com a finalidade de esclarecer as controvérsias, o Tribunal de Contas da União (TCU) editou a Resolução nº 334/2022, estabelecendo que a prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento deve observar o prazo de 05 (cinco) anos, conforme entendimento aplicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Antes, havia divergências robustas entre aplicar o prazo prescricional de 10 (dez) anos ou 5 (cinco) anos ou pela imprescritibilidade do dano ao Erário nos processos de contas e registros.

Por fim, embora acompanhando com atenção às mudanças nos entendimentos acerca da prescrição do STF e TCU e, inclusive, aplicando o novo entendimento acima referido em várias demandas, o TCE-PA e o MPC-PA ainda não emitiram normativo específico a respeito da prescrição dos processos em curso perante o tribunal, o que deverá ser regulamentado em 2023, mas a mudança no entendimento acerca do prazo prescricional de 5 (cinco) anos teve grande reflexo nas estatísticas apresentadas no presente relatório.

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

1. Distribuição Processual

1.1. Aspectos Gerais

Conforme o disposto no Regimento Interno e em outros atos normativos do MPC-PA, a distribuição dos processos finalísticos que foram encaminhados ao órgão é realizada pela Secretaria Processual do MPC-PA, através de sistema informatizado, de maneira automática e aleatória, por meio de sorteio entre as Procuradorias de Contas, com exceção dos casos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas.

De acordo com as informações obtidas por meio do Sistema de Autuação, Controle e Distribuição de Processos (DIPRO) e disponibilizadas pela Secretaria Processual, foram distribuídos, durante o ano de 2022, 3.196 (três mil cento e noventa e seis) processos provenientes do TCE-PA.

Nota-se que os processos recebidos se classificam em processos “novos”, ou seja, aqueles que ingressaram pela primeira vez no MPC-PA, assim como, processos “de retorno” que são aqueles que já foram distribuídos anteriormente e reingressaram no *Parquet*, por distintas razões processuais.

Quanto aos processos “de retorno”, o art. 8º da Resolução nº 05/2014 – MPC-PA – Colégio define que esses retornarão à Procuradoria que já realizou sua análise anteriormente. Portanto, são contabilizados separadamente com a finalidade de obter o quantitativo do volume de processos distribuídos no decorrer do ano.

Na tabela abaixo, é possível identificar a quantidade de processos “novos” e “de retorno” distribuídos no órgão, em cada mês do ano de 2022:

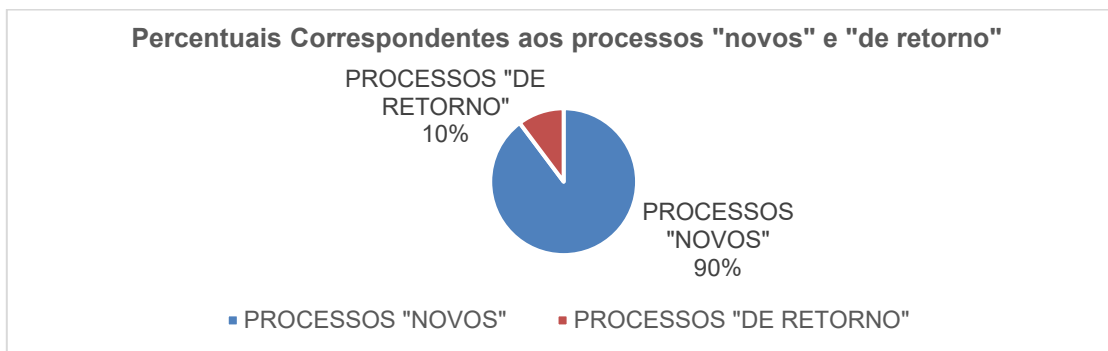
Tabela 1 – Consolidação do número de processos “novos” e “de retorno” distribuídos no MPC-PA em 2022.

CONSOLIDAÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS “NOVOS” E “DE RETORNO” DISTRIBUÍDOS POR MÊS			
MÊS DE REFERÊNCIA	“NOVOS”	“DE RETORNO”	TOTAL POR MÊS
JANEIRO	289	27	316
FEVEREIRO	188	35	223
MARÇO	237	36	273
ABRIL	224	13	237
MAIO	258	27	285
JUNHO	265	16	281
JULHO	353	19	372
AGOSTO	218	36	254
SETEMBRO	308	35	343
OUTUBRO	241	38	279
NOVEMBRO	181	25	206
DEZEMBRO	107	20	127
TOTAL POR ANO	2.869	327	3.196

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Conseqüentemente, do total de 3.196 (três mil, cento e noventa e seis) processos enviados para análise deste *Parquet* no ano de 2022, foram 2.869 (dois mil, oitocentos e sessenta e nove) processos “novos” e 327 (trezentos e vinte e sete) processos “de retorno”. O gráfico a seguir demonstra os percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno”:

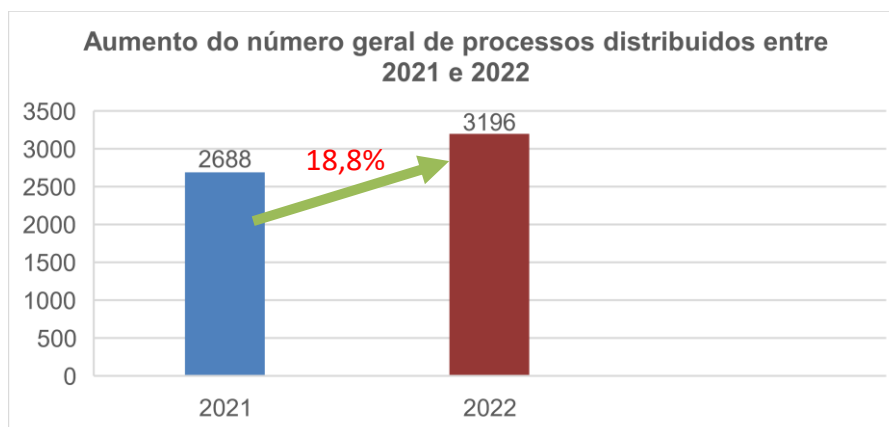
Gráfico 1: Percentuais correspondentes aos processos “novos” e “de retorno” no MPC-PA em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Comparando-se aos dados apresentados em 2021, em que o total foi de 2.688 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito) processos, de acordo com relatório emitido à época, constata-se um aumento de **508** (quinhentos e oito) processos, que corresponde a **18,8%** (dezoito vírgula oito por cento). Veja-se:

Gráfico 2 – Comparativo do número geral de processos distribuídos no MPC- PA em 2021 e 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

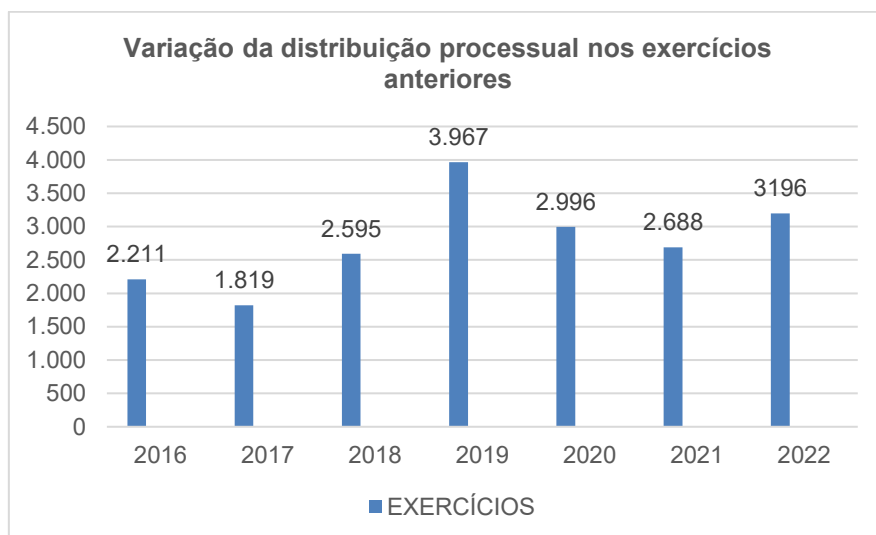
Levando em consideração a quantidade de processos que ingressaram no decorrer do ano de 2022, constata-se um aumento considerável no número de processos em comparação ao ano de 2021, principalmente nos meses de janeiro, fevereiro, maio, julho, setembro, outubro e novembro. A tabela e o gráfico a seguir demonstram a variação dos processos de 2016 a 2022:

Tabela 2 – Quantitativos anuais de processos distribuídos no MPC-PA nos anos de 2016 a 2022.

QUANTITATIVOS ANUAIS DE PROCESSOS NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	
EXERCÍCIO	Nº de Processos
2016	2.211
2017	1.819
2018	2.595
2019	3.967
2020	2.996
2021	2.688
2022	3.196
TOTAL	19.472

FONTE: Relatório da Corregedoria-Geral do MPC-PA (Exercício 2021).

Gráfico 3 – Variação da distribuição processual no MPC-PA nos anos de 2016 a 2022.



FONTE: Relatório da Corregedoria-Geral do MPC-PA (Exercício 2021).

1.2. Quantitativo de processos concluídos às Procuradorias de Contas

Definido esse total correspondente à movimentação processual no exercício de 2022, desenvolveu-se o levantamento do número de processos “novos” e “de retorno” distribuídos entre as Procuradorias de Contas, conforme os critérios estabelecidos nas Resoluções nº 05/2014 – MPC-PA (com alterações

posteriores), nº 01/2020, nº 01/2021, nº 03/2022, todas do Colégio de Procuradores de Contas.

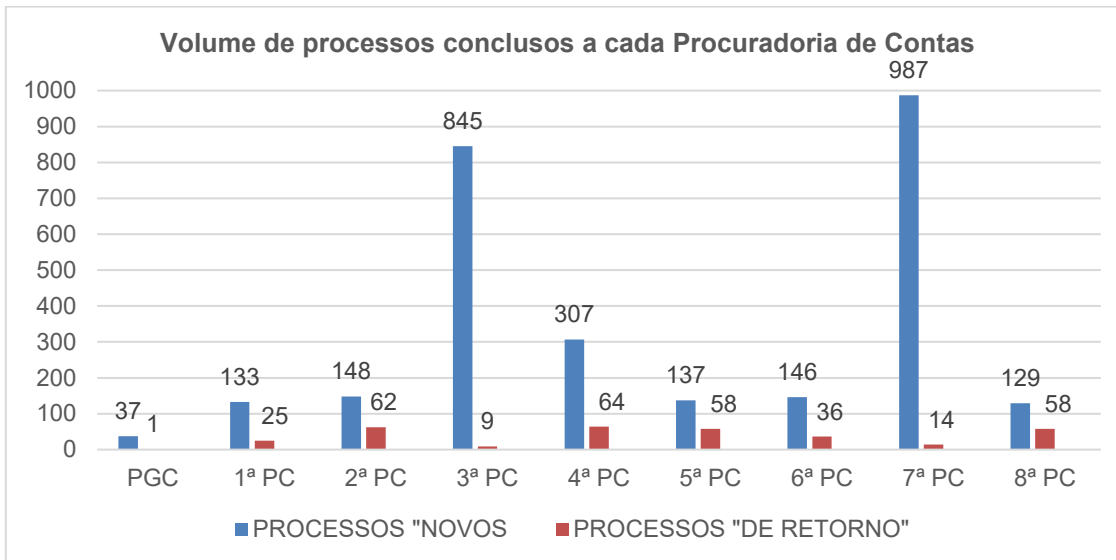
Tabela 3 – Número de processos concluídos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.

NÚMERO DE PROCESSOS CONCLUÍDOS A CADA PROCURADORIA DE CONTAS			
PROCURADORIA DE CONTAS (PC)	PROCESSOS “NOVOS”	PROCESSOS “DE RETORNO”	TOTAL
PGC	37	1	38
1ª PC	133	25	158
2ª PC	148	62	210
3ª PC	845	9	854
4ª PC	307	64	371
5ª PC	137	58	195
6ª PC	146	36	182
7ª PC	987	14	1001
8ª PC	129	58	187
TOTAL	2.869	327	3.196

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Os números apresentados encontram-se representados por meio do gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Volume de processos concluídos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Os dados demonstram um número maior de processos para as 3ª e 7ª Procuradorias. Isso se deu por conta da Resolução nº 03/2022 – MPC-PA – Colégio, de 18/02/2022, que está vigente desde o dia 01/03/2022, que concedeu às referidas Procuradorias competências exclusivas para apreciarem processos relativos a atos sujeitos a registro (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão), incluindo os recursos cabíveis e possíveis pedidos de rescisão, denúncias ou representações a ele concernentes, que são a maioria de processos do TCE-PA.

Vale destacar, que até a data de 28/02/2022, as competências citadas acima eram atribuídas a 4ª e 7ª Procuradorias, de acordo com o determinado pela Resolução nº 01/2021 – MPC-PA – Colégio. E, posteriormente, ficaram a cargo das 3ª e 7ª Procuradorias.

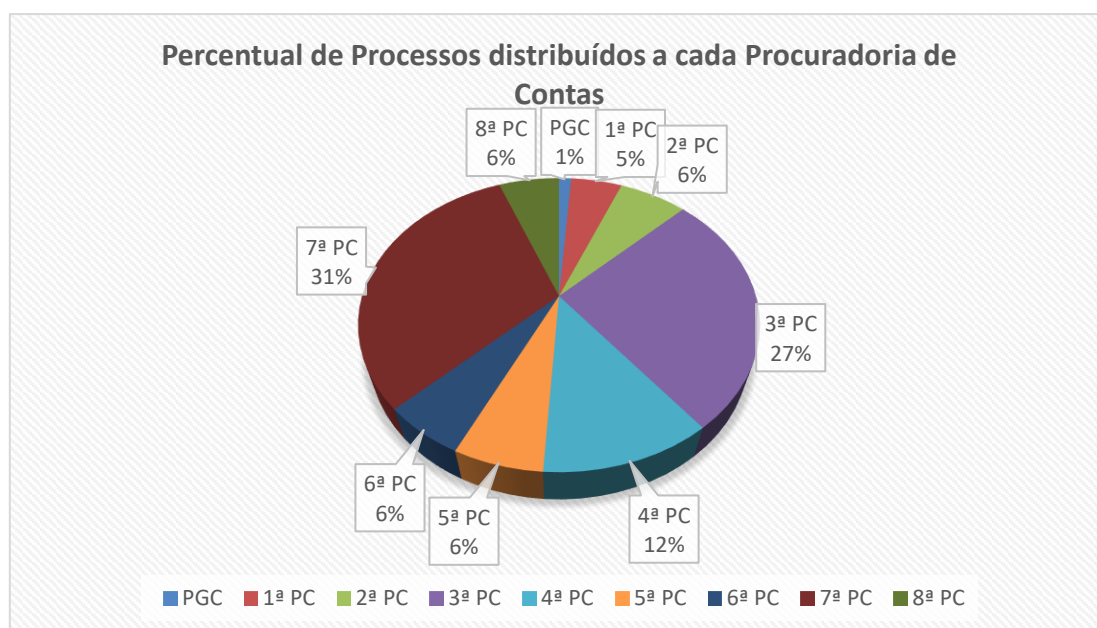
Com relação à Procuradoria-Geral de Contas, foram encaminhados processos de competência privativa do Procurador-Geral de Contas, cargo que está sendo ocupado pelo atual titular da 4ª Procuradoria de Contas, desde 01/03/2022.

Já com relação às Procuradorias de Contas, há equilíbrio proveniente do critério de equidade aplicado na distribuição processual, de maneira geral. As poucas divergências na quantidade de processos são decorrentes de algumas variáveis como: ausência de membros titulares em virtude do gozo de férias, licenças ou outras, nas quais as procuradorias não possuíram substituto, assim como a substituição do PGC no exercício da Chefia do Órgão. Não se aplicando aos processos “de retorno”.

Com o advento da Lei Complementar nº 151, de 15 de junho de 2022, foi atualizada a Lei Orgânica do MPC-PA, na qual, em seu art. 4-A, ficou determinado que o PGC deveria nomear um Subprocurador-Geral de Contas para substituí-lo, bem como para exercer as funções e atribuições que lhe forem delegadas. Com isso, a procuradoria de titularidade do nomeado Subprocurador-Geral (atualmente a 5ª Procuradoria de Contas) fica excluída da distribuição processual nos casos em que a substituição for igual ou superior a 5 (cinco) dias.

O gráfico a seguir demonstra a proporcionalidade do valor total de processos distribuídos entre as Procuradorias de Contas:

Gráfico 5 – Percentual de Processos distribuídos a cada Procuradoria de Contas do MPC-PA em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

1.3. Discriminação do volume de processos por classe

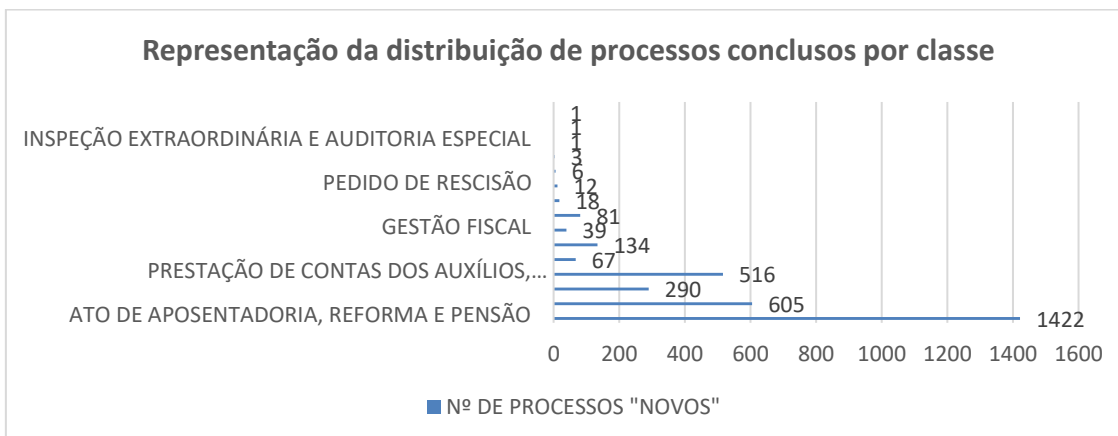
Os processos submetidos à análise do MPC-PA cumprem a classificação disposta no art. 50 do Regimento Interno do TCE-PA (Ato nº 62/2012), sendo assim o volume de processos concluídos abrangeu as categorias abaixo:

Tabela 4 – Volume de processos concluídos por classe no MPC-PA em 2022.

VOLUME DE PROCESSOS CONCLUÍDOS POR CLASSE	
Período de janeiro a dezembro de 2022	
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1
CONSULTA	1
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDITORIA ESPECIAL	1
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	3
DEMAIS PROCESSOS	6
PEDIDO DE RESCISÃO	12
DENÚNCIA	18
GESTÃO FISCAL	39
RECURSO	67
REPRESENTAÇÃO	81
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	134
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	290
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES OU SUBVENÇÕES CONCEDIDAS PELO ESTADO	516
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	605
ATO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1.422
TOTAL	3.196

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Gráfico 6 – Representação gráfica da distribuição de processos concluídos no MPC-PA, por classe, em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Do total de 3.196 processos finalísticos, constatou-se que 2.027 correspondem a processos de atos sujeitos a registro (admissão de pessoal, aposentadoria, reforma e pensão), ou seja, **63,4%** dos processos distribuídos.

Ao realizar análise comparativa entre os exercícios de 2021 e 2022, nota-se que:

- I- Houve um aumento considerável no volume de processos das classes de ato de admissão de pessoal, prestação de contas de auxílios, contribuições ou subvenções concedidas pelo Estado e tomada de contas especial;
- II- O número processos de prestação de contas dos administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos, representação, recursos e denúncia dobrou;
- III- Houve decréscimo no número de processos de consulta, inspeção extraordinária e auditoria fiscal, pedido de rescisão e atos de aposentadoria, reforma e pensão.

Na tabela e gráfico a seguir, consta a representação das variações expostas:

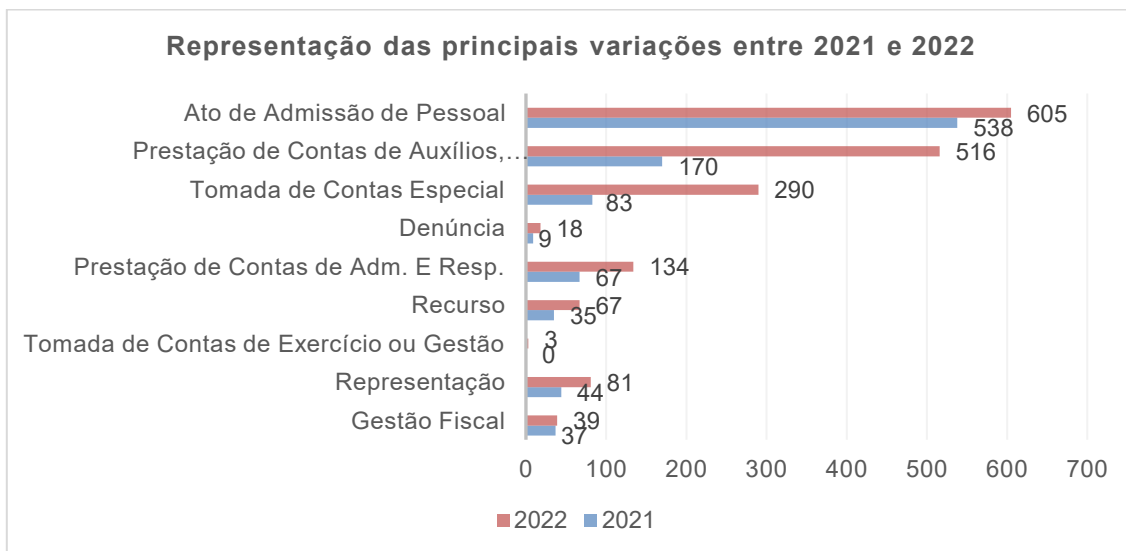
tabela 5 – Comparativo do volume de processos distribuídos no MPC-PA, por classe, nos anos de 2021 e 2022.

VOLUME DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS POR CLASSE EM 2021 E 2022		
CLASSES PROCESSUAIS	EXERCÍCIOS	
	2021	2022
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO	1	1

CONSULTA	3	1
INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDITORIA ESPECIAL	4	1
TOMADA DE CONTAS DE EXERCÍCIO OU GESTÃO	0	3
DEMAIS PROCESSOS	12	6
PEDIDO DE RESCISÃO	19	12
DENÚNCIA	9	18
GESTÃO FISCAL	37	39
RECURSO	35	67
REPRESENTAÇÃO	44	81
PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS	67	134
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	83	290
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES OU SUBVENÇÕES CONCEDIDAS PELO ESTADO	170	516
ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL	538	605
ATO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO	1.474	1.422
TOTAL	2.496	3.196

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Gráfico 7 – Representação das principais variações entre os processos distribuídos no MPC-PA, por classe, em 2021 e 2022.



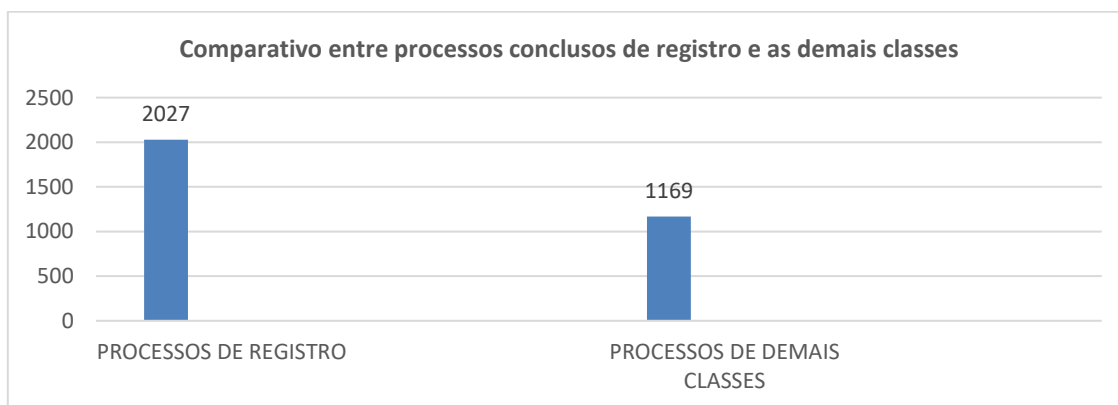
FONTE: Relatório da Corregedoria-Geral do MPC-PA (Exercício 2021).

2. Atuação como *Custus Legis*

2.1. Processos de Registro

Conforme exposto, os processos de registro são os que vêm ocupando parcela cada vez maior do quantitativo de feitos, estando a proporcionalidade em relação às demais classes de processo representada no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Representação do volume comparativo entre processos concluídos de registro e as demais classes de processos distribuídos no MPC-PA em 2022.

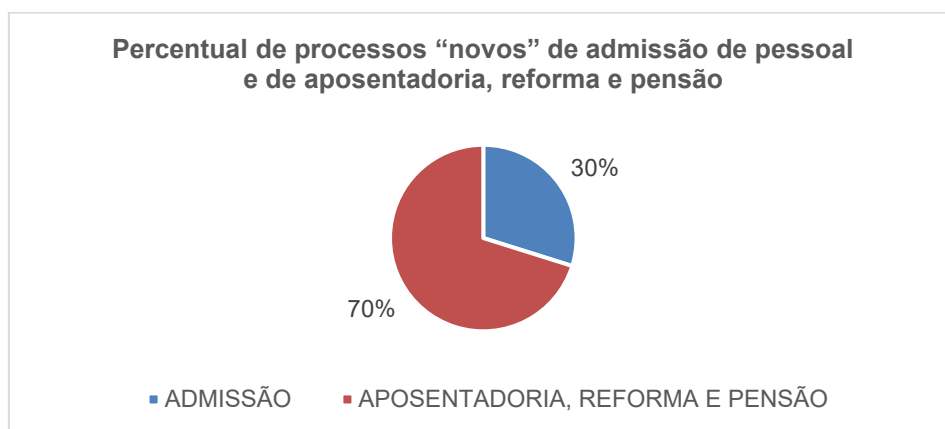


FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Com relação a essa categoria processual, ressalta-se, que a partir do dia 01/03/2022, ocorreu a distribuição exclusiva às 3ª e 7ª Procuradorias, conforme o disposto no art. 1º, §1º da Resolução nº 03/2022 – MPC-PA – Colégio, revogando a Resolução nº 01/2021 – MPC-PA – Colégio, que outorgava a distribuição dos referidos processos à 4ª e 7ª Procuradorias.

Ademais, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Processual, dos 2.027 (dois mil e vinte e sete) processos concluídos de registro, foram 1.422 (mil quatrocentos e vinte e dois) processos referentes a Atos de aposentadoria, reforma e pensão, já 605 (seiscentos e cinco) referentes a Ato de Admissão de Pessoal. Consta a seguir a representação gráfica dos dados apresentados:

Gráfico 9 – Representação do percentual de processos “novos” de admissão de pessoal e de aposentadoria, reforma e pensão distribuídos no MPC-PA em 2022.

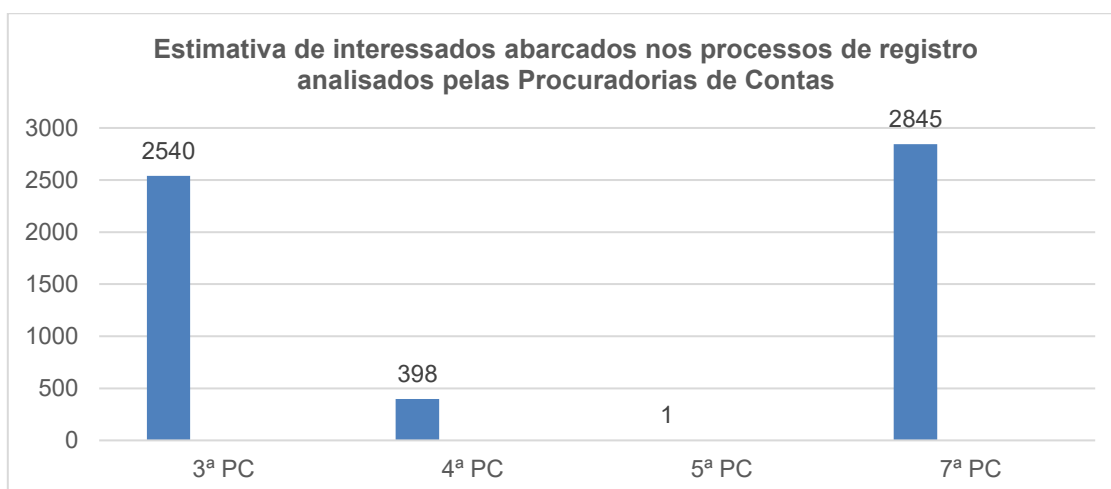


FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Ainda sobre os processos de registro, de acordo com as informações apresentadas pelas Procuradorias de Contas específicas, foi analisada a legalidade de atos passíveis de registro pelo TCE-PA, abrangendo cerca de 6.000 (seis mil) interessados.

O gráfico a seguir possui a finalidade de expor a quantidade estimada de interessados envolvidos nos processos de registro analisados, de cada Procuradoria de Contas competente. Veja-se:

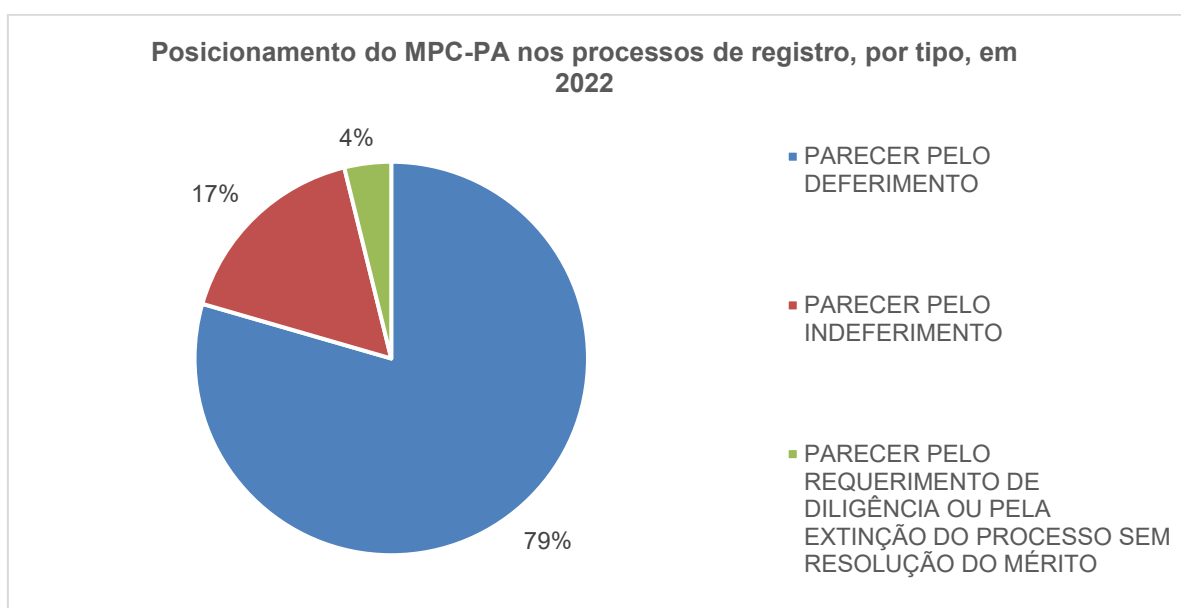
Gráfico 10 – Representação do número estimado de interessados abarcados nos processos de registro analisados pelas Procuradorias de Contas específicas no MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Desse número total de interessados, o Ministério Público de Contas opinou pelo deferimento de 79% dos casos e pelo indeferimento em 17%, restando 4% relativo à quantidade de interessados em que foram solicitadas diligências ou que houve manifestação pela extinção dos processos, sem a resolução do mérito, conforme o disposto no art. 4 da Resolução nº 18.990/2028 do TCE-PA. O seguinte gráfico expõe as informações quanto aos dados apresentados:

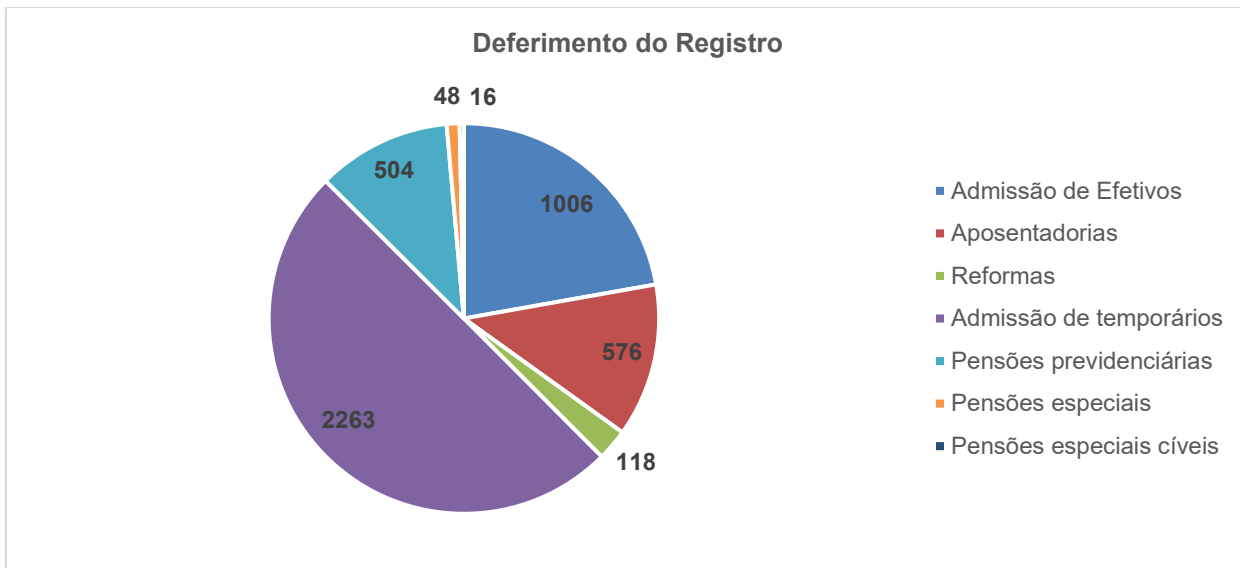
Gráfico 11 – Posicionamento do MPC-PA nos processos de registro, por tipo, em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

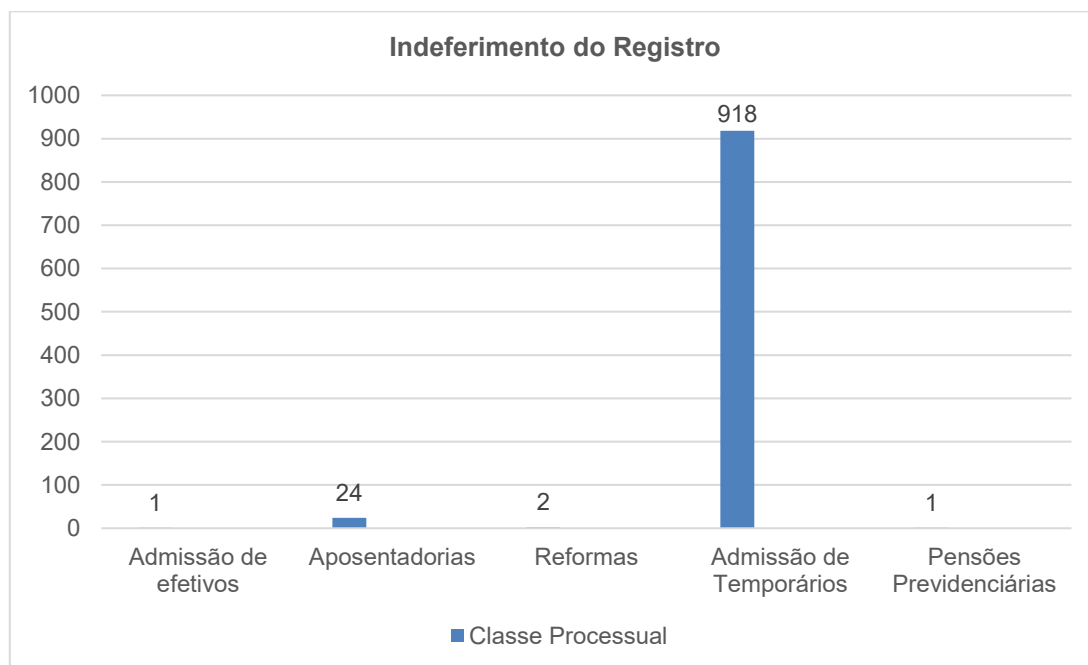
Os dados estimados pelas Procuradorias de Contas permitem definir o quantitativo apreciado de interessados, por tipo de processo, tanto para manifestações pelo deferimento, quanto para aquelas em que houve a negativa dos registros, como exposto a seguir:

Gráfico 12 – Número de interessados abarcados nos pareceres pelo deferimento emitidos nas diversas classes de processos de registro distribuídos para o MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

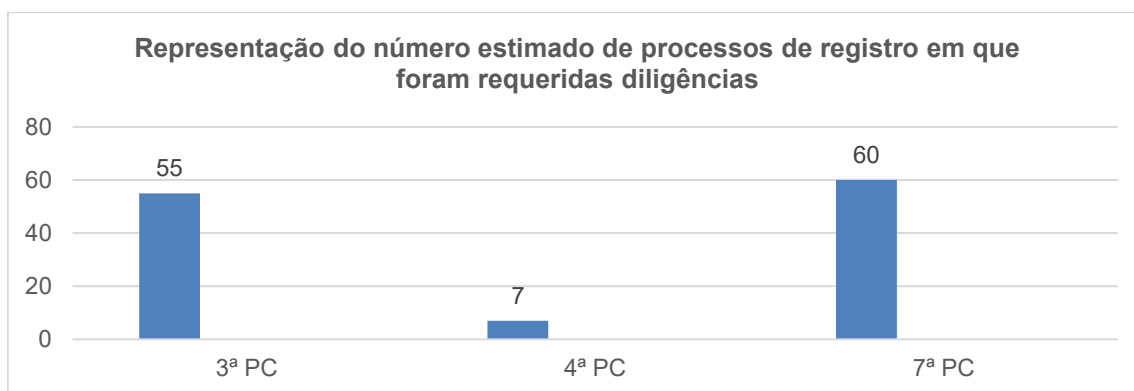
Gráfico 13 – Número de interessados abrangidos nos pareceres pelo indeferimento emitidos nas diversas classes de processos de registro distribuídos para o MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Portanto, conforme os dados transmitidos pelas Procuradorias de Contas, tem-se que foram requeridas diligências em 122 (cento e vinte e dois) processos de registro, com a finalidade de esclarecer circunstâncias fáticas antes da análise do mérito sobre a legalidade ou não dos atos sujeitos a registro. Tal quantitativo encontra-se disposto no gráfico a seguir disposto conforme a Procuradoria requerente:

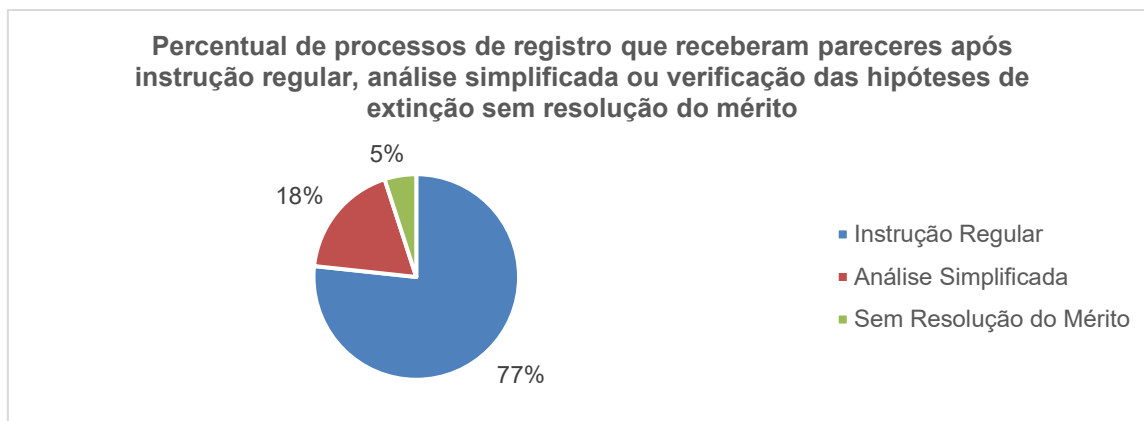
Gráfico 14 - Número de processos de registro em que foram requeridas diligências no MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Nos processos de registro, identificou-se que 77% dos processos tiveram pareceres emitidos após instrução regular, 18% passaram por análise simplificada e apenas 5% foram extintos sem a resolução do mérito. O gráfico abaixo demonstra com maior clareza essa situação:

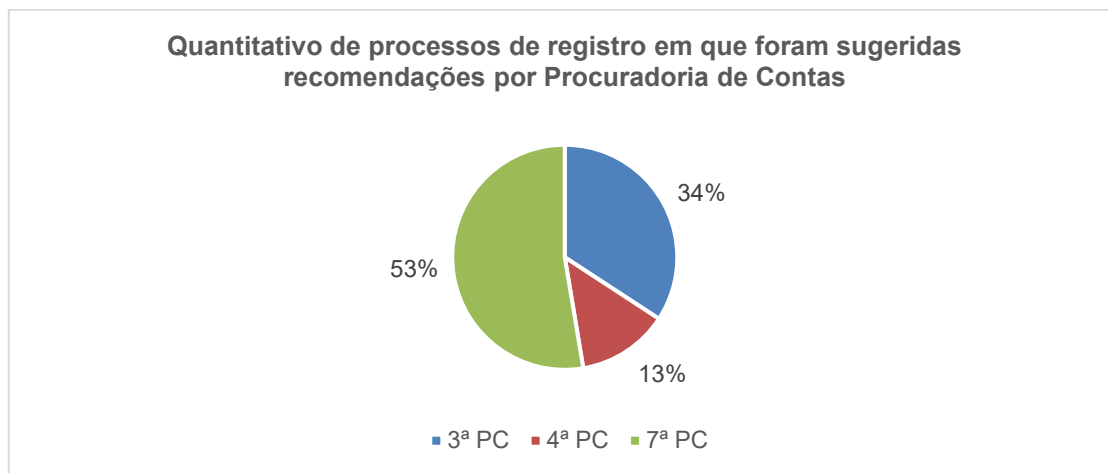
Gráfico 15 – Representação do percentual de processos de registro que receberam pareceres após instrução regular, análise simplificada ou verificação das hipóteses de extinção sem resolução do mérito no MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

No total, foram feitas 38 (trinta e oito) recomendações nos processos de registro, tendo sido 13 (treze) pela 3ª Procuradoria de Contas, 5 (cinco) pela 4ª e 20 (vinte) pela 7ª Procuradoria. A representação gráfica da providência mais proposta, por Procuradoria de Contas, é a seguinte:

Gráfico 16 – Quantitativo de processos de registro distribuídos no MPC-PA em que foram sugeridas recomendações por Procuradoria de Contas em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

2.2. Processos de Contas

Ainda que não integrem os processos de maior número distribuídos neste *Parquet*, os processos referentes às prestações e tomadas de contas detêm grande importância nas atividades de controle externo pelo fato de compreenderem a aplicação de recursos públicos de alto valor.

Com fundamento nos dados fornecidos pela Secretaria Processual, 943 (novecentos e quarenta e três) processos que ingressaram no MPC-PA, no ano de 2022, foram “processos de contas”, relativos a:

- prestações de contas de auxílios, contribuições e subvenções, repassados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos jurídicos congêneres;
- prestações de contas de administradores e responsáveis pela gestão de recursos públicos do Estado, assim como os fundos;
- tomadas de contas especiais e

- tomadas de contas de exercício ou gestão.

Segundo informações transmitidas pelas Procuradorias de Contas, foram analisados processos de contas envolvendo um total de recursos públicos de aproximadamente **81,6 bilhões de reais**, conforme demonstrado na tabela:

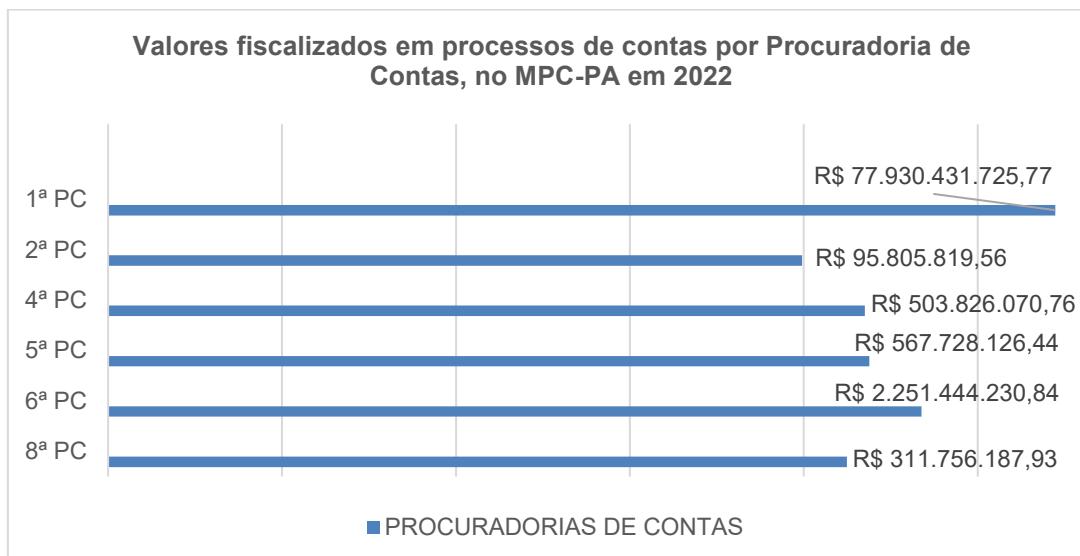
Tabela 6 – Consolidação dos valores fiscalizados por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.

Procuradorias	Valor global analisado
1ª Procuradoria	R\$77.930.431.725,77
2ª Procuradoria	R\$95.805.819,56
4ª Procuradoria	R\$503.826.070,76
5ª Procuradoria	R\$567.728.126,44
6ª Procuradoria	R\$2.251.444.230,84
8ª Procuradoria	R\$311.756.187,93
TOTAL	R\$81.660.992.161,30

FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Adiante, tem-se a representação gráfica dos valores analisados por Procuradoria de Contas. Vale destacar, que os valores referentes às 3ª e 7ª PC não se encontram dispostos na tabela, em virtude de essas serem procuradorias que analisam exclusivamente processos de atos sujeitos a registro, nos quais não é aferido o montante de recursos envolvidos. Pela análise de tais números, fica patente a enorme relevância institucional da atuação do Ministério Público de Contas na fiscalização de tais processos, devido aos valores significativos que representam.

Gráfico 17 – Valores fiscalizados em processos de contas por Procuradoria de Contas, no MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Desse total analisado, este *Parquet* emitiu pareceres pela imputação de débitos aos responsáveis nos casos em que identificou ter ocorrido a prática de atos de gestão ilegal, ilegítima ou antieconômica que resultaram em dano ao erário.

Além disso, várias sanções administrativas e pecuniárias relacionadas às condutas consideradas irregulares também foram solicitadas pelo MPC-PA.

Segue tabela que expõe as providências sancionatórias pugnadas por este órgão ministerial:

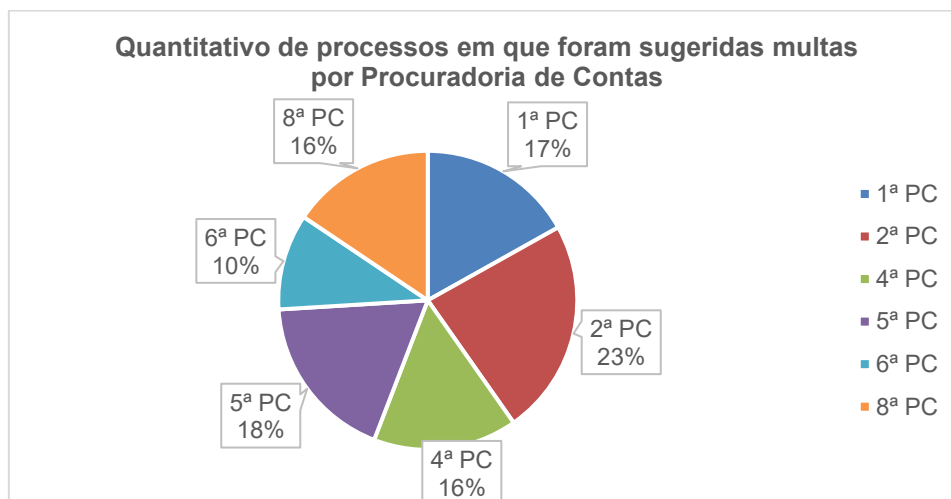
Tabela 7 – Providências sancionatórias propostas pelo MPC-PA nos processos de contas em 2022.

PROVIDÊNCIAS SANCIONATÓRIAS PROPOSTAS	
NATUREZA	Nº DE PROCESSOS
Multas	86
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança	2

FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Tendo em vista que as multas foram as providências sancionatórias mais requeridas, a quantidade de multas requeridas por procuradoria encontra-se representada no gráfico abaixo:

Gráfico 18 – Quantitativo de processos em que foram sugeridas multas por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Vale ressaltar que o número de multas foi relativamente baixo em relação ao volume de processos de contas analisados em decorrência de que, em grande parte dos casos, as multas já estarem atingidas pelo instituto da prescrição, devido ao transcurso de prazo superior a cinco anos entre a prática dos atos sujeitos à multa e o julgamento do processo.

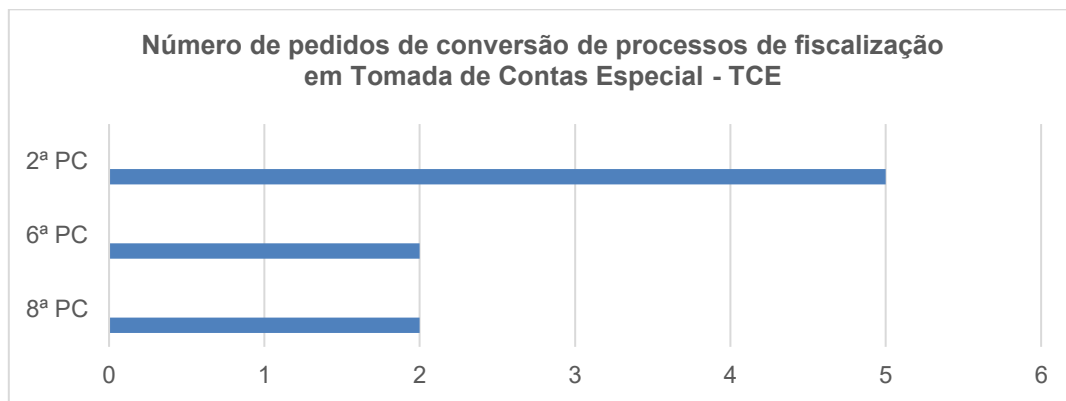
2.3. Processos de Fiscalização

Nos processos de fiscalização, estão abrangidos os levantamentos, auditorias, inspeções, acompanhamentos e monitoramentos e ainda as representações e denúncias em que o MPC-PA exarou parecer no papel de *custus legis*.

No ano de 2022, foram analisados 51 (cinquenta e um) processos deste tipo no MPC-PA, sendo que em 9 (nove) deles houve o pedido de conversão em Tomada de Contas Especial (TCE), o que indica que a situação era de maior gravidade, e em 8 (oito) casos, houve a expedição de

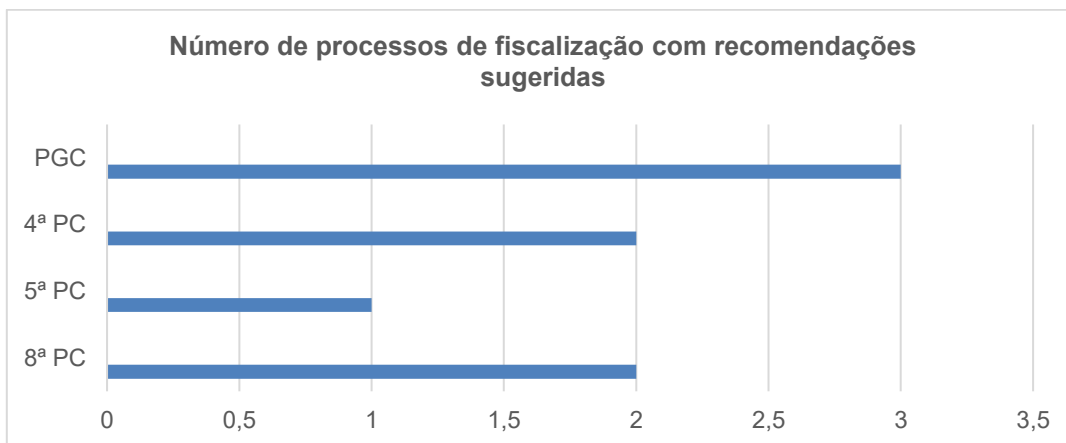
recomendações. A representação gráfica das providências requeridas, por Procuradoria de Contas, é a seguinte:

Gráfico 19 – Número de pedidos de conversão de processos de fiscalização em Tomada de Contas Especial (TCE) analisados pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

Gráfico 20 – Número de processos de fiscalização com recomendações sugeridas pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022.



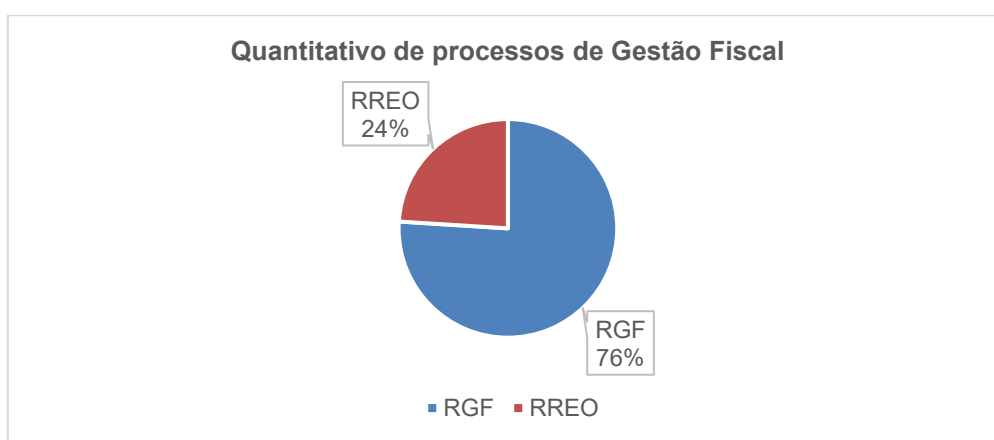
FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

2.4. Processos de Gestão Fiscal

Com relação aos processos dessa natureza, que possuem a finalidade de verificar o cumprimento das normas relacionadas à gestão do

Estado, especificamente aquelas dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), implicados os processos concernentes ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), assim como, ao acompanhamento e avaliação das leis orçamentárias, apurou-se que, em 2022, foram 25 (vinte e cinco) processos deste tipo analisados, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

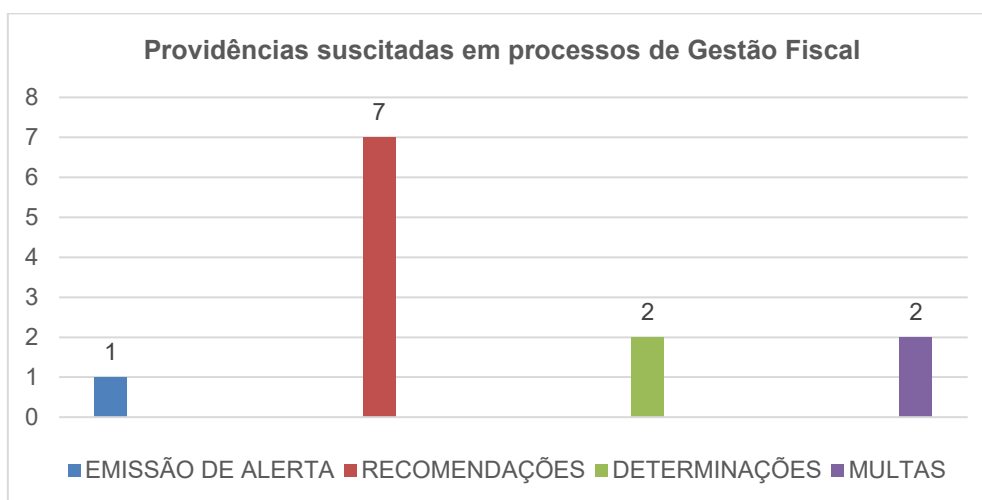
Gráfico 21 – Quantitativo de processos de Gestão Fiscal analisados pelo MPC-PA, por tipo, em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

O gráfico a seguir demonstra o quantitativo referente às providências suscitadas nos processos de Gestão Fiscal analisados:

Gráfico 22 – Providências suscitadas em processos de Gestão Fiscal analisados pelo MPC-PA em 2022.



FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias.

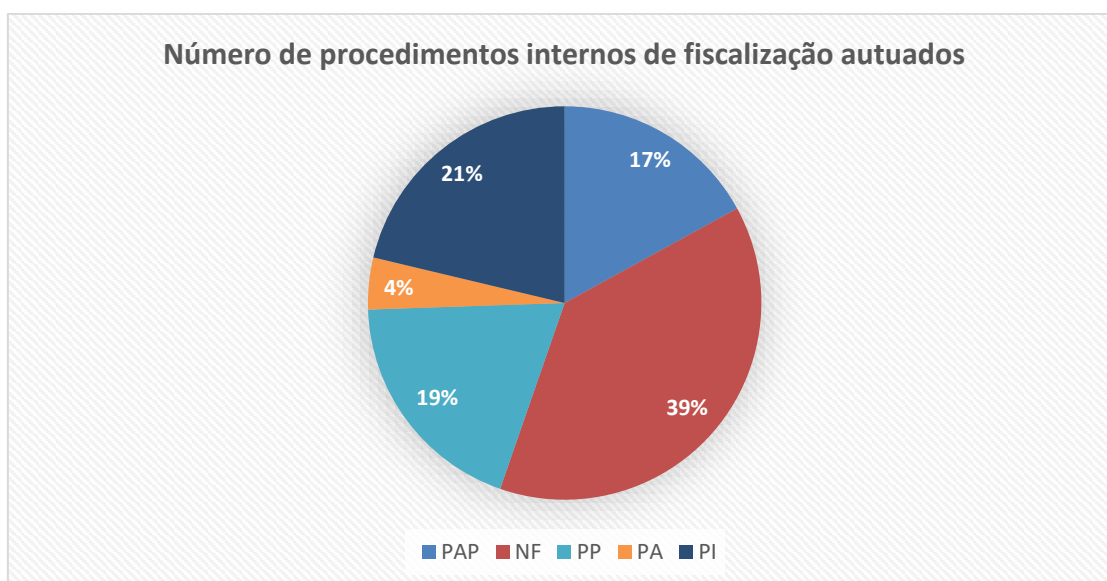
3. Atuação Proativa

3.1. Processos administrativos internos de fiscalização

No ano de 2022, este *Parquet* publicou a Resolução nº 20/2022 – MPC-PA – Colégio, revogando as Resoluções nº 07/2017 e 03/2020, substituindo os Procedimentos Apuratórios Preliminares (PAP's) e as Notícias de Fato (NF's) e com a finalidade de regulamentar os novos processos administrativos internos de fiscalização. Restou definido como procedimentos: o Procedimento Informativo (PI), o Procedimento Preliminar (PP) e o Procedimento de Acompanhamento (PA).

Levando em consideração que a Resolução supracitada somente entrou em vigor na data de 31 de agosto de 2022, ainda houve a instauração de PAP's e NF's. Depois desta data, os procedimentos mudaram de denominação e de categorias. De acordo com informações obtidas no Relatório da Secretaria Processual, ao longo de 2022 foram atuados 47 (quarenta e sete) procedimentos fiscalizatórios internos, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 23 – Número de procedimentos internos de fiscalização atuados no MPC-PA em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Vale ressaltar que a Resolução nº 07/2022 incluiu o artigo 2º-A e parágrafo único na Resolução nº 03/2022, que trata acerca da distribuição processual entre as Procuradorias deste *Parquet*, definindo que a procuradoria cujo titular seja o coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) ficará atribuída a “desenvolver a atividade proativa necessária a implementação dos produtos do CAO, em especial a fiscalização de transparência, a fiscalização dos programas orçamentários prioritários”.

Desta forma, as estatísticas acerca destes procedimentos serão de maior quantidade da 1ª Procuradoria de Contas, em decorrência da referida resolução.

Tabela 8 – Notícias de Fato recebidas e processadas no MPC-PA em 2022 (até 31/08/2022).

NF's recebidas e processadas pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022	
Procuradoria de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	1
2ª PC	4
3ª PC	1
4ª PC	2
5ª PC	2
6ª PC	4
7ª PC	2
8ª PC	2
Total	18

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Tabela 9 – Procedimentos Apuratórios Preliminares – PAP's instaurados no MPC-PA em 2022 (até 31/08/2022).

PAP's instaurados no MPC-PA em 2022	
Procuradorias de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	8
Total	8

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Tabela 10 - Procedimentos Informativos – PI's instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).

PI's recebidas e processadas pelo MPC-PA, por Procuradoria de Contas, em 2022	
Procuradoria de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	3
2ª PC	1
4ª PC	1
5ª PC	1
6ª PC	2
8ª PC	2
Total	10

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Tabela 11 – Procedimentos Preliminares – PP's instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).

PP's instaurados no MPC-PA em 2022	
Procuradorias de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	9
Total	9

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

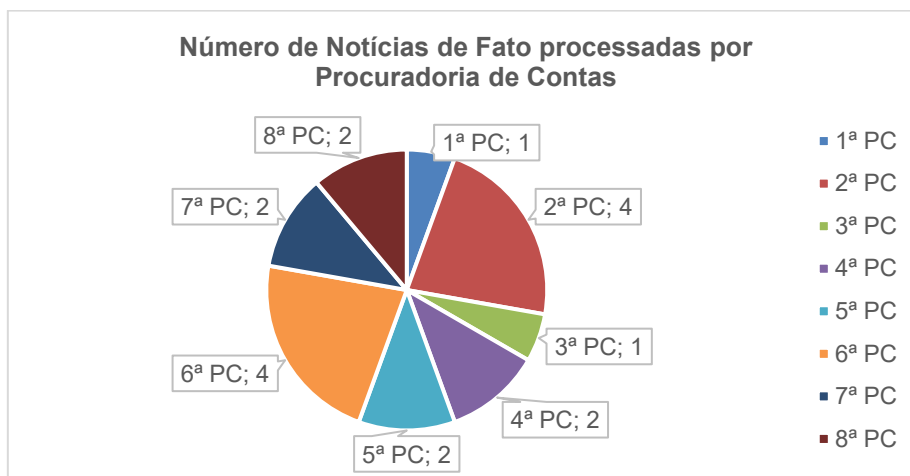
Tabela 12 – Procedimentos de Acompanhamento – PA's instaurados pelo MPC-PA em 2022 (a partir de 31/08/2022).

PA's instaurados no MPC-PA em 2022	
Procuradorias de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	1
8ª PC	1
Total	2

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

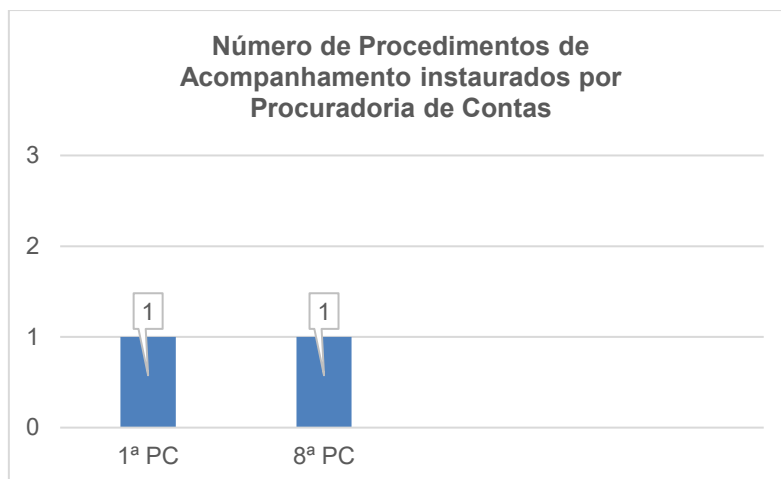
As NF's, PA's e PI's processados pelas Procuradorias de Contas constam graficamente representados a seguir:

Gráfico 24 – Número de Notícias de Fato processadas por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.



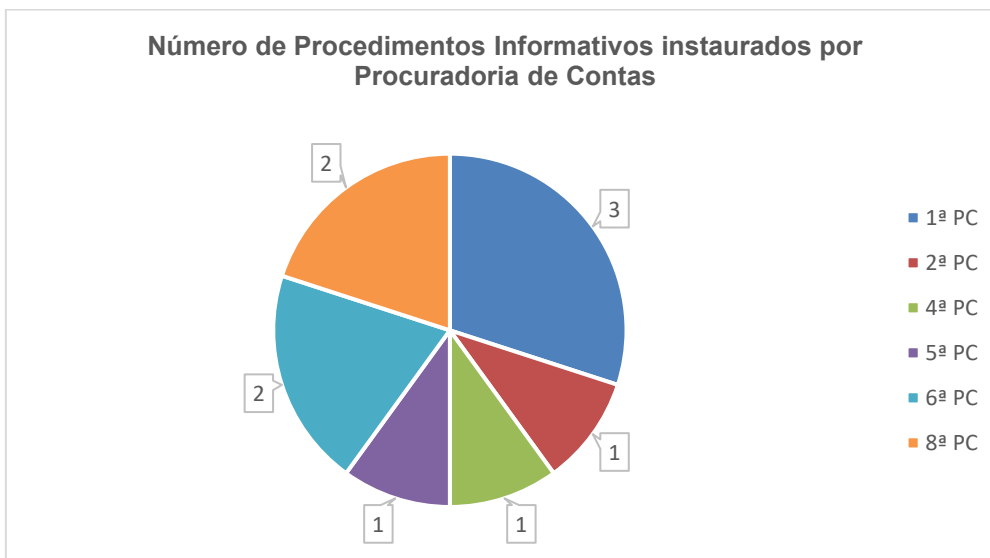
FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Gráfico 25 – Número de Procedimentos de Acompanhamento instaurados por Procuradoria de Contas no MPC-PA, em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Gráfico 26 – Número de Procedimentos Informativos instaurados por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022.



FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

Outro ponto que merece ser mencionado é que como a regulamentação e até a nomenclatura destes procedimentos mudou em meados do ano, não é possível fazer a comparação destes números com a produção de anos anteriores.

3.2. Representações

No que tange às representações perante o Tribunal de Contas, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e/ou ilegalidades na utilização dos recursos estaduais, o MPC-PA apresentou o seguinte quantitativo:

Tabela 13 – Representações propostas pelo MPC-PA em 2022.

Representações propostas pelo MPC-PA em 2022	
Procuradorias de Contas (PC)	Quantidade
1ª PC	2
8ª PC	2
Total	4

FONTE: Site do MPC-PA (<http://www.mpc.pa.gov.br/atividade-fim/representacoes>) e Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias de Contas.

4. Prescrição

Com relação ao instituto da prescrição, o STF, na ADI nº 5509, consolidou o entendimento de que a Constituição não impõe a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, que tramitam nos Tribunais de Contas.

No mesmo sentido da Suprema Corte, o TCU editou a Resolução nº 334, em 11 de outubro de 2022, estabelecendo critérios e procedimentos para exame da prescrição e regulamentando os efeitos no processo de controle externo, colocando fim às controvérsias acerca da (im)possibilidade da prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva no âmbito dos Tribunais de Contas.

A referida resolução fixou que a prescrição das pretensões punitivas e de ressarcimento deve observar o disposto na Lei nº 9.873, de 23 novembro de 1999, na forma aplicada pelo STF, em especial na ADI nº 5509, exceto na apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas ou pensões.

A Lei nº 9.873/1999 estabelece que prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado, no entanto, o STF na ADI nº 5509, entendeu que o estabelecimento da data da ocorrência do fato como termo inicial do prazo quinquenal, mostra-se além de prejudicial ao interesse público de fiscalização das contas, incompatível como regime federal de controle externo, entendendo que o prazo prescricional a ser adotado deve ser da data em que as contas deveriam ter sido prestadas, no caso de omissão do dever de prestar contas.

Em virtude de não haver legislação específica quanto a prescrição e pelo extenso decurso de tempo em que os processos ficam aguardando julgamento, foi sugerido por este *Parquet* a aplicação do disposto nos arts. 57 e 58 da Lei Orgânica do TCE-PA (LOTCE), que considera iliquidáveis as contas

em casos fortuitos ou de força maior, que sejam alheios à vontade do responsável, que tornem materialmente impossível julgar o mérito, tendo como consequência o trancamento das contas e o arquivamento do processo.

O TCE-PA bem como o MPC-PA, ao longo de 2022, tem aplicado o entendimento ora pacificado pelo STF e TCU, reconhecendo a prescrição quinquenal ou considerando as contas ilíquidáveis. No entanto, no presente relatório não foi possível mensurar a quantidade de processos que já estavam afetados pelo instituto da prescrição, pois não constava tal informação nas planilhas preenchidas por cada Procuradoria de Contas e nem no sistema DIPRO mas, a partir do exercício de 2023, com a utilização do novo DIPRO, será possível aferir e demonstrar esse quantitativo nos anos vindouros.

5. Glosas requeridas

Por intermédio das informações individualizadas prestadas pelas Procuradorias de Contas, foi possível efetuar o levantamento do montante de recursos públicos que, segundo a análise dos membros do MPC-PA, devem ser revertidos aos cofres estaduais. Na análise foram considerados os seguintes processos: Prestação de Contas dos Administradores e Responsáveis pela Gestão de Recursos Públicos Estaduais; Prestação de Contas dos Auxílios, Contribuições ou Subvenções concedidas pelo Estado; Tomada de Contas de Exercício ou Gestão e Tomada de Contas Especial, todos tramitados neste Parquet durante o ano de 2022, excluídas as contas do Governo do Estado, por abrangerem todo o orçamento estadual.

Foram desconsideradas, eventuais glosas sugeridas nos processos relativos aos “Recursos” em geral, por consistirem em desdobramentos processuais vinculados a um processo principal, cuja contabilização já restou contemplada.

Os processos das 3ª e 7ª Procuradorias de Contas, por serem específicos de análise de registro de pessoal, conforme citado anteriormente

neste relatório, também foram excluídos desta análise, uma vez que o conceito de glosa não é aplicável a estes tipos de processos.

A partir dessas premissas, tem-se os seguintes valores com requerimento de glosa por Procuradoria de Contas:

Tabela 14 – Valores com requerimento de glosa por Procuradoria de Contas no MPC-PA em 2022

VALORES COM REQUERIMENTO DE GLOSA POR PROCURADORIA DE CONTAS		
PROCURADORIAS DE CONTAS (PC)	VALOR GLOBAL ANALISADO	SUGESTÃO DE GLOSA
1ª PC	R\$77.930.431.725,77	R\$176.419.637,13
2ª PC	R\$95.805.819,56	R\$8.240.696,72
4ª PC	R\$503.826.070,76	R\$12.604.111,01
5ª PC	R\$567.728.126,44	R\$18.294.283,14
6ª PC	R\$2.251.644.230,84	R\$8.915.198,82
8ª PC	R\$311.756.187,93	R\$11.284.517,19
TOTAL	R\$ 78.242.187.913,70	R\$ 187.704.154,32

FONTE: Planilhas de controle de dados fornecidas pelas Procuradorias.

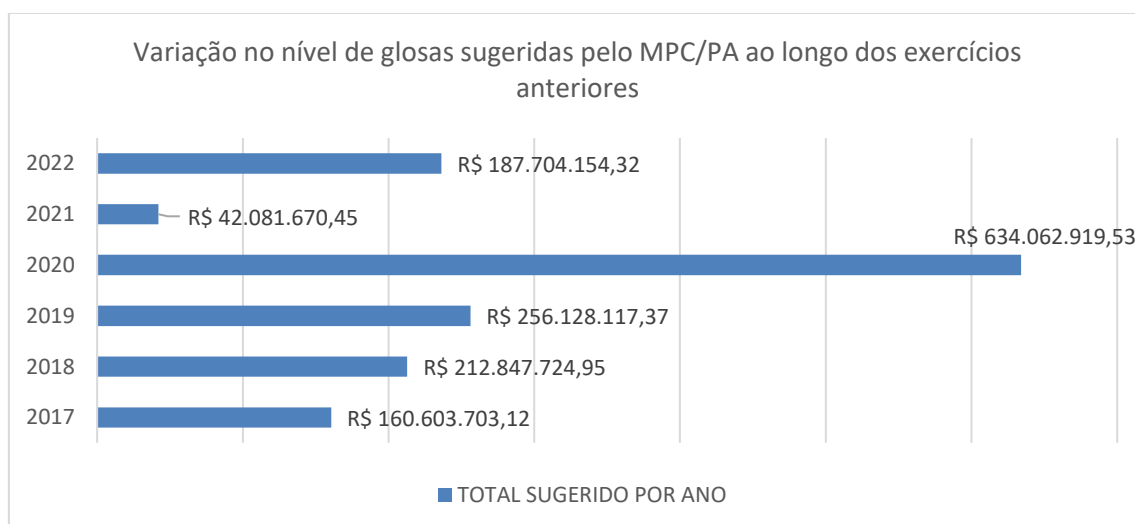
Denota-se, portanto, que da soma dos valores globais submetidos ao crivo fiscalizatório do MPC-PA, na importância de R\$ 78.242.187.913,70 (setenta e oito bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, cento e oitenta e sete mil, novecentos e treze reais e setenta centavos), **o montante de recursos públicos cuja análise resultou em requerimento de devolução ao Erário Estadual somou a quantia nominal de R\$ 187.704.154,32 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos).**

Vale ressaltar que a 1ª Procuradoria de Contas teve um elevado volume de valores analisados, em relação às demais procuradorias, devido às

suas atribuições englobarem os processos de prestações de contas anuais de exercício ou gestão e de tomadas de contas de exercício ou gestão, conforme previsão legal prevista nos termos do art. 2º - A da Resolução nº 03/2022 – MPC/PA – Colégio. Estas contas agregam os maiores valores do Orçamento público estadual, uma vez que envolvem os recursos de um ano de determinada secretaria ou órgão. E, por isso, a referida resolução destinou a análise deste tipo de contas ao membro titular do CAO, o qual dispõe de equipe técnica capacitada para auxiliar esta análise.

A seguir, faremos um comparativo do montante de glosas de 2022 com anos anteriores (2017 a 2021). No entanto, tal comparação deve ser analisada com cuidado. A variação no nível requerido de glosas, decorrente de diversos fatores, inclusive da esperada correta utilização dos recursos envolvidos, referente aos últimos exercícios, pode ser mais bem visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 27 – Variação no nível de glosas sugeridas pelo MPC-PA ao longo dos exercícios anteriores, no período de 2017 a 2022.



FONTE: Relatórios da Corregedoria-Geral do MPC-PA (Exercícios 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021)

Vale ressaltar que o ano de 2020 foi o da pandemia de COVID-19, com envio de grande quantitativo de recursos públicos, acompanhados de perto por

este órgão ministerial. Já em 2021, segundo o relatório de Corregedoria da época, cerca de 80% dos processos enviados para análise do MPC-PA foram de registro de pessoal, que não envolvem glosas. E em 2022, houve o novo entendimento do STF e do TCU acerca da prescrição quinquenal, o que atingiu numerosos processos no TCE-PA (e em todo Brasil), o que pode ter afetado também o montante de glosa requerido.

6. Execução de Acórdãos

Compete ao MPC-PA promover junto à Procuradoria Geral do Estado (PGE-PA), o ressarcimento devido ao erário estadual pelos débitos e multas fixados pelo TCE-PA, consoante estatui o art. 67 da Lei Orgânica daquela Corte (LC nº 081/2012), bem como o art. 11, III, da Lei Orgânica deste *Parquet* especializado (LC nº 09/1992).

Para dar cumprimento a tal mister, o MPC-PA depende da remessa, pelo TCE-PA, das decisões transitadas em julgado que possam dar ensejo à atuação da PGE-PA, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 09/2019-MPC-TCE-PGE-IEPTB, firmado em 05/11/2019, aditado pela primeira vez em 26/08/2020 e pela segunda vez em 05/11/2021, entre o MPC-PA, o TCE-PA, a PGE-PA e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos Brasil – Seção Pará.

Nesse contexto, este órgão ministerial encaminhou para a PGE-PA, para promover o ressarcimento, ao longo de 2022, de débitos no valor global de **R\$ 6.040.135,24 (seis milhões, quarenta mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos)**, além de multas no montante nominal total de R\$ 261.450,24 (duzentos e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos), constituídos em 45 (quarenta e cinco) acórdãos proferidos pela Corte de Contas. Veja-se:

Tabela 15 – Valores de débitos e multas enviados para execução pelo MPC-PA em 2022.

VALORES DE DÉBITOS E MULTAS ENVIADOS PARA EXECUÇÃO EM 2022		
Nº DE ACÓRDÃOS	DÉBITOS (R\$)	MULTAS (R\$)
45	R\$ 6.040.135,24	R\$ 261.450,24

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

É importante ratificar que há ainda do exercício de 2022, a ser enviado na primeira remessa de 2023, um lote de 65 (sessenta e cinco) títulos com débitos no valor total de R\$ R\$7.567.740,54 (sete milhões, quinhentos sessenta e sete mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) e multas no valor de R\$ R\$292.113,91 (duzentos e noventa e dois mil, cento e treze reais e noventa e um centavos), conforme relatório da Secretaria Processual de 2022. No entanto, como o presente relatório se refere apenas aos valores enviados para a PGE-PA para execução no exercício de 2022, este montante não foi incluído.

No tocante ao quantitativo de títulos executivos enviados para execução, confrontando-se os parâmetros atuais com os dos exercícios anteriores, denota-se excepcional redução, provavelmente devido à incidência do novo entendimento acerca da prescrição quinquenal nos processos de contas. No entanto, não há o levantamento preciso acerca da prescrição nos processos de contas distribuídos no MPC-PA, haja vista que tal informação não era computada nos sistemas e planilhas de estatísticas, conforme já referido anteriormente no presente relatório.

Tabela 16 – Número de Acórdãos do TCE-PA remetidos à PGE/PA para cobrança judicial pelo MPC-PA no período de 2017 a 2022.

NÚMERO DE ACÓRDÃOS DO TCE-PA REMETIDOS À PGE/PA PARA COBRANÇA JUDICIAL	
EXERCÍCIO	Nº DE ACÓRDÃOS
2017	321

2018	216
2019	134
2020	117
2021	64
2022	45
TOTAL	897

FONTE: Relatórios da Corregedoria-Geral do MPC relativos aos respectivos exercícios e Secretaria Processual do MPC-PA.

No que diz respeito às quantias de débitos e multas remetidas à PGE/PA, a partir de 2020, tendo em vista a mudança de sistemática havida entre os órgãos envolvidos, passou a ser possível estabelecer um comparativo entre os valores históricos encaminhados para execução, dado que, até 2019, o procedimento adotado por este *Parquet* era de envio de valores atualizados. É o que se pode verificar na tabela a seguir:

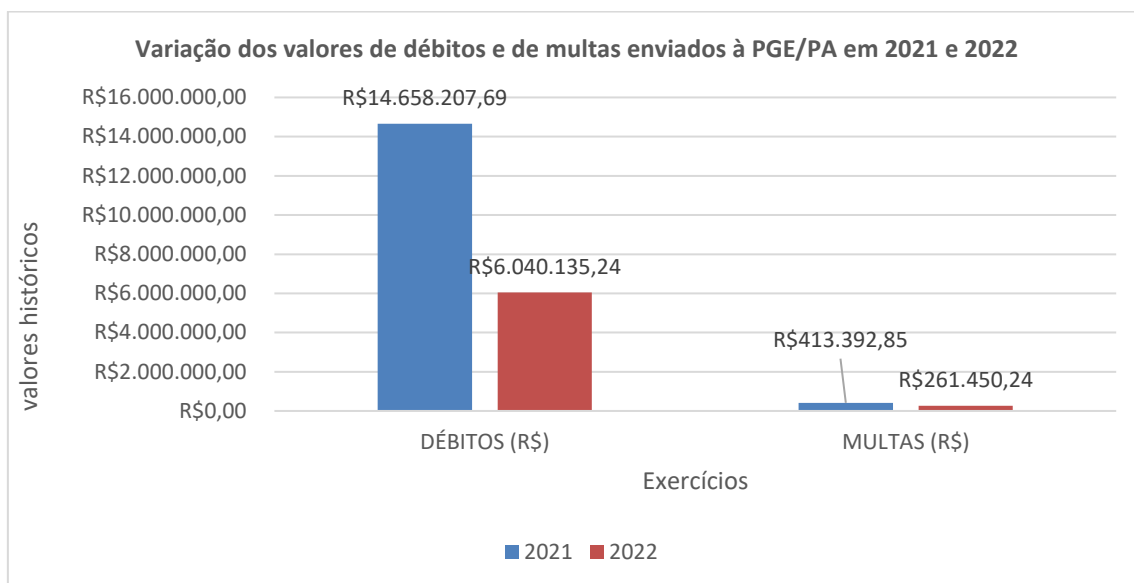
Tabela 17 – Comparativo dos valores históricos de débitos e multas remetidos à PGE-PA pelo MPC-PA em 2021 e 2022.

COMPARATIVO DOS VALORES HISTÓRICOS DE DÉBITOS E MULTAS NO ÚLTIMO BIÊNIO		
EXERCÍCIOS	DÉBITOS (R\$)	MULTAS (R\$)
2021	R\$ 14.658.207,69	R\$ 413.392,85
2022	R\$ 6.040.135,24	R\$ 261.450,24

FONTE: Relatórios da Corregedoria-Geral do MPC relativos aos respectivos exercícios e Secretaria Processual do MPC-PA.

Como se pode observar, houve a diminuição de número de títulos executivos enviados, com considerável diminuição do montante global envolvido. A variação de referidos valores, nos últimos exercícios, encontra-se assim representada:

Gráfico 28 - Variação dos valores de débitos e de multas enviados à PGE-PA pelo MPC-PA em 2021 e 2022.



FONTE: Relatórios da Corregedoria-Geral do MPC relativos aos respectivos exercícios e Secretaria Processual do MPC-PA.

Conforme já mencionado, tal diminuição tão significativa provavelmente é devida pelo novo entendimento do STF, TCU e também dos TCEs e MPCs de prescrição em 5 anos dos processos de contas, de forma que muitos dos processos em que seriam imputados multas e ressarcimento ao Erário, como ocorria nos anos anteriores, foram desconsiderados, por conta da ocorrência de prescrição, bem como as ações proativas intentadas por este *Parquet* de Contas de fiscalização, que implicou em considerável redução das execuções de Acórdãos. Ademais, há um lote de 65 acórdãos de 2022 que serão enviados no início de 2023, no valor de cerca de sete milhões de ressarcimento e quase trezentos mil reais em multas, o que deixaria o ano de 2022 com valores aproximados aos de 2021.

7. Atividades da Corregedoria

Nos dias 29 e 30 de agosto de 2022, a Associação Nacional dos Ministérios Públicos de Contas (AMPCON), com a coordenação da Corregedoria-Geral do MPC-PA, promoveu o 1º Encontro das Corregedorias e Ouvidorias de Contas. O evento teve a participação de Membros, Corregedores, Ouvidores e Servidores de várias regiões do Brasil.

O encontro foi muito importante para troca de experiências, compartilhamento de dificuldades e de boas práticas, sendo fundamental essa integração para o fortalecimento e incremento das atividades das Corregedorias e Ouvidorias.



FONTE: MPC-PA.



FONTE: Portal do TCE-PA (<https://www.tcepa.tc.br/comunicacao/noticias/6688-tce-para-prestigia-i-encontro-nacional-de-corregedorias-e-ouvidorias-do-mpc>).



FONTE: Portal do TCE-PA (<https://www.tcepa.tc.br/comunicacao/noticias/6688-tce-para-prestigia-i-encontro-nacional-de-corregedorias-e-ouvidorias-do-mpc>).

Logo a seguir deste evento, em setembro de 2022, foi criada a Rede de Corregedorias dos MPCs, tendo sido esta corregedora escolhida como coordenadora.

Além disso, a atual Corregedora-Geral, bem como seu antecessor até o mês de junho de 2022 participaram de diversas reuniões e encontros com outros Corregedores, a saber: do TCE-PA, do MPCM-PA, do TCM-PA, do Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), da Defensoria Pública do Estado do Pará e na participação de Rede de Corregedorias, capitaneada pelo Corregedor da GCU.

Vale destacar a participação em eventos promovidos pela Corregedoria do MPE-PA, nas cidades de Marabá e Castanhal em que os respectivos Corregedores-Gerais do MPC-PA à época proferiram uma palestra aos promotores de justiça, divulgando a importância e as atividades do MPC-PA, bem como estimulando a formação de parcerias e atuações conjuntas.



FONTE: Site MPC-PA (<http://www.mpc.pa.gov.br/noticia/detalhe/id/642/titulo/palestra-mpc-pa-papel-e-possibilidades-de-atuacao-integrada-com-o-mppa-e-apresentada-em-maraba>).



FONTE: MPC-PA.



FONTE: MPC-PA

8. Sessões Plenárias

Por fim, este MPC-PA, através, precipuamente de seu Procurador-Geral de Contas e/ou dos Procuradores de Contas definidos em escala de otimização dos trabalhos, participou de todas as sessões plenárias da Corte Estadual de Contas, no uso da competência descrita no inciso II do art. 11 de sua Lei Orgânica (LC nº 09/2012, na redação dada pela LC nº 106/2016).

Tal atribuição é condição compulsória de validade das deliberações do Tribunal, consoante ainda dispõe o art. 86 do Regimento Interno do TCE-PA (Ato nº 63/2012).

De tal modo, segundo informações colhidas pela Secretaria Processual, no decorrer do ano foram realizadas um total de 70 (setenta) sessões, sendo 69 (sessenta e nove) sessões de cunho ordinário e 1 (uma) de caráter extraordinário, nas quais foram pautados 3.036 (três mil e trinta e seis) processos, conforme tabela a seguir:

Tabela 18 – Número de Sessões Plenárias do TCE-PA e de processos pautados, com a participação do MPC-PA em 2022.

NÚMERO DE SESSÕES PLENÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO E DE PROCESSOS PAUTADOS		
TIPOS DE SESSÃO	SESSÕES	Nº DE PROCESSOS EM PAUTA
ORDINÁRIA	69	3.035
EXTRAORDINÁRIA	01	01
TOTAL	70	3.036

FONTE: Secretaria Processual do MPC-PA.

CONCLUSÃO

O objetivo do presente relatório foi consolidar as informações e atividades realizadas pelo MPC/PA ao longo do exercício de 2022, tais como: dados sobre a distribuição processual, quantitativo de processos recebidos por procuradoria, espécies de processos analisados, atuação como fiscal da lei, atuação proativa, glosas requeridas, execução de acórdãos e atividades da Corregedoria.

Conclui-se por meio dos dados apresentados que o MPC/PA vem cumprindo de forma eficaz e efetiva seu desiderato, seja na condição de *custus legis*, ou fiscalizando a correta aplicação dos recursos públicos em prol da sociedade, buscando sempre o aprimoramento dos mecanismos de controle, incremento da atuação proativa, capacitação de servidores, e a implementação de ferramentas tecnológicas, visando prevenir omissões e práticas contrárias ao interesse público, bem como a melhoria da gestão e das políticas públicas do Estado.

Ademais, verificou-se que foram analisados 3.196 processos, sendo 2.869 novos. No tocante aos processos de contas, o montante global fiscalizado foi de **R\$ 78.242.187.913,70 (setenta e oito bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, cento e oitenta e sete mil, novecentos e treze reais e setenta centavos)**, dos quais foram sugeridas glosas na importância de **R\$ 187.704.154,32 (cento e oitenta e sete milhões, setecentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos)**, a serem acrescidas dos devidos consectários legais.

No que diz respeito a prescrição, o ano de 2022, foi um ano de debates e reflexões acerca do assunto, até que o TCU por meio da Resolução 334/2022, estabeleceu que a prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória deve observar o prazo de 5 (cinco) anos, coadunado assim, seu entendimento ao do Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) e este Ministério Público de Contas, ainda não

emitiram normativo a respeito, o que deverá ser realizado em 2023, apesar de já se manifestarem favoravelmente à prescrição das multas.

Assim, esta Corregedoria-Geral, apresenta à sociedade o destacado trabalho de que se desincumbiram as Procuradorias de Contas no ano de 2022, ansiando por um 2023 ainda mais produtivo e de resultados muito mais expressivos e efetivos em sua imprescindível atuação perante o Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Belém/PA, 23 de fevereiro de 2023.

Deíla Barbosa Maia
PROCURADORA DE CONTAS
Corregedora-Geral do MPC-PA

ANEXO V

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2022 CEAF



COMPOSIÇÃO

Danielle Fátima Pereira da Costa

Diretora

Silaine Karine Vendramin

Vice Diretora

Assessoria Técnica e Administrativa

Rogério Couto Felipe – Assessor Administrativo

João Quemel Lira Júnior - Analista Ministerial

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	285
2 – EVENTOS PROMOVIDOS PELO CEAF	287
3 – INFORMATIVOS DE CURSOS	291
4 – AVALIAÇÃO DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA	293
5 – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	293
5.1 PALESTRA DE ELABORAÇÃO DE PRÉ-PROJETO PARA MESTRADO PROFISSIONAL .	293
5.2 PESQUISA DE INTERESSE NA CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL.....	295
6 – CONTRATAÇÕES DE CURSOS EXTERNOS.....	296
6.1 DESAFIOS PRÁTICOS PARA APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021	296
6.2 A PRESCRIÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.....	299
6.3 AUDITORIA GOVERNAMENTAL	299
7 – AQUISIÇÃO DE LIVROS	299
8 – LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS DE TREINAMENTO	300
9 – PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO	302
10 – PLANO ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES - PACC	302
11 – CADASTRO PERMANENTE DO CORPO DOCENTE INTERNO	304
12 – REGULAMENTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA	304
13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305

1 - INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF é um instrumento de execução da Política Educacional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA que tem por objetivo consolidar, de forma objetiva, as atividades que foram desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2022, visando ao aprimoramento e capacitação de membros e servidores da instituição e dará publicidade as ações realizadas pelo centro no ano anterior a sua publicação, conforme determinam o inciso II do art. 9º e o art. 18 da Resolução nº 06/2023 – MPC/PA – Colégio.

Nesse contexto, as informações colacionadas visam a demonstrar um processo estruturado de capacitação, com dados estatísticos concretos que permitem identificar as necessidades dos membros e servidores, para um melhor aproveitamento das ações, viabilizando o aperfeiçoamento do indivíduo de forma sistêmica (genérico, técnico e gerencias), buscando também a melhoria dos serviços prestados à sociedade e permitindo um planejamento eficaz das próximas gestões do CEAF.

Elaborado de acordo com as diretrizes do Plano de Capacitação dos Membros e Servidores do MPC/PA (2019/2024), os dados apresentados neste relatório têm como fundamento as ações planejadas em 2021 e executadas no ano de 2022, bem como as ações demandadas durante o ano de referência deste documento.

Além disso, este relatório apresenta o resultado da consulta realizada, via memorando, junto aos departamentos e procuradorias do MPC/PA no final do segundo semestre de 2022, o qual prospecta sugestões temáticas a serem abordadas nas capacitações planejadas pelo CEAF em 2023, permitindo uma atuação democrática e mais direcionada à realidade e às necessidades dos membros e servidores do órgão.

Conforme já ocorrido em anos anteriores, o engajamento e a colaboração do CEAF/MPC e demais setores do órgão, em especial PGC, DTIT e DECOM, foram essenciais para o êxito de tudo o que foi realizado, mostrando-nos que a tecnologia e o trabalho em conjunto são essenciais para o cumprimento da missão institucional atribuída ao CEAF.

A programação de atividades para o ano de 2023 consistiu em palestras/cursos/treinamentos mensais, voltadas a todos os membros e servidores do órgão, acerca de temas variados e referentes aos Eixos de Desenvolvimento previstos no



Plano de Capacitação dos Membros e Servidores do MPC/PA (2019/2024), quais sejam: Gerencial Técnico e Genérico.

Assim, o presente relatório traduz a importância de um constante processo de aprimoramento das capacidades funcionais dos atores do MPC/PA, tudo com vistas a proporcionar a excelência dos serviços prestados à sociedade.

Não podemos deixar de mencionar que, sem o apoio de todos os envolvidos, não seria possível concretizar as ações de capacitação planejadas para o ano de 2022, razão pela qual registramos nossos sinceros agradecimentos àqueles que fizeram parte desse trabalho, colaborando para o sucesso das atividades desenvolvidas pelo CEAF.

Belém, 17 de março de 2023.

Danielle Fátima Pereira da Costa

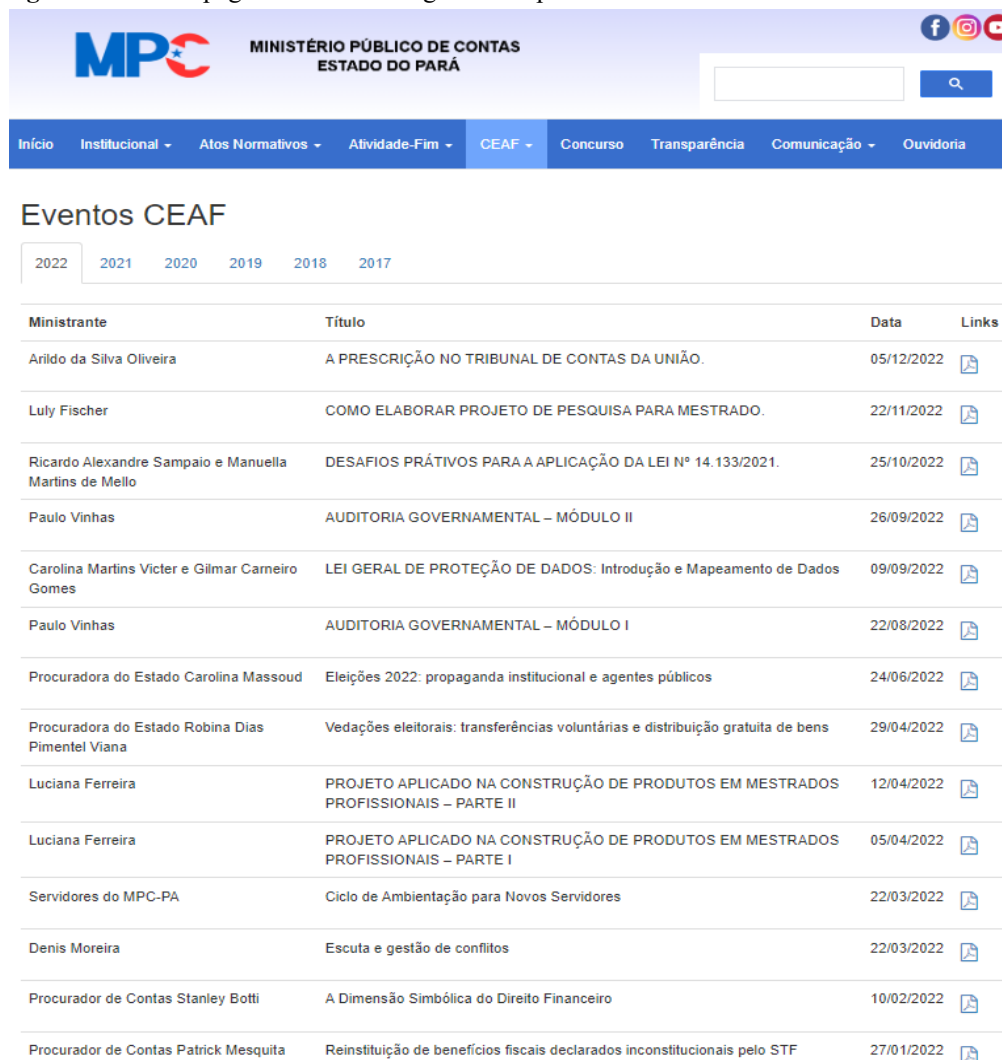
Diretora do CEAF















Procuradora de Contas

2 – EVENTOS PROMOVIDOS PELO CEAF

Em 2022, foram realizados 14 (quatorze) eventos de capacitação organizados diretamente pelo CEAF. Tais ações educacionais foram direcionadas a todos os integrantes do MPC/PA, objetivando o desenvolvimento de competências genéricas, técnicas e gerenciais, conforme estabelecido no Plano de Capacitação dos Membros e Servidores do MPC/PA (2019/2024) disponível na página do CEAF no *site* do MPC/PA. A figura 1 é a reprodução da página de eventos do CEAF em 2022 e hospeda as ações promovidas diretamente pelo centro de estudos:

Figura 1. Print da página de eventos organizados pelo CEAF em 2022



Ministrante	Título	Data	Links
Arildo da Silva Oliveira	A PRESCRIÇÃO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.	05/12/2022	
Luly Fischer	COMO ELABORAR PROJETO DE PESQUISA PARA MESTRADO.	22/11/2022	
Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello	DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021.	25/10/2022	
Paulo Vinhas	AUDITORIA GOVERNAMENTAL – MÓDULO II	26/09/2022	
Carolina Martins Viter e Gilmar Carneiro Gomes	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: Introdução e Mapeamento de Dados	09/09/2022	
Paulo Vinhas	AUDITORIA GOVERNAMENTAL – MÓDULO I	22/08/2022	
Procuradora do Estado Carolina Massoud	Eleições 2022: propaganda institucional e agentes públicos	24/06/2022	
Procuradora do Estado Robina Dias Pimentel Viana	Vedações eleitorais: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens	29/04/2022	
Luciana Ferreira	PROJETO APLICADO NA CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS – PARTE II	12/04/2022	
Luciana Ferreira	PROJETO APLICADO NA CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS – PARTE I	05/04/2022	
Servidores do MPC-PA	Ciclo de Ambientação para Novos Servidores	22/03/2022	
Denis Moreira	Escuta e gestão de conflitos	22/03/2022	
Procurador de Contas Stanley Botti	A Dimensão Simbólica do Direito Financeiro	10/02/2022	
Procurador de Contas Patrick Mesquita	Reinstituição de benefícios fiscais declarados inconstitucionais pelo STF	27/01/2022	

Fonte: <http://mpc.pa.gov.br/ceaf/eventos>

Detalhamos, por conseguinte, as ações educacionais executadas pelo CEAF, representadas na figura 1, com a quantidade de inscritos e efetivamente capacitados em

cada evento realizado, conforme banco de dados da conta do Ministério Público de Contas do Pará presente na plataforma Even3, para essa finalidade. Vejamos:

Tabela 1. Calendário de Palestras realizadas pelo CEAF em 2022 com números de inscritos

TEMÁTICA	DATA	PARTICIPANTES
“Reinstituição de benefícios fiscais declarados inconstitucionais pelo STF”, por: Dr. Patrick Mesquita, Procurador Geral de Contas do MPC/PA.	27/01/2022	63 inscritos 51 capacitados
“A Dimensão Simbólica do Direito Financeiro”, por: Dr. Stanley Botti, Procurador de Contas do MPC/PA.	10/02/2022	65 inscritos 59 capacitados
“Escuta e Gestão de Conflitos”, por: Denis Moreira, advogado da União.	22/03/2022	61 inscritos 50 capacitados
“Ciclo de Ambientação para Novos Servidores”, por: Procuradores e Sevidores MPC/PA.	22/03/2022	5 Servidores 4 Efetivados
“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte I”, por: Luciana Ferreira, Professora.	05/04/2022	12 inscritos 7 capacitados
“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte II”, por: Dra. Luciana Ferreira, Professora.	12/04/2022	7 inscritos 7 capacitados
“Vedações Eleitorais: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens”, por: Dra. Robina Dias Pimentel Viana, Procuradora do Estado do Pará.	29/04/2022	68 inscritos 60 capacitados
“Eleições 2022: propaganda institucional e agentes públicos”, por: Dra. Carolina Massoud, Procuradora do Estado do Pará.	24/06/2022	74 inscritos 66 capacitados

“Auditoria Governamental – Módulo I”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	22/08/2022	36 inscritos 35 capacitados
“Lei Geral de Proteção de Dados: Introdução e Mapeamento de Dados”, por: Carolina Martins Vicer e Gilmar Carneiro Gomes, servidores do MPC/PA	09/09/2022	10 inscritos 10 capacitados
“Auditoria Governamental – Módulo II”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	26/09/2022	35 inscritos 26 capacitados
“Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021”, por: Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello, Professores da ZÊNITTE.	25/10/2022	160 inscritos 142 capacitados
“Como Elaborar Projeto de Pesquisa para Mestrado”, por: Dra. Luly Fischer, Professora da UFPA.	22/11/2022	39 inscritos 23 capacitados
“A Prescrição no Tribunal de Contas da União”, por: Dra. Arildo da Silva Oliveira, Auditor Federal de Controle Externo e Secretário do TCU no Estado do Pará.	05/12/2022	62 inscritos 58 capacitados

Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

Os dados da tabela 2, nos permitem afirmar que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF obteve, em 2022, um índice de capacitação de 86%, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2. Índice de capacitação dos eventos promovidos pelo CEAF em 2022

Nº	Eventos promovidos pelo CEAF 2022	Inscritos	Capacitados	Índice de capacitação
1	“Reinstituição de benefícios fiscais declarados inconstitucionais pelo STF”, por: Dr. Patrick Mesquita, Procurador Geral de Contas do MPC/PA.	63	51	81%
2	“A Dimensão Simbólica do Direito Financeiro”, por: Dr. Stanley Botti, Procurador de Contas do MPC/PA.	65	59	91%
3	“Escuta e Gestão de Conflitos”, por: Denis Moreira, advogado da União.	61	50	82%
4	“Ciclo de Ambientação para Novos Servidores”, por: Procuradores e Sevidores MPC/PA.	5	4	80%
5	“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte I”, por: Luciana Ferreira, Professora.	12	7	58%
6	“Projeto Aplicado na Construção de Produtos em Mestrados Profissionais – Parte II”, por: Dra. Luciana Ferreira, Professora.	7	7	100%
7	“Vedações Eleitorais: transferências voluntárias e distribuição gratuita de bens”, por: Dra. Robina Dias Pimentel Viana, Procuradora do Estado do Pará.	68	60	88%
8	“Eleições 2022: propaganda institucional e agentes públicos”, por: Dra. Carolina Massoud, Procuradora do Estado do Pará.	74	66	89%
9	“Auditoria Governamental – Módulo I”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	36	35	97%
10	“Lei Geral de Proteção de Dados: Introdução e Mapeamento de Dados”, por: Carolina Martins Vicer e Gilmar Carneiro Gomes, servidores do MPC/PA	10	10	100%
11	“Auditoria Governamental – Módulo II”, por: Paulo Vinhas, Auditor do TCU.	35	26	74%
12	“Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021”, por: Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello, Professores da ZÊNITTE.	158	142	90%
13	“Como Elaborar Projeto de Pesquisa para Mestrado”, por: Dra. Luly Fischer, Professora da UFPA.	39	23	59%
14	“A Prescrição no Tribunal de Contas da União”, por: Dra. Arildo da Silva Oliveira, Auditor Federal de Controle Externo e Secretário do TCU no Estado do Pará.	62	58	94%
	TOTAL	695	598	86%

Fonte: Base de dados da conta do CEAF-MPC/PA no Even3

Com isso, constata-se que o CEAF realizou 697 (seiscentos e noventa e sete) inscrições e emitiu um total de 598 (quinhentos e noventa e oito) certificados relacionados às atividades meio e fim deste *Parquet* de Contas em diversas áreas temáticas de conhecimento fixadas no Plano de Capacitação e Aperfeiçoamento Funcional (2019 – 2024).

Ressalta-se, que 11(onze) eventos dos 14 (quatorze) obtiveram índice de capacitação igual ou superior a 80% (oitenta por cento), conforme se observa na tabela 2. Isso demonstra o grau de empenho da direção, dos servidores lotados neste centro de estudos e, principalmente nível de aderência dos servidores do MPC/PA nos cursos de aperfeiçoamento promovidos por este centro.

Entre os eventos promovidos pelo CEAF, imprimo ênfase no curso “Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021” ministrado pelos professores Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello da ZÊNITTE CONSULTORIA, pelo quantitativo de jurisdicionados alcançados, pelo tema abordado que é de suma importância para atuação do Estado do Pará na gerência dos recursos público e, principalmente, para atuação do MPC/PA e TCE/PA em exercer suas funções de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do Estado nos quesitos de legalidade, legitimidade e economicidade.

O evento contou com 158 (cento e cinquenta e oito) inscritos e emitiram-se 142 (cento e quarenta e dois) certificados, gerando um índice de capacitação de 90% (noventa por cento) no tema de grande relevância para o controle externo, pelo marco inicial da obrigatoriedade do uso da Lei nº 14.133/21, que será em abril de 2023.

Além disso, o evento disponibilizou 38 (trinta e oito) vagas para membros e servidores do MPC/PA, concedeu 30 (trinta) vagas para TCE/PA e 90 (noventa) vagas para diversos agentes públicos relacionados ao campo jurídico, administrativo e ao exercício do controle externo, distribuídas pelas mais de 32 (trinta e duas) Secretarias, órgãos e Poderes da Administração Pública do Estado do Pará.

Acrescenta-se, por fim, que conforme previsto no Plano de Capacitação dos Membros e Servidores do MPC/PA (2019/2024), ao final de algumas das ações educacionais, foram realizadas avaliações de reação, com o objetivo de mensurar o grau

de satisfação dos participantes com relação aos eventos realizados pelo CEAF, pois entendemos importante receber um *feedback* das pessoas que participaram das ações educativas realizadas pelo Centro, para assim poder melhor planejar e realizar ações mais adequadas no futuro. Por tais motivos, pretende-se dar continuidade nessa nesse tipo de pesquisa e aplicarmos na maioria dos eventos promovidos pelo CEAF.

3 – INFORMATIVOS DE CURSOS

Cumprindo seu papel de facilitar e informar os servidores diversas oportunidades de treinamento, o CEAF disponibilizou um compilado de informações acerca de cursos, oficinas, palestras, gratuitamente oferecidos por diversas instituições públicas e privadas.

Os Informativos de Cursos foram divulgados quadrimestralmente em 2022, através diversos canais de comunicação do órgão (grupo de *WhatsApp*, e-mail, intranet e *site* do MPC/PA), contendo opções de curso em diversas temáticas, como: Licitações e Contratos Administrativos relacionados com a Lei nº 14.133/2021, Ética e Cidadania, Políticas Públicas, Gestão de Pessoas, Gestão e Planejamento estratégico, Orçamento e Finanças, Auditoria, Controle e Transparência, Tecnologia da Informação, Contabilidade, Desenvolvimento Gerencial, Governança e Gestão de Riscos, Comunicação, Gestão Pública, entre outros.

A figura 2 sintetiza os 3 (três) informativos produzidos e divulgados pelo CEAF e disponibilizados no sítio eletrônico do MP de Contas:

Figura 2. Informativos de cursos divulgados em 2022

03/06/2022 – Divulgação do 9º Informativo de Cursos, contendo 16 (dezesesseis) opções de cursos online gratuitos a membros e servidores.

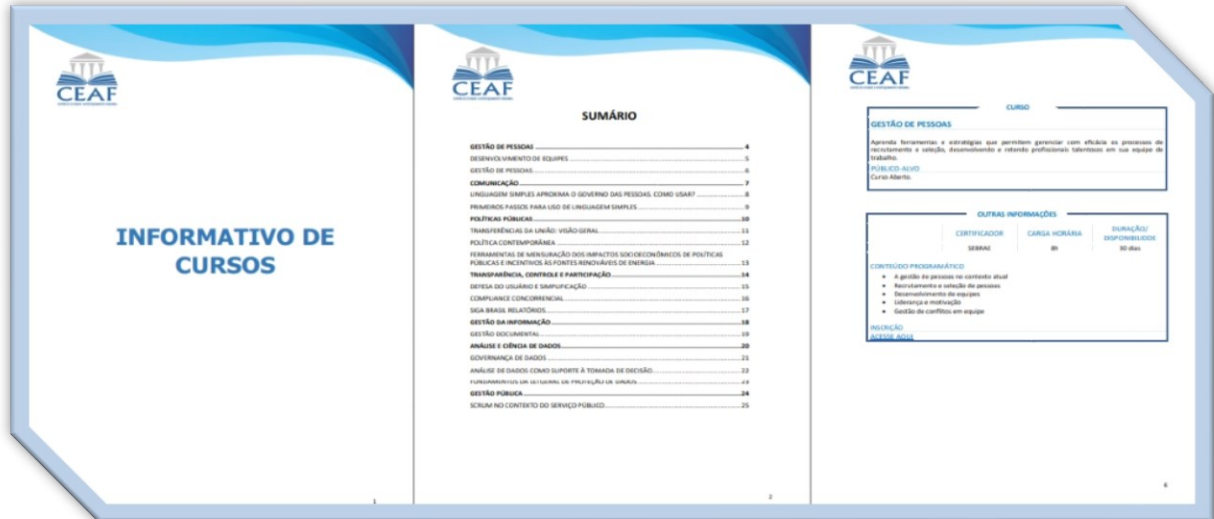
15/09/2022 – Divulgação do 10º Informativo de Cursos, contendo 18 (dezoito) opções de cursos online gratuitos a membros e servidores.

13/12/2022 – Divulgação do 11º Informativo de Cursos, contendo 15 (quinze) opções de cursos online gratuitos a membros e servidores.

Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAf

Um modelo de informativo de curso está representado na figura 3 a seguir:

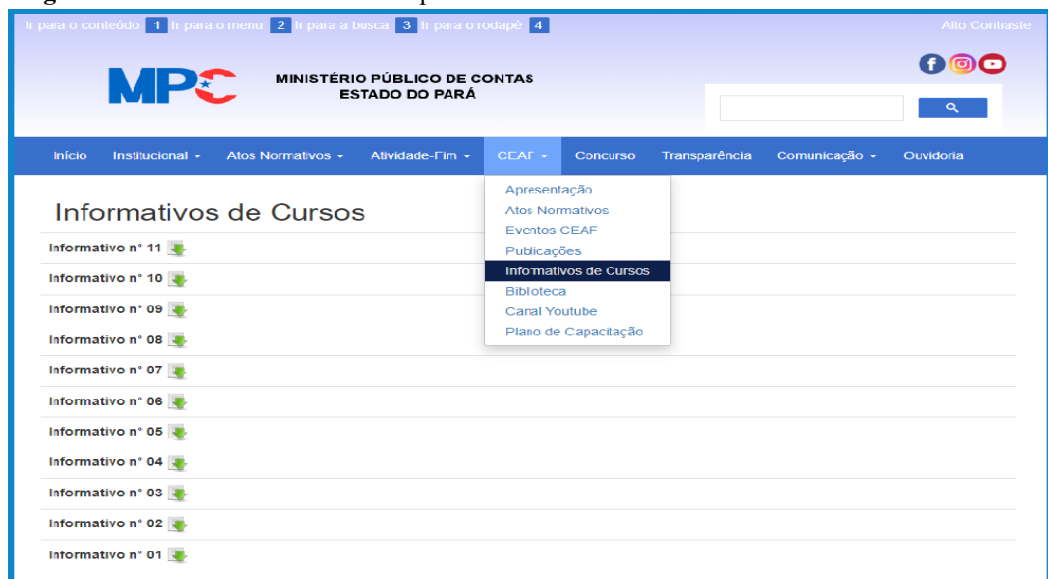
Figura 3. Exemplo de um informativo de cursos



Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAf

Vale ressaltar que todos os informativos já compilados pelo CEAf se encontram disponíveis na página eletrônica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, conforme demonstra a figura 4:

Figura 4: Informativos de Cursos disponíveis no site do MPC/PA



Fonte: <http://mpc.pa.gov.br/ceaf/informativos>

Em virtude dessa publicidade, salientamos a possibilidade a importância do uso deste acervo por parte dos agentes públicos que compõe o MPC/PA, bem como do público externo. Para acessar o conteúdo da página representado pela figura 4, basta clicar na [aba “CEAF” – “Informativos de Cursos”](#).

4 – AVALIAÇÃO DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA

Cumprindo as determinações do artigo 4º da Resolução nº 06/2018-MPC/PA- Conselho, o CEAF realiza a análise da pertinência temática dos cursos realizados pelos servidores para fins de Gratificação de Desempenho e Produtividade (GDP).

Ao longo do ano de 2022, o CEAF analisou a pertinência temática de 729 (setecentos e vinte e nove) certificados de cursos realizados por servidores do órgão, emitindo despacho direcionado ao Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), o que representa um crescimento de 20% (vinte por cento) em relação ao ano de 2021.

Dentre as análises, observou-se uma ampla adesão dos servidores às sugestões de cursos disponibilizados nos informativos divulgados em 2022 (item 3), tendo em vista o número expressivo de utilização de certificados destes cursos, o que revela o alcance do objetivo da elaboração dos informativos.

Além disso, em 2022, o CEAF emitiu o total de 22 (vinte e dois) pareceres de análise da pertinência temática e interesse institucional para fins de concessão de auxílio financeiro para custeio de cursos pelo MPC/PA, nos termos do art. 5º, inciso VI, da Resolução nº 3/2017 – MPC/PA – Colégio c/c art. 1º, *caput* da Resolução nº 4/2017 – MPC/PA – Colégio. Isso representa um crescimento de 120% (cento e vinte por cento) em relação ao ano de 2021, provavelmente decorrente da redução das restrições sanitárias e epidemiológicas da COVID – 19.

5 – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

5.1 Palestra de Elaboração de Pré-Projeto para Mestrado Profissional

Com o objetivo de cumprir o Programa de Pós-Graduação e Pesquisa e o convênio celebrado pelo MPC/PA com a Universidade Federal do Pará – UFPA e demais órgãos, o CEAF ofertou oficinas sobre elaboração de pré-projetos, com a finalidade de subsidiar o ingresso de membros e servidores deste *Parquet* de contas no

Programa de Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (PPGDDA/UFGPA). Tais ações estão descritas na tabela 3:

Tabela 3. Oficinas de Elaboração de Pré-Projeto para o Mestrado Profissional realizados em 2022

DATA	AÇÃO	PROFESSOR
03.02.2022	EDITAL DE SELEÇÃO DE DISCENTE 01/2022 - PPGDDA	UFGPA
05.04.2022	PROJETO APLICADO NA CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS – PARTE I	PROF ^a DRA. LUCIANA FERREIRA
12.04.2022	PROJETO APLICADO NA CONSTRUÇÃO DE PRODUTOS EM MESTRADOS PROFISSIONAIS – PARTE II	PROF ^a DRA. LUCIANA FERREIRA
28.10.2022	EDITAL DE SELEÇÃO DE DISCENTE 03/2022 - PPGDDA	UFGPA
22.11.2022	COMO ELABORAR PROJETO DE PESQUISA PARA MESTRADO	PROF ^a DRA. LULY FISCHER

Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

Após a divulgação do edital 01/2022, este Centro de Estudos promoveu 1(um) projeto com 2 (duas) palestras para capacitar membros e servidores que manifestaram interesse em participar da referida seleção.

Tais eventos foram conduzidos pela Prof.^a Dra. Luciana Ferreira que palestrou em dois momentos, 05 e 12.04.2022 e contou com a participação de 5 (cinco) candidatos, obtendo aprovação de 4 (quatro) no processo seletivo do Programa de Mestrado Profissional em Direito, preenchendo, assim, 100% das vagas destinadas ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará - MPC/PA, conforme descrito na tabela 3 e disponibilizado no site do MPC (<http://mpc.pa.gov.br/ceaf/eventos>).

Já o segundo edital foi publicado em 28.10.2022 e contou com o apoio da Dra. Luly Fischer, professora titular da Universidade Federal do Pará – UFGPA, em ação promovida em parceria com a universidade.

A referida seleção está em fase de conclusão e conta com 2 (dois) servidores do MPC aprovados na 1^a e 2^a fase da seleção, conforme resultado divulgado pela UFGPA

([Clique aqui](#)), e apenas 01 (um) aprovado na 3ª fase, que encontra-se em grau de recurso.

Por fim, destaca-se que, em 2022, foram disponibilizadas 7 (sete) vagas no Programa de Mestrado Profissional da UFPA destinadas a membros e servidores do MP de contas, com 04 aprovações confirmadas e 01 a confirmar, gerando um índice de aproximadamente 71,42% de aproveitamento, mostrando um reflexo direto e positivo das oficinas para o preenchimento das vagas do mestrado.

5.2 Pesquisa de interesse na continuidade do programa de Mestrado Profissional

Considerando o término do atual convênio em 2023, o CEAF realizou uma pesquisa junto aos servidores do MPC/PA para saber o interesse na continuidade do programa de mestrado.

O resultado dessa pesquisa, feita em setembro/2022, mostrou o interesse de cerca de 77,3% dos membros e servidores entrevistados em cursar um mestrado profissional oferecido pelo MPC/PA em parceria com outros órgãos públicos junto a UFPA.

Em virtude desses dados, foi deliberada na 7ª reunião do Colégio de Procuradores, realizada em 13/05/2022, a autorização para que o Procurador Geral de Contas – PGC celebrar novo convênio com a UFPA no quadriênio 2025-2028, com a finalidade de ofertar 2 (duas) vagas, por ano letivo, no curso de Mestrado Profissional em Direito, do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia, destinadas aos seus membros e servidores, cujas tratativas já foram iniciadas perante a Universidade, conforme Ofícios nº 029/2022/GABPGC/MPC/PA, de 04/05/2022, e nº 32/2022-CEAF/MPC/PA, de 18/05/2022.

Além disso, o CEAF deu andamento na proposta de celebração do convênio de cooperação técnica e científica para oferta de vagas no curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, na linha de Gestão de Organizações Públicas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - PPGGP, mediante a oferta de 02 (duas) vagas, conforme consulta formulada a Procuradoria Geral de Contas - PGC, ficando a critério da PGC a submissão da matéria ao Colégio de Procuradores, tudo visando atender a missão deste centro que é promover e apoiar a participação de membros e servidores em

programas de pesquisa aprofundada nas áreas de interesse institucional, conforme estabelecidos no art. 1º, art. 2º e inciso II e §1º do art. 9º da Resolução nº 3/2017 – MPC/PA – Colégio.

6 – CONTRATAÇÕES DE CURSOS EXTERNOS

6.1 Desafios Práticos para Aplicação da Lei nº 14.133/2021

No ano de 2022, o CEAF contratou a empresa Zênite Informação e Consultoria S.A para realizar o curso “Desafios Práticos para a Aplicação da Lei nº 14.133/2021” ministrado pelos professores realizado Ricardo Alexandre Sampaio e Manuella Martins de Mello, no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA para capacitar membros e servidores do MPC/PA, além de órgão parceiro, conforme fundamento do art. 9º-E da LC nº 151/2022.

A importância do tema do curso decorre da necessidade de qualificação dos agentes público em relação à nova lei de licitação para o cumprimento de suas funções institucionais de controle externo (Fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial) e administrativa (contratação de bens e serviços público).

Em virtude dessa abrangência, o MPC/PA disponibilizou 30 (trinta) vagas para o TCE/PA e 90 (noventa) para demais órgão e secretarias da Administração Pública do Estado do Pará, além das 38 (trinta e oito) inscrições distribuídas pelos diversos Departamentos e Procuradoria do Ministério Público de Contas do Pará.

A capacitação foi desenvolvida nos dias 25, 26, 27 de outubro de 2022, em dois turnos, manhã das 08:30 às 12:30h e no período da tarde das 14:00 às 18:00h, totalizando uma carga horária de 24 h, conforme divulgado na página do CEAF no site do MPC/PA ([Clique aqui](#)).

A abertura do evento foi realizada pelo Procurador Geral de Contas, Dr. Patrick Bezerra Mesquita e dirigida pela Procuradora de Contas Dra. Danielle Fátima da Pereira da Costa, Diretora do CEAF, a figura 5 ilustra a abertura do curso:

Figura 5. Foto do evento no dia 25.10.2022



Autor: Departamento de Comunicação Institucional - DECOM

Os dois primeiros dias do evento contaram com o conhecimento e experiência do professor Ricardo Alexandre Sampaio que apresentou, explicou e analisou diversos temas contidos na nova lei de licitação, tais como: agentes responsáveis, etapas, decisões e documentos do planejamento; Desafios práticos da escola da modalidade de licitação, critério de julgamento, fluxo do procedimento e saneamento de vício no julgamento; discursou ainda sobre a instrução e formalização das hipóteses de dispensas de licitação dentre outros temas. A figura 6 reflete um momento do dia 26.10.2023:

Figura 6. Foto do evento no dia 26.10.2022



Autor: Departamento de Comunicação Institucional - DECOM

A continuidade da capacitação contou com a expertise da professora Manuela Martins de Mello que ministrou 08 h do curso, de forma presencial, no dia 27.10.2022.

A especialista apresentou, explicou e analisou os temas do conteúdo programático presente capítulo 02 denominado “Desafios práticos da execução e fiscalização dos contratos” do curso, tratou as questões 32 a 40 relativos aos 40 temas aplicados ao planejamento, condução e julgamento da licitação, contratação direta e execução de contratos, sob o prisma da nova lei de licitação (Lei nº 14.133/2021), a figura 7 mostra um momento do último dia do evento, vejamos:

Figura 7. Foto do evento no dia 27.10.2022



Autor: Departamento de Comunicação Institucional - DECOM

Os tópicos citados trataram sobre os desafios trazidos pela Lei nº 14.133/2021 relativos aos instrumentos de contratos, atribuições de fiscais, gestores e demais autoridade; duração e prorrogação de prazos de contratos de compras e serviços para administração pública, bem como sobre alterações qualitativa e quantitativa na atualização dos valores iniciais do contrato nas compras e nos serviços.

A Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, procuradora Danielle Costa, ressaltou a relevância do tema e importância da extensão da capacitação para os agentes públicos do Estado do Pará que lidam com a temática no cotidiano de trabalho, de modo a enfrentar as dificuldades e adequação imposta pela nova legislação. Afirmou que a capacitação conjunta do MPC-PA, TCE-PA e entidades jurisdicionadas foi idealizadas com objetivo de preparar os agentes público para a mudança legislativa.

Considerou alcançada a meta projetada para o curso diante da qualidade do evento e a troca de experiência entre os presentes.

6.2 A prescrição no Tribunal de Contas da União

O evento educacional denominado “A prescrição no Tribunal de Contas da União” foi realizada pelo Secretário do TCU no Estado do Pará, Dr. Arildo da Silva Oliveira e abordou os principais fundamentos da Resolução TCU nº 344/2022 que versa sobre a regulamentação da preensão punitiva e do ressarcimento no âmbito daquele tribunal, onde o tema guarda extrínseca pertinência com a atividade fim do MPC/PA. Tal evento contou com 62 (sessenta e dois) inscritos e 58 (cinquenta e oito) capacitados.

6.3 Auditoria Governamental

O curso de Auditoria Governamental surgiu em decorrência da necessidade de qualificação de servidores lotados no Centro de Apoio Operacional – CAO do MPC/PA, conforme solicitação feita ao CEAF.

Este evento foi realizado pelo auditor do TCU, Profº Paulo Vinhas e contou com uma carga horária de 40 h distribuídas em 2 (dois) módulos de 20 (vinte) horas cada, realizados no salão nobre do MPC/PA em períodos diferentes.

O módulo I, realizado no período de 22 à 26 de agosto de 2022, abordou os principais temas em auditoria de conformidades tais como: princípios, normas de execução e comunicação de resultados, planejamento, relatório, diretrizes e técnicas de auditoria de conformidade. Este módulo obteve 36 (trinta e seis) inscrições e 35 (trinta e cinco) capacitados, conforme descrito na tabela 1.

Já o Módulo II, realizado no período 26 à 30 de setembro de 2022, tratou sobre auditoria operacional tais como: ciclos, técnica, planejamento, monitoramento de auditoria operacional, dentre outros assuntos abordados. Foram inscritos 35 (trinta e cinco) inscritos e 26 (vinte e seis) certificados emitidos pelo CEAF.

7 – AQUISIÇÃO DE LIVROS

Em setembro de 2021, o CEAF realizou levantamento com todos os Departamentos e Procuradorias de Contas, com objetivo de compilar as demandas em relação à aquisição de livros técnicos para consulta.

O resultado dessa pesquisa gerou uma necessidade de aquisição de 467 livros nacionais e estrangeiros na área jurídica e outras relacionadas com atividade fim e meio

do Ministério Público de Contas – MPC/PA, conforme termo de referência elaborado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF a ser adquirido parceladamente durante o ano de 2022.

No entanto, o processo licitatório não foi finalizado em 2022, devido à divergência entre o entendimento do Departamento de Aquisição, Contratos e Convênios - DACC e Assessoria Jurídica – ASJUR do MPC/PA no tocante da obrigatoriedade ou não da qualificação técnica da empresa contratante, conforme se depreende do processo nº 2021/1264764 (Seq. 69), ficando, portanto, para 2023 a finalização e contratação dos livros relacionados atividades fins e meio do MPC/PA, o qual já se encontra finalizado na presente data.

8 – LEVANTAMENTO DAS DEMANDAS DE TREINAMENTO

No segundo semestre de 2022, o CEAF realizou levantamento das necessidades de treinamento entre os membros e servidores do MPC/PA, objetivando identificar os temas de maior relevância e necessidade de cada departamento integrante do órgão, com vistas a subsidiar as ações de capacitação no planejamento de 2023.

Para tanto, foi emitido o Memorando Circular N°04/2022 – CEAF-MPC/PA com o questionamento da necessidade ou não de capacitação, sugestão de temas e/ou nomes de facilitadores para promover os eventos de qualificação. Em decorrência dessa consulta, foram obtidos um total de 17 (dezessete) respostas e mais de 97 (noventa e sete) sugestões de cursos e eventos.

Em virtude da grande demanda, o CEAF compilou as sugestões e fez a triagens das sugestões inerentes a atividade deste centro de estudo e montou um cronograma de ações de capacitações com os temas mais recorrentes e relevantes para o cumprimento da missão institucional do MPC/PA, o resultado está descrito na tabela 4 a seguir:

Tabela 4. Cronograma de capacitação do ano 2023

MÊS	TEMA	EIXO DE ATUAÇÃO	PÚBLICO-ALVO
01/23	Curso Pacote Office	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio e fim
02/23	Gestão por Processos	Eixo de Desenvolvimento Gerencial	Atividade meio e fim
02/23	eSocial para Órgão Público	Eixo de	Atividade

		Desenvolvimento Técnico	meio e fim
03/23	Como fiscalizar /gerir contratos e serviços na administração pública	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio e fim
04/23	Como elaborar ETP e TR para compras e serviços na administração pública	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio e fim
05/23	Ética no serviço público	Eixo de Desenvolvimento Genérico	Atividade meio e fim
06/23	Governança das Contratações	Eixo de Desenvolvimento Gerencial	Atividade meio e fim
08/23	Responsabilização no controle externo	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade fim
09/23	Gestão de Patrimônio	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio
09/23	BO e SIGPLAN	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio e fim
10/23	SIAFEM	Eixo de Desenvolvimento Técnico	Atividade meio e fim
11/23	Gestão por Competências	Eixo de Desenvolvimento Gerencial	Atividade meio
12/23	Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde Ocupacional	Eixo de Desenvolvimento Genérico	Atividade meio

Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

Ressalta-se que os eventos que compõe o cronograma descrito na tabela 4 envolvem questões dos diversos campos de competência do Órgão e servirão de norte para a atuação do CEAF no ano de 2023.

Destaca-se a possível de implementação da licença do sistema office 365 que necessitará de uma jornada de cursos visado capacitar membros e servidores do MPC/PA para utilizar o conjunto de aplicativos que compõem a referida ferramenta tecnológica.

Outra relevância está na capacitação sobre temas de contratações públicas, tendo em vista a revogação da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº8. 666/93), em abril de

2023, e a grande quantidade de departamento que sinalizaram a necessidade de capacitação relacionada ao tema das contratações pública, conforme regramento na Nova Lei de Licitações.

Por fim. Esclarecemos que consolidação desse cronograma com as demais ações projetadas pelo CEAF resultou no Plano Anual de Capacitação de 2023 elaborado em 2022 e citado no item 9.

9 – PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

O CEAF iniciou em 2022 a elaboração do Plano Anual de Capacitação de 2023 com a consulta realizada aos departamentos no Memorando nº04/2022 – CEAF-MPC/PA e descrita no item 8 deste documento. Após o recebimento das necessidades de cada setor, gerou-se um cronograma de capacitação para o ano 2023 com as maiores necessidades de qualificação de membros e servidores do MPC/PA.

Esse Plano é fruto do planejamento realizado por este Centro e tem por objetivo orientar o CEAF na implementação e no desenvolvimento de ações de capacitações projetadas para o ano de 2023, visando o aperfeiçoamento habilidades e competências dos membros e servidores do MP de contas.

Entretanto, em virtude da reestruturação e reorganização do CEAF o Plano Anual só foi aprovado no início de janeiro do ano de execução, o qual está disponibilizado na intranet e no site do MPC/PA ([Clique aqui](#)).

Ressalta-se, por fim, que o Plano Anual de Capacitação é um instrumento de governança e foi elaborado em conformidade com a Política de Governança das Contratações Públicas e alinhado com o Plano Estratégico do Ministério Público de Contas, de modo a possibilitar um melhor alcance dos objetivos, metas e desempenho das funções institucionais no âmbito deste *parquet* de contas.

10 – PLANO ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES - PACC

O Plano Anual de Compras e Contratações – PACC é um instrumento de governança das contratações públicas do MPC/PA junto com o Plano de Logística sustentável e o Plano Anual de Capacitação, conforme estabelece o art. 6º da Resolução nº 018/2022 – MPC/PA – Colégio.

O referido instrumento foi construído durante o período de junho a agosto de 2022 e contou com a participação do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF no planejamento das contratações do MPC/PA para ano de 2023 e versa sobre as ações e eventos relacionados ao aprimoramento de membros e servidores, conforme ações descritas na tabela 5 a seguir:

Tabela 5. Descrições do Plano de contratações do CEAF

IDENTIFICADOR	DESCRIÇÃO	PESSOA FÍSICA/JURÍDICA
CEAF 1	Contratação de Palestrante/Honorários	Pessoa Física
CEAF 1	Contratação de Palestrante/Honorários	Pessoa Jurídica
CEAF 2	Contratação de Colaboradores	Pessoa Física
CEAF 3	Contratação da empresa Editora Fórum para ministrar ações de capacitações e disponibilizar acesso à Biblioteca Digital Fórum (e outros objetos)	Pessoa Jurídica
CEAF 4	Realização de evento de capacitação/atualização de membros com o TCE-PA	Pessoa Jurídica
CEAF 5	Contratação da empresa Zênite para ministrar curso sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Atualização 2023)	Pessoa Jurídica
CEAF 6	Inscrições	Pessoa Jurídica
CEAF 7	Livros	Pessoa Jurídica
CEAF 8	Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Direito e Desenvolvimento da Amazônia (Parceria UFPA)	Pessoa Jurídica
CEAF 9	Contratação de consultoria para elaboração das trilhas de capacitação	Pessoa Jurídica

Autor: Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

Destaca-se que as ações do CEAF descritas na tabela 4 foram consolidadas na planilha do Plano Anual de Compras e Contratações – PACC disponível no drive (Usuário (u:)/ PACC / 2023 / PLANILHA DE CAPACITAÇÃO PACC 2023).

11 – CADASTRO PERMANENTE DO CORPO DOCENTE INTERNO

A Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, conforme as atribuições presente nos incisos I e II do art. 5º da Resolução nº 26/2022 do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA, aprovou o Edital de chamamento para cadastro de membros e servidores deste *parquet* de contas com objetivo de compor o banco permanente de docentes internos do órgão que facilitará a busca de profissionais capacitados para ministrar eventos educacionais, tais como: cursos, seminários, congressos, workshops, oficinas, aulas, conferências, palestras, entre outros dessa natureza, em consonância com item 1.2 do anexo da portaria nº 01 de 1º de novembro de 2022.

Os interessados podem a qualquer momento acessar o endereço eletrônico <https://forms.gle/wFbfZq4uEv6ox5pX7> e realizar seu cadastro para fazer parte do corpo docente interno, ressalta-se que o referido banco docente é meramente consultivo, pois não gera vínculo nem obriga o MPC/PA a sua utilização.

Por fim, a versão digital do referido Edital está disponível para consulta na intranet da instituição, bem como no site do MPC/PA, na aba destinada ao CEAF, em atendimento aos princípios da publicidade e da transparência ([Clique aqui](#)).

12 – REGULAMENTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA

A Resolução nº 26/2022 – MPC/PA – Colégio foi aprovada em 4 de outubro de 2022 e dispõe sobre a composição e a retribuição financeira do corpo docente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (CEAF), regulamentando a gratificação relativa ao exercício da atividade docente, prevista no arts. 132, inciso VIII, e 141 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (Regime Jurídico Único – RJU) do Estado do Pará.

O anexo I da referida resolução fixou os valores da hora-aula pelo exercício do magistério no MPC/PA, conforme titularidade comprovada pelo docente. Os valores poderão ser atualizados nos termos do parágrafo único do art. 6º desta Resolução.

13 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF elaborou este relatório com objetivo de apresentar um panorama de como transcorreram as atividades desenvolvidas no centro durante o ano de 2022. Apresentou, ainda dados estatísticos valiosos para a projeção e o aperfeiçoamento das ações a serem implementadas pelo CEAF nos anos subsequentes.

Nota-se um significativo avanço na participação dos demais departamentos no planejamento, sugestão e construção dos eventos de capacitação conduzidos pelo centro, bem como um aumento na adesão de cursos indicados pelo CEAF, demonstrado o cumprimento das competências do setor em proporcionar ou apoiar a qualificação de membros e servidores do MP de contas.

Ressalta-se, por oportuno, o aumento do preenchimento das vagas disponíveis ao MPC/PA no Programa de Mestrado Profissional em Direito, revelando a efetividades das palestras e projetos que subsidiaram candidatos ao programa a conquistarem suas aprovações.

Acrescenta-se a importância presente e futura do conjunto de normas atualizadas e criadas para facilitar o desenvolvimento das competências e o alcance dos objetivos atribuídos a este Centro, tais como: cadastro de docentes internos, regulamentação do valor da hora/aula e o plano anual de capacitação.

Por fim, destaca-se o avanço, no ano de 2022, no processo de aquisição de livros que irão atender a demanda de 8 (oito) procuradorias e 10 (dez) departamentos e 2 (dois) centros, ou seja, um alcance de todos os membros e servidores do MPC/PA.

Assim, consideramos que as ações empregadas pelo CEAF, em 2022, alcançaram seus objetivos em cumprir a missão institucional de auxiliar o Ministério Público de Contas do Estado do Pará na busca permanente de capacitar membros e servidores do órgão.